



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**A FABRICAÇÃO DO PÂNICO SEXUAL BOLSONARISTA:
do “kit gay” à “mamadeira de piroca”**

Allan Carlos dos Santos

RIO DE JANEIRO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**A FABRICAÇÃO DO PÂNICO SEXUAL BOLSONARISTA:
do “kit gay” à “mamadeira de piroca”**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Allan Carlos dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Igor Sacramento

RIO DE JANEIRO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Allan Carlos dos.
A fabricação do pânico sexual bolsonarista: do “kit gay” à “mamadeira de piroca” / Allan Carlos dos Santos. Rio de Janeiro, 2024.
284 f.: il.

Orientador: Igor Sacramento.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2024.

1. Bolsonaro, Jair, 1955. 2. Brasil – Política e Governo, séc. XXI. 3. Ideologia – Aspectos sociais. 4. Identidade de gênero – Aspectos sociais. 5. Famílias – Proteção – Aspectos religiosos. I. Sacramento, Igor. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.
CDD: 305.4

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

**A FABRICAÇÃO DO PÂNICO SEXUAL BOLSONARISTA:
do “kit gay” à “mamadeira de piroca”**

Allan Carlos dos Santos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o Material para Defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Sacramento – Orientador (PPGCOM-UFRJ)

Prof. Dra. Danielle Brasiliense – Examinadora (PPGCOM-UFRJ)

Prof. Dr. Paulo Vaz – Examinador (PPGCOM-UFRJ)

Profa. Dra. Laura Lowenkron – Examinadora (IMS - UERJ)

Prof. Dr. Eric Fassin – Examinador (Université Paris 8 - Vincennes Saint-Denis)



**ATA DA QUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO
PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR
ALLAN CARLOS DOS SANTOS NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA
UFRJ**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na sala 142 da Escola de Comunicação da UFRJ, foi realizada a defesa de tese de doutorado de Allan Carlos dos Santos, intitulada: **"O Pânico Sexual Bolsonaro: do "kit gay" à "mamadeira de piroca"**, perante a banca examinadora composta por: Igor Pinto Sacramento (orientador(a) e presidente), Paulo Roberto Gibaldi Vaz, Danielle Ramos Brasileira, Laura Lowenkron e Éric Fassin. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

*A banca destaca a qualidade da pesquisa e
resumende e publicação em livro e artigos formatos*

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024

Igor
Igor Pinto Sacramento [orientador(a) e presidente]

Rob Vaz
Paulo Roberto Gibaldi Vaz [examinador(a)]

Danielle Ramos Brasileira
Danielle Ramos Brasileira [examinador(a)]

Laura
Laura Lowenkron [examinador(a)]

Eric Fassin
Eric Fassin [examinador(a)]

Allan Carlos dos Santos
Allan Carlos dos Santos [candidato(a)]

* As atas de defesa de tese (apresentação de dissertação) dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CTRG.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à jornalista Eliane Brum pela genialidade do texto que me instigou a escrever esta tese: *Como fabricar monstros para garantir o poder em 2018*.

O projeto que deu origem a este trabalho foi concebido em um contexto político de censura à expressão artística e à liberdade de ser quem se é, atualizando sentimentos de medo que eu acreditava terem sido enterrados com o fim da ditadura militar brasileira. Os anos de pesquisa foram atravessados pelo fortalecimento global de ofensivas antigênero, o recrudescimento da extrema direita, a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República do Brasil e a pandemia de COVID-19. Paradoxalmente, a escrita me possibilitou fazer sentido ao que parecia inexplicável e a ver beleza nas minhas próprias cicatrizes. Só assim eu pude aceitar com integridade quem eu sou para me transformar em quem eu sempre desejei ser. Sou grato a todas as pessoas que contribuíram nessa trajetória que foi tão acadêmica quanto pessoal:

À minha mãe por nunca ter duvidado que eu chegaria até aqui e ter cuidado de mim com tanto carinho até que eu também pudesse acreditar.

Ao Mounir pela renovação diária do nosso compromisso com o amor como uma prática de crescimento espiritual.

Aos meus familiares, especialmente às minhas irmãs por me oferecerem um porto seguro para o qual eu pude sempre voltar das minhas andanças pelo mundo.

Ao Professor Igor Sacramento pela orientação da pesquisa, pela parceria intelectual e pela linda amizade que floresceu entre nós ao longo desses cinco anos.

Ao Professor Eric Fassin pela generosidade, escuta atenta e direcionamentos.

Ao Professor Paulo Vaz por ter acolhido e acreditado no projeto desde a primeira hora.

À Professora Laura Lowenkron por ter pavimentado um caminho de pesquisa fecundo que me possibilitou iniciar a transformação de inquietações pessoais em um texto acadêmico.

À Professora Danielle Brasiliense por, já na fase final do processo de escrita, ter me feito enxergar a transformação de um jovem estudante da Comunicação em um garboso profissional da pesquisa.

À ECO-Pós por me permitir pensar a Comunicação de uma maneira transdisciplinar e inovadora. Um agradecimento especial à Coordenação do PPGCOM-UFRJ, assim como aos servidores Jorgina Costa e Thiago Couto pela paciência com os discentes e respeito ao trabalho que desenvolvemos nesta instituição.

Aos colegas de pesquisa do Núcleo de Estudos e Comunicação, História e Saúde (NECHS – Fiocruz/UFRJ) que me ajudaram a sobreviver a pandemia e o isolamento social com

algum resquício de sanidade. Em especial, Flávia Leiroz, Marcelo Marcelino, Julio César Sanches, Roberto Abib, Ana Carolina Monari, Rhayller Peixoto, Raika Julie, Patrícia Barcelos, Maria Lívia Roriz, Erika Drummond, Laís Januzzi, José Antônio Cirino, Bruno Chiarioni, Wilson Borges e Izamara Bastos.

Aos colegas de pesquisa do Laboratoire d'Études de Genre et de Sexualité – LEGS (Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis) pela receptividade calorosa, em especial Diego Paz e Luciana Gransotto.

Aos amigos de longa data que enriquecem a minha vida com as suas amizades: André Vilhena (*in memoriam*), Sebastian Vieira, New, Aline Perez, Juliana Crespo, Tatiane Bonfim, Viviane Dias, Erika Tambke, Paolla Moura e todos os outros que sabem que são muito importantes para mim.

Ao Gustavo Reis e às companheiras e companheiros que me abraçam e me ajudam a seguir um dia de cada vez.

À Fundação Biblioteca Nacional por ter concedido a licença capacitação que me possibilitou pausar o trabalho para realizar o doutorado e às colegas de trabalho com as quais eu tenho a missão diária de promover a cultura e a literatura brasileiras pelo mundo, em especial à Rose Dantas, Camilla Ramos e Eduarda Lattanzi.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, por meio do Projeto Institucional de Internacionalização (PrInt/UFRJ), financiou o meu estágio doutoral por seis meses na Universidade Paris 8 Vincennes Saint-Denis.

Muito obrigado!

RESUMO:

SANTOS, Allan. **A fabricação do pânico sexual bolsonarista**: do “kit gay” à “mamadeira de piroca. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tese propõe um olhar à trajetória midiática explorada por Jair Messias Bolsonaro para se projetar nacionalmente e ascender à Presidência da República do Brasil focado na mobilização política pela manutenção das hierarquias de gênero e sexualidade. Para tal, mapeia, identifica e analisa alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais o então deputado federal (1991-2018) estigmatizou os Programas “Brasil Sem Homofobia” (2004) e “Escola Sem Homofobia” (2011) como partes constitutivas de um suposto “kit gay”. A partir da análise de práticas significantes, compreendidas como “espirais de significação”, percorro um caminho investigativo que problematiza quatro processos de subjetivação que alimentaram *a fabricação do pânico sexual bolsonarista* na cultura brasileira contemporânea: 1) a “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico; 2) a encarnação do “monstro pedófilo” na esquerda petista; 3) a transnacionalização do pânico via “ideologia de gênero”; 4) a atualização dos estudos de gênero e sexualidade como os instrumentos centrais do novo “perigo vermelho” comunista. De modo a examinar os discursos que o próprio Jair Bolsonaro produziu em diálogo com uma “campanha global antigênero”, coletei e armazenei como fontes documentais desta pesquisa 58 pronunciamentos proferidos pelo parlamentar na Tribuna da Câmara dos Deputados e 66 postagens compartilhadas pelo ex-capitão do Exército em sua página oficial do Facebook. Marcadas pelo desprezo à verdade e ao conhecimento característico das expressões contemporâneas do *bullshit*, este trabalho identificou que as práticas retóricas bolsonaristas escalaram os sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay” do socialmente permissível para o moralmente intolerável, extrapolando para a criminalidade perversa, a violência extrema e o totalitarismo de Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Política; Gênero e Sexualidade; Pânico Moral; Pânico Sexual; Kit Gay; Bolsonarismo.

ABSTRACT:

SANTOS, Allan. **The fabrication of the bolsonarist sexual panic:** from the “kit gay” to the “mamadeira de piroca”. PhD Dissertation in Communication and Culture. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This PhD dissertation proposes a gaze at the mediatic trajectory explored by Jair Messias Bolsonaro to project himself nationally and rise to the Presidency of the Republic of Brazil focused on the political mobilization for the maintenance of gender and sexuality hierarchies. To this end, it maps, identifies and analyzes some of the communicational processes through which the then federal deputy (1991-2018) stigmatized the “Brazil Without Homophobia” (2004) and “School Without Homophobia” (2011) Programs as constitutive parts of a supposed “kit gay”. From the analysis of significant practices, understood as “signification spirals”, I pursue an investigative path that problematizes four processes of subjectivation that fueled the *fabrication of the bolsonarist sexual panic* in contemporary Brazilian culture: 1) the “homosexual indoctrination” in elementary public schools; 2) the incarnation of the “pedophile monster” on the left led by the Labour Party (PT); 3) the transnationalization of the panic via “gender ideology”; 4) the actualization of gender and sexuality studies as the central instruments of the new communist “red danger”. In order to examine the discourses that Jair Bolsonaro himself produced in dialogue with a “global anti-gender campaign”, I collected and stored as documentary sources for this research 58 statements made by the parliamentarian in the Tribune of the Chamber of Deputies and 66 posts shared by the former captain of the Army on its official Facebook page. Marked by the contempt for truth and knowledge characteristic of contemporary expressions of *bullshit*, this work identified that the bolsonarist rhetorical practices escalated the senses of danger articulated by the signifier “kit gay” from the socially permissible to the morally intolerable, extrapolating to the perverse criminality, the extreme violence and the state totalitarianism.

KEYWORDS: Communication; Politics; Gender and Sexuality; Moral Panic; Sexual Panic; Kit Gay; Bolsonarism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 01 a 03: O valor de entretenimento do pânico sexual bolsonarista -----	74
Figura 04: Bolsonaro acompanhado de sua filha apresenta o “perverso currículo escolar do PT” -----	78
Figura 05: Os “livros do PT” como estímulo sexual precoce para os “filhos do pobre” -----	79
Figuras 06 a 09: O “transbordamento digital” do contra-ataque ao pânico sexual bolsonarista – #EleNão -----	93
Figura 10: A grande vitória da família brasileira -----	103
Figura 11: Menino brinca de boneca? -----	104
Figura 12: Não deixem o PT estimular a pedofilia nas escolas -----	107
Figura 13: A família no pensamento marxista -----	108
Figuras 14 e 15: Cenas de <i>Medo de quê?</i> e <i>Boneca na mochila</i> -----	117
Figuras 16 a 18: Cenas de <i>Torpedo</i> , <i>Encontrando Bianca</i> e <i>Probabilidade</i> -----	118
Figuras 19 a 21: Um suposto “IX Seminário LGBT para a Infância” -----	119
Figura 22: Os perigos do “beijo lésbico” para as criancinhas -----	120
Figura 23: A profundidade da língua no “beijo lésbico” do MEC -----	121
Figura 24: A “doutrinação homossexual infantil” financiada pelo governo Dilma -----	135
Figura 25: O “lobby da pedofilia” petista -----	139
Figura 26: “A explicitação (legalização) da pedofilia” pelo PT -----	145
Figura 27: Os pedófilos agradecem ao PT pela legalização da pedofilia -----	157
Figura 28: A encarnação da “figura monstruosa do pedófilo criminoso” -----	172
Figura 29: Deus salve as crianças II -----	183
Figura 30: A “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Campinas (SP) -----	186
Figura 31: O PT/PSOL quer CASTRAR O SEU FILHO de 12 ANOS -----	207
Figuras 32 e 33: Militarização nas escolas públicas contra as perversidades do “gênero” -----	228
Figura 34: Os corpos infantis como o corpo da nação -----	230
Figura 35: Foto de bebê publicada no Twitter e no Facebook da Polícia Militar do Estado de São Paulo -----	231
Figura 36: Haddad: o “candidato do kit gay” -----	237
Figura 37: A “mamadeira de piroca” -----	239
Figura 38: “Xô Judith” -----	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. A fabricação do pânico sexual bolsonarista	41
1.1 A genealogia do pânico	42
1.2 Por um “Brasil Sem Homofobia”	51
1.3 Aspectos midiáticos do bolsonarismo	65
1.4 O ativismo digital bolsonarista	76
1.5 O pânico sexual bolsonarista em um mundo digitalmente mediado	87
CAPÍTULO 2: A “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico ---	110
2.1 A retórica bolsonarista da tolerância	111
2.2 O “monstro moral” foucaultiano	124
2.3 Os limites da nossa “democracia sexual”	132
CAPÍTULO 3: A encarnação do “monstro pedófilo” na esquerda petista	142
3.1 O PT quer “legalizar a pedofilia”	143
3.2 A natureza essencialmente criminosa do “monstro pedófilo”	150
3.3 O pedófilo como o “monstro moral contemporâneo”	162
CAPÍTULO 4: A transnacionalização do pânico via “ideologia de gênero”	173
4.1 A união das direitas contra a “desconstrução da heteronormatividade”	174
4.2 O “totalitarismo petista” na educação, na família e nos corpos infantojuvenis	189
4.3 A “ideologia de gênero” como o novo “perigo vermelho” comunista	212
4.4 O <i>bullshit</i> da “mamadeira de piroca”	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269

INTRODUÇÃO

Ao ser empossado como o 38º presidente da República Federativa do Brasil, em 01 de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro reiterou o compromisso de concretizar o projeto conservador de nação que fez ecoar nos circuitos midiáticos amplificados durante os sete termos que atuou como deputado federal (1991-2018) e sintetizou no slogan que marcou a sua campanha eleitoral de 2018: “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”¹. Trajando a faixa presidencial e em meio aos gritos de “mito” e o “capitão voltou” do público que assistia à cerimônia na Praça dos Três Poderes, o novo chefe do Executivo explicitou no discurso inaugural que o seu governo seria conduzido pelos valores judaico-cristãos contra a “desconstrução da família”, a “ideologização de nossas crianças”, o “politicamente correto”, a “inversão de valores” e o “socialismo”. Dessa forma, ao convocar o povo contra supostos inimigos da pátria que ameaçam “dividir os brasileiros” e “destr[uir] nossos valores e tradições”, Bolsonaro ratificou os componentes hierárquicos implícitos em sua promessa de um “Brasil acima de tudo” governado por um “Deus acima de todos”:

Amigas e amigos de todo o Brasil,
É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. (...)
Não podemos deixar que *ideologias nefastas* venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. (...)
Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da *ideologização de nossas crianças*, do *desvirtuamento dos direitos humanos*, e da *desconstrução da família*. (...)
Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.
Que Deus abençoe esta grande nação.
Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. (BOLSONARO, 2019, grifos meu)².

A campanha presidencial de Jair Bolsonaro, oficializada em convenção nacional do Partido Social Liberal (PSL) no dia 22 de julho de 2018³, foi perpassada por, pelo menos, cinco elementos discursivos centrais apresentados sucessivamente como os maiores problemas do Brasil atual: inversão dos valores morais, sexualização das crianças, corrupção política, irresponsabilidade econômica e aumento da criminalidade. Segundo a retórica bolsonarista, essa foi a herança transmitida ao povo brasileiro pelas “ideologias nefastas” que ascenderam ao poder com o fim da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Mais notadamente, a partir dos

¹ Disponível em: <https://bit.ly/3KcFIWO>. Acesso em: 27 de março de 2023.

² Disponível em: <https://bit.ly/2PX4yrf>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

³ Disponível em: <http://glo.bo/3SnWgIZ>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024

processos de reabertura política e redemocratização que se materializaram no país com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e, de forma ainda mais acentuada, durante os quase 14 anos dos governos petistas (2003-2016). Quando questionado pela jornalista Miriam Leitão qual Brasil queria para o futuro – em entrevista concedida, em 03 de agosto de 2018, ao *Central das Eleições* da GloboNews –, foi contra a ideia de uma nação socialmente fragmentada e moralmente corrompida que o ex-capitão do Exército se posicionou para enunciar o seu projeto de poder conservador para a posterioridade: “Eu quero um Brasil onde tenhamos um só povo. (...) Eu quero um Brasil aonde se respeite a família acima de tudo, que é a base da sociedade. Eu quero um Brasil aonde a criança seja respeitada em sala de aula”⁴.

Certamente há um número significativo de elementos com extenso lastro histórico que devem ser considerados na investigação do porquê forças direitistas tão heterogêneas se vincularam politicamente para compor uma “onda bolsonarista na eleição de 2018 e, depois, a formação de seu governo” (ALVES, 2019, p. 1983), tais como o fortalecimento de pautas conservadoras nas Jornadas de Junho de 2013, os escândalos de corrupção nos governos petistas, as falhas na condução da política macroeconômica pela ex-presidente Dilma Rousseff, a eclosão generalizada de sentimentos antipolíticos, a corrosão dos princípios éticos que têm historicamente sustentado as instituições democráticas e a circulação da desinformação potencializada pelas mídias digitais. Conforme a pesquisa de Alves (2019) nos informa, a formação da identidade coletiva da direita está necessariamente atrelada, desde o julgamento do Mensalão, à pauta anticorrupção e à consequente deterioração do sistema político tradicional brasileiro, bem como às estratégias de desordenamento informacional nas mídias sociais. Assim sendo, ao propor um olhar para a trajetória que conduziu o deputado federal Jair Bolsonaro à Presidência da República focado na mobilização política pela manutenção das hierarquias de gênero e sexualidade, esta tese não pretende ser uma resposta exaustiva para o fenômeno investigado. Conforme teorizado por pensadores como Michel Foucault ([1976] 2015) e Joan Scott ([1986] 2012), este trabalho toma a sexualidade e o gênero como categorias de análise histórica com o objetivo de mapear, identificar e examinar alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais um movimento periférico da extrema direita brasileira ganhou visibilidade midiática em meio a uma conjuntura de turbulências das mais diversas ordens.

Seja no Brasil chefiado por Dilma Rousseff, nos Estados Unidos liderado por Donald Trump, na França governada por Emmanuel Macron ou na Hungria comandada por Viktor

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3OlnMEQ>. Acesso em: 04 de agosto de 2023.

Orbán, uma “campanha global antigênero”⁵ passou a ser articulada por forças reacionárias como resposta às tentativas de contestação das formações discursivas que têm historicamente sustentado o que Foucault ([1976] 2015) caracterizou como a “verdade do sexo”, possibilitando que grupos de extrema direita se empenhassem politicamente na conservação da heteronormatividade como uma dimensão da existência humana supostamente transcendental e desistoricizada. Uma vez que “o sexo se torna a questão democrática por excelência” (FASSIN, 2019a, p. 422), faz sentido pensar que os múltiplos acontecimentos contemporâneos em torno da “sexualização da política” e da “politização do sexo” têm ameaçado subverter as práticas socioculturais que definem as relações de poder às quais somos cotidianamente subjugados. Nesse cenário, as disputas e conquistas por direitos sexuais devem ser lidas como partes do processo de alargamento das fronteiras do democraticamente aceito e do legalmente protegido a partir do reconhecimento dos corpos e subjetividades não-normativos como sujeitos de direito. Conforme argumenta Fassin (2019a), não é por acaso que hoje a batalha política por excelência é sobre o sexo – se referindo aqui ao gênero e à sexualidade ao mesmo tempo.

Em paralelo à análise da trajetória global pelo reconhecimento político das nossas diversidades como uma questão de direitos humanos, estudos conduzidos por Carrara (2004), Citeli (2005), Corrêa (2009), Facchini (2005), Vianna, Carrara e Lacerda (2008) detalham como a legitimação dos direitos sexuais foi sendo construída durante a redemocratização brasileira. Apesar da Constituição Federal de 1988 ter atendido a algumas das reivindicações no que se refere às questões de gênero e sexualidade – a formulação da igualdade de gênero como um direito constitucional e o reconhecimento legal de três formações familiares (pelo casamento civil ou religioso, pela união estável e por qualquer dos pais e seus descendentes) –, movimentos conservadores se organizaram para que a Carta Magna não reconhecesse os direitos sexuais como direitos humanos. Assim sendo, não houve no processo de reabertura política a promoção da cidadania plena para a população LGBTQIA+⁶. Ao pensar os limites do texto constitucional brasileiro a partir de Brown (2006a), observo que a nossa jovem “democracia sexual” (FASSIN,

⁵ O argumento desenvolvido por esta tese que ofensivas antigênero foram transnacionalmente articuladas por movimentos de extrema direita, especialmente a partir da segunda década do século XXI, é fundamentado pelos importantes trabalhos publicados por institutos de pesquisa e investigadores dos estudos de gênero e sexualidade, tais como ABGLT et al (2021), Corrêa (2021), Corrêa e Kalil (2020), Fassin (2019), Garbagnoli e Prearo (2019), Kuhar e Paternotte (2017), Watch (2022).

⁶ O movimento político e social que nasceu com a sigla GLS passou por transformações ao longo dos anos de modo a incluir sujeitos de diversas identidades de gênero e sexualidade (LGBT e GLBT, por exemplo), sendo atualizado pela sigla LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, assim como outras variações de gênero e sexualidade. No entanto, nas citações apresentadas ao longo da tese mantive a sigla originalmente utilizada pelos autores, autoras e instituições público ou privadas. No caso de nomes de eventos, documentos, grupos da sociedade civil ou órgãos de governo, a sigla será sempre apresentada no formato utilizado pelas instâncias responsáveis.

2005) não se esforçou para promover o respeito equitativo para os sujeitos não-heteronormativos e não-cisgêneros, oferecendo em um gesto de caridade a tolerância como um “discurso de poder e uma prática de governamentalidade” (BROWN, 2006a, p. 8) que, ao despolitizar as lutas históricas por justiça e igualdade social, reafirma as anormalidades e os desvios da moralidade judaico-cristã.

No que segue, polêmicas em torno do recrudescimento dos limites ou do prolongamento da extensão da cidadania plena às questões sexuais feministas e LGBTQIA+ seriam recorrentemente acionadas por políticos para fins eleitoreiros. É nesse contexto que, no ano de 2011, ao mesmo tempo que a união estável entre pessoas do mesmo sexo era legalmente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF)⁷ e que a PLC 122/2006 para a criminalização da homofobia tramitava pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado Federal⁸, Bolsonaro reforçava o estigma social das homossexualidades por meio da confecção e da distribuição de panfletos “antigay”⁹ em residências e escolas do estado do Rio de Janeiro. O principal alvo da cruzada capitaneada pelo então deputado federal era o material didático que o Ministério da Educação (MEC), chefiado pela esquerda petista, supostamente começaria a distribuir nas escolas públicas no segundo semestre daquele ano. Conforme afirmou à época o ex-capitão do Exército sobre o conteúdo educacional que batizou pejorativamente de “kit gay”: “Esse material dito didático pelo MEC não vai combater a homofobia, ele vai estimular a homossexualidade lá na base do primeiro grau”¹⁰.

Durante o primeiro turno das eleições de 2018, essa prática política retórica seria reavivada em cadeia nacional na noite em que Bolsonaro participou da série de entrevistas que o *Jornal Nacional* (Rede Globo) realizou com os principais presidentiáveis. Ao ser questionado sobre algumas das declarações homofóbicas¹¹ que havia dado em sua trajetória política, o candidato à presidência justificou que “isso começou a acontecer em novembro de 2010 comigo; até aquele momento eu era uma pessoa normal como você é normal por aí no tocante a isso”¹². Em sequência, narrou o dia em que estava passando nos corredores da Câmara dos

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3Mg7oX1>. Acesso em: 28 de março de 2023.

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2Jfb7E1>. Acesso em: 28 de março de 2023.

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3SzuucG>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3Uc9sku>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

¹¹ Nas palavras da jornalista Renata Vasconcellos: “O senhor já disse que não é homofóbico, mas o senhor também já declarou que vizinho gay desvaloriza imóvel; o senhor já disse que prefere que um filho morra a ser gay; o senhor já inclusive relacionou pedofilia com homossexualismo (sic). Candidato, essas declarações não são homofóbicas?”. Disponível em: <https://bit.ly/3h01F7D>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

¹² Compreendo que Bolsonaro se referia à época na qual foi realizado o Seminário “Escola Sem Homofobia”, tendo em vista que o parlamentar subiu pela primeira vez à Tribuna da Câmara, em 30 de novembro de 2010, para advertir sobre a necessidade de providências da Presidência da Casa a respeito do lançamento do “kit intitulado Combate à Homofobia”. Segundo Leite (2014), a primeira apresentação oficial dos resultados do Projeto “Escola

Deputados e tomou conhecimento que “tinham acabado o 9º Seminário LGBT Infantil. Repito: 9º Seminário LGBT Infantil”¹³ no qual ativistas vestidos a caráter “estavam discutindo e comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia que passou a ser conhecido como kit-gay”. Esclarecendo que, em todos os contextos das declarações homofóbicas pelas quais teria sido indevidamente acusado, ele estava “defendendo as crianças em sala de aula”, Bolsonaro enfatizou “eu nada tenho contra o gay; eu tenho contra o material que estava em sala de aula”. Nesse sentido, alertou os telespectadores do programa televisivo sobre os perigos do “Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT”¹⁴ que, segundo o parlamentar, seria constituído de “180 itens, dentre eles a desconstrução da heteronormatividade, ou seja, estão ensinando em algumas escolas que homem e mulher está errado. Pode ser sim, homem com homem e mulher com mulher. O que é difícil, Bonner, para criancinha a partir de seis anos de idade”¹⁵.

Em outro momento das eleições presidenciais de 2018, agradecendo pela sua chegada ao segundo turno em primeiro lugar, na edição do *Jornal Nacional* (Rede Globo) de 08 de outubro, Bolsonaro se direcionou “à família brasileira que tanto clama para que seus valores sejam respeitados e, mais ainda, que a inocência da criança em sala de aula esteja acima de tudo”, prometendo “pacificar e unir o povo brasileiro sob a bandeira verde e amarela, sob o

sem Homofobia” e dos materiais produzidos nesse âmbito se deu no dia 23 de novembro de 2010, em um seminário no Congresso Nacional promovido conjuntamente pelas comissões de Legislação Participativa, Educação e Cultura e Direitos Humanos.

¹³ De acordo com a Agência Lupa, nunca houve no Congresso um “Seminário LGBT Infantil”. O que há, anualmente, é um encontro para discutir questões relacionadas à comunidade LGBT, com um tema diferente a cada edição. Em 15 de maio de 2012, por exemplo, o tema do IX Seminário LGBT no Congresso Nacional foi “Respeito à Diversidade se Aprende na Infância: Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência”. As discussões propostas pela Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, que promove o debate, diziam respeito ao combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes “que não se enquadram em papéis de gênero”. Disponível em: <https://bit.ly/3fTzIKQ>. Acesso em: 28 de março de 2023. O vídeo com o registro completo do evento está no site da Câmara dos Deputados, “onde podem ser vistas e ouvidas todas intervenções dos expositores, inclusive dos parlamentares presentes, sem cortes ou montagens”. Disponível em: <https://bit.ly/3D0bA7q>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

¹⁴ Bolsonaro se referia ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, de 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3SILPAW>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

¹⁵ De acordo com a Agência Lupa, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, lançado em maio de 2009 pela então Secretaria Nacional de Direitos Humanos, lista diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas voltadas para o público LGBT. São 51 diretrizes e 121 ações estratégicas, definidas durante a 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília, de 5 a 8 de junho de 2008. Apenas um tópico cita a “desconstrução da heteronormatividade” que diz respeito exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo fixado por esse tópico é fazer com que famílias formadas por casais homossexuais, travestis e transexuais sejam incluídas no sistema de informação do SUS, assim como acontece com as formadas por casais heterossexuais. Ademais, o plano não classifica como “errada” a relação entre homem e mulher, como disse Bolsonaro. Textualmente, sugere ações que possam “contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas à superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica”. Disponível em: <https://bit.ly/3fTzIKQ>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

nosso hino nacional, juntando todos que foi dividido (sic) no passado pela esquerda”¹⁶. A construção discursiva dos sujeitos ideologicamente identificados com as políticas progressistas promovidas pelos governos petistas como “monstros morais” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018) a serem perseguidas em nome da união da pátria foi ainda mais radicalizada uma semana antes da votação do segundo turno. Por transmissão das imagens de um telefone celular para um telão instalado na Avenida Paulista, Bolsonaro falou durante um ato organizado pelo PSL em São Paulo: “Nós somos a maioria. Nós somos o Brasil de verdade. (...) Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”¹⁷

Ao reforçar discursivamente o desejo de viver em um “Brasil onde tenhamos um só povo” e, portanto, livre dos “marginais vermelhos”, o então candidato à presidência reitera como missão política, junto aos seus apoiadores, a restauração daquilo que lhe parece ter sido perdido diante da conquista de direitos sexuais, das novas gramáticas morais e das profundas mudanças culturais alcançadas pelos movimentos LGBTQIA+, feministas, negros e indígenas. O sentido que se insinua no não dito do projeto de país que o discurso bolsonarista faz circular nas mídias é interpretado aqui como um convite à adesão a uma comunidade afetiva de nostálgicos por um passado no qual “um só povo” era o beneficiário de privilégios incontestáveis e direitos natos de supremacia cultural, política, econômica e social. Por que, de acordo com tal retórica heteronormativa e patriótica, a identidade nacional teria sido fragmentada por “marginais vermelhos” defensores de “ideologias nefastas”? Por quais mecanismos a infância e a família tradicional teriam sido corrompidas por *monstruosidades anormais e degeneradas* durante o processo de reconhecimento do amálgama de sexualidades, raças, classes sociais e culturas regionais que nos constitui como povo brasileiro? Quais as práticas retóricas foram comunicacionalmente articuladas por Jair Bolsonaro em sua trajetória à presidência da República para a produção e o fortalecimento de subjetividades que desejam as desigualdades de gênero e sexualidade como um projeto de poder? Mais fundamentalmente, como o pleito eleitoral de 2018 que definiu quem seria o presidente de um país com mais de 200 milhões de habitantes viria a ser futuramente lembrado como “a eleição do ‘kit gay’”¹⁸?

Partindo da proposição teórica formulada por Hall et al (1978), compreendo que a construção do pânico moral como representação atualizada da desintegração da ordem socialmente estabelecida é alicerçada por práticas significantes compreendidas pelos

¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3iDU6Be>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2FsBXIw>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3ufdss7>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

pesquisadores da Escola de Birmingham como “espirais de significação” (HALL et al, 1978, p. 223). Dessa forma, o acontecimento com o qual a significação lida é escalado para parecer mais assustador dentro do curso do próprio processo de construção social do pânico, convergindo múltiplos perigos a uma questão específica e ultrapassando limiares que projetam o objeto rotulado ao estatuto de ameaça crescente. Tomando a “convergência” e os “limiares” como os mecanismos de escalamento da “espiral de significação”, percorro um caminho investigativo que busca identificar e analisar como os processos de subjetivação que alimentam o fenômeno comunicacional aqui caracterizado como *a fabricação do pânico sexual bolsonarista* foram estabelecidos a partir de quatro eixos discursivos centrais: 1) os perigos da “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico; 2) os riscos de uma “iminente ameaça pedófila” encarnada pela esquerda petista; 3) os interesses perversos articulados pela “ideologia de gênero” como um suposto plano transnacional de desconstrução da heteronormatividade; 4) os temores acionados pelo “marxismo cultural” e o seu “projeto comunista de dominação global”. Sendo assim, a hipótese problematizada por esta tese é que, ao despolitizarem e criminalizarem as lutas por direitos sexuais, as práticas retóricas bolsonaristas – marcadas pelo desprezo ao estatuto da verdade característico do *bullshit* que tem contemporaneamente instituído a pós-verdade em uma escala global – escalaram os sentidos de perigo articulados pelo significativo “kit gay” nos circuitos midiáticos amplificados para que os limiares do moralmente aceitável fossem sucessivamente ultrapassados: do socialmente permissível para o intolerável, extrapolando para a criminalidade, a violência extrema e o totalitarismo de Estado.

Para não incorrer em anacronismo histórico é imprescindível especificar que o movimento bolsonarista como força política de extrema-direita foi materializado e fortalecido no contexto das eleições presidenciais de 2018 por meio da promoção de acordos tácitos entre uma heterogênea constelação de lideranças e grupos conservadores que tem historicamente exercido vigorosa influência no jogo político brasileiro. Como será aprofundado no primeiro capítulo que segue, este trabalho compreende o bolsonarismo para além da figura de Jair Bolsonaro, ou seja, como a atualização de ideais direitistas com extenso lastro histórico na nossa tradição sociopolítica. No entanto, argumento que foi principalmente a partir da visibilidade midiática e do capital político conquistados pelo então deputado federal – mais especificamente, por meio da estigmatização das políticas sexuais petistas como partes integrantes de um suposto “kit gay” – que diferentes projetos de poder conservadores e, em alguns casos reacionários, se aglutinaram e passaram a girar na órbita do ex-capitão do Exército para compor “uma onda bolsonarista na eleição de 2018” (ALVES, 2019, p. 183).

Tampouco defendo nesta tese que Jair Bolsonaro tenha agido isoladamente para escalar os sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay” e rotulá-los como perversidades constitutivas do projeto de poder defendido pelo Partido dos Trabalhadores. Assim como o movimento bolsonarista excede o personagem central que lhe corporifica, o processo de estigmatização das políticas sexuais petistas é muito mais amplo e poderoso que a figura do então deputado federal – abarcando “empreendedores morais” (BECKER, 1963) nos moldes do deputado federal (2011-presente) e pastor da Igreja Catedral do Avivamento Marco Feliciano (PL-SP); o pastor protestante neopentecostal e líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo Silas Malafaia; o senador (2003-2019) e pastor evangélico Magno Malta (PL-ES). Fundamentalmente, defino o fenômeno aqui investigado como *a fabricação do pânico sexual bolsonarista* não por compreendê-lo como uma estratégia político-eleitoral exclusivamente articulada por Jair Bolsonaro, mas por tomar como objeto de estudo os discursos proferidos por esse ator político em constante diálogo com outras lideranças direitistas e fenômenos socioculturais moralmente reacionários que se são ao redor do globo. A partir do que chamo de *práticas retóricas bolsonaristas*, objetivo analisar alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais forças políticas conservadoras atuaram na nossa cultura contemporânea para a capitalização de votos nas eleições de 2018 a partir da midiaticização de certas moralidades sobre sexualidade e gênero que têm perpassado o todo o processo de formação histórica brasileira.

Embora a problemática central que orienta este trabalho esteja marcadamente situada no imbricamento do fazer comunicacional e das práticas políticas contemporâneas, foi imprescindível para a construção do desenho metodológico da pesquisa mobilizar o gesto antropológico de “observar o familiar” (VELHO, 1978) – me possibilitando ir além do dito e do não dito sobre Jair Bolsonaro para analisar os enunciados que o próprio Jair Bolsonaro performatiza e faz circular sobre a sua visão de mundo. Como um pesquisador da Comunicação em busca de transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico” (DA MATTA, 1974), foi importante estabelecer pontos de contato e aproximação que me permitissem adentrar o universo bolsonarista em busca da compreensão das prerrogativas que produzem e reforçam as subjetividades dos cidadãos brasileiros que se identificam com as moralidades conservadoras e o sistema de crenças que o movimento da extrema-direita promete como horizonte político. Eu não sou um eleitor de Bolsonaro e repudio veemente o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que o político vislumbra materializar como projeto de poder. Contudo, mesmo sendo incapaz de abandonar os meus preconceitos e certezas, eu precisava encontrar um caminho de pesquisa que me permitisse, mesmo que temporariamente, a aventura de

transcender as minhas limitações pessoais para “pôr-se no lugar do outro” (VELHO, 1978, p. 127) que, embora fisicamente e socialmente tão próximo, possui vivências e experiências particulares que me são absolutamente estrangeiras. Um itinerário de pesquisa que me permitisse conhecer essa alteridade, ao invés de simplesmente rotulá-la a priori como ignorante, idiota ou incapaz de conceber a realidade da forma como eu julgo correto, ou seja, de acordo com as minhas “verdades”. Afinal, não há uma verdade universal, mas versões da verdade que dependem do olhar daquele que vê – sem desconsiderar, no entanto, que alguns fatos e eventos históricos são fartamente documentados e incontestáveis do ponto de vista historiográfico e humanístico. Foi, portanto, necessário para o desenvolvimento desta tese ouvir o personagem central do bolsonarismo que veio a se tornar o Presidente do Brasil entre 2019 e 2022.

Segundo Velho (1978), o conflito é constante no estudo de sociedades da qual fazemos parte pelo contato direto com o universo investigado, tendo em vista que os indivíduos têm interesses distintos e um desejo insaciável de satisfazê-los. O fato de conviver cotidianamente, mesmo sem saber, com sujeitos que apoiam o bolsonarismo e alimentam a fabricação do pânico sexual que contribuiu para a sua ascensão ao poder não significa que eu conheça as suas rotinas, ansiedades, medos, identidades, estereótipos, assim como os seus modos de ver e estar no mundo. Não significa que tenhamos experiências mais ou menos comuns e partilháveis que permitam um nível de interação e compreensão mútua; ao contrário, há descontinuidades vigorosas em termos de organização do comum e de produção de mundos. Retomando a problemática exposta por Da Matta (1974) sobre o familiar e o exótico, Velho (1978) sugere que “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido”. A partir da crítica estabelecida pelo antropólogo brasileiro de que estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento respectivamente, compreendo que o bolsonarismo e os sujeitos que se filiam a esse movimento político podem até me parecerem familiares, mas, na verdade, são marcados por irremediáveis distâncias socioculturais e subjetivas que me dificultam converter essa suposta familiaridade em fonte de conhecimento científico: “O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico” (VELHO, 1978, p. 128)

A partir do desenho metodológico aqui desenvolvido procurei conhecer os discursos, o sistema de crenças, a forma de pensar e o *modus operandi* desses sujeitos, ao mesmo tempo tão próximos e tão distantes, que se julgam intitulados de privilégios históricos alienáveis e se

articulam para manter a estrutura de poder que lhes favorece inviolada. Quais ansiedades e desejos reforçam nesses sujeitos a crença de que quaisquer formas de subjetividades e corpos que ameacem desestabilizar a coesão da matriz heterossexual compulsória vivificam *monstruosidades morais perversas e degeneradas* que precisam ser combatidos em defesa da sociedade? O que impulsiona esses sujeitos a se vincularem politicamente nas redes e nas ruas em apoio incondicional a um projeto de poder autoritário e conservador que, mais precisamente a partir de 2018, passamos a denominar de bolsonarismo? Em que mundo desejam viver essas pessoas para as quais a justiça social é desprezada como uma peça de engrenagem de “ideologias nefastas” que assombram desestabilizar o seu sistema de crenças historicamente sustentado pela heteronormatividade? Depois de quase cinco anos pesquisando um vasto material empírico, consegui mapear e analisar alguns dos processos comunicacionais a partir dos quais sujeitos desejantes da desigualdade social e da exclusão de anormalidades como um projeto político autoritário são produzidos contemporaneamente – mesmo que tenha a plena consciência de que se tratam de interpretações permeadas pela minha própria subjetividade.

Em diálogo com a minha busca por um contato direto com o universo bolsonarista Santos (2020) e Solano, Ortellado e Moretto (2017), por exemplo, desenvolveram pesquisas etnográficas em um sentido mais tradicional da observação participante por meio de entrevistas com sujeitos que protestavam em manifestações públicas convocadas por lideranças conservadoras. Já Santos, Chagas e Marinho (2022) imergiram em grupos de bolsonaristas no WhatsApp, ao passo que Alves (2023) analisou os perfis de fachadas e as redes fakes de apoio a Bolsonaro e ao ex-Juiz Sergio Moro. Para concretizar o meu exercício investigativo de “observação do familiar”, em um primeiro momento, esta tese se distanciou das concepções clássicas das práticas etnográficas em direção à “pesquisa antropológica em documentos”, compreendendo que “estes constituem artefatos etnográficos especialmente rentáveis em certos contextos de pesquisa” (LOWENKRON e FERREIRA, 2014, p. 76). Dessa forma, embora não estive presencialmente e não pude observar *in loco* as performances de Jair Messias Bolsonaro na Tribuna da Câmara dos Deputados para a estigmatização das políticas sexuais petistas, analisei uma quantidade significativa de documentos nos quais o registro dos discursos produzidos e circulados pelo então parlamentar produziu valiosos artefatos etnográficos para a condução desta pesquisa.

Sabendo que qualquer cidadão interessado e com conexão com a internet pode acessar o Banco de Discursos e ler os pronunciamentos das deputadas e deputados federais em Plenário a partir de 1946 até a atualidade e de reuniões de comissões na íntegra desde outubro de 2000

(além de discursos de não parlamentares convidados a participar em sessões de homenagens, de Comissões Gerais e audiências públicas nas Comissões)¹⁹, empreendi uma busca por meio de palavras-chave nos arquivos dos Discursos e Notas Taquigráficas disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados²⁰. Conforme explica o referido sítio da internet²¹, notas taquigráficas são o conjunto de discursos que compõe tudo o que é registrado nas sessões plenárias e nas reuniões das comissões; discurso é a transcrição tratada individualmente do pronunciamento realizado pelo parlamentar ou não parlamentar. Dessa forma, mapeei, identifiquei, coletei e armazenei os pronunciamentos proferidos por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara durante os seus sete termos como deputado federal (1991-2018) que continham os seguintes termos: kit (42 resultados)²²; homossexualidade (seis resultados)²³; homossexualismo (36 resultados)²⁴; homossexual (41 resultados)²⁵; homossexuais (30 resultados)²⁶; homofobia (22 resultados)²⁷; pedofilia (12 resultados)²⁸. Após o cruzamento dos 189 resultados obtidos pela pesquisa, 58 discursos foram selecionados (130 foram descartados por se repetirem nas respectivas buscas e um foi desconsiderado por conter a palavra “kit”, mas não se referir diretamente ao “kit gay”).

Com o lançamento da página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook, em 14 de junho de 2013, a plataforma digital emergiu como a mais importante na consolidação da imagem de Bolsonaro como presidenciável (ALMEIDA, 2019; GOLDSTEIN, 2019). Dessa forma, em um segundo momento da pesquisa, a partir da perspectiva teórico-metodológica que explora as potencialidades das mídias digitais como fontes documentais para o trabalho historiográfico e, em particular, para a História do Tempo Presente (ALMEIDA, 2010; OLIVEIRA, 2014; CARVALHO, 2016), coletei e armazenei, por meio de *print screen*²⁹, todas as 66 postagens compartilhadas pelo então deputado federal em sua página oficial do Facebook que foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: 1) que contivessem uma das seguintes palavras-chave: criança, crianças, criancinha, criancinhas, infância, infantil, família, famílias, pedofilia e homossexualidade; 2) que articulassem a partir de textos e imagens os programas

¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3HML08N>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024,

²⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3UdjdyZ>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²¹ Disponível em: <https://bit.ly/3HML08N>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024,

²² Disponível em: <https://bit.ly/3xVy6gh>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²³ Disponível em: <https://bit.ly/3zBji5U>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3Mouf2v>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3KiDZsi>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/40L3p8Z>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3MnGBry>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3Kk8YEo>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

²⁹ A coleta e o armazenamento foram realizados manualmente, entre fevereiro e março de 2020. Tomamos esse cuidado porque estamos lidando com um “arquivo imperfeito”, instável, sem durabilidade garantida ou até mesmo pretendida” (COLOMBO, 1991).

educacionais petistas e o “kit gay” à sexualização da infância, às homossexualidades, à pedofilia, à ideologia de gênero e ao marxismo cultural 3) que tivessem sido compartilhadas previamente ao início oficial da campanha de Bolsonaro para a Presidência da República de 2018, ou seja, entre 14 de junho de 2013 (criação do perfil na plataforma digital) e 22 de julho de 2018 (oficialização de sua candidatura à presidência)³⁰.

Devido ao fato das atividades básicas de nossas vidas pessoais e profissionais passarem hoje pelas redes sociais de internet, há uma circularidade de valores, conceitos, ideias e discursos que são constitutivas para a formação da subjetividade contemporânea. Nesse sentido, a página oficial de Bolsonaro no Facebook – muitas vezes caracterizada equivocadamente como o canal por meio do qual o parlamentar se comunica de forma não-mediada com os seus seguidores – foi utilizada para os mais diversos fins durante o recorte temporal aqui investigado: comunicação pessoal, pronunciamentos políticos, promoção dos seus atos de governo, assim como a produção de uma campanha eleitoral permanente sustentada por um ambiente digital altamente beligerante. O conjunto das moralidades, sistema de crenças, projetos de mundo, linguagens polêmicas e modos de agir do então deputado federal materializado nas postagens coletadas da sua página do Facebook é tomado, portando, como a segunda parte do corpus empírico que me possibilitou adentrar o universo bolsonarista e analisar a fabricação da esquerda petista como uma *monstruosidade moral* na cultura brasileira atual.

Tendo em vista ser o pânico sexual bolsonarista um “pânico participativo e de origem coletiva” (WALSH, 2020, p. 7)³¹ – tornando indistintas as fronteiras entre as mídias, os “empreendedores morais” e os públicos –, serão analisados os 58 discursos proferidos na Tribuna da Câmara dos Deputados e as 66 postagens compartilhadas por Jair Bolsonaro em sua página oficial do Facebook. Em se tratando especificamente dos conteúdos digitais, serão considerados os textos, imagens e vídeos postados pelo então parlamentar, assim como os comentários por meio dos quais os cidadãos comuns agregam novas camadas de experiências pessoais e as suas próprias evidências testemunhais para a participação coletiva na construção do fenômeno comunicacional aqui investigado. Tendo em vista o alto número de comentários postados, serão considerados para as análises da tese os cinco comentários mais relevantes (ranqueados pelo Facebook a partir de critérios estabelecidos pela plataforma digital)³², excluindo aqueles publicados pelo próprio deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

³⁰ Disponível em: <http://glo.bo/3KRvcPR>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

³¹ A conceituação será aprofundada no primeiro capítulo da tese.

³² Disponível em: <https://bit.ly/3CYnm1T>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

Sabendo que a fabricação do pânico sexual bolsonarista se dá em uma “cultura do pânico impulsionada pelas mídias sociais” (INGRAHAM e REEVES, 2016), é a partir das marcas, rastros e vestígios deixados pelo discurso bolsonarista e pelos comentários postados pelos cidadãos comuns nos ambientes de sociabilidade digital que percorro alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais políticas sexuais endossadas pelos governos petistas foram estigmatizadas para a promoção de sucessivos deslocamentos nos sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay”. Em minha trajetória analítica, sigo o caminho traçado por Hall et al (1978) na investigação da prática criminosa do *mugging*³³ como o signo ideológico legitimador de um Estado punitivista inscrito em um contexto de crise da hegemonia na Inglaterra dos anos 1970. Condensando temas como raça, crime e juventude ao fenômeno estudado, *Policing the crisis: mugging, the state, and law and order* situa o pânico moral como uma das manifestações mais aparentes de uma crise histórica profunda, explicando como e porque a crise passou a ser vivida por meio dessa forma de consciência, assim como iluminando o que deslocamentos de sentidos de perigo efetuam na gestão e contensão da crise.

Originalmente vinculadas à história política e cultural estadunidense – especialmente a partir dos anos 1960 com os impactos da contracultura –, batalhas ideológicas pela “alma da nação” (MELO e VAZ, 2021, p. 8) foram inicialmente teorizadas por James Hunter com a publicação, em 1991, do livro *Culture wars: The struggle to define America*. Hunter (1991) descreveu uma divisão fundamental na cultura norte-americana entre visões ortodoxas e progressistas da moralidade e sugeriu que essa separação atravessava as diferenças de classe, economia, religião, raça e sexualidade. O conceito, portanto, é um momento decisivo na caracterização intelectual de conflitos pelo estabelecimento de modelos normativos quando crenças rivais e incompatíveis colidem em questões como o aborto, homossexualidade, feminismo, educação sexual e multiculturalismo, representando um realinhamento significativo das distinções sociais que historicamente organizam a vida política.

Conforme argumentam Melo e Vaz (2021), a campanha de Jair Bolsonaro para presidente, em 2018, selou a inserção do Brasil nas guerras culturais contemporâneas. Rocha (2021) amplia esse olhar ao argumentar que a “[g]uerra cultural é o grito de guerra bolsonarista” (ROCHA, 2021, p. 107, grifo do autor), se tratando do verdadeiro eixo do projeto autoritário de poder que, para além de vencer o pleito eleitoral daquele ano, visa a derrubada da “hegemonia cultural da esquerda” e o “aniquilamento das instituições criadas pela Constituição

³³ Segundo a definição do dicionário Oxford Learner's, *mugging* significa o crime de atacar alguém violentamente, ou ameaçar fazê-lo, a fim de roubar seu dinheiro, especialmente em local público. Disponível em: <https://bit.ly/3Gxrt7n>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

de 1988” (ROCHA, 2021, p. 107-108). O conceito foi amplamente utilizado por importantes estudos brasileiros que objetivam compreender o papel da radicalização das disputas entre diferentes visões de mundo para a ascensão do bolsonarismo ao poder (DOS SANTOS, 2020; GOLDSTEIN, 2019; MIGUEL, 2018; ROCHA, 2021; SOLANO, ORTELLADO e MORETTO, 2017). No entanto, a noção de guerras culturais possui limites de inteligibilidade e potencial analítico que a torna insuficiente para as questões levantadas por esta pesquisa.

O conceito, conforme articulado por Hunter (1991), foi sucedido por inúmeros debates acadêmicos. Fiorina, Abrams e Pope (2004) e Wolfe (1998), por exemplo, argumentaram que a ideia de guerra cultural era mais um esforço de ativistas e da mídia do que a descrição factível de um mundo plenamente dividido em dois polos opostos de moralidade. Para Williams (1997), a formulação teórica apresenta uma visão muito restrita da ideia das guerras culturais: visões de mundo incompatíveis forçam todas as ideias políticas e atitudes públicas significativas a se relacionarem por meio de uma linha polarizada. O conflito, então, seria inevitável, intratável e crescente. Além disso, embora Hartman (2015) tenha realizado um denso estudo sobre a história das guerras culturais e aponte o movimento contracultural dos anos 1960 como a gênese da fratura universal na política cultural norte-americana, Solano, Ortellado e Moretto (2017) sugerem não haver unanimidade na literatura sobre o que teria dado início ao fenômeno.

Ao empreenderem uma análise da trajetória do conceito e o histórico do desenvolvimento das polarizações morais no Brasil, Melo e Vaz (2021) problematizam o seu caráter eminentemente descritivo que, ao singularizar um modo de disputa política localizada no campo das moralidades, não explica os processos que antecedem o conflito. Dessa forma, a formulação teórica não é capaz de explicar “a forma tomada pela reação às mudanças morais, os mecanismos psíquicos e sociais capazes de suscitar a reação moral, o movimento que ocorre com os temas morais que se tornam objeto de conflito ou as estratégias discursivas usadas” (MELO e VAZ, 2021, p. 34). O que Williams (1997) chama a atenção em sua revisão crítica é será adotado pelas análises desenvolvidas por este trabalho é a necessidade política de enfatizarmos menos teoricamente a ideia de “guerra cultural” e mais a de “prática política retórica” que busca mobilizar partes da população para uma urgência moral.

Tendo em vista que a investigação dos processos de construção de “monstros morais” (FOUCAULT ([1974-1975] 2018) possui uma potência analítica singular para a compreensão de fenômenos socioculturais e políticos em diferentes contextos históricos, em um primeiro momento desta tese me alio teoricamente às análises genealógicas empreendidas por Foucault ([1974-1975] 2018) sobre as *anormalidades perversas e degeneradas como monstrosidades*

morais em busca da compreensão de como as práticas políticas retóricas construídas e circuladas por Jair Messias Bolsonaro instrumentalizaram os saberes intimamente relacionados à produção da heterossexualidade como uma certa “verdade do sexo” e à teorização das condutas anormais que fez emergir a homossexualidade como uma das monstruosidades da sexualidade humana na virada do século XIX. Segundo Brum (2017), a escolha do monstro da vez é uma escolha política. Em um contexto no qual personagens tradicionais estão desacreditados, capturar o pânico da população e canalizá-lo para um monstro que não existe é uma maneira de manter as oligarquias de poder para que nada mude, mas pareça mudar: “É assim que oprimidos votam em opressores acreditando que se libertam. É assim que se faz uma democracia sem povo – uma impossibilidade lógica que se realizou no Brasil”³⁴

Seguindo esse caminho analítico observo que, desde pelo menos 2010, a retórica bolsonarista tem consistentemente estigmatizado as políticas sexuais endossadas pelos governos do PT – mais notadamente os programas “Brasil Sem Homofobia” (2004) e “Escola Sem Homofobia” (2011) – como ameaças ideológicas orquestradas por *monstruosidades morais* para “ganhar visibilidade em comunidades de nicho” e, mais especificamente a partir de 2014, para “deixar nichos conservadores e investir na construção de bases de visibilidade para lançar sua candidatura à presidência” (ALVES, 2019, p. 84-85). Como materialidades inaugurais do processo de construção social do pânico sexual bolsonarista, os materiais escolares – que supostamente seriam distribuídos nas instituições públicas de ensino pelo MEC para a conscientização sobre os efeitos das violências articuladas pela homofobia na restrição da cidadania plena – foram rotulados por Jair Bolsonaro como partes de um “kit gay” que estimularia “o homossexualismo (sic) e tudo o que podemos imaginar de ruim dentro das escolas”³⁵. Conforme sintetizado por César e Duarte (2017):

Se pensarmos nos termos de uma genealogia do nosso recente pânico moral, ele se iniciou com as polêmicas em torno ao “kit gay” e prosseguiu com a introdução no debate nacional da noção de “ideologia de gênero”, dando prosseguimento ao pânico moral. O emprego da noção de “ideologia de gênero” visa desmerecer e criminalizar a produção acadêmica e dos movimentos sociais em torno das questões relativas à igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual (CÉSAR e DUARTE, 2017, p.148).

Assim sendo, parto da noção de pânico moral originalmente proposta por Cohen em 1972 – diretamente influenciada pelos processos de rotulagem, como o de “empreendimento moral” desenvolvido por Howard Becker (1963) e o de “estigmatização” popularizado por

³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3UEEK5Z>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

³⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/370McSA>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

Erving Goffman ([1963] 1981) –, não para acolhê-la em sua totalidade. A partir das principais referências e críticas que contribuíram para o amadurecimento do conceito ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, proponho atualizar o gesto epistemológico inicial do sociólogo para a contemporaneidade digitalmente mediada³⁶. Para Cohen ([1972] 2002), o pânico moral ocorre quando uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça volátil e exagerada aos valores e interesses sociais, sendo caracterizado pelo papel central da mídia na amplificação do desvio dos grupos sociais demonizados (*folk devils*)³⁷.

Há, portanto, um enfoque à volatilidade dos episódios de pânico moral que contesto ao longo da tese, enfatizando a historicidade dos padrões normativos de representação do gênero e da sexualidade que a retórica bolsonarista repetidamente aciona para a fabricação do pânico da infância e da família supostamente ameaçadas por *anormalidades monstruosas*. Em contraste à suposição circunstancial do precursor da teoria do pânico moral, Watney ([1987] 1996) estabelece que a representação é o local da permanente luta ideológica sobre o significado dos signos, sendo os sucessivos episódios de pânico compreendidos como atualizações, em diferentes contextos políticos e socioculturais, das disputas históricas pela definição de verdades humanas supostamente universais.

Dessa forma, em um sistema de crenças alicerçado a partir de uma matriz de pensamento fundamentalmente conservadora e autoritária (RIBEIRO, 1995; SCHWARCZ, 2019), discursos e performances de aversão às subjetividades e aos corpos tidos como dissidentes à heteronormatividade compulsória não podem ser tomados como episódicos. Essas práticas políticas retóricas são observadas aqui como partes do desejo permanente de normalização e exclusão dos sujeitos que se apresentam como obstáculos à manutenção da ordem social hegemonicamente estabelecida. Por meio de deslocamentos epistemológicos à proposição teórica originalmente formulada por Cohen ([1972] 2002) argumento que, embora os signos que nutrem o pânico sexual bolsonarista de sentimentos de repulsa às anormalidades de gênero e de horror às perversões sexuais estejam temporalmente localizados na contemporaneidade, as operações ideológicas que informam os seus sentidos fazem parte de sistemas

³⁶ Em uma revisão aprofundada da noção de pânico moral nos Estudos Culturais, consideramos dois deslocamentos teórico-metodológicos para o amadurecimento do conceito que, muito frequentemente, é tratado de forma vaga e imprecisa: a apropriação da teoria gramsciana de hegemonia e o reconhecimento da multimídia e das tecnologias digitais (SACRAMENTO e SANTOS, 2020a).

³⁷ Trata-se de um termo de difícil tradução. Literalmente, refere-se a “demônios populares”. Embora seja muito comum este uso entre nós no Brasil, lembramos que *folk* em inglês está relacionado à folclore e à popular em termos culturais, mas também a grupos, pessoas, comunidades e populações. Por isso, preferimos traduzir como “grupos sociais demonizados”, destacando o processo de demonização realizado em relação a determinados grupos sociais em contextos específicos (SACRAMENTO e SANTOS, 2020a).

representacionais socialmente construídos e veiculados pelos produtos midiáticos e culturais ao longo de décadas. Sobretudo, penso o pânico sexual bolsonarista como a atualização das disputas históricas pela formação discursiva do sexo em um contexto de crise de representação no qual políticas e ativismos progressistas sobre gênero e sexualidade têm subvertido verdades humanas supostamente universais

Conforme analisado por Foucault ([1976] 2015), a sexualidade tornou-se alvo de constantes investimentos políticos nos séculos da modernidade europeia, estando em um domínio de formação discursiva sobre o sexo que tem historicamente atravessado diferentes posições dos sujeitos na sociedade. Sendo assim, a heteronormatividade diz respeito às relações de poder-saber, instituições convencionais, práticas culturais e estruturas sociais que têm sido articuladas para a construção da heterossexualidade como uma dimensão natural e constitutiva da existência humana (BUTLER, [1990] 2003; LOURO, 2004). Em um contexto de crise da hegemonia política, as práticas políticas retóricas bolsonaristas funcionam como mecanismos de atualização de sentimentos históricos de exclusão e intolerância às diferenças, focalizando-os contra os direitos sexuais contemporaneamente conquistados pelos sujeitos cujas *monstruosidades abjetas* desafiam a lógica de coerência imposta pelo trinômio “sexo-gênero-desejo” (BUTLER, [1990] 2003) e os seus mecanismos de opressão de gênero e sexualidade.

Reiterando que atribuir as mídias como fontes exclusivas de fenômenos sócio-político-culturais constitui determinismo tecnológico, outra fragilidade do conceito originalmente formulado por Cohen ([1972] 2002) é a acentuada preocupação com o papel central da mídia na amplificação do desvio. Embora a sua capacidade de descrever os embates travados no campo das moralidades como disputas políticas seja amplamente reconhecida, a teoria do pânico moral possui limites analíticos: o conceito não dá conta de explicar os processos de subjetivação que sustentam certas relações de poder. Cohen ([1972] 2002) identifica, mapeia e categoriza os processos de rotulagem dos *Mods* e *Rockers*³⁸ sem, no entanto, questionar, analisar e problematizar o porquê da ocorrência desses fenômenos na sociedade britânica do pós-Segunda Guerra Mundial. Não há, portanto, uma articulação dialética entre o micro e o macrossocial, sendo o trabalho do autor limitado a explicar o pânico moral a partir das reações exageradas veiculadas pela mídia aos grupos sociais demonizados.

³⁸ *Mods* e *Rockers* foram duas subculturas juvenis britânicas conflitantes das décadas de 1950 e 1960. Matérias veiculadas pela BBC News, em maio de 1964, afirmavam que esses grupos foram presos após tumultos em cidades litorâneas no sul da Inglaterra, provocando pânico moral sobre a juventude britânica. Disponível em: <https://bbc.in/3nviVHI>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Conforme argumentado em outro trabalho (SACRAMENTO e SANTOS, 2020a), é indubitável que grande parte da sociologia do desvio foi dominada por um funcionalismo profundamente conservador (COULDRY, 2003), compartilhando em seus estudos uma preocupação em abordar os impactos sociais da mídia como dimensão investigativa central. Considerando que a construção social é um “processo social de significação” (HALL et al, 1978, p. 55) e que “toda prática social expressa ou comunica um significado e, desse modo, são práticas significantes” (HALL, 1997, p. 208) esta tese objetiva identificar os mecanismos de produção de sentidos e compreender os múltiplos significados articulados pelo pânico sexual bolsonarista. Quais são os processos de subjetivação acionados pelas práticas retóricas bolsonaristas para a produção de sentidos contrários aos originalmente pretendidos pelos programas educacionais petistas? Por meio de quais processos sociais de significação a promoção do respeito às diversidades sexuais foi eclipsada pela rotulação da *perversão de nossas crianças* como uma ameaça à integridade da instituição familiar na nossa cultura atual?

Tendo em vista as vulnerabilidades teóricas aqui apontadas, articulo o conceito de pânico moral (COHEN, ([1972] 2002) às críticas propostas por Vance (1984), Rubin ([1984] 2017), Watney ([1987] 1996), Irvine (2006, 2009) e Herdt (2009) por meio do conceito de pânico sexual. Nesse movimento, atualizo no contexto brasileiro contemporâneo as disputas políticas historicamente travadas pela preservação dos significados dos signos e das representações públicas acerca das expressões de gênero e sexualidade conservadoras como modos de constituição de sujeitos que, para defenderem a nação brasileira das “ideologias nefastas” orquestrada por esquerdistas perversos, desejam a ascensão de um movimento político autoritário ao poder. O anseio por proteção e a apetite por exclusão tiveram os seus sentidos cotidianamente alimentados por práticas retóricas marcadas pelo descomprometimento político com o estatuto da verdade, conforme pode ser observado na declaração proferida por Bolsonaro na Tribuna da Câmara sobre a distribuição do “kit gay” pelo governo petista: “Isso é sério. Entendo até que é questão de soberania nacional” (BOLSONARO, 2010)³⁹.

Derivada do conceito de “pânico moral” (COHEN, [1972] 2002), a noção de “pânico sexual” foi cunhada pela antropóloga Carole Vance, em 1984, para explicar inflamadas e recorrentes batalhas sobre sexualidade, capturando o clima hostil do final do século XX decorrente das lutas pelos direitos gays, a favor da educação sexual e contra a censura moral. Nessa linha, Rubin ([1984] 2017) estabelece que o pânico moral é o mais importante tipo de

³⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Gilt8F>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

conflito sexual, sendo compreendido como “o momento político do sexo” (RUBIN, [1984] 2017 p. 109) no qual valores difusos são canalizados em ações políticas e em transformações sociais. A noção de pânico sexual, portanto, se concentra nos processos de transformação da sexualidade em uma questão política, sendo necessário observar quando as disputas públicas sobre as práticas sexuais se tornam mais importantes do que a guerra, a miséria, o desemprego e o meio ambiente. São nesses momentos específicos da nossa História que as moralidades passam a absorver as ansiedades das populações, deslocando as energias políticas de questões sociais urgentes para a normalização das subjetividades estigmatizadas como dissidentes.

Aprofundando o poder analítico do referencial teórico, Irvine (2006, 2009) argumenta que é necessário considerar como a produção de um pânico sexual, e a subsequente conversão de valores morais em ações políticas reacionárias, envolve a construção social e a mobilização discursiva de sentimentos públicos: “Estou sugerindo que ampliemos nossa análise do pânico sexual para integrar as suas profundas dimensões emocionais, incluindo como as emoções se entrelaçam através e legitimam estruturas de dominação” (IRVINE, 2009, p. 235). Se distanciando de escolas de pensamento que compreendem as emoções como irracionais e autênticas do self, Irvine (2009) propõe compreendê-las como formas significativas de comunicação social e política, ou seja, reações mediadas que envolvem sistemas de representações, sentidos, normas e motivações socialmente construídas. Para a autora, os pânicos sexuais não devem ser lidos como erupções irracionais e espontâneas de aversão a grupos sociais demonizados, mas como acontecimentos políticos mobilizados por roteiros altamente emocionais e performatizados em contextos históricos específicos que visam resguardar projetos de poder conservadores por meio do reforço de suas moralidades.

Portanto, analisar o pânico sexual bolsonarista como um fenômeno comunicacional articulado para a atualização dos processos históricos de formação discursiva de uma certa “verdade do sexo” e de fabricação de “monstros morais” lança luz em como disputas de poder-saber têm sido reproduzidas por diferentes forças políticas conservadoras: embates sobre uma suposta natureza biológica da sexualidade, os seus significados socialmente construídos, os limites proibitivos do sexo na infância, assim como as relações entre sexualidade e gênero. Assim sendo, o estudo das práticas retóricas bolsonaristas indica o delineamento de processos comunicacionais que dialogam com o *modus operandi* de líderes da extrema direita, nos moldes de Trump, Salvini, Orbán e Erdoğan: a mobilização política contra a conquista de direitos sexuais por meio da constituição de circuitos afetivos de indiferença à verdade e aos valores democráticos.

Em vista do que foi exposto, este trabalho analisa o processo de estigmatização das políticas públicas endossadas pelos governos do PT contra a homofobia e pelo respeito às diversas formas de existência humana como o de construção social de um pânico sexual. O fenômeno midiaticamente popularizado pela rotulação do “kit gay” – integrando em sua trajetória, por exemplo, a proposição legislativa do programa “Escola Sem Partido”⁴⁰, o fechamento antecipado da exposição *Queermuseu*⁴¹, a criminalização da performance *La Bête* no MAM de São Paulo⁴² e a fake news da “mamadeira de piroca” nas eleições de 2018⁴³ – não pode ser tratado como uma mera volatilidade coletiva tendenciosa e momentânea. Conforme sugere Irvine (2009), o acontecimento político vincula sentimentos reacionários que reforçam estruturas de dominação heteronormativas supostamente ameaçadas pelas lutas políticas por direitos sexuais e pelas novas gramáticas morais que emergem desses embates. É nesse contexto histórico que, ao se articular a uma “campanha global anti gênero” profundamente desvinculada das restrições impostas pelos mecanismos de representação e técnicas de verificação da verdade, Jair Bolsonaro mobiliza ansiedades de normalização das subjetividades dissidentes como ações políticas a favor do seu projeto de poder autoritário.

A importância da investigação das múltiplas questões que têm constituído a política brasileira na atualidade a partir da manutenção das hierarquias de gênero e sexualidade está para além do gesto de tomarmos a nossa realidade como um objeto de estudo. O Brasil pode e deve ser pensado como um observatório epistemológico no qual acontecimentos culturais, sociais, religiosos, científicos e ambientais têm provocado importantes deslocamentos nos modos como a humanidade tem historicamente pensado a si própria e se relacionado com o mundo a sua volta. Seja o país sul-americano considerado o “laboratório interseccional do neoliberalismo” (FASSIN, 2019b), o “laboratório do neoliberalismo autoritário” (SAUVÊTRE; DARDOT; LAVAL 2020) ou a “tempestade perfeita” (LATOURE, 2020) capaz de tornar visível as principais questões das próximas décadas, as feridas deixadas pelo bolsonarismo em nossa história recente nos oferecem insumos fecundos para refletirmos, por exemplo, sobre o atual

⁴⁰ Em 2004, o programa “Escola sem Partido” foi criado em reação às práticas educacionais que, de acordo com as informações contidas no site do Programa, funcionam como meras caixas de ressonância de doutrinas e agendas de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas. Fundamentalmente, o Programa propõe incluir, entre os princípios do ensino, o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Quase 60 projetos de lei foram apresentados em todo o país sob a influência do movimento, dentre eles o PL n. 867/2015 e o PLS 193/2016. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

⁴¹ Disponível em: <http://glo.bo/3MgDIZz>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

⁴² Disponível em: <https://bit.ly/3ZEIS4z>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

⁴³ Disponível em: <http://glo.bo/40J9gM8>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

“momento neofascista do neoliberalismo” (FASSIN, 2018) no qual deslocamentos nas políticas de verdade têm fundamentado ataques à democracia por movimentos da extrema direita.

Apesar de compartilhar a preocupação teórica apontada por Brown (2006b) de que o uso de um conceito supersaturado, com uma história e significado particulares, para uma nova configuração de poder pode levar a uma apreensão intelectual insuficiente de seus aspectos inéditos, concordo quando Fassin (2024) argumenta haver uma necessidade política para o uso do termo neofascismo e uma urgência em explicitar a responsabilidade do neoliberalismo para a sua ascensão. Para além dessas demandas pragmáticas, observo características históricas do fascismo clássico no fenômeno atual que podem potencializar a compreensão de nossas realidades empíricas. Nesse sentido, acompanho Jason Stanley (2018) em seus deslocamentos entre o fascismo histórico e o contemporâneo para focar no anti-intelectualismo como uma estratégia política (neo)fascista que, ao legitimar a existência de discursos descompromissados com o valor-verdade, pavimentam o caminho para a defesa de “falsidades” como “fatos alternativos” (WADE, 2017).

Como resultado desse processo, conceitos como os de “fake news” e “pós-verdade” assumem centralidade em pesquisas científicas que procuram iluminar a conjuntura atual de “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020). Seguindo a argumentação de Corner (2017), ao passo que fake news é um identificador incisivo de um tipo de conteúdo midiático fraudulento, a noção possui uma bagagem pouco filosófica para dar conta do debate proposto por este trabalho. De forma mais apropriada, aquilo que viemos a compreender como pós-verdade é um termo deliberadamente grandioso que demarca uma mudança de época na qual os processos de subjetivação para a produção de sentidos se distanciam daqueles historicamente experimentados em uma suposta “era da verdade” (KEYES, 2018; SALGADO, 2018) Apesar das diferenças e complexidades conceituais, ambas as proposições teóricas ainda estabelecem algum tipo de relação com a verdade – mesmo que seja se opondo à sua autoridade ou se recusando a atender as suas demandas por verificação dos fatos nos processos de construção de discursos políticos.

Embora reconheça o papel fundamental que esses conceitos têm desempenhado na investigação acadêmica do “novo curso mundial do neoliberalismo” (SAUVÊTRE; DARDOT; LAVAL 2020), Fassin (2024) problematiza que, para além da histórica oposição deliberada à verdade socialmente reconhecida, o sistema democrático liberal tem sido atualmente caracterizado pelo menosprezo à própria relevância política da verdade. Esse desprezo radical ao valor da verdade foi originalmente teorizado pelo filósofo americano Harry Frankfurt, em

1986, como a produção do *bullshit*⁴⁴: “É exatamente essa falta de conexão com qualquer preocupação com a verdade – essa indiferença de como as coisas realmente são – que considero como a essência do *bullshit*” (FRANKFURT, 2005, n.p.). Sendo assim, não há necessariamente uma novidade epistemológica no fenômeno das fake news – o que há é a atualização de uma certa contraposição à verdade já observada na propaganda política e que contemporaneamente passa a ser potencializada pelas mídias digitais. Conforme sintetizado por Fassin (2022), “mentir é a arte tradicional da política, a nova arte da política é o *bullshit*”.

Nas linhas do que argumenta Dieguez (2018), se o desprezo ao estatuto da verdade está em toda parte e é amplamente tolerado nas interações políticas contemporâneas, é simplesmente porque o *bullshit* acabou triunfando socialmente. Sendo assim, vivemos contemporaneamente em um mundo globalizado e hiperconectado no qual os enunciados do *bullshit* invadiram e usurparam nossos modos habituais de comunicação. Ao descartar a própria relevância da verdade sem prestar em qualquer coisa, exceto naquilo que convém dizer para satisfazer o que uma certa audiência deseja que seja dito, a noção de “fatos alternativos” ressoa diretamente com a essência do *bullshit*. Nesse sentido, se deslocarmos os nossos olhares para a política estadunidense recente podemos observar que, ao sancionar inverdades como fatos alternativos para fazer cumprir a promessa de “tornar a América grande novamente”⁴⁵ para os seus apoiadores, a administração trumpista amplifica, em uma escala planetária, a prática do *bullshit* problematizada por Frankfurt (2005).

Considerando que o discurso científico e as instituições que o produzem compõem uma das bases que têm historicamente alicerçado a “‘economia política’ da verdade” (FOUCAULT, 2012, p. 52), faz sentido que as tentativas de restringir a liberdade acadêmica assumam um papel central na legitimação do *bullshit* na cultura contemporânea. Nesse sentido, sucessivos ataques negacionistas ao pensamento crítico constituem uma potente estratégia política nas mãos de líderes da extrema direita cujos discursos e práticas são expressões atualizadas da ideologia fascista – seja por meio das cruzadas contra a cientificidade dos estudos de gênero (*gender studies*), das manifestações que se opõem às teorias críticas raciais (*critical race theory*), das narrativas conspiratórias sobre os perigos da vacinação contra a COVID-19 ou dos

⁴⁴ Traduzido em português como *falar merda* e em francês como *n’importe quoi*. O livro *On Bullshit*, publicado em língua inglesa em 2005, foi traduzido e publicado no Brasil no mesmo ano pela Editora Intrínseca como *Sobre falar merda*. Pela dificuldade em traduzir o conceito para o português e manter os seus sentidos filosóficos originais, ao longo da tese utilizarei o termo em sua forma anglofônica original *bullshit*, assim como *bullshitter* para o sujeito que produz o *bullshit* e *bullshitter* para o ato de produzi-lo)

⁴⁵ “Make America Great Again” foi o slogan da campanha de Donald Trump nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/43aeimk>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

movimentos digitalmente organizados em defesa do terraplanismo. Além disso, o voluntarismo dos públicos em abraçar a prática política do *bullshit* como um mecanismo de sanção aos seus sistemas de crenças é também identificado como um dos elementos constitutivos do descaso à verdade, evidenciando o processo por meio do qual “a indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência” (D’ANCONA, 2018, p. 34).

Seguindo o questionamento foucaultiano a respeito das “técnicas e [d]os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade [em cada sociedade]” (FOUCAULT, 2012, p. 52), argumento que as práticas retóricas bolsonaristas são expressões contemporâneas do *bullshit* teorizado por Frankfurt (2005), trabalhando na produção de indivíduos relativamente indiferentes à veracidade dos discursos que os constituem como sujeitos políticos. Refletindo especificamente sobre os impactos da “campanha global antigênero” nas eleições brasileiras de 2018, argumento que o pânico sexual bolsonarista serviu para a legitimação de uma cultura transnacionalmente política marcada pelo completo desprezo ao estatuto da verdade como um princípio democrático – seja desafiando as suas práticas discursivas, refutando as suas instâncias de validação de enunciados ou subvertendo os mundos gestados a partir dos seus efeitos regulamentados de poder.

Os cinco capítulos da tese foram desenvolvidos de modo a problematizar como e porque os quatro eixos discursivos identificados e analisados pela pesquisa potencializaram a construção do pânico sexual bolsonarista em uma contemporaneidade digitalmente mediada por disputas políticas pela (re)formação discursiva do sexo. Além disso, objetivam questionar o desprezo pelo estatuto da verdade nas eleições presidenciais de 2018 por práticas retóricas antigênero ético-politicamente descomprometidas com o estatuto da verdade como princípio democrático – pleito no qual o *bullshit* do “kit gay” se metamorfoseou na “mamadeira de piroca” e do qual Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República do Brasil.

No capítulo um, apresento uma genealogia da fabricação do pânico sexual bolsonarista a partir da denúncia inaugural do “kit gay” por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Nesse sentido, detenho os programas petistas contra a homofobia no Brasil – mais notadamente, o “Brasil Sem Homofobia” e o “Escola Sem Homofobia” –, tendo em vista a inserção transnacional da luta por direitos sexuais na linguagem dos direitos humanos. Além disso, caracterizo o que esta tese compreende como o movimento de extrema direita mundialmente conhecido como *bolsonarismo*, apresentando os aspectos midiáticos e o ativismo digital que concederam ampla visibilidade a essa força política nas redes e nas ruas. Finalmente, a partir da revisão das principais referências que contribuíram para o

amadurecimento da teoria do pânico moral em seus mais de 50 anos de existência, proponho um caminho de pesquisa para a atualização do conceito tendo em vista o ecossistema existencial digitalmente mediado no qual políticas sexuais e ativismos progressistas têm contemporaneamente subvertido verdades humanas supostamente universais. Sendo assim, penso o pânico sexual bolsonarista como a atualização das disputas históricas pela “formação discursiva do sexo” (FOUCAULT, [1976] 2015) em um contexto de “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020) no qual uma “campanha global antigênero” tem subjugado saberes cientificamente produzidos sobre gênero e sexualidade à hipervalorização da “autoridade experiencial” de líderes da extrema direita e de experiências pessoais compartilhadas por cidadãos comuns nos ambientes de sociabilidade digital.

No capítulo dois, parto da proposição filosófica de Brown (2006a) para pensar a “retórica bolsonarista da tolerância” às lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais como um “discurso de poder e uma prática de governamentalidade” (BROWN, 2006a, p. 8) que exige que os sujeitos tolerados vivam e pratiquem as suas diferenças de forma despolitizada e privada, ao mesmo tempo que legitima violências LGBTQIAfóbicas em um contexto de crise institucional. Sendo assim, identifico que o material audiovisual que comporia o “Kit de Combate à Homofobia” chacoalhou as fronteiras simbólicas da tolerância bolsonarista por valorizar politicamente as “expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis” (LEITE, 2019a, p. 11) e positivar os “adolescentes LGBT” (LEITE, 2014) como uma categoria social para a construção de políticas públicas.

Ao insistir na vitimização dos sujeitos LGBTQIA+ e no tratamento das diversidades de gênero e sexualidade sob a permanente ótica do risco – de modo algum pelo horizonte da afirmação de direitos e do exercício pleno da cidadania –, o pânico sexual bolsonarista se empenha na conservação dos “monstros morais” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018) cujas anormalidades e perversidades supostamente transcendentais têm sido historicamente instrumentalizadas para a legitimação de formações discursivas pecaminosas, moralizantes e patológicas sobre o sexo. Fundamentalmente, o movimento de extrema direita recusa a aceitar os efeitos regulamentados de poder gestados a partir do duplo movimento de “sexualização da política” e de “politização do gênero e da sexualidade” (FASSIN, 2005, p. 266), colocando em litígio os limites da expansão da nossa jovem “democracia sexual” (FASSIN, 2005, 2019a). Sendo assim, ao apoiar o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a concessão da guarda de menores para famílias não-heteronormativas, o programa de governo petista estaria assegurando a continuidade do seu

plano perverso de “doutrinação homossexual” inicialmente posto em curso pela distribuição do “kit gay” nas escolas públicas do ensino básico.

No capítulo três, observo as particularidades do processo de demonização da esquerda petista na cultura brasileira contemporânea como um sintoma do pânico sexual bolsonarista em um ecossistema existencial digitalmente mediado. Nesse sentido, as “espirais de significação” edificadas pelas práticas retóricas bolsonaristas se empenham na despatologização da pedofilia para revelar a natureza essencialmente criminosa do *monstro pedófilo*. Assim sendo, o “pânico participativo e de origem coletiva” sedimenta nos imaginários populares o temor a uma iminente ameaça pedófila intangível e incorpórea que pode se manifestar em qualquer lugar e a qualquer momento por meio de um triplo movimento de relativização da pedofilia: pela flexibilização do consentimento sexual infantojuvenil, pela ocultação de abusos sexuais contra crianças e adolescentes em nome da liberdade de expressão artística e pela legalização de crimes de pedofilia por meio da patologização do desejo perverso por menores vulneráveis.

Por meio da fabricação do *bullshit* que o “PT que legalizar a pedofilia”, o pânico sexual bolsonarista vai encarnar na esquerda petista os “monstros morais contemporâneos” que, segundo a proposição formulada por Lowenkron (2012), participam da definição de uma coletividade de comportamentos e sujeitos cuja contranatureza ininteligível pôde ser identificada pela categoria pedofilia e, com isso, associada a uma ideia de *monstruosidade comum* que deve ser politicamente e criminalmente controlada no “novo regime da sexualidade” (CARRARA, 2015). Sendo assim, os horrores articulados pelo “kit gay” passam a exceder a “doutrinação homossexual nas escolas públicas do ensino básico” para incluir os danos causados pelo escancaramento das portas das escolas pelo próprio Estado brasileiro para que a *figura monstruosa do pedófilo criminoso* entre e habite livremente esses espaços.

No capítulo quatro, analiso o processo de transnacionalização do pânico sexual bolsonarista via uma suposta “ideologia de gênero”. Em um primeiro momento, observo a importância da inscrição da retórica moralmente reacionária no “campo discursivo de ação conservador transnacional” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 730) para o alinhamento de uma multiplicidade de facções direitistas com extenso lastro histórico e de grupos conservadores até então desconhecidos na política brasileira contra um *folk devil* a ser comumente aniquilado: o Partido dos Trabalhadores. Assim sendo, ao tomarem a “pauta transnacional de repúdio ao ‘gênero’” (CORRÊA, 2018, p. 3) como uma categoria política, as direitas brasileiras se vincularam contra a “desconstrução da heteronormatividade” como um projeto de poder perversamente arquitetado pelo PT. Traçando a genealogia do sintagma

neológico aos ataques antigênero articulados pelo Vaticano no contexto das conferências das Nações Unidas, nos anos 1990, analiso como o termo passou a ser evidenciado de modo mais ostensivo no Brasil a partir de março de 2014 – no curso de embates legislativos entre parlamentares progressistas e conservadores pela inserção/exclusão das menções a “gênero”, “orientação sexual” e “sexualidade” no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e nos planos estaduais e municipais.

Sabendo que as reações conservadoras brasileiras não devem ser consideradas como meras reiterações das campanhas transnacionais, em um segundo momento, detalho como a tradução do sintagma “ideologia de gênero”, conforme cunhado pela Igreja Católica Romana, viajou por fronteiras nacionais para constituir, no Brasil, um “projeto reacionário de poder” (JUNQUEIRA, 2022). Sendo assim, identifico um processo de retroalimentação transfronteiriça na fabricação do pânico sexual bolsonarista por meio do qual a gramática globalmente articulada pela “ideologia de gênero” assume matizes nacionais ao ser comunicada como um projeto de poder petista que visa à “desconstrução da heteronormatividade” por meio da violação do princípio da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” na educação nacional, nas relações familiares e nos corpos infantojuvenis. Fabricando o *bullshit* de que, em nome do “princípio do interesse superior da criança”, a governamentalidade petista estaria se empenhando na normalização e na normatização da transição de gênero de menores de idade sem o consentimento dos pais e responsáveis legais, as “espirais de significação” acionadas por Jair Bolsonaro em sua página do Facebook escalam os sentidos de perigo do “kit gay” para uma questão de soberania nacional. É nesse contexto que, em um terceiro momento do quarto capítulo, analiso a comunicação bolsonarista da “ideologia de gênero” como o principal instrumento da “revolução cultural marxista” que emerge contemporaneamente das cinzas do comunismo para a promoção de uma mudança de consciências e da tomada do poder político global. Ou seja, investigo os processos comunicacionais por meio dos quais o pânico sexual bolsonarista estigmatiza a “ideologia de gênero” como o novo “perigo vermelho” comunista a ser combatido em nome da segurança nacional.

Na última seção do capítulo quatro, investigo quais os processos de subjetivação contribuíram para que uma parte considerável da população brasileira acreditasse no vídeo que se tornou “um símbolo das fake news da eleição de 2018”⁴⁶: o *bullshit* que o então candidato do PT, Fernando Haddad, estaria distribuindo mamadeiras com bico de borracha em formato de pênis para crianças em creches públicas espalhadas pelo país – “com a desculpa de combater

⁴⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3NZ3hi4>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

a homofobia, parte integrante do kit gay”⁴⁷. Para além do efeito de mecanismos subjetivos de estabilização e consolidação de crenças prévias (SANTOS, 2020), proponho pensar a mamadeira perversamente “adaptada” pelo PT como uma materialidade da ambiência delirante e fantasiosa fabricada pelo pânico sexual bolsonarista na cultura brasileira contemporânea desde, pelo menos, o ano de 2010. Potencializadas pela contemporaneidade marcada por uma política geral de verdade que despreza os seus mecanismos de verificação e as formas de conhecimento academicamente produzidas – problematizada ao longo desta seção como “a era do *bullshit*” a partir de autores, como Dieguez (2018), Fassin (2024) e Frankfurt (2005) – as práticas retóricas bolsonaristas inauguraram novos contextos socioculturais e construíram novas crenças a partir das quais os sujeitos têm produzido sentidos para as suas existências. É, portanto, por meio de processos de subjetivação que subjagam a verdade factual pela normalização política do *bullshit* como uma ferramenta política ajustável sob medida para a defesa de interesses partidários que analiso como um dos debates mais populares e acalorados durante o pleito eleitoral que definiu quem seria o presidente de um país com mais de 200 milhões de habitantes girou em torno da veracidade ou não da distribuição de “mamadeiras de piroca” para a amamentação de crianças de colo nas creches públicas brasileiras.

Por meio da investigação de alguns dos processos comunicacionais pelos quais o pânico sexual bolsonarista foi fabricado na cultura brasileira contemporânea, a relevância acadêmica deste trabalho se justifica na defesa de que algumas temáticas das pesquisas da Comunicação possivelmente tidas como presentistas podem, na verdade, contribuir para a construção de uma temporalidade comunicacional que define um tempo peculiar que deve ter lugar reflexivo privilegiado nas pesquisas do campo: a atualidade que incessantemente reorganiza as formas de vinculação das diferenças humanas para a produção de sentidos que nos afetam a agir em comum. Dessa forma, este trabalho é uma contribuição para o desenvolvimento e a consolidação de uma abordagem comunicacional, aliada aos estudos de gênero e sexualidade, para a compreensão da ascensão ao poder do projeto político conservador e autoritário materializado pelo movimento de extrema direita que tem dado forma e conteúdo à história política do Brasil recentemente atravessada pela sociabilidade digital – o bolsonarismo.

Segundo Barbosa (2016), críticas são tecidas que os objetos empíricos escolhidos pelos estudos comunicacionais, muitas vezes ao sabor de modismos, esfacelam-se diante de transformações igualmente ultravelozes. Os objetos dos estudos comunicacionais frequentemente acabam e são substituídos por outros mais urgentes no meio do processo,

⁴⁷ O vídeo pode ser visto no YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/424A7DN>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

podendo o pesquisador ou a pesquisadora viver o dilema de ver a dilaceração temática em função da fluidez temporal deles. Entretanto, a recorrente insistência no contemporâneo como uma temporalidade comunicacional nos faz perceber a dimensão temporal como uma categoria teórica fundamental na definição do objeto do campo: “É o tempo passando que é o objeto permanente dos estudos comunicacionais” (BARBOSA, 2016, p. 203). Desta forma, o que significa viver no tempo passando? Quais são as marcas singulares do nosso contemporâneo? O que determina as relações de espaço-tempo no mundo em que vivemos? Seria o tempo presente um agenciador de novas possibilidades de vida? Mais importante, quais são as questões do atual que interessam às pesquisas comunicacionais?

Ao retomar o sentido originário da comunicação como o fazer organizativo das mediações simbólicas imprescindíveis ao comum (SODRÉ, 2014), observo que uma “ciência do tempo passando” é tão somente o resultado da exigência histórica de se chegar a um entendimento ético-político do que está subsumido nas novas formas que os sujeitos elaboram o comum humano frente à sociabilidade orquestrada pelos usos das mídias digitais e dos seus ambientes de sociabilidade. Mesmo que Jair Bolsonaro não tenha sido reeleito nas eleições de 2022 e não atue mais como o presidente em exercício da República Federativa do Brasil, é fundamental que as nossas pesquisas compreendam a fabricação de pânicos morais e sexuais como processos comunicacionais organizadores do comum humano, ou seja, que as nossas investigações observem a construção de “monstros morais” como uma marca singular do tempo presente que se fortalece ao passo que a circulação de moralidades conservadoras e reacionárias é intensificada pelas mídias digitais. O pânico sexual que alimenta politicamente o bolsonarismo é, portanto, um mecanismo regulador do sistema de representações historicamente articulado para a preservação da heterossexualidade compulsória como um regime político autoritário. Sobretudo, essas práticas comunicacionais de atualização do nosso comum não podem ser tomadas pelos nossos estudos como modismos efêmeros, mas como elementos perenes que compõem uma importante chave de leitura para a compreensão do “tempo passando”.

Com esta tese, objetivo contribuir para o estabelecimento da comunicação como um campo disciplinar autônomo, cuja natureza interdisciplinar é fruto da exigência dos seus objetos empíricos de estudo. Nesse âmbito, dialogo com pesquisas que investigam como as redes sociais de internet têm afetado profundamente a vida política, os modos de sociabilidade e a produção de subjetividades na atualidade. Por meio da análise de como e porque o bolsonarismo usou (e ainda usa) estrategicamente as mídias para articular o pânico sexual da infância e da

instituição familiar supostamente ameaçadas por “monstros morais contemporâneos” como uma tecnologia de governamentalidade da extrema direita, lanço luz sobre a questão da produção de sentimentos e comportamentos políticos pelas mídias digitais a partir de um ponto de vista singular. Sendo assim, o trabalho se alinha a uma tradição inovadora e interdisciplinar de pesquisas que tomam os processos comunicacionais e as tecnologias midiáticas como elementos centrais para a reflexão crítica acerca da cultura, da política, da estética, do sujeito e da linguagem. Fundamentalmente, as análises aqui desenvolvidas contribuem para a sedimentação da comunicação social como um campo epistemológico com características próprias que não se resume ao estudo da mídia, mas que funciona como uma força estruturante das formas contemporâneas de sociabilidade, do fazer político e da produção de subjetividades.

CAPÍTULO 1. A fabricação do pânico sexual bolsonarista

Sr. Presidente, se ser homofóbico é combater isso aqui, podem continuar me chamando de homofóbico, porque eu não vou admitir essas ações desses grupos homossexuais radicais, os mesmos que querem substituir a bandeira do Brasil dos pátios das escolas, onde está escrito “Ordem e Progresso”, por uma bandeira arco-íris com a expressão “Vale Tudo” (BOLSONARO, 2011)⁴⁸

⁴⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de abril de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3zVGa0f>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

1.1 A genealogia do pânico

“Sr. Presidente, meus companheiros, quero tratar de um assunto que, no meu entender, em 20 anos de Congresso Nacional, é o maior escândalo de que já tomei conhecimento. Não tem nada a ver com corrupção. Afinal de contas, esse é um tema corriqueiro neste Governo”. Com um discurso aterrorizante, Jair Messias Bolsonaro subiu pela primeira vez à Tribuna da Câmara, em 30 de novembro de 2010⁴⁹, para advertir sobre a “necessidade de providências da Presidência da Casa a respeito do lançamento do kit intitulado Combate à Homofobia”⁵⁰. Conforme consta nos arquivos dos Discursos e Notas Taquigráficas disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados, os adjetivos amedrontadores e sentimentos de aversão performatizados pelo então deputado federal para denunciar o Seminário “Escola Sem Homofobia”⁵¹ marcariam a genealogia do pânico sexual que o então deputado federal fabricaria na cultura brasileira contemporânea pelos próximos anos. Conforme detalhou o parlamentar no plenário da Câmara naquela ocasião:

Na semana passada, houve reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, com a presença do Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do MEC. Estava presente uma plateia composta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Essa turma toda reunida tomou decisões de que esta Casa não está sabendo. E digo mais: a maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não está sabendo dessa decisão. Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado *Combate à Homofobia*. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade. Esse kit contém DVDs com duas historinhas. Seus filhos de 7 anos vão vê-las no ano que vem, caso não tomemos uma providência agora. (...) Esses *gays* e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria. O Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto. Nós não podemos submeter-nos ao escárnio da sociedade. Esse *kit*, destinado a crianças de 7 a 12 anos, será distribuído no ano que vem para 6 mil escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha! (BOLSONARO, 2010, grifos do original)⁵².

Realizado no Congresso Nacional, em 23 de novembro de 2010, o seminário “Escola Sem Homofobia” discutiu o papel da escola na promoção do respeito às diversidades, apresentando os resultados do “Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em

⁴⁹ Entre 30 de novembro de 2010 e 01 de abril de 2015 o então deputado federal Jair Bolsonaro subiu 41 vezes à Tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar os perigos representados pelo “kit gay” à sociedade brasileira. Todos os discursos – excluindo o de 13 de maio de 2004 por não possuir relevância para esta pesquisa – estão disponibilizados em: <https://bit.ly/3xVy6gh>. Acesso em: 10 de abril de 2021

⁵⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Texto disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

⁵¹ Disponível em: <https://bit.ly/405Vsdq>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

⁵² Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Texto disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Acesso em: 24 de agosto de 2020

11 capitais brasileiras” (REPROLATINA, 2011)⁵³, assim como entregando os certificados do prêmio “Educando para a diversidade sexual”⁵⁴ em reconhecimento às melhores iniciativas desenvolvidas sobre a temática. Com cobertura jornalística em tempo real pela Agência Câmara⁵⁵ e a participação cidadã por meio do envio de perguntas aos convidados, os protótipos dos materiais didáticos que compunham o “Kit de Combate à Homofobia” foram expostos publicamente pela primeira vez. Ainda no contexto do evento promovido pela Comissão de Legislação Participativa (em parceria com as Comissões de Educação e Cultura e de Direitos Humanos e Minorias), o MEC anunciou que o Plano Nacional de Educação (PNE)⁵⁶, definidor das metas da educação brasileira para a próxima década (2011-2020), deveria conter recomendações para o combate da homofobia nas escolas.

Segundo relatam Mello et al (2012), importantes organizações manifestaram-se favoráveis ao reconhecimento da adequação da proposta pedagógica do projeto “Escola Sem Homofobia”, tendo em vista a relevância do enfrentamento da homofobia – assim como da lesbotransfobia e da transfobia – nos espaços escolares e a adequação do material didático às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinaria. Em nota, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)⁵⁷ corroborou com o posicionamento ao detalhar que, além de ter recebido pareceres favoráveis do Conselho Federal de Psicologia, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (UNAIDS) e da representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, o “Kit de Combate à Homofobia” obteve os apoios declarados do Centro de Educação Sexual (CEDUS), da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O material também foi analisado pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, que faz a classificação indicativa para filmes e programas de televisão, assim como teve uma moção de apoio aprovada pela Conferência Nacional de Educação da qual participaram três mil delegadas e delegados, estudantes, professores e demais profissionais da área representantes de todas as regiões do país.

⁵³ Outras pesquisas contribuíram para o mapeamento da homofobia nas escolas. Ver, por exemplo: UNESCO, 2004a; UNESCO, 2004b; REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA, 2009; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2009; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2009.

⁵⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3DLLfuc>. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

⁵⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3lmS7Ta>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3fJg8Cm>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

⁵⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2I4b1An>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

Não obstante à aprovação técnica e ao suporte institucional recebido, a primeira apresentação pública do material didático durante o seminário “Escola Sem Homofobia” desencadeou disputas morais e políticas pela produção de “uma nova governamentalidade de corpos, sexualidades e desejos” (CÉSAR & DUARTE, 2017, p. 145) que marcariam a cultura brasileira a partir do início da década de 2010. Principiando as sucessivas reações conservadoras de parlamentares das bancadas evangélica e católica, assim como as de grupos da sociedade civil em favor da preservação da ordem heteronormativa, Jair Bolsonaro subiu à Tribuna da Câmara sete dias após o referido seminário para denunciar que “[e]ssa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm tendências homossexuais”⁵⁸.

Conforme admitido na sabatina do *Jornal Nacional* (Rede Globo), realizada durante o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, até tomar conhecimento do seminário “Escola Sem Homofobia” nos corredores do Congresso Nacional, o então deputado federal se considerava uma pessoa “normal” no tocante às diversidades de gênero e sexualidade. Segundo o ex-capitão do Exército, foi a partir do momento que tomou conhecimento do “kit gay”, em 23 de novembro de 2010, que o parlamentar teria passado a proferir declarações homofóbicas legitimadas pelo seu amor às crianças em sala de aula e pela defesa da autonomia dos familiares na educação dos seus filhos: “(...) eu nada tenho contra o gay. Eu tenho contra o material que estava em sala de aula”⁵⁹.

Dessa forma, a parcela dos cidadãos brasileiros digna do amor e da proteção bolsonaristas é escalada ao papel de vítima das *monstruosidades perversas petistas* que ameaçam desconstruir a heteronormatividade e, portanto, o conjunto das normas, práticas políticas e relações de poder que asseguram o seu status existencial no mundo. Ao instituir a doutrinação infantil nas escolas e a vulnerabilidade da instituição familiar como os argumentos centrais do pânico sexual que protagoniza, Jair Bolsonaro subverte os sentidos originalmente articulados pelas políticas públicas endossadas pelos governos do PT em prol da proteção das populações LGBTQIA+ contra as violências homofóbicas. Nesse deslocamento discursivo, os esforços para mitigar o sofrimento dos sujeitos historicamente hostilizados por enunciados preconceituosos e brutalizados por agressões físicas são ressignificados como obstáculos à materialização de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que o político promete salvaguardar para os apoiadores do seu projeto de poder autoritário.

⁵⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Texto disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

⁵⁹ Em entrevista ao *Jornal Nacional*. Disponível em: <https://bit.ly/3h0IF7D>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

É nesse contexto de disputas políticas por quais sujeitos deveriam “ocupar a posição de vítima inocente da violência do inimigo” e para quais grupos deveria ser conferida a virtude da “superioridade moral” (MELO e VAZ, 2021, p. 13) que atores conservadores, capitaneados por Jair Bolsonaro, passaram a se organizar em torno do significante “kit gay” em repúdio à distribuição do “Kit de Combate à Homofobia” nas escolas públicas brasileiras. Segundo Leite (2019b), maio de 2011⁶⁰ representou o ápice da mobilização política contra o projeto “Escola Sem Homofobia” que “até então, pelo menos publicamente em relação ao Parlamento, era uma ação isolada de Bolsonaro” (LEITE, 2019b, p. 126), mas que angariou apoio político para se tornar uma bandeira da bancada evangélica no Congresso Nacional⁶¹. Dessa forma, parlamentares nos moldes do deputado João Campos (então presidente da Frente Parlamentar Evangélica), do deputado Anthony Garotinho (então porta-voz da força evangélica) e do senador Magno Malta (então presidente da CPI da Pedofilia e integrante da autodenominada Frente da Família) se uniram ao pânico sexual bolsonarista contra as políticas sexuais petistas.

Simultaneamente, por meio de reportagens veiculadas nas mídias tradicionais, polêmicas circularam pelo país potencializando a rejeição pública ao material educativo. Assim sendo, em 20 de maio de 2011, a TV Record⁶² divulgou a fala “debochada” de um dos representantes do MEC, o ex-secretário André Lázaro, “ao explicar para parlamentares como ele e outros funcionários pensaram e produziram o chamado ‘kit gay’”, focando nas dificuldades que a equipe teve para definir os parâmetros para a cena do “beijo lésbico na boca” em um dos materiais audiovisuais: “A gente ficou três meses discutindo até onde entrava a língua, né?”. Para além de anunciar a matéria aos espectadores e informá-los sobre o acontecimento, a jornalista Fabiana Scaranzi emitiu opiniões pessoais que refletem o posicionamento da emissora de televisão (de propriedade do fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Edir Macedo): “Indignação. Foi com esse sentimento que os brasileiros ouviram as declarações do ex-Secretário do Ministério da Educação exibidas ontem aqui no Jornal da Record”. Ademias, o produto televisivo acionou especialistas, como o

⁶⁰ Importante reiterar que, em 05 de maio de 2011, o STF decidiu, de forma unânime, equiparar as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres (reconhecendo a união homoafetiva como um núcleo familiar como qualquer outro) e que, nesse mesmo contexto, o PLC 122/2006 para a criminalização da homofobia tramitava pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado Federal.

⁶¹ Conforme esclarece Leite (2019b), a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional foi criada em 2003. Integram a bancada os parlamentares que se declaram evangélicos ou se alinham ao grupo na votação de temas ligados à religião e aos costumes, além daqueles que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas, como bispos, pastores, missionários, sacerdotes e os cantores de música gospel. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com base nos dados disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as urnas em 2018 reforçaram a bancada evangélica no Congresso Nacional. O grupo que tinha 78 integrantes passou a contar com 91 congressistas na nova legislatura.

⁶² Disponível em: <https://bit.ly/36iaRim>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

Presidente da Comissão da Família da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Olavo Pelegrina, para alertar o público sobre a inadequação de se discutir em sala de aula o “kit escolar sobre homossexualismo (sic)” contendo “uma cena de sexo entre dois homens”.

Assim como os programas televisivos, as mídias digitais mediaram a vinculação de públicos por meio da expressão de sentimentos de repulsa e da articulação de ações políticas pelo cancelamento do “Kit de Combate à Homofobia”. Em meados de 2011, o Movimento Sentinela⁶³ disparou e-mails contendo dois links: o primeiro direcionando para o vídeo no qual Bolsonaro denunciava o “escândalo do kit gay” na Tribuna da Câmara, em 30 de novembro de 2010⁶⁴; o segundo para o “Abaixo-assinado Somos contra o maior escândalo deste País, o KIT GAY”⁶⁵, destinado à Presidente da República Federativa do Brasil, ao Congresso Nacional do Brasil, ao Supremo Tribunal Federal e às Assembleias Legislativas: “Não aceitamos que nossas crianças de 7, 8, 9 e 10 anos recebam esse tal de KIT GAY. Neste Kit Gay há 2 vídeos com o Título Contra homofobia, mas na verdade nesses vídeos contém mensagens subliminares para as nossas crianças, induzindo-as a homossexualidade (sic)”. O texto do abaixo-assinado incita que os cidadãos “façam valer imediatamente nossos valores contra essa imposição que querem colocar para as nossas crianças”.

Analisando os comentários postados por uma parcela expressiva dos 38.056 signatários do abaixo-assinado⁶⁶, observo um misto de medo e ódio materializados em frases que afirmam estar havendo um movimento pela “catequização gay obrigatória”, por uma “doutrinação gay imposta pelo Estado” e em prol da “vergonhosa apologia do homossexualismo (sic) de forma dissimulada”. Além das expressões de repugnância e asco manifestadas a “esse tal de KIT GAY”, as publicações ecoam a defesa da liberdade dos “pais orientarem seus filhos a qual caminho seguir em questão de gênero ou caráter”.

Identifico que a defesa da autonomia de mães e pais na educação de suas crianças, sintetizadas nas mais de 4.000 postagens em apoio ao abaixo-assinado, também perpassou o discurso articulado pela ex-presidente Dilma Rousseff para justificar o seu veto, em 25 de maio de 2011, ao “kit anti-homofobia” que seria distribuído nas seis mil escolas públicas do país.

⁶³ Movimento Sentinela, 2011. Google Groups. Disponível em: movimentosentinela@googlegroups.com. Acesso em: 29 de junho de 2017. O Movimento Sentinela se apresenta como um grupo cujo objetivo é difundir entre os seus membros o que há de mais recente no noticiário que venha contra e a favor aos princípios da fé conservadora, seja na política, nos meios de comunicação e por meio de pessoas influentes na sociedade (ROSO e ROMANINI, 2018, p. 404).

⁶⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2J9W7cE>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

⁶⁵ O abaixo-assinado foi criado pelo Grupo Revoltados Online. Disponível em: <https://bit.ly/2Jm45zl>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

⁶⁶ Disponíveis em: <https://bit.ly/3MOb3eM>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

Pressionada pelas bancadas religiosas no Congresso e por cidadãos comuns, em uma entrevista concedida no Palácio do Planalto⁶⁷, a então chefe do Executivo reiterou a necessidade da educação sobre o respeito às diferenças e ao combate às práticas violentas contra aqueles que são diferentes, porém discordou do conteúdo do material proposto pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) por entender que esse não atendia ao objetivo de combater a discriminação contra homossexuais.

Embora na ocasião tenha declarado publicamente ter assistido a apenas um trecho de um dos cinco vídeos elaborados pelas ONGs especializadas na temática – em acompanhamento do MEC para garantir a conformidade com as diretrizes do programa “Brasil Sem Homofobia” e com os dados científicos resultantes de diversos estudos publicados globalmente –, Rousseff enfatizou que “não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais nem, de nenhuma forma, nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. (...) Não haverá autorização para esse tipo de política de defesa de A, B, C ou D”. Finalmente, após uma reunião entre as bancadas religiosas⁶⁸ e o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o governo informou a suspensão de todas as produções que estavam sendo editadas pelos Ministérios da Saúde e da Educação sobre a questão da homofobia⁶⁹. Imediatamente após o veto da ex-presidente, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, concedeu entrevista⁷⁰ na qual argumentou que a decisão de Rousseff, para além do caráter explicitamente moral, teria sido perpassada por questões técnico-burocráticas.

Ao ceder às pressões dos grupos conservadores e interromper os programas em prol do respeito às diversidades de gênero e sexualidade nas escolas públicas brasileiras, a presidente Rousseff não somente reforçou as alegações do fundamentalismo religioso, como promoveu inflexões na “governamentalidade petista”⁷¹ sobre os corpos e subjetividades LGBTQIA+ que

⁶⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2VeSGnh>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

⁶⁸ Para referências aprofundadas sobre o poder de barganha política das bancadas religiosas, ver: Romancini (2018), Trotti (2020, p. 78) e Avelar (2021). Leite (2014, p. 202) detalha a pressão da Bancada Evangélica e as concessões de Dilma Rousseff aos parlamentares que a compõem.

⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2HUtE9Q>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3fXSKDx>. Acesso em: 20 de março de 2021.

⁷¹ Segundo Foucault (2012), o termo governamentalidade encerra o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. A partir do filósofo francês, compreendo a “governamentalidade petista” como o conjunto das formas de pensar e das práticas adotado pelos governos petistas (2003-2016) para a diminuição das históricas desigualdades sociais que impregnam o tecido social brasileiro, inclusive no que tange às políticas públicas pela equidade de gênero e pelas diversidades sexuais implementadas por ministérios, secretarias e agências governamentais muitas vezes em parcerias com ONGs e movimentos da sociedade civil. Os governos de Lula da Silva (2003-2010) procuraram articular discursivamente tal governamentalidade por meio do slogan “Brasil, um país de todos”.

vinha sendo implementada pelo Partido dos Trabalhadores desde 2003. Oliveira Júnior e Maio (2015) seguem nessa direção crítica ao afirmarem que as ações do governo federal, sob a liderança de Rousseff, marcaram o início de uma nova organização política do poder Executivo acerca das temáticas de gênero, sexualidades e outros direitos humanos – fenômeno que os pesquisadores denominam de “cultura do desagendamento do governo brasileiro” (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2015, p. 49). Com o gesto nulificador, Rousseff sinalizou que o pânico sexual bolsonarista seria incorporado pelo seu governo como uma forma de barganha nas negociações com os grupos religiosos politicamente articulados no Congresso Nacional.

Romancini (2018) aponta dois compromissos assumidos entre o governo Dilma e as bancadas político-religiosas que contribuíram significativamente para o cancelamento do “Kit de Combate à Homofobia” do Ministério da Educação. Primeiramente, muitos evangélicos (como é o caso do bispo Edir Macedo) sentiam que a presidente tinha uma “dívida” com o grupo político-religioso que defendeu a então candidata, durante as eleições presidenciais de 2010, da acusação de ser favorável ao aborto. De fato, Rousseff havia dito, antes do primeiro turno, que a parceria com as bancadas religiosas era estratégica e, se caso houvesse um governo seu, ele ouviria sistematicamente as suas lideranças. A outra questão envolveu as denúncias de enriquecimento ilícito do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. As frentes religiosas e conservadoras, com membros da oposição e também da heterogênea base aliada do governo, aproveitaram o escândalo de corrupção para negociar com o Partido dos Trabalhadores, propondo a não convocação de Palocci para depor no Congresso em troca da garantia de que o material educativo não seria distribuído nas escolas.

Importante apontar que o governo petista, mais especificamente a presidente Dilma Rousseff, sofreu críticas contundentes dos atores e movimentos progressistas pelo cancelamento do “Kit de Combate à Homofobia” e a subsequente “cultura do desagendamento” (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2015, p. 49) que se instaurou em suas práticas políticas, sendo acusado de omissão em relação às questões de gênero e sexualidade. No entanto, tendo em vista os objetivos desta tese, focarei nas manifestações midiáticas emitidas por grupos conservadores em oposição às políticas públicas petistas pela promoção dos direitos sexuais, sobretudo, as articuladas pelo então deputado federal Jair Bolsonaro.

Segundo a definição formulada por Carrara (2010), direitos sexuais se referem a prerrogativas legais relativas ou às sexualidades ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais. Nesse sentido, apesar de muitas vezes não tratar diretamente da sexualidade humana – como em temáticas relacionadas

às questões previdenciárias, à adoção de crianças, à liberdade de movimentos em espaços públicos ou à mudança de nome e sexo em certidões de nascimento –, os direitos LGBTQIA+ “vêm sendo compreendidos como ‘direitos sexuais’, dado o fato de os processos sociais e políticos de estigmatização e discriminação que deles privam pessoas envolverem historicamente valores relativos à sexualidade” (CARRARA, 2010, p. 135).

Apesar das inflexões da ex-presidente Rousseff, o recuo do governo Dilma não encerrou as polêmicas sobre o “kit gay” e tampouco os embates em torno das políticas públicas petistas em favor dos direitos sexuais. Muito pelo contrário, “ceder aos homofóbicos foi um grave erro estratégico dos governos petistas. O que parecia então uma concessão tática numa ‘pauta menor’, deu energia para um movimento conservador que não parou de crescer”⁷². Em 2013, por exemplo, o material educativo componente das estratégias do programa “Saúde na Escola” que, dentre outras temáticas promovia debates sobre saúde sexual e reprodutiva entre jovens estudantes, teve a distribuição suspensa por determinação de representantes do governo federal. Além disso, o kit “Histórias em Quadrinhos: Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (HQ-SPE)”⁷³ – organizado pela UNESCO em parceria com o MEC e formado por seis revistas que incluíam as temáticas das homossexualidades, gravidez na adolescência e uso da camisinha – teve a distribuição interrompida pela segunda vez por determinação do Planalto Central⁷⁴.

Como o Estado brasileiro planeja desenvolver políticas públicas que efetivamente promovam os direitos sexuais sem a realização de um trabalho de conscientização social sobre os processos de construção histórica da heteronormatividade como natural e das outras formas de existência humana como anormalidades perversas? Como os órgãos do poder cogitam lutar contra a homofobia sem o desenvolvimento de dispositivos legais que assegurem o direito à vida dos corpos que são diariamente aniquilados pelas violências que essa prática enseja? Além de incoerente com a governamentalidade petista em prol da defesa dos direitos sexuais como direitos humanos, considero epistemologicamente contraditório o discurso de Rousseff que propõe limitar a atuação governamental afim de manter no âmbito “da vida privada” um problema que é fundamentalmente público e coletivo. A homofobia como fenômeno social é cotidianamente sustentada ao passo que representações estigmatizantes de grupos sociais demonizados, patologizados e criminalizados como *monstruosidades perversas* são reforçadas pelos sistemas de reprodução de crenças que nos constituem como sujeitos. Faz sentido,

⁷² Disponível em: <https://bit.ly/3atJ8h8>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/484Q5iB>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2024.

⁷⁴ Segundo Oliveira Júnior e Maio (2015), a primeira suspensão ocorreu nas proximidades das eleições presidenciais de 2010 para evitar qualquer tipo de conflito ou descontentamento com grupos contrários, ou seja, os grupos religiosos, conservadores e em defesa da família tradicional.

portanto, que para conservar uma cultura política de restrições de direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança e à própria vida de pessoas não-heterossexuais e não-cisgêneros, o pânico sexual bolsonarista insista no esvaziamento dos espaços escolares e dos produtos culturais de qualquer possibilidade de agenciamento de subjetividades que respeitem a equidade das diversas formas de sermos humanos.

1.2 Por um “Brasil Sem Homofobia”

As democracias liberais desenvolvidas a partir do século XVIII basearam-se em uma divisão entre as esferas pública e privada, excluindo as questões relacionadas às identidades de gênero e às expressões de sexualidade da vida política. Dessa forma, o sexo (pensado aqui em relação ao gênero e às sexualidades) foi historicamente mantido fora do campo político. É por essa razão que, para Fassin (2005, 2019a), o sexo se torna a questão democrática por excelência na contemporaneidade, havendo um importante movimento de “politização sexual” no qual os estudos de gênero e sexualidade desempenham um trabalho importante de desnaturalização e desbiologização. Para fazer valer os princípios democráticos, uma sociedade deveria se esforçar para construir políticas públicas baseadas em visões imanentes do mundo que compreendem a ordem social como inseparavelmente histórica e política. Nesse sentido, a “democracia sexual” (FASSIN, 2005; 2019a) é a extensão da lógica democrática não-transcendental às questões sexuais, sendo, frequentemente, por meio desse campo de disputas políticas que os limites do que compreendemos por democracia têm sido atualmente contestados e ampliados.

Para uma compreensão mais satisfatória acerca dos riscos impostos pela “democratização do sexo” para a consolidação do projeto de poder bolsonarista, é preciso um olhar mais cuidadoso sobre os processos de “sexualização da política” e de “politização do sexo” que se deram em um plano global, mais especificamente a partir do fim do século XX. Girard (2007) sinaliza que a ONU, na condição de um dos principais espaços para a criação de normas e discursos internacionais em defesa dos direitos humanos, se constituiu como um fórum decisivo para que os governos, as instituições internacionais não-governamentais e a sociedade civil consolidassem uma terminologia sobre os direitos sexuais: “uma manifestação do que o historiador e filósofo Michel Foucault descreveu como ‘colocar em discurso’ (*mise em discours*) o sexo nas sociedades ocidentais” (GIRARD, 2007, p. 312).

Na esteira de iniciativas transnacionais que incluíram as discussões sobre direitos sexuais na pauta dos direitos humanos – mais notadamente, os Planos de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995) –, os governos de Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) reconheceram a necessidade do desenvolvimento de programas sociais voltados às questões de direitos humanos que fomentassem a conscientização e o respeito à equidade das diversidades

de gênero e sexualidade, tomando a homofobia⁷⁵ como categoria de construção de políticas públicas para as populações LGBTQIA+.

Apesar do comportamento homofóbico estar presente na história da humanidade desde a Grécia Antiga, tendo variado de acordo com o tempo e o espaço, segundo esclarecimentos de Fone (2000), o uso político da categoria “homofobia” surge nos anos 1960, nos Estados Unidos, como uma forma de denunciar a violência e a discriminação que a população LGBTQIA+ era submetida. Em meio aos protestos nas ruas de Nova Iorque que ficaram conhecidos como a “Rebelião de Stonewall”, em junho de 1969, houve um importante deslocamento de sentidos acerca da homossexualidade, passando a designar um lugar de opressão e sujeição à homofobia e, portanto, conjurar uma identidade coletiva política aos sujeitos homossexuais.

Cientificamente, conforme nos informa Fernandes (2012), o campo da psicologia foi o primeiro a teorizar a homofobia com a publicação, em 1971, do artigo *Homophobia: a tentative personality profile*, de Kenneth T. Smith que articulou epistemologicamente os sentimentos de medo, ódio e asco direcionados aos homossexuais, tanto em uma dimensão social (homofobia) quanto individual (homofobia internalizada). Nos anos 1990, com o avanço dos saberes sobre a aids e das teorias queer, as Ciências Humanas retomaram a homofobia em pesquisas sobre sexualidades, minorias e preconceitos, incluindo a categoria – juntamente com o sexismo, o racismo e o antissemitismo – como “preconceitos primários” com bases políticas similares (YOUNG-BRUEHL, 1996). Além disso, foram desenvolvidos conceitos para tratar das experiências bissexuais e dos preconceitos que acionam – a “bifobia” (UDIS-KESSLER, 1996).

Contudo, é no início dos anos 2000 que são publicados dois trabalhos que tomam a homofobia como categoria central. Primeiramente, em *Homophobia: a history* Fone (2000) investiga a história das representações sobre homossexualidades ligadas a situações de violências em diferentes períodos históricos, desde o Greco-Romano e o Judaico-Cristão aos

⁷⁵ Apesar dos potenciais políticos que a categoria homofobia estabelece, é imprescindível apontar que o conceito em si possui limitações por ser centrado nas intransigências e violências contra a homossexualidade masculina. Para Mello et al (2012), é preciso explicitar que o preconceito, a discriminação, a intolerância e o ódio que atinge travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais possuem em comum o fato desses segmentos sociais questionarem a ordem sexual e de gênero de maneiras afins, porém diferentes. Nesse sentido, sugerem o uso do termo LGBTfobia para sublinhar que a intolerância social em relação à homossexualidade masculina não é da mesma ordem que a intolerância que atinge lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista), nem do repúdio que sistematicamente atinge travestis e transexuais, cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, tornando-as vítimas preferenciais do terrorismo de gênero. Oliveira e Maio (2015) ampliam ainda mais o termo para LGBTQIAfobia, abarcando a lesbofobia, gayfobia, bifobia, transfobia, travestifobia, transgênerofobia, bigênerofobia, queerfobia, intersexofobia, aliadofobia e assexofobia. Compartilho o posicionamento dos autores aqui citados, porém, ao longo da tese, adoto o uso do termo homofobia por ter sido essa a categoria a partir da qual as políticas públicas durante os governos petistas foram, em grande parte, articuladas e implementadas.

dias atuais. Finalmente, em *Homofobia* Borrillo (2001) cunha um conceito mais amplo de homofobia a partir do campo do direito, dos movimentos sociais e do campo interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade.

Para Junqueira (2007), ao buscar conferir uma espessura mais ampla para o conceito de “homofobia” que ultrapassasse os aspectos de ordem meramente psicológica e patologizante, a tônica deixa de ser posta na “fobia” e em modelos explicativos centrados no indivíduo para abarcar reflexões, críticas e denúncias a comportamentos e situações que poderiam ser melhor abordados em outros campos do saber: o cultural, o educacional, o político, o institucional, o jurídico, o sociológico e o antropológico. A homofobia passa, então, a ser vista como “fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos e, por isso, chega-se a propor a criminalização da homofobia. Abrem-se aí novas frentes de batalhas, fogos cruzados, possibilidades e paradoxos políticos” (JUNQUEIRA, 2007, p. 7).

No Brasil do início dos anos 1990, a homofobia é introduzida como uma categoria descritiva de violências contra homossexuais – primeiro pelos movimentos sociais e depois pela mídia. Nesse contexto, o Grupo Gay da Bahia (GGB) rompe o silêncio sobre o assunto com a divulgação de dossiês contendo estatísticas de assassinatos nos quais, explícita ou indiretamente, o motivo da morte era a condição homossexual das vítimas. No que tange à mídia, Lacerda (2006) – em um importante estudo sobre as representações acerca das homossexualidades veiculadas pela mídia impressa do Rio de Janeiro de 1980 a 2000 – afirma que a primeira vez que a categoria “homofobia” aparece nos jornais cariocas foi em uma matéria intitulada *Violência contra homossexuais faz uma vítima a cada cinco dias no Rio*, publicada, em 1992, no jornal *O Globo*. Dessa forma, “durante a maior parte da década de 1990 no Brasil, a categoria homofobia é usada principalmente como descritiva da violência letal contra as populações [LGBTQIA+]” (FERNANDES, 2012, p. 100).

A partir de 1998, a homofobia passa também a ser incluída nas políticas de combate à aids, elucidando um fenômeno que torna as populações LGBTQIA+ mais vulneráveis à infecção pelo vírus do HIV. Financiado pelo Ministério da Saúde e executado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), o Projeto SOMOS foi lançado para fomentar a estruturação de ONGs no Brasil, apoiando vários estados e municípios na criação e capacitação de organizações ligadas à agenda anti-aids e ao movimento homossexual. Por meio de seus Centros de Capacitação e Assessoria, distribuídos pelas cinco regiões do país, a estratégia de interiorização desenvolvida pelo projeto SOMOS, durante os governos Fernando

Henrique Cardoso (1995-2002), além de construir um “aparato institucional que corta todo o território nacional” (FERNANDES, 2011, p. 59), se constituiu como a principal ação articuladora entre as organizações LGBTQIA+ de combate ao HIV/aids e à luta anti-homofobia.

Ainda nos governos FHC, há um primeiro exercício de tratamento da homofobia para além de uma categoria restrita aos âmbitos da segurança pública (descritiva da violência letal) e da saúde (intensificador das vulnerabilidades à infecção pelo vírus do HIV), sendo sedimentado a sua compreensão como “uma das causas fundamentais das respostas sociais de preconceito e de discriminação, que afetam de forma contundente o acesso da população [LGBTQIA+] brasileira à informação, à educação, à saúde e aos direitos e cidadania” (BRASIL, 2005). Ligada à Secretaria de Direitos Humanos (SDH)⁷⁶, a política intitulada “Balcão de Direitos”, germe dos Centros de Referência, “assumiu a execução de uma proposta de ‘justiça comunitária’, em que cada ‘segmento’ teria apoio na construção de centros formados por pares em que as denúncias de violação dos direitos humanos (mas também de discriminação, preconceito e violência) poderiam ser canalizadas” (FERNANDES, 2012, p. 101). Contudo, o insucesso na captação de financiamento público acabou impossibilitando o acesso do “segmento” LGBTQIA+ ao campo de execução da política “Balcão de Direitos”. A partir dessa derrota inicial, setores dos movimentos organizados passaram a recorrer ao aprendizado sobre o funcionamento da máquina pública para o desenvolvimento de uma “pauta homossexual” (FERNANDES, 2011, p. 93) em diálogo com o Orçamento da União e com propostas de ações que incluíssem as diferentes agências do governo federal⁷⁷.

A presença do Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos- Presidência da República (SEDH-PR) no maior fórum nacional do movimento LGBTQIA+ – o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT) que aconteceu no Teatro Usina Chaminé, em Manaus, entre os dias 11 e 14 de novembro de 2003 – evidenciou o interesse do governo Lula em dialogar com as lideranças dos grupos organizados para a construção coletiva de políticas públicas para as minorias sexuais. Durante o encontro, o Sr. Ivair Augusto Alves dos Santos apresentou os

⁷⁶ Durante os governos FHC (1995-2002), a Secretaria de Direitos Humanos fazia parte do quadro do Ministério da Justiça. Em 2003, no primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006), a SDH é transformada em Secretaria Especial de Direitos Humanos vinculada à Presidência da República (SEDH-PR) e com status de ministério (MP 103/03) (GONZÁLEZ, 2010, p. 117-118)

⁷⁷ Como, por exemplo, a parceria estabelecida entre o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e o grupo Atitude, de Brasília, que lecionou um curso, entre 2002 e 2003, sobre os temas do funcionamento da máquina estatal brasileira, em particular o Orçamento da União, para pequenos grupos de ativistas LGBTQIA+. (FERNANDES, 2011, p. 96-94).

planos de ação que a SEDH-PR estava desenvolvendo sobre o tema, destacando a produção de uma cartilha contra o preconceito. Avaliada como insuficiente pelas lideranças dos movimentos, o projeto inicial de publicação da cartilha viria a ser substituído pela proposta de tradução das pautas aprovadas e consolidadas no documento final do EBGLT para a construção de um programa de combate às violências contra as populações LGBTQIA+ que atravessasse as diferentes esferas institucionais do governo federal.

É, portanto, com a elaboração de um planejamento de ações específicas interministeriais durante o segundo ano da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, em maio de 2004, que a homofobia passou a endereçar um campo mais amplo da governamentalidade petista responsável pela formulação e implementação do “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”. A iniciativa foi lançada pela SEDH-PR como um mecanismo de efetivação da ação denominada “Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais”, definida pelo Plano Plurianual (PPA 2004-2007) no âmbito do programa “Direitos Humanos, Direitos de Todos”.

Segundo Fernandes (2011), no “Brasil Sem Homofobia” a categoria homofobia é tomada como um sistema amplo, nos moldes do sexismo, cujo “enfrentamento” se daria a partir da “transversalidade” da pauta em diferentes áreas da governança pública. Carrara (2010) corrobora com essa visão ao enfatizar que, embora iniciado por governos anteriores no âmbito da luta contra a aids, “a promoção governamental de políticas públicas voltadas à população [LGBTQIA+] se estende agora [no governo Lula] por diferentes ministérios e tem sido fundamental para a própria organização do movimento” (CARRARA, 2010, p, 140). Dessa forma, para sedimentar “o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais [como] um compromisso de Estado e de toda a sociedade brasileira” (BRASIL, 2004, p. 12), o documento final estabeleceu um programa de ações com 53 pontos subdivididos em 11 eixos específicos: articulação da política de promoção dos direitos dos homossexuais; legislação e justiça; cooperação internacional; direito à segurança; direito à educação; direito à saúde; direito ao trabalho; direito à cultura; política para a juventude; política para as mulheres; política contra o racismo e a homofobia.

Reconheço o esforço do governo Lula de “integração ministerial” (BRASIL, 2004, p. 7) – articulando organismos da sociedade civil com os Ministérios da Saúde, da Educação, da Cultura, da Justiça e do Trabalho, além das Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – para a

promoção da “cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11). No entanto, para os objetivos desta tese, focarei no quinto eixo do programa de ações proposto pelo “Brasil Sem Homofobia” – “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” –, por compreendê-lo como a gênese do projeto “Escola Sem Homofobia” que viria a ser endossado pelo MEC e, posteriormente, vetado pelo governo Dilma Rousseff em 2011⁷⁸. Ao explicitar o entendimento de que “a escola atua como um dos principais agentes responsáveis pela produção, reprodução e naturalização da homofobia” (BRASIL, s/d, p. 8), o governo federal brasileiro se alia aos movimentos LGBTQIA+ para tentar ressignificar os espaços escolares, reivindicando instituições de ensino que funcionassem como as portas de entrada para a produção de novos discursos e o (re)agenciamento das representações sociais sobre gênero, sexualidade e família⁷⁹. Conforme destacou Fernando Haddad, Ministro da Educação de 2005 a 2012, “a homofobia está na agenda do MEC”⁸⁰.

Para a plena conquista do respeito às diversidades sexuais e do repúdio às várias formas de violação dos direitos humanos das populações LGBTQIA+, os formuladores do “Brasil Sem Homofobia” compreenderam como fundamental o investimento na educação de estudantes, educadores, gestores públicos e da sociedade como um todo para a ressignificação dos saberes e das moralidades que informam as formações discursivas do gênero e da sexualidade na atualidade. Ao seguir o pensamento foucaultiano ([1976] 2015), observo que a governamentalidade petista evidencia entender que não basta afirmarmos contra os mecanismos de poder os direitos do nosso sexo, já que, ao fazê-lo, nos enredamos cada vez mais nas redes históricas que construíram o nosso desejo de sexo em primeiro lugar. Se quisermos escapar às captações do “biopoder”⁸¹ não é contra a repressão do sexo que devemos nos rebelar, mas é da

⁷⁸ Parte do material proposto pelo “Escola Sem Homofobia” pode ser consultado em: <https://bit.ly/35icoo2>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

⁷⁹ Pesquisa de 2004 feita pela UNESCO com estudantes do ensino fundamental de 14 cidades brasileiras, assim como pais e professores, revelou que os professores não apenas tendem a se silenciar frente à homofobia, mas, frequentemente, colaboram ativamente na reprodução de tal violência. A pesquisa também revelou que mais de um terço de pais de alunos não gostaria que homossexuais fossem colegas de escola de seus filhos, sendo que aproximadamente um quarto dos alunos entrevistados declaram ter a mesma opinião. (UNESCO, 2004a)

⁸⁰ Disponível em: <https://bit.ly/35tn4QM>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

⁸¹ Como aponta Foucault ([1976] 2015), a disciplina dos corpos e a regulação das populações são os eixos primários ao longo dos quais uma nova forma de controle foi exercida nas sociedades ocidentais a partir do final do século XVIII: o biopoder, compreendido como poder sobre a vida. Desde então, a sexualidade tem sido um dos elementos mais instrumentalizados nas relações de poder no mundo ocidental, sendo o objeto privilegiado da biopolítica: objeto, portanto, de regulação, vigilância e disciplina. Controle de natalidade, controle político e regulação econômica através da moralização: organização da família “convencional” e controle jurídico e médico de “perversões” e “pervertidos” são os mecanismos utilizados em nome de “uma proteção geral da sociedade”.

própria ideia que temos do sexo que devemos nos livrar: “Portanto, não referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como ‘o sexo’ se encontra na dependência histórica da sexualidade” (FOUCAULT, [1976] 2015, p. 171).

Segundo Oliveira Júnior e Maio (2015), pensando no combate ao sistema de opressões que a ordem heteronormativa impõe, a lei brasileira institui, desde a década de 1920, a escola como sendo um local propício para a implementação de políticas públicas que estimulassem as trocas de conhecimentos sobre as sexualidades. Tal concepção vai refletir na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, em 1997, e na inclusão da orientação sexual como uma de suas temáticas que, mesmo sem fazer menção direta às diversidades sexuais e à homofobia, fica subentendido que nesse campo deveriam estar inseridas questões que envolvessem as diversas identidades sexuais e as múltiplas formas de preconceito.

Devido à importância das escolas na produção de subjetividades e na conscientização a respeito dos processos históricos de construção de uma certa “verdade do sexo”, o quinto eixo do programa de ações estabelecido pelo “Brasil Sem Homofobia” propõe, listado sob o ponto 23, um conjunto de estratégias destinadas a instaurar práticas educacionais que estimulem estudantes, educadores, mães/pais/responsáveis e as comunidades ao entorno das instituições de ensino a questionarem as práticas sociais culturalmente articuladas pelas formações discursivas do sexo e pelas táticas de poder que lhe são imanentes:

23) Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual

- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre a orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB;
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (BRASIL, 2004, p. 22-23).

Com base nesse conjunto de ações políticas, o presidente Lula da Silva assumiu, como parte da racionalidade do seu governo, uma “agenda anti-homofobia na educação” (FERNANDES, 2011, p. 40) contra a qual o então deputado federal Jair Bolsonaro passou a organizar discursos para a construção do pânico sexual da infância e da instituição familiar ameaçadas por *monstruosidades morais*. É, portanto, contra a politização de uma diversidade

de formas de existir no mundo e a ampliação dos processos de significação de quem são os sujeitos de direito como cidadãos que possuem valor e devem ser protegidos pelo Estado democrático que o parlamentar vai circular as suas práticas políticas retóricas nos circuitos midiáticos amplificados em sua trajetória ao poder. Fundamentalmente, Jair Bolsonaro alcança visibilidade midiática e popularidade nacional ao se posicionar contra uma governamentalidade que, ao desenvolver as condições sociais mínimas para que os limites do jogo democrático sejam ampliados à totalidade populacional, ameaça desestabilizar as relações de poder que subsistem historicamente pelo “policiamento do desejo” (WATNEY, [1987] 1996).

Um dos elementos centrais que possibilitou que a governamentalidade petista contra a homofobia alcançasse eficácia política foi a criação, em julho de 2004, de uma agência no MEC especializada no desenvolvimento e gerenciamento de programas educacionais que convergissem os temas das diversidades culturais, étnico-raciais e identitárias no combate às desigualdades de acesso e à exclusão social: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)⁸². Criada pelo Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, a Secad/MEC reuniu temas antes dispersos ou inexistentes em outras agências do MEC, tais como alfabetização de jovens e adultos, educação ambiental, educação escolar indígena, educação no campo, diversidade étnico-racial e inclusão educacional. No que tange especificamente à diversidade de gênero e sexualidade nas escolas, a Secad/MEC reconhece formalmente em seus documentos a necessidade de se ir além da dimensão dos direitos à saúde sexual e reprodutiva, situando o debate no terreno da ética e dos direitos humanos a partir de uma perspectiva emancipadora: “Assim fazendo, evita discursos que, simplesmente, relacionam tais questões a doenças ou a ameaças a uma suposta normalidade. Ao mesmo tempo, afasta tanto posturas naturalizantes quanto atitudes em que o cultural passa a ser acolhido ou recusado de forma simplista e acrítica” (BRASIL, 2007, p. 9).

Para que alunos, alunas e alunes fossem orientados a viver em um mundo no qual o conjunto das identidades de gênero e desejos sexuais sejam igualmente respeitados, a Secad/MEC viu como fundamental a qualificação e a sensibilização dos profissionais da educação sobre a temática. Dessa forma, para “[f]omentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade”, assim como “[e]stimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de

⁸² Para além da Secad/MEC, as Secretarias Especiais de Direitos Humanos (SEDH), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, assim como a Secretaria de Identidade e Cultura (SIC) do Ministério da Cultura (MinC), constituíram as principais agências do núcleo social do governo Lula em diálogo com a agenda anti-homofobia (FERNANDES, 2011, p. 99).

GLTB” (BRASIL, 2004, p. 22-23), o MEC⁸³, muitas vezes em parcerias com secretarias de educação estaduais e municipais, lançou editais públicos para a seleção de projetos de capacitação (a partir de 2005), instituiu o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero como parte do Programa Mulher e Ciência (a partir de 2006), estabeleceu a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica (2010), assim como estimulou a pesquisa científica, promoveu seminários pelas cinco regiões do país e publicou livros sobre a homofobia nas escolas e a respeito das diversidades sexuais na educação⁸⁴.

Dentre os instrumentos de formação inicial e continuada oferecidos pela Secad/MEC⁸⁵, destaco o curso “Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais”⁸⁶ pelo alcance e inovação do projeto resultante da parceria entre o MEC, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), o British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/UERJ). No dia 24 de maio de 2006, o então presidente Lula lançou o piloto do Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Palácio do Planalto com o objetivo de capacitar 1,2 mil profissionais do Ensino Fundamental da rede pública para refletirem criticamente e lidarem, no ambiente escolar, com atitudes e comportamentos preconceituosos em relação à interseção da homofobia, do sexismo e do racismo. Oferecidos como cursos de extensão na modalidade semipresencial, que tiveram a maior parte do seu conteúdo ministrado via internet através do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA (com carga de 200 horas, sendo 30 presenciais e 170 de ensino online), os cursos foram inicialmente implantados em 6 cidades representativas da diversidade brasileira – Salvador (BA), Dourados (MS), Porto Velho (RO), Maringá (PR), Niterói (RJ) e Nova Iguaçu (RJ) – e, a partir de setembro do mesmo ano, a ideia era que mais 30 mil professores fizessem o curso por todo o país⁸⁷.

⁸³ Para uma lista das ações implementadas, resultados obtidos e investimentos financeiros sobre a temática feitos pelo MEC durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), ver: Brasil, 2010a, p. 05-19

⁸⁴ Para além dos “Cadernos Secad 4 – Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos” (BRASIL, 2007), ver: Abramovay, Andrada e Esteves, 2007; Hernaiz, 2007; Junqueira, 2009a; Ramos, 2003; Teles e Franco, 2006.

⁸⁵ Foram oferecidos diversos programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, dentre eles: Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual (2005-2006), Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas (2006-2007), Educação e Gravidez na Adolescência (2006), Saúde e Prevenção nas Escolas (2006), Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça (2009), Educação em Direitos Humanos, Programa Ética e Cidadania e cursos presenciais no âmbito do programa “Escola que Protege”.

⁸⁶ Para a versão de 2009 do material do curso desenvolvido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), consultar: <https://bit.ly/3kCltLy>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

⁸⁷ Disponível em: <https://bit.ly/31I9uPb>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

Sendo assim, em 2008, o GDE foi ampliado pela parceria estabelecida com a Rede de Educação para a Diversidade⁸⁸. Segundo dados da SEDH-PR, somente nesse ano, foram selecionadas 19 instituições de ensino superior, totalizando cerca de 13.000 vagas ofertadas em um investimento de aproximadamente R\$ 9 milhões. No ano seguinte, o MEC abriu edital para universidades federais e estaduais que tivessem interesse em disponibilizar o curso que continuou a ser ofertado como extensão (carga horária de 200 horas) e também como especialização (380 horas). No total, foram selecionadas mais 9 instituições de ensino superior (IES) que disponibilizaram cerca de 6.500 vagas, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões. Em 2010, mais 9 IES foram selecionadas para oferecerem os cursos de extensão e especialização para cerca de 3.500 professores (BRASIL, 2010a, p. 8-15). De acordo com dados divulgados pela equipe do CLAM, o GDE foi ofertado em 32 universidades federais e estaduais, alcançando 300 polos/municípios e capacitando 44.205 educadores entre 2006 e 2010.

Apesar da reconhecida importância dos cursos de formação de educadores para a conquista do respeito e o combate às violências contra a população LGBTQIA+ nos ambientes escolares, um passo qualitativo foi dado, a partir de 2008, com a realização de três conferências nacionais que envolveram e escutaram, por meio de representantes da sociedade civil, os próprios sujeitos afetados pela homofobia. Para Mello et al (2012), a realização de cursos de capacitação, debates e seminários possui, sobretudo, um caráter pontual, encerrando atividades que não necessariamente pressupõem uma continuidade. Há, portanto, a necessidade de investimento em ações que invistam em estratégias de planejamento e execução de médio-longo prazo, atingindo o núcleo duro do preconceito e da discriminação que caracterizam, em nível profundo, o sistema educacional brasileiro.

Primeiramente, a Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb), realizada em abril de 2008, teve como temática central a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) para o estabelecimento e a garantia de diretrizes educacionais comuns a todo território nacional. Ficou estabelecido no Coneb que a consolidação de um Sistema Nacional Articulado de Educação – fazendo cumprir as metas do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 10.172/2001) e os princípios explícitos no Art. 206 da Constituição Federal – não poderia ser realizada “sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de

⁸⁸ A Rede de Educação para a Diversidade (Rede) é um grupo permanente de instituições públicas de ensino superior dedicado à formação continuada de profissionais de educação. O objetivo é disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. Disponível em: <https://bit.ly/2UB3Zpk>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola” (BRASIL, 2008a, p. 26). Desta forma, no eixo IV do documento final da Conferência (Inclusão e Diversidade na Educação Básica), foram consolidadas as diretrizes que deveriam servir de base para a construção de políticas de inclusão para a educação no campo, educação e afrodescendência, educação indígena, educação especial, educação ambiental e diversidade sexual e de gênero nas escolas.

Em seguida, com discurso do Presidente Lula na solenidade de abertura⁸⁹, além das presenças de ministros e secretários, 600 delegados representantes do poder público e da sociedade civil, 100 convidados e 300 observadores, a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi realizada em Brasília, de 05 a 08 de junho de 2008, constituindo um marco histórico na luta pela cidadania e pelos direitos sexuais dos sujeitos LGBTQIA+: “No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil foi o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática” (BRASIL, 2008b, p. 5). Precedidas de amplo debate público travado durante conferências estaduais em todas as unidades da federação e reuniões preparatórias de âmbito municipal ou regional, 60 deliberações sobre diversidade e educação foram aprovadas na Plenária Final da I Conferência Nacional GLBT, incluindo “criar, dentro do Ministério da Educação, bem como nos órgãos afins nas instâncias estaduais e municipais, uma Coordenadoria específica de políticas LGBT” (BRASIL, 2008b, p. 189). Além disso, a Conferência aprovou 561 recomendações para políticas públicas para pessoas LGBTQIA+ em diversas áreas, as quais foram sistematizadas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009). Dentre as 180 ações propostas, o Plano prevê quinze ações específicas sobre a temática a serem executadas pelo Ministério da Educação.

Finalmente, em abril de 2010, a Conferência Nacional da Educação (Conae) serviu de espaço democrático para que o SNE se tornasse objeto de estudo e deliberação, sendo um marco para a construção do novo PNE⁹⁰ a ser formulado na perspectiva da inclusão, igualdade e diversidade. No eixo VI do documento final – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade –, foram consolidadas as 25 deliberações aprovadas durante a Conferência relativas às políticas públicas sobre gênero e diversidade sexual nas escolas, assim

⁸⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3kR6NcC>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

⁹⁰ Segundo Reis & Eggert (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceu a elaboração pela União de um plano decenal, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que estivesse em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990. Dessa forma, em cumprimento das disposições da LDB, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado e vigorou entre 2001 e 2010.

como 03 moções (Aprovação do PLC 122/2006⁹¹; Respeito à diversidade sexual na Educação; Direito à identidade e uso do nome social das pessoas travestis e transexuais no ensino brasileiro). Dentre as 25 deliberações aprovadas, para além da formação inicial e continuada de educadores, do estímulo à produção científica, da avaliação de livros didáticos, da inserção dos estudos de gênero e sexualidade no currículo (desde o ensino médio até a pós-graduação) e da ampliação da produção nacional de materiais sobre educação sexual, foi estabelecido que o MEC assegurasse “os recursos necessários para a implementação do Projeto Escola sem Homofobia em toda a rede de ensino e das políticas públicas de educação, presentes no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” (BRASIL, 2010b, p. 145).

Sendo assim, durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), o programa “Escola Sem Homofobia” foi proposto na gestão de Fernando Haddad no MEC. Coordenado pela Secad, o programa foi organizado com o objetivo de “oferecer um conjunto de materiais de apoio para professores/as abordarem nas escolas a diversidade sexual e de gênero” (CÉSAR e DUARTE, 2017, p.146). Pejorativamente rebatizados pelos seus detratores de “kit gay”, no final de 2010, os materiais pedagógicos foram sucessivamente estigmatizados no Congresso Nacional e nas mídias por Jair Bolsonaro como “os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo (sic) e escancaram as portas para a pedofilia”⁹².

Embora tenha sido financiado e orientado tecnicamente pela Secad/MEC, o projeto “Escola Sem Homofobia” foi idealizado e executado colaborativamente pelas ONGs Comunicação em Sexualidade (ECOS), Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Reprolatina), rede internacional Global Alliance for LGBT Education (GALE), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e a Pathfinder do Brasil. Com o objetivo de contribuir para a implementação do programa “Brasil Sem Homofobia” por meio de ações que promovessem a garantia dos direitos humanos e a respeitabilidade das orientações sexuais e das identidades de gênero nas escolas públicas brasileiras, o projeto produziu dois produtos específicos⁹³.

⁹¹ Também conhecida como lei anti-homofobia, foi um polêmico projeto de lei brasileiro apresentado pela então deputada Iara Bernardi (PT-SP). O projeto de lei tinha por objetivo criminalizar a homofobia no país e foi arquivado após passar oito anos no Senado sem obter aprovação. Disponível em: <https://bit.ly/2Jfb7E1>. Acesso em: 28 de março de 2023.

⁹² Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/37KqOeD>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

⁹³ Importante apontar que, paralelamente ao programa “Brasil Sem Homofobia”, o governo federal lançou o programa “Saúde na Escola”, fruto de uma parceria entre Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286 no ano de 2007. O programa visou contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em

Primeiramente, realizou cinco seminários (um em cada região do país) e uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar (totalizando 1400 participantes em entrevistas e grupos focais, distribuídos por 11 capitais das cinco regiões do país)⁹⁴ que fundamentaram a elaboração de um conjunto de recomendações para a orientação da revisão, reformulação e implementação de políticas públicas com enfoque na questão da homofobia no sistema educacional. Além disso, propôs a institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a temática nos ambientes escolares, por meio da criação de um kit de materiais educativos e a capacitação de profissionais para a utilização apropriada do kit junto à comunidade escolar. Uma vez que o projeto fosse aprovado pelo Comitê de Publicações do MEC, o compromisso assumido pela Secad/MEC foi de imprimir e distribuir as ferramentas educacionais, a partir do segundo semestre de 2011, a seis mil escolas de Ensino Fundamental e Médio, totalizando um investimento de aproximadamente 2 milhões de reais (ABGLT; ECOS; REPROLATINA, s/d).

Cada “Kit de Combate à Homofobia”⁹⁵ originalmente proposto pelo projeto “Escola Sem Homofobia” e enviado para a avaliação da Secad/MEC seria composto por: a) o “Caderno Escola Sem Homofobia”⁹⁶ que apresentaria aos educadores a base teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas; b) uma série de seis “Boletins Escola Sem Homofobia” (Boleshs)⁹⁷ que constituía o material dos estudantes; c) cinco materiais audiovisuais que constariam em um DVD⁹⁸, acompanhados de seus respectivos guias de propostas de atividades e debates: *Medo do quê?*⁹⁹, *Boneca na mochila*¹⁰⁰ e o *Torpedo* – esse último com três histórias que acontecem no ambiente escolar: *Torpedo*¹⁰¹, *Encontrando*

programase projetos que articulem saúde e educação para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros (BRASIL, 2011, p. 5-6). Do “Formação de Jovens Protagonistas para o Projeto Saúde na Escola” resultou a publicação e a distribuição do “Guia Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares”, o qual buscou auxiliar no desenvolvimento de ações de formação para promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, a partir do fortalecimento do debate e da participação juvenil. O kit composto por oito fascículos abordou temas como: sexualidade e saúde reprodutiva; adolescências; juventudes e participação; metodologias; gêneros; álcool e outras drogas; raças e etnias; prevenção das DST: HIV e AIDS; diversidades sexuais (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2015, p. 43)

⁹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/39wUL6p>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

⁹⁵ Para um mapeamento mais detalhado do “Kit de Combate à Homofobia” e o estado da arte da produção acadêmica estabelecida sobre a polêmica do “kit gay” até 2018, ver: MARACCI, 2019, p. 37-43.

⁹⁶ Embora nunca tenha, de fato, sido distribuído nas escolas públicas brasileiras, a ABGLT repassou o “Caderno Escola Sem Homofobia” à Revista Nova Escola. Juntamente com outros itens do “Kit de Combate à Homofobia”, o material pode ser consultado e baixado em: <https://bit.ly/2Lbbnqd>. Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

⁹⁷ As instruções “Para trabalhar com os Boleshs” constituem o Anexo I do “Caderno Escola Sem Homofobia”

⁹⁸ As instruções “Como trabalhar com os materiais audiovisuais” constituem o Anexo II do “Caderno Escola Sem Homofobia”

⁹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/40XhH5G>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://bit.ly/41Ny5ah>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁰¹ Disponível em: <https://bit.ly/3VIE4AN>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

*Bianca*¹⁰² e *Probabilidade*¹⁰³; d) um cartaz para a divulgação do projeto juntamente à comunidade escolar; e) uma carta de apresentação que introduz o kit aos gestores e educadores. Os materiais educativos deveriam ser implementados por meio de um programa de médio ou longo prazo para a desconstrução de imagens estereotipadas sobre a sexualidade humana e os sujeitos LGBTQIA+ junto ao conjunto de profissionais que trabalham nas escolas públicas, aos estudantes em sala de aula, aos seus familiares e à comunidade ao entorno das escolas (BRASIL, s/d, p. 11-12).

Embora o combate às práticas de violência que a homofobia fomenta, e não a garantia de direitos sexuais propriamente dita, seja o conceito central dos programas endossados pelos governos petistas, a retórica bolsonarista enxerga essas políticas públicas como as portas de entrada nas escolas para o intolerável processo de politização das pautas LGBTQIA+ e de extensão do princípio democrático da equidade de direitos às questões sexuais. Ao propor enfrentar a homofobia por meio da desconstrução das formações discursivas que rotulam as diversidades de gênero e sexualidade como anormalidades patológicas, a governamentalidade petista desloca o foco de seus programas educacionais da vitimização das pessoas homossexuais, bissexuais, travestis e transgêneros para a valorização das suas existências.

Conforme argumento mais detalhadamente na próxima seção desta tese, o pânico sexual bolsonarista vai capitanear uma verdadeira cruzada midiática empenhada na subversão das tentativas do governo federal de positivar os direitos de crianças e jovens de livremente expressarem as suas identidades de gênero e sexualidade como “uma história de cobertura para aliciar a garotada”¹⁰⁴. Essa chave analítica me possibilita melhor compreender as práticas políticas retóricas que sustentam os processos comunicacionais por meio dos quais os materiais pedagógicos que compõem o “Kit Combate à Homofobia” são estigmatizados como partes de um “kit gay”, tendo em vista que os seus conteúdos supostamente doutrinarium as crianças nas escolas públicas brasileiras a “serem gays” e, portanto, “estimulam o homossexualismo (sic) e escancaram as portas para a pedofilia”¹⁰⁵.

¹⁰² Disponível em: <https://bit.ly/3HvINKr>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁰³ Disponível em: <https://bit.ly/3VomxYy>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁰⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Texto disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Acesso em: 24 de agosto de 2020

¹⁰⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/37KqOeD>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

1.3 Aspectos midiáticos do bolsonarismo

Em 28 anos como deputado federal (1991-2018)¹⁰⁶, Jair Messias Bolsonaro repetidamente apareceu nas mídias como um político excêntrico, agressivo e raivoso, tornando-se mais conhecido pelas suas declarações polêmicas do que pela efetividade das suas escassas propostas legislativas (CIOCCARI e PERSICHETTI, 2019). Não obstante, à medida que o parlamentar conquista visibilidade midiática por meio da construção do pânico sexual acerca dos perigos da distribuição de um suposto “kit gay” nas escolas públicas do ensino básico, o bolsonarismo passa a ser gradualmente compreendido como uma expressão das moralidades conservadoras gestadas como demandas políticas por uma parcela significativa da população¹⁰⁷. Assim sendo, o movimento de extrema direita é acolhido como uma alternativa de poder capaz de atender às necessidades de representação no sistema político brasileiro dos três grandes blocos temáticos que se erigiram no Congresso Nacional: as bancadas do boi, da bala e da Bíblia (AVELAR, 2021, p. 191). Como reconheceria o parlamentar em entrevista ao *Estadão*, publicada em 02 de abril de 2017: “O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política”¹⁰⁸.

Seguindo os argumentos desenvolvidos por Rocha (2021), dificilmente entenderemos o bolsonarismo como fenômeno político de massas com uma poderosa capacidade de mobilização pública se não passarmos “da caricatura à caracterização” (ROCHA, 2021, p. 51). Nesta tese, compreendo o bolsonarismo para além da figura de Jair Bolsonaro, ou seja, como a atualização de um movimento histórico de direita que articula as visões de mundo, valores morais, modos de agir e linguagens que têm vinculado grupos conservadores nos espaços públicos desde o processo de redemocratização do Brasil e, mais recentemente, nos ambientes de sociabilidade digital: “A ascensão da direita é anterior à emergência do bolsonarismo e favoreceu sua possibilidade de êxito. (...) O bolsonarismo não possibilitou o trinfo eleitoral da

¹⁰⁶ Durante os 28 anos que atuou como deputado federal, Jair Bolsonaro foi filiado a sete partidos políticos: Partido Democrata Cristão – PDC (1988-1993), Partido Progressista Reformador – PPR (1993-1995), Partido Progressista Brasileiro – PPB (1995-2003), Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (2003-2005), Partido da Frente Liberal – PFL (2005), Partido Progressista – PP (2005-2016), Partido Social Cristão – PSC (2016-2018). Em 2018, se filiou ao Partido Social Liberal – PSL para disputar a presidência, se desfilando do partido no primeiro ano do seu mandato e tentando, sem sucesso, formar a Aliança pelo Brasil. Desde 2021, o ex-presidente Bolsonaro é filiado ao Partido Liberal – PL. Disponível em: <https://bit.ly/3z8gpcy>. Acesso em: 27 de março de 2023.

¹⁰⁷ Embora seja a figura central do movimento político de extrema direita, o fortalecimento do bolsonarismo como projeto de poder não pode ser exclusivamente creditado à visibilidade midiática galgada pela figura de Jair Bolsonaro. Conforme esclarece Alves (2019), há também as significativas contribuições de práticas comunicacionais de atores que compõem uma rede mais ampla que pode ser chamado de “direitista”: os filhos de Bolsonaro, alunos de Olavo de Carvalho, apoiadores orgânicos, articulistas, veículos jornalísticos conservadores, YouTubers de direita, influenciadores digitais, assim como entidades civis impulsionadas pelas manifestações de Junho de 2013 e em favor do impeachment de Dilma Rousseff.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3KZ7OyF>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

direita, mas, pelo contrário, a ascensão paulatina da direita, articulada desde meados da década de 1980, preparou a vitória do Messias Bolsonaro” (ROCHA, 2021, p. 38).

De uma forma esquemática, a força direitista que sustentou a consolidação do movimento bolsonarista foi gestada em meio às negociações pela reabertura política e à reconquista dos direitos civis pela população brasileira, ainda na década de 1980, ganhou corpo durante os primeiros governos eleitos de forma livre e direta, nos anos 1990, e amadureceu em oposição à “hegemonia cultural da esquerda” (ROCHA, 2021, p. 132) que teria sido estabelecida no país durante os 14 anos que o PT esteve à frente do governo federal (2003-2016). O fortalecimento da potência brasileira de extrema direita também foi significativamente beneficiado pela articulação de uma juventude de direita que se apropriou, de forma inovadora e estratégica, das mídias digitais para *hackear* os sentidos originais das Jornadas de Junho de 2013 e mobilizar a população a se vestir de verde e amarelo para ocupar as ruas em favor da deposição da ex-presidente Dilma Roussef. Fundamentalmente, o bolsonarismo é um projeto de poder conservador e autoritário ideologicamente informado por pensamentos direitistas com extenso lastro histórico no ideário político brasileiro – o militarismo, o anticomunismo, o tradicionalismo, o negacionismo, o olavismo e outros componentes hierárquicos implícitos na promessa de um “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que Jair Bolsonaro popularizou como o slogan da sua campanha presidencial de 2018.

Segundo Alves (2019), é fundamental revisarmos a história das direitas no país para que o papel de Jair Bolsonaro na consolidação de um movimento político conservador não seja superdimensionado: “Ainda que o capital eleitoral seja personalizado pelo capitão reformado, os contornos dessas direitas o excedem” (ALVES, 2019, p. 179-180). Isso posto, embora o bolsonarismo não somente teria antecedido, como pode vir a suceder o personagem que lhe corporifica, foi principalmente a partir da popularidade alcançada pelo então deputado federal Jair Bolsonaro que a (i)racionalidade que dá forma e conteúdo ao movimento político de extrema direita passou a circular de forma mais ampla e potente nas redes e nas ruas. Nesse sentido, é de fundamental importância investigarmos os processos de ruptura que a visibilidade midiática alcançada por meio da fabricação de práticas retóricas que alarmam a população sobre os riscos da distribuição de um suposto “kit gay” nas escolas públicas do ensino básico assinalaram na trajetória do bolsonarismo ao Palácio do Planalto.

Esta tese objetiva ir além de discursos acrílicos que creditam a ascensão do bolsonarismo ao poder como um efeito conjuntural e oportunista, circunscrevendo a figura de Jair Bolsonaro ao somatório de performances espontâneas espetacularizadas por um bufão sem

visão política e práticas comunicacionais estrategicamente articuladas. Ao reconstruírem a trajetória midiática bolsonarista entre 2010 e 2018, Piaia e Nunes (2022) seguem essa linha argumentativa para analisarem a consistência da exposição pública e do pioneirismo do deputado federal em pautar temas que seriam centrais para a sua eleição em 2018: “De modo mais ou menos planejado, Bolsonaro foi um dos arquitetos e o principal produto do renascimento do movimento conservador brasileiro” (PIAIA e NUNES, 2022, p. 108). Conforme observado no material empírico aqui analisado, Bolsonaro repetidamente verbaliza ter consciência de que os sentimentos de identificação que se avolumavam na população com as pautas antiprogressistas pregadas por ele no Congresso e nas mídias poderiam torná-lo a cara, o nome e o voto do movimento político que ganhava musculatura no início da década de 2010. Essa visão foi claramente sintetizada pelo parlamentar ao tentar lançar a sua candidatura à presidência, ainda em 2014¹⁰⁹, pelo Partido Progressistas (PP): “Estou pleiteando uma vaga para disputar à Presidência da República. Por quê? Porque a Direita tem cara, tem nome e tem voto. (...) [O Brasil] [c]lamo por uma política de planejamento familiar, uma política de defesa da família, contra o malfadado *kit gay* (...) Somos pelo fim da ideologia nas escolas”¹¹⁰.

Por meio de uma cruzada midiática legitimada em nome da “proteção geral da sociedade” (FOUCAULT, [1976] 2015, p. 122), o discurso democrático de respeito às diversidades humanas, promovido pela governamentalidade petista em diálogo com pautas progressistas articuladas transnacionalmente, foi sendo gradativamente rivalizado pela constante sensação de ameaça à manutenção dos valores morais associados à defesa da infância e da família como tecnologias biopolíticas de controle de populações específicas (FOUCAULT, [1978-1979], 2008). De fato, foi justamente pela produção discursiva do pânico nos circuitos midiáticos amplificados que se incrementou a necessidade do ataque às subjetividades estigmatizadas como pervertidas e aos corpos rotulados como abjetos como um mecanismo de preservação da ordem socialmente estabelecida. Conforme argumentamos em outro trabalho (SANTOS; SACRAMENTO; SANCHES, 2020), a vigilância e a intolerância às conquistas políticas em torno dos “direitos sexuais como direitos humanos” (CARRARA, 2015) foram elementos constitutivos ao processo de mobilização política pela preservação de moralidades conservadoras na História recente de um Brasil marcado pelo fortalecimento do projeto de poder bolsonarista.

¹⁰⁹ Após uma Convenção Nacional conturbada na qual manifestantes defenderam uma candidatura própria com o nome de Jair Bolsonaro, em 25 de junho de 2014, a Executiva Nacional do PP anunciou apoiar a candidatura à reeleição de Dilma Rousseff (PT). Disponível em: <http://glo.bo/3NGYv6j>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

¹¹⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de abril de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3FHsHex>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

Como gesto inaugural do processo de conversão de moralidades reacionárias no pânico sexual que concederia ampla visibilidade midiática a Jair Bolsonaro, os materiais escolares endossados pelos governos petistas que objetivavam a conscientização sobre os efeitos das violências articuladas pela homofobia na restrição dos direitos à cidadania plena das populações LGBTQIA+ foram ressignificados pelo parlamentar como “um kit gay de estímulo ao homossexualismo e à promiscuidade”¹¹¹. Conforme explicou o capitão reformado do Exército na Tribuna da Câmara, em 28 de abril de 2011, “[é] lamentável que aquela Comissão [de Direitos Humanos e Minorias], após ouvir representantes do Ministério da Cultura durante três dias, esteja plenamente favorável à distribuição de um kit tido como kit contra a homofobia, mas que, na verdade, estimula o homossexualismo (sic) nas escolas de 1º grau”¹¹². Era imperativo, segundo o argumento do então deputado federal, que ações urgentes e enérgicas fossem tomadas pelos parlamentares que compunham as bancadas religiosas a fim de evitar que as crianças fossem precocemente erotizadas e as famílias destruídas pelas políticas públicas endossadas pelo PT: “Tenho certeza de que a Frente Parlamentar da Educação vai encampar isso e colocar um ponto final na sanha desses fundamentalistas homossexuais. (...) É uma vergonha contra a qual eu tenho certeza de que esta Casa vai tomar providências. Vamos botar um ponto final nessa ação homossexual!”¹¹³.

Apesar do entendimento desta tese que os discursos no plenário da Câmara, posicionamentos oficiais e projetos de lei constituem fontes documentais com grandes potenciais para o mapeamento e a reconstituição das pautas defendidas por parlamentares ao longo das suas carreiras legislativas (LOWENKRON e FERREIRA, 2014), é fundamental para as pesquisas comunicacionais também analisarem os processos de noticiabilidade das agendas políticas advogadas pelos atores em seus debates performatizados no âmbito do Congresso¹¹⁴. O caminho investigativo esclarece, por exemplo, como a veiculação midiática de uma plataforma política que atendia aos anseios sociais e culturais dos sujeitos contrários às políticas progressistas em favor dos direitos sexuais como direitos humanos permitiu que um parlamentar com baixa expressividade – circunscrito, até então, às temáticas acerca da apologia

¹¹¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 01 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3NkYiZ4>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

¹¹² Discurso na Câmara dos Deputados, em 01 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3LaQR2j>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

¹¹³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 28 de abril de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3vFPy75>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

¹¹⁴ Conforme exemplificado pela matéria da *Folha de São Paulo*, de 11 de maio de 2011, que sintetiza alguns dos principais discursos proferidos por Jair Bolsonaro no plenário da Câmara em torno da distribuição do “kit gay” pelo governo petista. Disponível em: <https://bit.ly/3n05Vd3>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

à ditadura militar no Brasil e da proteção dos direitos das Forças Armadas – falasse para além dos círculos militares que tradicionalmente lhe elegiam¹¹⁵.

Nascimento et al (2018) pesquisaram a constituição da imagem pública de Jair Bolsonaro a partir das pautas políticas associadas ao parlamentar em 30 anos de matérias jornalísticas (1987 a 2017), utilizando reportagens veiculadas por dois jornais impressos de alcance nacional: a *Folha de São Paulo* e *O Estadão*. Segundo a investigação, as pautas políticas contra os direitos humanos, a defesa dos militares e a apologia à ditadura, ao golpe militar, à tortura e à violência ocuparam a maior frequência das ocorrências, principalmente no início de sua carreira política quando se ocupava da representação de militares e apoiadores do militarismo. Ao analisarem a frequência das pautas ao longo dos 30 anos, os pesquisadores observaram a continuidade e/ou alteração nos posicionamentos do ex-capitão do Exército, indicando certa coerência nos discursos que reverberaram em manchetes, colunas, cartas de leitores, postagens nas redes sociais de internet e comentários contra e a favor às suas posições.

Somente no ano de 2011, conforme apontam Nascimento et al (2018), das 91 matérias publicadas pela *Folha de São Paulo* e *O Estão* com algum tipo de pauta política articulada pelo então deputado federal, 78 eram relacionadas à retórica “anti-direitos humanos”. Além disso, as declarações polêmicas de Jair Bolsonaro com as subseqüentes reações de personalidades e políticos também constituíram motivos de reportagens que ocupavam páginas inteiras e, muitas vezes, as primeiras páginas de veiculações impressas. Em uma matéria publicada no *Portal Terra*, em 08 de junho de 2011, foi reiterado que Bolsonaro teria voltado a atacar os homossexuais em entrevista concedida à revista masculina *Playboy* daquele mês. Entre as várias declarações, o político afirmou que preferiria um filho morto a um herdeiro gay, assim como afirmou que ser vizinho de um casal homossexual é motivo de desvalorização imobiliária: “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”¹¹⁶.

Assim sendo, a expressão política bolsonarista conquista relevante espaço na agenda midiática por meio das disputas de sentidos estabelecidas na cultura brasileira contemporânea entre os defensores de uma governamentalidade que reconhece legalmente as diversidades

¹¹⁵ Conforme corrobora o *Estadão*, as polêmicas nas redes sociais, onde combate “o politicamente correto”, fizeram o deputado passar a falar para fora de seus clientes tradicionais – famílias de militares das Forças Armadas e das Polícias Militares. Era um deputado do baixo claro e manteve-se assim por seis mandatos (suas votações oscilaram entre 67 mil e 135 mil votos) até se transformar no deputado federal mais votado do Rio de Janeiro (com mais de 400 mil votos) Disponível em: <https://bit.ly/3Hd6Rl9>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

¹¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/31jOINc>. Acesso em 25 de março de 2021.

sexuais como um direito humano inalienável pelo poder do Estado e os sujeitos cujas visões de mundo restringem a noção de cidadania plena às representações heteronormativas historicamente veiculadas pelos produtos culturais e midiáticos. Fundamentalmente, os sucessivos ataques do então deputado federal às políticas de direitos humanos canalizam insatisfações moralistas de que a esquerda petista, ao priorizar as minorias em detrimento da maioria, estaria dividindo a nação e desconstruindo os valores judaico-cristãos que a solidifica (MAITINO, 2018). Como veríamos na campanha presidencial de 2018, a mobilização política desses sentimentos será o elemento central no processo de demonização, patologização e criminalização das subjetividades cujas identidades de gênero e expressões de sexualidade ameaçam a materialização do projeto de um “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que o “mito” Jair Messias Bolsonaro prometeu edificar para os seus apoiadores.

Para além de preencher os critérios de noticiabilidade que lhe garantiram ampla cobertura na imprensa, Bolsonaro se tornou presença frequente em programas televisivos (de auditório, de variedades, *talk shows*, revistas eletrônicas, *game shows* e reality shows) nos quais as suas opiniões sobre temas sociais sensíveis eram abordadas pelas chaves da polêmica e do humor. Entre 2010 e 2018, de um total de 34 participações mapeadas por Piaia e Nunes (2022) em programas de entretenimento das redes comerciais de televisão aberta de alcance nacional (Globo, Record, Band, SBT, RedeTV!, CNT e Gazeta), 10 foram no *Superpop*, quatro no *CQC*, três no *Agora é Tarde*, três no *Programa do Ratinho*, uma no *Pânico na Band*, uma no *Agora é com Datena*, uma no *Programa do Raul Gil*, uma no *Casos de Família*, uma no *Manhã Maior*, uma no *Okay Pessoal*, uma no *Quem convence ganha mais*, uma no *The Noite*, uma no *Mulheres*, uma no *Você na TV*, uma no *Mega Senha*, uma no *A tarde é sua*, uma no *Chega Mais* e uma no *Morning Show*¹¹⁷. Seguindo uma fórmula já consagrada por Donald Trump nos EUA – que apresentou o reality show *The Apprentice*, na NBC, por 14 temporadas entre 2004 e 2015 –, o então deputado federal explorou o entretenimento como uma frente de exposição midiática e um vetor fundamental para a sua projeção nacional¹¹⁸. No entanto, segundo a tipologia elaborada por Marsh, ‘T Hart e Tindall (2010)¹¹⁹, por enquanto Trump era uma celebridade que

¹¹⁷ Os pesquisadores somente consideraram para o mapeamento o entretenimento não ficcional, ficando de fora inserções em ambientes híbridos, como nas três entrevistas concedidas ao programa *Pânico*, da rádio Jovem Pan, bem como o quadro ficcional *Mitadas do Bolsonaro*, do *Pânico na Band*, com 34 episódios exibidos entre março e dezembro de 2017. Também foram descartadas as participações com menos de um minuto.

¹¹⁸ Entre 2010 e 2018, segundo revela a pesquisa desenvolvida por Piaia e Nunes (2022), Bolsonaro dispôs de pelo menos 20 horas para se comunicar em rede nacional por meio de programas televisivos de entretenimento.

¹¹⁹ Em busca da complexificação da distinção dual entre “celebridades políticas” e “políticos celebridades” (STREET, 2004), Marsh, ‘T Hart e Tindall (2010) propõem a seguinte tipologia a respeito das diferentes posições que os atores podem ocupar na relação entre celebridade e política: 1) celebridades que se engajam em causas políticas; 2) celebridades que endossam publicamente políticos; 3) celebridades que passaram a ocupar cargos

passou a ocupar um cargo político, Bolsonaro era um político de carreira¹²⁰ que se esforçou para alterar a sua persona da política tradicional para a esfera da celebridade.

Um episódio midiático que ilustra a forma polêmica pela qual as aparições de Bolsonaro em programas de entretenimento lhe concederam visibilidade e popularidade em um contexto no qual a sua candidatura ao cargo mais alto do Executivo ainda era vista por muitos como uma piada de mau gosto foi a entrevista concedida no quadro *O Povo quer Saber* do CQC, de 28 de março de 2011. Ao ser perguntado pela cantora Preta Gil sobre o que faria se seu filho se apaixonasse por uma garota negra, Bolsonaro disse que não discutiria promiscuidade e que não corria esse risco porque seus filhos foram muito bem educados. A declaração do parlamentar desencadeou em uma representação que a cantora entrou com o Ministério Público contra Bolsonaro por homofobia e preconceito racial¹²¹, inundando os noticiários com a sua presença e lhe rendendo cinco participações televisivas em menos de dois meses.

Embora problematizem que misturas de indignação e diversão exploradas por produtos midiáticos apontam para o valor de entretenimento dos pânicos morais, McRobbie e Thornton (1995) argumentam que o fator é mencionado, mas não realmente integrado aos modelos teóricos propostos. Para além de garantir maiores pontos no Ibope para as emissoras de TV de baixa audiência, a articulação de elementos do entretenimento na construção do pânico sexual bolsonarista facilitou a projeção nacional da figura de Jair Bolsonaro como um “político celebridade do cotidiano” (WOOD, CORBETT e FLINDERS, 2016) que se conecta com a população não por ser especial, mas pela sua aparente ordinariedade. Em sintonia com as excentricidades apresentadas pelos programas de auditório nos quais participou em jogos, quadros humorísticos e situações polêmicas, o distanciamento dos comportamentos protocolares exigidos de um parlamentar e o rompimento com o consenso democrático em defesa dos direitos humanos foram normalizados, por uma parte expressiva do eleitorado, como posicionamentos originais e espontâneos de um sujeito excessivamente sincero. Observo, portanto, que a performatização de discursos extremistas e radicais como traços de uma “autenticidade sem freios” contribuiu para a resignificação da imagem de um ocupante de cargos legislativos no sistema político brasileiro por 31 anos consecutivos na representação de um *outsider*, um antissistema, uma figura ordinária, um verdadeiro “tiozão do churrasco”¹²².

políticos; 4) políticos que alteram a sua persona da política tradicional para a esfera das celebridades; 5) políticos que estão em meio às celebridades e as usam a seu favor.

¹²⁰ Antes de ser eleito Presidente da República, o político foi vereador da cidade do Rio de Janeiro por dois anos (1989-1990) e deputado federal pelo estado do Rio por outros 28 anos (1991-2018).

¹²¹ Disponível em: <https://bit.ly/44cwZX3>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

¹²² Disponível em: <https://bit.ly/3oMyqeH>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

Conforme argumentam Piaia e Nunes (2022), as investigações no campo da comunicação política tendem a focar no caráter inovador do ativismo digital bolsonarista, desconsiderando, muitas vezes, a literatura progressista no campo focada na televisão e a incursão deliberada do ex-capitão do Exército em programas televisivos de entretenimento. Notavelmente, Jair Bolsonaro foi eleito o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro sem ainda dispor de uma base virtual volumosa. Durante a maior parte do processo de projeção do político da 11ª posição (obtida nas eleições de 2010 com 120.646 votos)¹²³ para o 1º lugar (conquistado em 2014 com quase o quádruplo de votos, ou seja, 464.572 no total)¹²⁴, a comunicação virtual bolsonarista era majoritariamente constituída pelo blog *Família Bolsonaro* (administrado pelo seu filho e vereador carioca, Carlos Bolsonaro), o canal oficial do YouTube (no qual foi inscrito em 30 de junho de 2009) e a página oficial do Facebook (criada em 14 de junho de 2013 e cujos posts obtinham pouco mais de 13,5 mil interações mensais até fevereiro de 2014). Em um contexto de coexistência e hibridização sistêmica entre as diferentes mídias (CHADWICK, 2013), o material produzido nos programas de entretenimento teve o seu alcance estendido no tempo e no espaço ao servir de conteúdo para os vídeos postados em suas redes sociais digitais e nas páginas não oficiais que apoiavam o parlamentar¹²⁵.

Assim sendo, ao problematizar o “valor de entretenimento dos pânticos morais” (McROBBIE e THORNTON, 1995, p. 570) para a ascensão do bolsonarismo ao poder, observo que os aspectos estéticos do entretenimento foram elementos mediadores fundamentais para a popularização e a internalização do escalamento dos sentidos de perigo articulados pela retórica de que a distribuição do “kit gay” e a adoção do “homossexualismo (sic) eschachado como matéria”¹²⁶ nos currículos escolares escancarariam “as portas da pedofilia em nossas escolas, incentivando nossos filhos garotos, no 1º grau, a partir dos 6 anos de idade, a serem homossexuais”¹²⁷. Uma vez galgado ao posto de “fenômeno midiático” (PIAIA e NUNES, 2018) e, portanto, afiançado a garantia de audiência para os produtos midiáticos, o “deputado

¹²³ Disponível em: <http://glo.bo/3AtXbPt>. Acesso em: 25 de abril de 2023

¹²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/40A7g81>. Acesso em: 25 de abril de 2023

¹²⁵ Segundo dados coletados em 2020 por Piaia e Nunes (2022), os vídeos de Bolsonaro em programas da TV aberta estiveram entre os conteúdos que foram circulados em páginas de apoio a ele no Facebook, como Deboas na Opressão, Opressor 1.0, Direita ao vivo, Bolsonaro Nosso Presidente, Movimento Avança Brasil, assim como por atores da direita nos moldes de Gil Diniz, Rogério Peninha Mendonça e Filipe Barros. A importância dos registros nesses programas também pode ser observada no YouTube, onde trechos das participações foram publicados ao menos 308 vezes por 232 canais diferentes, alcançando 45,4 milhões de visualizações e 1,2 milhão de curtidas.

¹²⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3KquLYY>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

¹²⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de março de 2011. Disponível em <https://bit.ly/3NokQ8y>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

federal mais polêmico do Brasil”¹²⁸ capitalizou eleitoralmente sobre as relações entre comunicação e entretenimento não por distrair a população de assuntos políticos, mas, conforme nos possibilita distinguir Carpini (2017), por veicular o humor como uma prática social significativa para temas políticos urgentes.

Conforme exposto nas figuras 01 a 03, poucos dias após denunciar pela primeira vez na Câmara dos Deputados o “kit intitulado Combate à Homofobia” como “um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade”¹²⁹, Bolsonaro fez uma participação especial no *Programa do Ratinho* (SBT), de 13 de dezembro de 2010. Enfatizando que, devido à “nossa audiência est[ar] subindo bastante”, precisava explicar mais uma vez que a sua produção havia descoberto “um vídeo exclusivo [que] não tem no YouTube”, Ratinho promoveu um debate entre o deputado federal e Toni Reis (presidente da ABGLT) após ter apresentado em rede nacional o filme “Encontrando Bianca”¹³⁰ que faria parte do “Kit Combate à Homofobia”. Para compor a ambiência de entretenimento e polêmica na qual um “deputado e [um] militante gay debatem vídeo que MEC distribuiria em escolas”, uma estética de *game show* foi meticulosamente encenada pela performatização de uma enquete na qual “o povo” poderia votar por telefone. Originalmente formulada como “Você acha que seu filho deve assistir esse vídeo?”, a pergunta foi reformulada no ar pelo apresentador do programa para “Este vídeo ajudaria o seu filho ou não?”, ou melhor, “Você acha que o MEC precisa passar esse vídeo na escola?”. Dessa forma, a questão proposta diretamente às “mães” não comportaria o direito das crianças e jovens à educação sexual e à livre expressão das suas identidades de gênero e sexualidade, mas seria delimitada pela intervenção de um governo perverso na autoridade daqueles que deveriam ser os exclusivos responsáveis pelos valores morais aprendidos pelos seus filhos e filhas.

¹²⁸ Forma como Bolsonaro era comumente apresentado por Marcelo Tas do *CQC*. Disponível em: <https://bit.ly/3wpgjgo>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

¹²⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Texto disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

¹³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3HvINKr>. Acesso em: 02 de maio de 2023.



Figuras 01 a 03: O valor de entretenimento do pânico sexual bolsonarista
Fonte: Programa do Ratinho, 13 de dezembro de 2010.

Ao final da exibição do vídeo de uma das “duas historinhas” que “[s]eus filhos de 7 anos vão vê-las no ano que vem, caso não tomemos uma providência agora”, o parlamentar

prometeu, em rede nacional, não “permitir que esse material chamado didático chegue às escolas no ano que vem”, declarando já estar “movimentando o Congresso Nacional para convocar o Ministro da Educação para publicamente ele vir explicar esse vídeo que estava sendo feito na moita para converter ao homossexualismo (sic) as nossas crianças e, inclusive Ratinho, é uma porta aberta para a pedofilia a exibição desse vídeo nas escolas”¹³¹. Sendo assim, além de requerer, na sessão ordinária do Plenário de 13 dias atrás, que “[o]Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto”¹³², Bolsonaro se comprometeu publicamente a liderar uma cruzada midiática contra os perigos articulados pelo significativo “kit gay” aos valores judaico-cristãos.

O que muitos críticos ridicularizaram como a presença de um deputado federal em programas de entretenimento apresentados por comediantes ou subcelebridades que expunham os seus convidados a situações desmoralizantes foi contemplado pelo parlamentar como a oportunidade de apresentar, em rede nacional, as suas ideias no horário nobre e pautar temas moralmente sensíveis no debate público. Paia e Nunes (2022) são enfáticos ao afirmarem que as dezenas de participações do ex-capitão do Exército em programas televisivos foram cruciais para a normalização de posicionamentos reacionários defendidos por Jair Bolsonaro e para a projeção nacional da imagem do então deputado federal como um potencial candidato à Presidência da República. Conforme esclarecido pelo próprio parlamentar na Tribuna da Câmara, em 14 de dezembro de 2010: “Sras. e Srs. Deputados, ontem à noite participei, ao vivo, do *Programa do Ratinho*, e acho que fiz entender o motivo pelo qual tenho participado de debates contra o avanço homossexual nas escolas do ensino básico”¹³³. Ao longo dos anos, testemunhamos sucessivos deslocamentos nos lugares ocupados pelo parlamentar em programas da TV aberta, ascendendo da figura de debatedor polêmico e participante em quadros humorísticos para ocupar o posto central de entrevistado em programas dedicados a conhecer a plataforma política de um possível presidenciável. “Ou seja, há uma mudança no papel de Bolsonaro nos programas: inicia como um polemista exótico, torna-se comentarista habitual e, finalmente, converte-se na atração principal dos programas” (PIAIA e NUNES, 2022, p. 106).

¹³¹ Disponível em: <https://bit.ly/3hC8cTT>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

¹³² Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010. Texto disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

¹³³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/370McSA>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

1.4 O ativismo digital bolsonarista

Com o lançamento da página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook, em 14 de junho de 2013, o processo de fabricação do pânico sexual bolsonarista passou a ser potencializado pelas mídias digitais, fazendo circular de forma sem precedentes sentimentos de temor e aversão às políticas promovidas pelos governos petistas em favor da respeitabilidade das existências LGBTQIA+. Assim como diversos personagens da extrema direita global, Bolsonaro se beneficiou das reconfigurações contemporâneas do sistema midiático¹³⁴ – estabelecidas a longo prazo a partir dos processos de plataformização¹³⁵ e, mais notadamente, pela popularização das mídias sociais de internet – para a construção de redes comunicacionais próprias que “alteraram os regimes de distribuição de visibilidade de atores políticos e pautas” (ALVES, 2019, p. 23).

É, portanto, no contexto das Jornadas de Junho de 2013 e do crescente descrédito com as formas tradicionais de mediação institucional que a página oficial de Bolsonaro no Facebook se constituiu como um dos canais pelos quais a rotulação das políticas sexuais petistas se deu de modo mais direto entre o então deputado federal e os seus seguidores. Ao oferecer condições para que a retórica bolsonarista transpusesse algumas das mediações materiais e simbólicas convencionalmente estabelecidas entre os atores e os seus públicos – imprensa, políticos, intelectuais, professores e especialistas em temas que mobilizam a esfera pública –, o Facebook emergiu como a plataforma digital mais importante na consolidação da imagem de Bolsonaro como uma possível alternativa de poder para os sujeitos que não se viam representados pelas elites políticas até então estabelecidas (ALMEIDA, 2019; GOLDSTEIN, 2019).

Uma vez que a circulação de mensagens nos ambientes de sociabilidade digital respeita decisões comerciais e posicionamentos institucionais inscritos em “artefatos algorítmicos” (ALVES, 2019, p. 25), o ativismo digital bolsonarista investiu na decodificação das lógicas de funcionalidade não publicizadas pelas plataformas digitais para o desenvolvimento de

¹³⁴ Embora para se desenhar um quadro mais amplo das reconfigurações do sistema midiático na contemporaneidade seja necessário compreender as apropriações e as lógicas comunicacionais desenvolvidas pelos atores políticos em outras plataformas digitais – WhatsApp, YouTube, Twitter e Instagram –, no contexto midiático investigado por esta tese o Facebook liderava como a ferramenta digital mais utilizada para receber informações políticas no Brasil e no mundo. De fato, conforme demonstrado pela pesquisa publicada pela Reuters Digital News Report (NEWMAN et al, 2018), 55% dos respondentes brasileiros consideraram o Facebook como a própria internet. Além disso, segundo nos informa Alves (2019), ao menos no Facebook, a imprensa não controlou os fluxos informacionais entre 2013 e 2018, ao ponto das publicações mais compartilhadas na plataforma incluírem aquelas realizadas por políticos de baixa expressão no cenário nacional, como Jair Bolsonaro.

¹³⁵ Poell, Nieborg e van Dijck (2020) definem a plataformização como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Além disso, a partir da tradição dos Estudos Culturais os autores concebem como esses processos também envolvem a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno das plataformas. Ver também: Dijck, Poell e De Waal (2018); Nieborg e Poell (2018); Alves (2019).

conteúdos que lhe garantissem o engajamento comunicacional de milhões de usuários nos processos de consumo, comentários, remixagem e compartilhamento das publicações postadas pelo ex-capitão do Exército. Conforme esclarece Alves (2019), a dominação das técnicas de “hackeamento da atenção”¹³⁶ (MARWICK e LEWIS, 2017) por ativistas midiáticos de extrema direita os permite formatar suas narrativas para serem impulsionadas pelos algoritmos e pela viralização dos compartilhamentos, gerando mensagens que acendem polêmicas e dividem os públicos a partir de retóricas ambíguas e ofensivas.

Segundo importante mapeamento publicado pelo *Estadão*¹³⁷ em 02 de abril de 2017, o total de curtidas na página de Bolsonaro no Facebook aumentou 338% em apenas dois anos: crescendo de 1.179.007 (22 de março de 2015) para 3.986.929 (20 de março de 2017)¹³⁸ – momento no qual o político conquistava de 3 a 7 mil novos adeptos diariamente. Com postagens alcançando uma média de 3.266.000 curtidas e 1.038.672 comentários, em 29 de março de 2017, o deputado federal ocupava o segundo lugar no ranking dos presidenciais na plataforma digital (à frente de Dilma Rousseff com 3.194.730 e Lula com 2.814.712 curtidas, ficando atrás apenas de Aécio Neves com 4.382.488 – sendo que o senador tucano havia parado de crescer e Bolsonaro ganhava 10 a 20 vezes mais seguidores do que o parlamentar semanalmente)¹³⁹.

A partir dos dados publicados pelo jornal brasileiro é possível verificar a importância central do pânico sexual bolsonarista para a ampliação da capilaridade do movimento político nas redes digitais e, mais especificamente, para o “desarranjo da visibilidade no Facebook”¹⁴⁰ (ALVES, 2019, p. 268). Para nos atermos a um exemplo, na postagem “LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS”¹⁴¹ Bolsonaro compartilha um vídeo no qual

¹³⁶ No original, “*attention hacking*”.

¹³⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3ALVE7v>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹³⁸ Em quatro anos o número de seguidores quase quadruplicaria, atingindo, em 18 de julho de 2021, a marca de 14.176.553 seguidores. Disponível em: <https://bit.ly/3exEVdn>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

¹³⁹ Os dados compartilhados pelo *Estadão* revelam que, em 27 de março de 2017, 402.481 pessoas o acompanhavam no Twitter, 280.322 estavam inscritas no seu canal oficial do Youtube e 353.000 seguiam Jair Bolsonaro no Instagram. Disponível em: <https://bit.ly/3ALVE7v>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁴⁰ Os resultados da tese de Alves (2019) evidenciam que o “desarranjo da visibilidade” aponta para fluxos informacionais nos quais, embora como grupo a imprensa tenha lugar de destaque, individualmente outros atores angariam muito mais visibilidade por meio de páginas com valores elevados de compartilhamento. Sendo assim, a distribuição digital permite a um grupo relativamente organizado da direita alcançar uma audiência muito ampla por seus próprios canais noticiosos e redes sociais. Além disso, os grupos políticos capitalizam o alcance da mídia de massa em audiências específicas, podendo forçar uma agenda nos meios de comunicação tradicionais. Fundamentalmente, o “desarranjo na visibilidade” deve ser compreendido como um regime dinâmico em que atores institucionais e apócrifos conseguem rivalizar ou, eventualmente, ultrapassar o jornalismo tradicional na captura da atenção do público por meio de nichos informacionais extremamente polarizados que, muitas vezes, entram em conflito com normas e valores jornalísticos de produção de notícia. Importante apontar que as táticas desenvolvidas pela família Bolsonaro representam somente uma parte de um fenômeno direitista mais amplo e com diversas facções e desentendimentos entre si, mas que se alinham pelas pautas morais e antipetistas.

¹⁴¹ Disponível em: <https://bit.ly/3oQFZB1>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

denuncia a precariedade da educação pública brasileira por meio de um apelo bastante emocional. Inicialmente acompanhado da filha de cinco anos sentada em seu colo, conforme exposto na figura 04, o parlamentar explica que, ao contrário da população pobre que não possui recursos financeiros e a liberdade de escolher, não matricularia a sua filha em uma escola pública porque o currículo escolar de qualidade dos anos da ditadura brasileira foi subvertido pela esquerda petista.



Figura 04: Bolsonaro acompanhado de sua filha apresenta o “perverso currículo escolar do PT”
Fonte: Página do Bolsonaro no Facebook, 10 de janeiro de 2016

De acordo com a imagem apresentada na figura 05, ainda no mesmo vídeo, e após retirar a filha “[d]esse ambiente que vou mostrar para vocês agora que se encontra em especial nas bibliotecas públicas do Brasil”, Bolsonaro introduz o livro *Aparelho sexual e cia* como um dos instrumentos ideológicos do “currículo escolar do PT”. Apresentando a referida obra como parte do “kit gay”, a postagem de 10 de janeiro de 2016 já havia sido compartilhada mais de 283 mil vezes, visualizada em 8.292.551 ocasiões e alcançado 38.448.609 pessoas até abril de 2017 – o que configurou naquele momento, segundo o *Estadão*, “um recorde para o deputado”. Esses dados são fundamentais para compreendermos como a participação dos públicos por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos dos conteúdos originalmente postados por Bolsonaro em sua página oficial no Facebook (inclusive nos grupos de família e de amigos que são organizados no WhatsApp) acelera a velocidade da construção e amplia a potencialidade do alcance do pânico sexual bolsonarista. Sendo assim, o fenômeno aqui analisado é configurado como um “pânico participativo e de origem coletiva” que torna as fronteiras entre as mídias, os “empreendedores morais” e os públicos indistintas, conforme a definição de Walsh (2020) que será melhor detalhada na seção subsequente deste capítulo.

Ao comunicar o *bullshit* de que “o livro do PT, o livro de Lula, o livro de Dilma Rousseff” seria distribuído para que “os filhos do pobre” o acessassem nas escolas públicas, fomentando a leitura de “uma coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo e, no meu entender, isso é uma porta aberta para a pedofilia”, o parlamentar tonifica o pânico sexual por meio da circulação digital de suas vivências pessoais como evidências testemunhais que, para além de não encontrarem qualquer respaldo factível, menosprezam a própria relevância da verdade¹⁴². O livro que se apresenta pelo subtítulo de “guia inusitado [sobre amor e sexo] para crianças descoladas”¹⁴³, originalmente publicado na França e traduzido no Brasil pela editora Companhia das Letras, nunca foi comprado pelo MEC e tampouco incluído no projeto “Escola Sem Homofobia”.



Figura 05: Os “livros do PT” como estímulo sexual precoce para os “filhos do pobre”
Fonte: Página do Bolsonaro no Facebook, 10 de janeiro de 2016

Por meio da prática retórica que incorpora experiências pessoais para expressar a indiferença contemporânea pelo valor político da verdade – originalmente teorizada por Frankfurt (2005) como a produção do *bullshit* –, Bolsonaro aterroriza os espectadores do vídeo

¹⁴² O fato é que a Fundação Biblioteca Nacional, ligada ao Ministério da Cultura, comprou, em 2011, 28 exemplares do título, que foram distribuídos em bibliotecas públicas – não nas escolas. Disponível em: <https://bit.ly/3HPrhRh>. Assim sendo, a postagem compartilhada por Jair Bolsonaro, em 2016, constituiu uma das seis publicações com conteúdos falsos que o ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a remoção do Facebook e do YouTube nas eleições de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3OArhs0>. O livro *Aparelho sexual e cia* (Companhia das Letras) voltaria a ser apresentado por Jair Bolsonaro no Jornal Nacional, em 28 de agosto de 2018, durante a série de entrevistas que a Rede Globo realizou com os principais presidenciais no primeiro turno das eleições daquele ano. Disponível em: <https://bit.ly/2N0aLmp>. Além disso, a menos de dois meses das eleições de 2022, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) também compartilhou um vídeo no Instagram no qual mostra uma criança com o livro. Disponível em: <http://glo.bo/3OAW0W2>. Todos os links foram acessados em: 02 de maio de 2023.

¹⁴³ Disponível em: <https://bit.ly/422EU7P>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

com as alegações de que os livros distribuídos pelo PT nas escolas estimulam a “transexualização infantil”, que um site vinculado à Secretaria de Direitos Humanos “prega abertamente que a pedofilia não é crime”¹⁴⁴ e que as políticas educacionais para crianças a partir de 6 anos de idade objetivam transformar quase 100.000 escolas espalhadas pelo país em “comitês partidários do PT”. Sobretudo, segundo as inverdades sancionadas pelo deputado federal na construção do pânico sexual, o que interessa para o perverso plano petista para se perpetuar no poder é que o filho do pobre nas escolas públicas brasileiras “não aprenda nada; no futuro seja apenas um beneficiário de Bolsa Família, nada mais além disso!”.

Conforme já previamente esclarecido, o “Kit Combate à Homofobia” nunca chegou a ser oficialmente divulgado como parte do programa “Escola Sem Homofobia”, visto que, antes mesmo de ser aprovado pelo MEC, o projeto foi suspenso pela ex-presidente Dilma Rousseff. O que se tornou público e causou polêmica foram os vídeos que, segundo os proponentes do projeto, “vazaram na internet”¹⁴⁵. A partir de Leite (2014), entendo que não foi necessariamente a veracidade do conteúdo do material (ou aquele divulgado como se fosse o material) que sustentou a construção social do pânico sexual bolsonarista. Trotti (2020) valida a minha compreensão ao definir o “kit gay” como um “artefato político e categoria de acusação” (TROTTI, 2020, p. 22) que fora descontextualizado, distorcido e deslocado com o intuito de causar um pânico moral que se desdobraria em “artefatos de campanha” nas eleições de 2018. (LEITE, 2019a, 2019b). Sendo assim, esta tese não se empenhará na busca da gênese da não-verdade; não é a remodelação, a deturpação e a fabulação dos fatos que me interessa. O ponto fulcral para o entendimento da problemática de pesquisa é a observação dos processos comunicacionais por meio dos quais “espirais de significação” (HALL et al, 1978, p. 223) escalaram os sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay” nos circuitos midiáticos amplificados para que os limiares do moralmente aceitável fossem sucessivamente ultrapassados: do socialmente permissível (combate à homofobia) para o intolerável (politização das existências LGBTQIA+ e a valorização das sexualidades infanto-juvenis), extrapolando para a criminalidade (*monstros pedófilos* nas escolas públicas de ensino básico) e a violência extrema (a instauração de uma ditadura comunista no Brasil por meio de uma suposta “ideologia de gênero” e de um “plano marxista de dominação global”).

Apesar das particularidades contextuais brasileiras, o agressivo e prolífero ativismo digital bolsonarista, robustecido pela construção do pânico sexual, não é uma exclusividade

¹⁴⁴ Bolsonaro se referia ao Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet, batizado de #Humaniza Redes. Disponível em: <https://bit.ly/2VCAXmX>. Acesso em: 08 de agosto de 2021.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://glo.bo/44CM9Fn>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

nacional, estando em contínuo diálogo com o *modus operandi* de líderes da extrema direita nos moldes de Donald Trump. Nomeado pela revista *Times* como “o cérebro de Trump”¹⁴⁶, Steve Bannon seria o arquiteto-responsável pela criação do aspecto ideológico que tem guiado as estratégias midiáticas da direita alternativa norte-americana (*alt-right*), desenvolvendo linguagens, infraestruturas e ferramentas digitais para o fortalecimento de discursos de caráter violentamente ressentidos aos ideais democráticos responsáveis pela “expansão aparentemente inexorável do liberalismo – social, cultural, sexual, ambiental, religioso e, sim, até político” (ALEXANDER, 2018, p. 1012). Sob a liderança de Bannon, o *Breitbart News*¹⁴⁷ se tornou o mais influente megafone a incitar a extrema direita estadunidense, favorecendo a sua ascensão ao posto de conselheiro informal de Trump em 2011, diretor da campanha presidencial de 2016 e estrategista chefe do governo trumpista. Assim sendo, Bannon se torna “a primeira celebridade intelectual da direita internacional” (ALEXANDER, 2018, p. 1010) e, segundo reportou o *The New York Times*, promoveu, no ano de 2018, uma turnê europeia “para treinar na linguagem e ferramentas das mídias sociais a infantaria de um exército populista”¹⁴⁸.

No contexto brasileiro, Bannon estabeleceu uma relação de proximidade com o guru ideológico do bolsonarismo Olavo de Carvalho, se firmando como uma referência para o clã Bolsonaro¹⁴⁹. Faz sentido, portanto, que a estratégia do *Breitbart News* de difamar políticos democratas, estigmatizar políticas públicas progressistas e difundir teorias da conspiração sobre um hipotético plano global comunista contra a civilização ocidental cristã tenha inspirado o beligerante ativismo digital bolsonarista. De fato, conforme detalham Melo e Vaz (2021), a semelhança entre os argumentos conservadores brasileiros recentes e aqueles forjados pela direita estadunidense é tamanha que não seria ironia sugerir que um critério para integrar o governo bolsonarista é ter assistido regularmente a *Fox News*, escutado diariamente o programa de rádio do Rush Limbaugh, lido *Breitbart News* e acessado os canais no YouTube de Alex Jones e Jordan Peterson.

Vinculados a essa contranarrativa midiática organizada em desafio aos valores humanistas emancipatórios, conforme argumenta Fassin (2019c), líderes da extrema direita espalhados pelo globo perceberam a potência política dos estereótipos de gênero e assimilaram que as questões sexuais não dizem respeito apenas a uma elite cultural, mas afetam a todas e todos. Sendo assim, a eficiência da “campanha global antigênero” é apostar na manutenção da

¹⁴⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3AqzebF>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

¹⁴⁷ Site de extrema direita célebre pela disseminação de notícias falsas e conteúdos de cunho LGBTQIAfóbico, misógino e racista. Disponível em: <https://www.breitbart.com/>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://nyti.ms/2oYPn3U>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

¹⁴⁹ Disponível em: <https://bit.ly/41CTrH8>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

heteronormatividade como entidade transcendental e desistoricizada para compor uma agenda midiaticamente sedutora, jogando com os afetos na arena da intimidade para recrudescer as desigualdades humanas como politicamente desejáveis. Segundo o sociólogo francês, vivemos uma batalha tão política quanto emocional, na qual ressentimentos e temores estão levando ao poder homens e mulheres que reiteram em seus discursos moralidades (ultra)conservadoras sobre as diversidades sexuais: “É claro que a questão do gênero não esgota tudo o que está acontecendo, mas é um ângulo de entrada para entender muitas coisas” (FASSIN, 2019c, p. 4). Nesse contexto, a abordagem comunicacional aliada aos estudos de gênero e sexualidade proposta por esta tese adiciona camadas de complexidade ao olhar ainda incipiente sobre a questão, problematizando o pânico moral digitalmente mediado como uma “espiral de reforço” (DVIR GVIRSMAN, 2016) para crenças pessoais sobre temas de interesse coletivo: sexualização infantil, pedofilia, “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”.

Pesquisando especificamente as “batalhas morais” estabelecidas na cultura brasileira atual, Miskolci (2021) analisa as transformações impulsionadas pelo impacto das redes sociais digitais na esfera pública. Nesse sentido, os embates travados em torno das políticas identitárias na última década, que muito frequentemente incluem expressões localizadas de pânico, ocorrem em uma nova esfera pública materializada na confluência entre a mercantilização da política, as novas tecnologias e a midiaticização. Para o autor, compreender as disputas pelas diferenças humanas e os seus impactos sociais, a partir da década de 2010, exige analisar a disseminação dos serviços comerciais de redes sociais que nos trouxeram uma “esfera pública técnico-midiaticizada”. Essa ambiência tecnologicamente atravessada por lógicas mercadológico-midiáticas se revelou fundamental para o engajamento da opinião pública na “cruzada global antigênero” capitaneada por líderes da extrema direita, especialmente “porque privilegi[a] a compreensão do político como algo pessoal, da ordem das escolhas individuais e, no limite, morais” (MISKOLCI, 2021, p. 26).

A distinção conceitual entre “mediação” e “midiaticização” não implica em noções separadas e excludentes uma da outra. De origem tipicamente hegeliana e aprofundada epistemologicamente pela semiótica peirceana, a mediação precisa de bases materiais e simbólicas para se inscrever nos processos comunicacionais, se consubstanciando em formas reguladoras dos conhecimentos humanos e das representações sociais. No campo teórico da sociologia da cultura, a mediação foi apropriada como categoria analítica privilegiada por pesquisadores latino-americanos, como Jesus-Martin Barbero e Orosco-Gómez, que pensaram as “mediações socioculturais” como intermediários conciliatórios entre a produção e a recepção

dos produtos da indústria cultural. Entretanto, a separação entre a transmissão de acontecimentos e o consumo de mensagens tende a desaparecer no conceito de mediação: “na mediação, uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na mediação, desaparece a ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico” (SODRÉ, 2014, p. 108).

Nesse contexto de mudanças qualitativas na totalidade da vida humana, a mediação surge como uma elaboração conceitual que tenta dar conta da nova instância de orientação da realidade na qual a comunicação como “o fazer organizativo das mediações imprescindíveis ao comum humano” (SODRÉ, 2014, p. 15) é cada vez mais perpassada por racionalidades mercadológicas inscritas em códigos algorítmicos. Desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o processo de mediação vem alterando sistemas de crenças, princípios éticos e valores morais, assim como a própria estruturação das nossas percepções, atenções e memórias. No entanto, sob o feitiço neoliberal assumido pela globalização no fim do milênio, exacerbou-se a dimensão imperial do poder, implicando em uma qualificação particular de vida e um novo modo de presença dos sujeitos no mundo.

Assim sendo, a noção de “mediação generalizada” tem sido privilegiada nos estudos comunicacionais recentes por sustentar a hipótese de uma mutação antropológica centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação. Segundo Carvalho (2017), as pesquisas europeias têm na mediação uma temática cuja relevância se acentua a partir dos anos 1980 por razões políticas. Dentre os esforços de pesquisadores brasileiros “de dar um matiz à temática que seja mais profícua às especificidades da nossa realidade sociocultural e de configuração das mídias em suas interconexões com as dinâmicas sociais” (CARVALHO, 2017, p. 21), destaco o pioneirismo dos pesquisadores da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), dentre eles Antônio Fausto Neto, Gilberto Gomes, Jairo Ferreira e José Luiz Braga.

Analisando as condições históricas de transição da “sociedade dos meios” para “sociedade mediada”, Fausto Neto (2008) sugere que a mediação resulta da evolução de processos midiáticos que se instauram nas sociedades industriais – tema eleito em reflexões analíticas de autores nas últimas décadas que chamam atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas. Pensando o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e as suas relações com as mudanças socioculturais, Gomes (2016), define como “sociedade em mediação” um ambiente que configura para as pessoas

um novo modo de ser no mundo no qual os meios não são mais utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da autocompreensão social e individual.

Contudo, segundo Martino (2017), escrever sobre midiatização é um desafio dos mais ousados devido à polissemia do conceito que, reforçada pelos inúmeros usos, desafia qualquer interpretação imediatista ou redutora. Além disso, a “sua abertura epistemológica parece assumir contornos de tal maneira que sua operacionalização metodológica chega ao ponto de se diluir” (MARTINO, 2017, p. 8), tornando intelectualmente complexo compreender determinadas empirias a partir da perspectiva teórica. A crítica formulada por Sodré (2014) reitera essa vulnerabilidade epistemológica, sugerindo que o conceito de midiatização é um ponto de partida importante para descrever as (re)configurações sociais fomentadas pelas tecnologias da comunicação, mas ainda insuficiente para dar conta da nova instância de orientação da realidade que permeia os mais variados aspectos da existência humana pelas lógicas mercadológico-midiáticas.

O pesquisador, portanto, parte dos três *bios* aristotélicos¹⁵⁰ para conceber o modo de presença do sujeito contemporâneo no mundo como um quarto *bios*. Nessa nova forma de existência, “o que na esfera política se experimenta como puro *ethos* é absorvido por todas as técnicas de consenso e controle que confluem para a mídia” (SODRÉ, 2002, p. 44). Das mídias para o público não parte apenas influência normativa, mas principalmente emocional e sensorial, com o pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social na qual identidades pessoais, comportamentos e até juízos de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade do gosto. Nesse sentido, a mediação como técnica política de linguagem perde terreno para a midiatização como prática tecnológica do discurso sob a égide do mercado em uma contemporaneidade cujos processos de subjetivação são articulados por um novo ecossistema existencial conceituado por Sodré (2002, 2014) como um *bios virtual*. Conforme sintetizado pelo teórico brasileiro:

Isto é propriamente o *bios virtual*, uma ambiência magneticamente afetiva, uma recriação tecnoestética do *ethos*, capaz de mobilizar os humores ou estados de espírito dos indivíduos, reorganizando seus focos de interesse e de hábitos, em função de um novo universo menos psiquicamente “interiorizado” e mais temporalmente relacionado ou conectado pelas redes técnicas (SODRÉ, 2014, p. 252, grifos do autor).

¹⁵⁰ Em “Ética a Nicômaco”, Aristóteles distingue três gêneros de existência (*bios*) na Polis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo). Partindo da classificação aristotélica, Sodré pensa a midiatização generalizada da vida como uma tecnologia de sociabilidade ou um novo âmbito existencial, uma espécie de quarto *bios*, implicando uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionalmente designado de verdade, ou seja, uma outra condição antropológica. (SODRÉ, 2002, p. 24-25).

Desse modo, os circuitos midiáticos amplificados atuam como motores semióticos das representações humanas em resposta à necessidade de flexibilização e instantaneidade do capitalismo financeiro transnacional. Uma vez que as organizações multinacionais financiam o processo de midiatização, as instituições mediadoras clássicas perdem progressivamente a legitimidade, o Estado tem a sua centralidade como administrador dos bens públicos deslocada (passando a funcionar a partir da lógica de privatização das ferramentas com que se lida com o comum na atualidade) e os sentidos passam a ser organizados por fluxos de imagens e dígitos, causando alterações antropológicas de uma forma ampla. No novo bios, as subjetividades não são organizadas apenas por ideias e palavras, mas por estéticas e afetos a partir de “estratégias sensíveis” (SODRÉ, 2006) articuladas por práticas comunicacionais digitalmente mediadas.

Tomando o pensamento sodreano como fio condutor, um olhar mais atento às redes sociais de internet como tecnologias de subjetivação me permite observar que, embora sejam relevantes para os esforços intelectuais que produzem novos saberes sobre as questões políticas atuais, os estudos centrados no pioneirismo do ativismo digital bolsonarista em dominar as lógicas de funcionalidade das mídias digitais tendem a limitar as suas análises aos aspectos instrumentais das redes. É indiscutível, por exemplo, a eficiência do grupo político de extrema direita na apropriação de elementos da memética contemporânea – a lacração, a *trollagem* e o antagonismo às diferenças – para o desenvolvimento de conteúdos digitalmente mediados cujos alcances são significativamente amplificados por lógicas midiáticas agenciadas pelos princípios da polarização, confrontação e dissenso. No entanto, o pânico sexual bolsonarista não se limita à instrumentalização dos ambientes de sociabilidade digital para a veiculação de práticas retóricas que estigmatizam as políticas petistas em favor da valorização das vidas LGBTQIA+ como estímulos perversos à homossexualidade e à pedofilia nas escolas públicas brasileiras.

Além disso, conforme teria rejeitado Hegel no início do século XIX¹⁵¹, e se opõe veemente Sodré na atualidade, não há nas redes sociais de internet a produção de conhecimentos do mundo e significados sobre si de forma intuitiva e imediata. Em oposição ao que comentaristas acríticos insistem em postular, o ativismo digital bolsonarista não pode ser caracterizado pela não-mediação, mas pelo uso criativo de tecnologias digitais que produzem mediações próprias em atendimento à financeirização e à algoritmização do nosso tempo histórico. Para além de reconfigurar a mediação entre os atores políticos e os seus públicos, a complacência das plataformas digitais na remuneração de cliques e curtidas independentemente

¹⁵¹ “Para Hegel, que rejeita a hipótese de um conhecimento intuitivo ou imediato, a mediação (*Vermittlung*) é o ato originário de qualquer cognição, porque o ser é necessariamente mediado” (SODRÉ, 2014, p. 107).

da veracidade dos conteúdos compartilhados por grupos de extrema direita fomenta a produção de sujeitos cada vez menos comprometidos com o valor político do estatuto da verdade.

Sendo assim, o processo de fabricação do pânico sexual bolsonarista está inserido em uma temporalidade marcada pela “mídiação das práticas sociais” (MARTINO, 2019) na qual os meios de comunicação não somente medeiam a transmissão de mensagens, mas as próprias lógicas midiáticas (leia-se de mercado) tornam-se partes constitutivas dos sujeitos contemporâneos. Nesse deslocamento, as formas tradicionais de sociabilização, as visões de mundo e o fazer político são visceralmente afetados pela nossa atual condição antropológica caracterizada por Sodré (2002, 2014) como um “bios virtual”. É justamente no atravessamento dos processos de subjetivação contemporâneos pelo nosso novo ecossistema existencial digitalmente mediado que o ativismo digital bolsonarista encontra solo fértil para a construção do seu pânico sexual na cultura brasileira.

1.5 O pânico sexual bolsonarista em um mundo digitalmente mediado

O debate epistemológico apresentado pavimenta um caminho de pesquisa que se propõe a contribuir para a atenuação de duas fragilidades dos estudos do pânico moral. Em primeiro lugar, segundo argumenta Thompson (1998), o status teórico do conceito tem sido surpreendentemente negligenciado e o seu significado considerado auto evidente. Além disso, conforme avalia Hier (2018), os estudiosos do pânico moral têm dedicado escassa atenção à remodelação das dinâmicas do fenômeno comunicacional em um mundo digitalmente mediado. Apesar de Falkof (2018) ter alertado que para manter a utilidade conceitual é imperativo que os estudos sobre o tema acolham as formas drásticas por meio das quais as tecnologias digitais remodelaram a paisagem midiática e subverteram as noções tradicionais de fluxos de informações e poder, Walsh (2020) expõe que os trabalhos existentes ou têm permanecido em silêncio ou subrepresentado os diversos efeitos. O estado da arte empreendido por esta tese confirma a insuficiência de reflexões aprofundadas acerca das implicações das mídias digitais para a construção social do pânico moral.

Nesse sentido, revisei as referências acadêmicas mais relevantes publicadas em concordância e em discordância sobre os elementos que definem e constituem o pânico moral (Carlson, 2018; Cohen [1972] 2002; Critcher, 2002, 2003, 2008; deYoung, 1998, 2011; Falkof, 2018; Goode e Ben-Yehuda 1994a, [1994b] 2009; Hall et al., 1978; Hier, 2002, 2008, 2011, 2018; Herdt, 2009; Ingraham e Reeves, 2016; Irvine, 2006, 2009; Jenkins, 1998, 2001; McRobbie e Thornton, 1995; Rubin [1984] 2017; Thompson, 1998; Ungar, 2001; Walsh, 2020; Watney [1987] 1996; Weeks, 1981). A multiplicidade de proposições conceituais evidencia a possibilidade de teorizar e analisar o fenômeno a partir de várias perspectivas diferentes e, segundo sugere Thompson (2018), pode ser uma tática sensata adotar percepções de cada uma delas de maneira eclética ou combiná-las quando apropriado.

Tendo em vista que “[a] representação midiática é a unidade institucional de análise para muitos teóricos do pânico moral” (IRVINE, 2009, p. 240), em um primeiro momento tomo a mediação digital da realidade contemporânea como elemento central da categorização proposta por esta tese. Em seguida, contesto o enfoque à volatilidade originalmente atribuído por Cohen ([1972] 2002) aos episódios de pânico moral para pensar o pânico sexual bolsonarista como a atualização das disputas históricas pela formação discursiva do sexo (FOUCAULT, [1976] 2015). Esses processos se dão em um contexto de “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020) no qual uma “campanha global antigênero” tem subjugado saberes cientificamente produzidos sobre gênero e sexualidade à hipervalorização da autoridade

experencial de líderes da extrema direita e de evidências testemunhais de cidadãos comuns sedimentadas nas suas experiências pessoais sobre as coisas do mundo como a verdade em si mesma que são cotidianamente compartilhadas nos ambientes de sociabilidade digital.

Para Cohen ([1972] 2002), autor do estudo tomado como inaugural ao conceito¹⁵², a mídia é o ator mais importante na inflamação das reações sociais exageradas que alimentam o pânico moral. Observando a natureza do desvio como transacional (BECKER, 1963), o teórico problematiza os meios de comunicação como dispositivos de enquadramento dos processos de rotulagem em uma cultura de controle que produz o próprio desvio. A partir da noção gramsciana de hegemonia, Hall et al. (1978) articulam forças estruturais como as instâncias mediadoras das interações que se dão em um plano mais macro para a produção do “consenso autoritário” da criminalidade como o índice da desintegração da ordem social. Compreendendo que a arena da significação não é monolítica, mas um campo de permanente luta ideológica, as elites detentoras do poder articulam mecanismos para assegurarem que as suas interpretações da realidade sejam reproduzidas pelas instituições midiáticas. É dessa forma que crises sociais complexas são inteligíveis ao “senso comum”, mobilizando ansiedades históricas na legitimação de um Estado capitalista em seus esforços de recrudescimento da lei e da ordem.

Considerando as três abordagens teóricas reconhecidas por Goode e Ben-Yehuda (1994a, [1994b] 2009), a formulação de Cohen ([1972] 2002) corresponde ao “modelo de grupo de interesses” que identifica a mídia como um amplificador das reivindicações de “empreendedores morais” (BECKER, 1963). Em contraposição, a concepção de Hall et al. (1978) se relaciona ao “modelo projetado pela elite” ao apontar a mídia como disseminadora das representações ideológicas favoráveis à conservação da hegemonia capitalista. No entanto, em um contexto comunicacional multi-mediado no qual as lógicas das mídias de massa foram reconfiguradas pelo desenvolvimento de novas tecnologias que reduziram os custos de produção e de distribuição na exploração de audiências de nicho, o controle da visibilidade por poucos veículos foi subvertido por uma maior variedade de vozes e visões no discurso público – ao ponto de comentaristas mais radicais se questionarem sobre o “fim dos meios de massa” (CHAFFE e MATZGER, 2001). Faz sentido, portanto, que um “modelo de base” (*grassroots*

¹⁵² De fato, Thompson (1998) nos informa que Young (1971) foi o autor que primeiro utilizou a noção de pânico moral para se referir a um “efeito em espiral” da preocupação com o consumo de drogas, envolvendo a mídia, a opinião pública, os grupos de pressão e os políticos. Conforme esclarece Cohen na Introdução à terceira edição da sua obra, “[o] termo ‘pânico moral’ foi usado pela primeira vez por Jock Young em *The Role of the Police as Amplifiers of Deviancy, Negotiators of Reality and Translators of Fantasy (...)*. Nós dois provavelmente a pegamos do livro de Marshall McLuhan *Understanding Media*, publicado em 1964” (COHEN, [1972] 2002, p. 249)

model) tenha sido proposto para analisar a natureza popular e fragmentada do pânico moral na virada do século XX.

Como expõem Goode e Ben-Yehuda (1994a), o pânico se originaria dos públicos para manifestar nos discursos midiáticos crenças morais preexistentes. Ou seja, o “modelo de base” nos permite identificar quais medos e ansiedades latentes a um amplo setor da sociedade são mobilizados e intensificados pelos “empreendedores morais” em suas cruzadas político-midiáticas. Além disso, McRobbie e Thornton (1995) explicam que as proposições teóricas precursoras negligenciaram a importância das narrativas de oposição e segmentação do público na construção social do pânico moral. O fenômeno, conforme originalmente proposto, funcionaria meramente para reafirmar os limites morais de uma ordem social monolítica cujas reações populares seriam sempre previsíveis. Sendo assim, as pesquisadoras propõem um modelo teórico atualizado que inspirou avanços transformadores nas pesquisas sobre a temática ao considerar que o surgimento do pânico no cenário contemporâneo é sempre acompanhado pela proliferação de contradiscursos que condicionam e complexificam as formas pelas quais os fenômenos são construídos, processados e amplificados. Conforme sintetizado por McRobbie (1994b), em um mundo multi-mediado os grupos sociais demonizados revidam os enunciados estigmatizantes, contestando os sentidos que alimentam as narrativas de pânico.

Contudo, ao passo que smartphones, laptops e outros dispositivos de conexão com a internet reconfiguraram os processos de mediação envolvidos na fabricação do pânico moral, o poder explicativo da desconstrução dos tradicionais pontos de produção e regulação das representações normativas da realidade social, proposta por McRobbie e Thornton (1995), se tornou limitado. Segundo Hier (2018), a crítica das pesquisadoras ainda se refere a uma política midiática representacional que organiza os contra-ataques dos grupos desviantes a partir de processos comunicacionais realizados externamente, ou pelo menos à distância, dos indivíduos comuns. Nesse sentido, a formação dos movimentos da contracultura é sempre teorizada como dependente, se não epifenomenal, aos interesses comerciais das indústrias de mídia e marketing.

Embora tenha havido uma significativa atualização teórica, informada pela discussão apresentada por McRobbie e Thornton (1995) sobre os impactos políticos e culturais de mundos sociais multi-mediados, “muito dessa atenção renovada [apenas] reciclou o modelo clássico da ideologia do pânico” (INGRAHAM e REEVES, 2016, p. 459). Conforme argumentado por Sodré (2002, 2014), no “bios virtual” no qual vivemos contemporaneamente os meios de comunicação não somente medeiam as práticas sociais que constituem as subjetividades políticas, mas as lógicas midiáticas articuladas pelo ecossistema existencial digitalmente

mediado tornam-se partes constitutivas dos sujeitos e dos seus modos de engajamento político no mundo. Faz sentido, portanto, que o abreviamento da distância epistemológica entre os acontecimentos sociais e suas representações nas mídias pelo compartilhamento em rede dos testemunhos das próprias pessoas que experimentam diretamente os eventos seja a chave explicativa para o que Ingraham e Reeves (2016) caracterizam como uma “cultura do pânico impulsionada pelas mídias sociais”. É nesse contexto atual de “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020) que Jair Bolsonaro se apropria dos espaços digitais para a representação da “verdade bolsonarista” (SANTOS, 2021), subjugando os saberes cientificamente produzidos pelos estudos de gênero e sexualidade à hipervalorização de crenças pessoais na mediação dos enunciados sobre as diversidades humanas que sustentam a fabricação do seu pânico sexual.

Com as mudanças favorecidas pelas plataformas digitais no papel ocupado pelos tradicionais *gatekeepers* na representação midiática dos acontecimentos sociais, a construção do pânico se tornou cada vez mais suscetível às dinâmicas de rotulagem de um novo tipo de “empreendedorismo moral”. Assim sendo, atores políticos com pouca visibilidade midiática e cidadãos comuns se lançam como YouTubers, Tweeters, blogueiros, vloggers, produtores de memes e criadores de hashtags remodelando como as reações sociais são articuladas pelos públicos, principalmente no que diz respeito à quantidade de evidências testemunhais que podem ser produzidas e remixadas pelos próprios cidadãos conectados em rede, à escala de compartilhamento dessas vivências pessoais nas mídias e à velocidade com a qual a circulação dessas experiências transformam as narrativas de pânico.

Apesar das potencialidades viabilizadas pela mediação digital do “empreendedorismo moral”, as continuidades e rupturas do processo contemporâneo de “hibridização do sistema midiático brasileiro” (ALVES, 2019, p. 318) estabelecem a não-rentabilidade como um fator impeditivo para que o ativismo digital bolsonarista aconteça em detrimento da participação frequente de Jair Bolsonaro em programas de entretenimento e da cobertura de suas performances polêmicas pelo jornalismo (impresso e televisivo). Dialogando com a proposição teórica desenvolvida por Chadwick (2013) em rechaço à distinção entre os meios de comunicação novos e velhos, o pânico sexual bolsonarista é retroalimentado nos circuitos midiáticos amplificados pela constante sujeição das técnicas de obtenção e instâncias de validação da verdade sobre o sexo às narrativas emocionais que tomam as relações sexo-gênero-desejo como desistoricizadas e naturais. Ao se projetar midiaticamente como uma “autoridade

experencial”¹⁵³ (MONARI, SANTOS, SACRAMENTO, 2020; SACRAMENTO, SANTOS, ABIB, 2020; SACRAMENTO, SANTOS, ABBIB, 2022), cujo poder para sancionar a retórica antigênero articulada pelo significante “kit gay” emana da sua experiência pessoal com as coisas do mundo, Jair Bolsonaro passa a dispor de espaço no horário nobre da televisão para apresentar as suas opiniões polêmicas, produzindo material para vídeos que seriam posteriormente postados nas suas redes sociais. Conforme detalham Piaia e Nunes (2022), as participações nos programas televisivos expõem Bolsonaro para um público que o parlamentar não atingiria pelos seus canais pessoais de comunicação e, ao mesmo tempo, produzem conteúdos compartilhados nas páginas de Facebook oficiais e não oficiais em apoio às verdades bolsonaristas que circulam nas mídias digitais como “espirais de reforço” (DVIR GVIRSMAN, 2016) para crenças pessoais.

Observando como marcas comerciais, políticos e celebridades são cada vez mais confrontados com a indignação dos públicos, Johnen, Jungblut e Ziegele (2017) conceituam “tempestades digitais” (*online firestorms*) como um novo tipo de pânico moral que acontece com mais facilidade e se espalha mais rapidamente entre um grande número de sujeitos que se vinculam nos ambientes de sociabilidade digital por meio de câmaras de eco. O alcance e o impacto dessas mobilizações, geralmente articuladas contra injustiças sociais e comportamentos antiéticos, são potencializados quando as instituições de mídia de massa os consideram como tendo valor de notícia, caracterizando o que Einwiller, Viererbl e Himmelrich (2016) definem como “transbordamento digital” (*digital spillover*). Destaco aqui o ativismo digital dos movimentos negros, feministas e LGBTQIA+ para a ressignificação das representações estigmatizantes dos seus corpos e subjetividades que contribuem para a produção e o reforço de moralidades reacionárias, tais como Black Lives Matter (EUA) e Vidas Negras Importam (Brasil).

O movimento #EleNão é um importante exemplo de indignação popular articulada pelas redes sociais de internet e estendida às mídias tradicionais em oposição ao pânico sexual bolsonarista. Uma pluralidade de vozes liderada por mulheres foi convocada digitalmente para protestar contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República nas eleições de 2018, buscando ressignificar o estigma de anormalidade perversa que o projeto de poder bolsonarista se esforçou para imprimir nas lutas por reparações sociais defendidas pelas pautas progressistas. Nesse movimento de subversão das práticas retóricas articuladas pelo movimento

¹⁵³ Na cultura contemporânea, a legitimidade sobre o discurso verdadeiro está se descolando da “autoridade experimental”, baseada no experimento científico e seus princípios e rigores teórico-metodológicos, para uma “autoridade experiencial”, sedimentada na experiência pessoal sobre as coisas do mundo como a verdade em si.

de extrema direita para a demonização, patologização e criminalização das minorias sociais, o contra-ataque discursivo e estético liderado pelo movimento #EleNão extrapolou os espaços digitais para ocupar as ruas com atos organizados em 114 cidades espalhadas pelo mundo, incluindo Nova Iorque, Lisboa, Paris e Londres¹⁵⁴. A mobilização iniciada por uma “tempestade digital” viria “transbordar” das redes para ocupar as capas de jornais de grande circulação e protagonizar as reportagens dos principais noticiários.

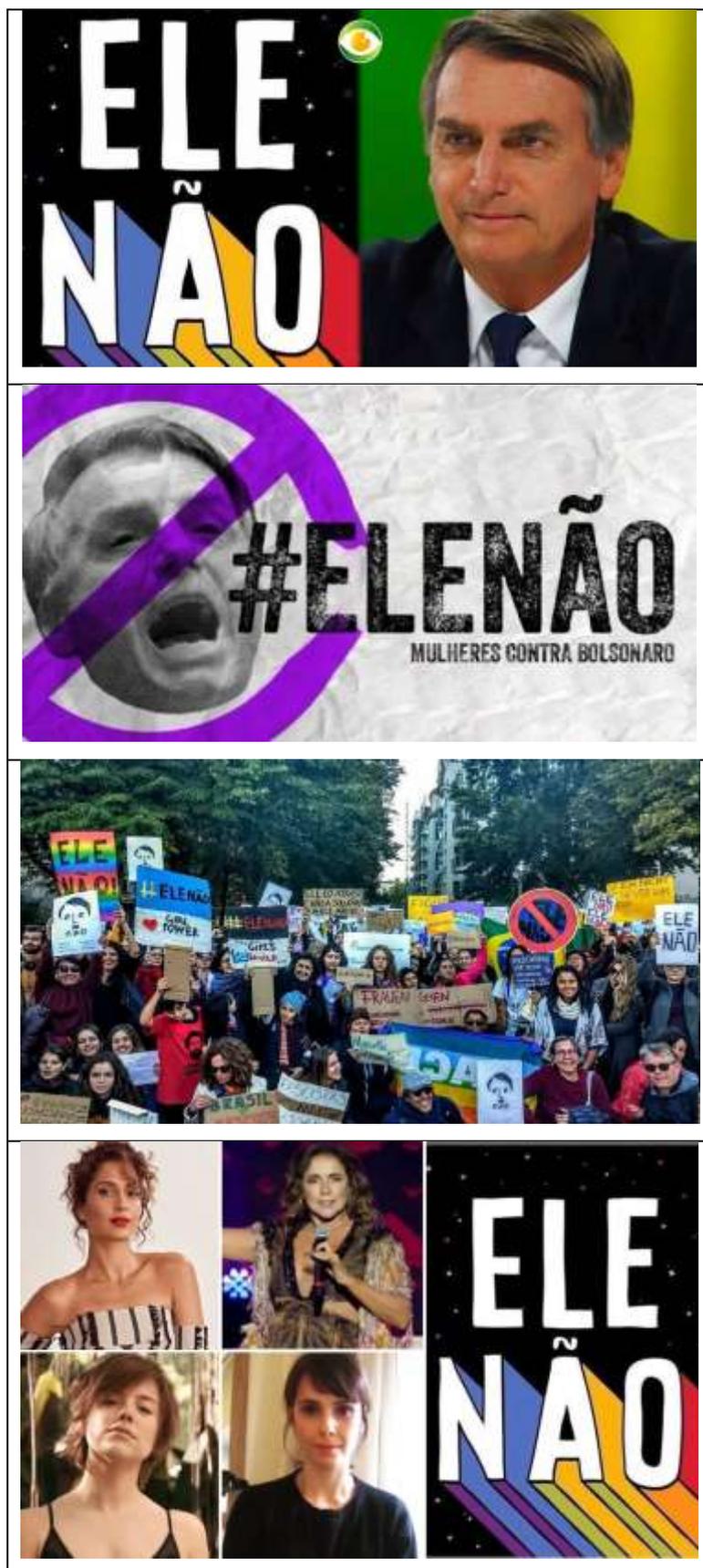
A hashtag #EleNão foi criada no Brasil, em 12 de setembro de 2018, pelo grupo do Facebook *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*¹⁵⁵. Em apenas 12 dias a hashtag contabilizou mais de 1,6 milhão de menções contrárias e a favor ao candidato do PSL no Twitter, além de ter sido usada nas redes digitais por celebridades nacionais e internacionais, conforme informa o estudo do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da UFES¹⁵⁶. Em 29 de setembro de 2018, manifestantes foram às ruas gritar #EleNão em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. As manifestações tiveram o comparecimento de atores políticos, artistas, ativistas e intelectuais motivados a sensibilizar a opinião pública a respeito do caráter machista, LGBTQIAfóbico, racista e autoritário do pânico sexual construído pelo presidencialismo em sua trajetória política.

Segundo Rossi, Carneiro e Gragnani (2018), essa não foi a primeira vez que as redes sociais impulsionaram articulações de movimentos feministas no Brasil contra o sistema patriarcal e misógino defendido pelo projeto de poder bolsonarista. Em março de 2014, surgiu uma das primeiras hashtags feministas nacionais, a #NãoMereçoSerEstuprada. Em 2015, foi a vez de #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto. No final de 2017, o #MeToo viralizou fora do Brasil e também aportou por aqui. A seguir, nas figuras 06 a 09, apresento imagens produzidas durante os atos de resistência feminista e LGBTQIA+ articulados digitalmente pela hashtag #EleNão: um meme criado no contexto dos protestos, um banner produzido pelo movimento *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, um registro de manifestações nas ruas e evidências da participação da classe artística.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://bbc.in/2PsqBJV>. Acesso em: 01 de abril de 2021

¹⁵⁵ Disponível em: <https://bit.ly/459izYb>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2xVbiwk>. Acesso em: 16 de maio de 2023.



Figuras 06 a 09: O “transbordamento digital” do contra-ataque ao pânico sexual bolsonarista – #EleNão
Fonte: google images

Segundo Hier (2018), poucas questões ilustram melhor as formas mutantes de regulação e controle social do que a proliferação do *online shaming* (em uma tradução literal, envergonhamento digital). As implicações nos pânicos morais atuais dessa forma de participação política digital que, no contexto brasileiro pode ser observado em ações de linchamento virtual e destruição de reputações, foram teorizadas por Ingraham e Reeves (2016) como sintomáticas de uma cultura de privação de direitos que deixa os sujeitos ansiosos por “fazer algo” afim de remediarem o seu sentimento de impotência. Fundamentalmente, as redes sociais de internet fomentam uma cultura do envergonhamento (*shaming*) inextricável ao “empreendedorismo moral” digitalmente mediado por meio do qual “os cidadãos muitas vezes processam seus próprios pânicos morais discretos em meio ao sentimento mais sustentado de crise política que caracteriza a vida contemporânea” (INGRAHAM e REEVES, 2016, p. 456). Ainda assim, embora os pânicos morais digitalmente mediados não dependam das clássicas instâncias de representação da verdade e os cidadãos comuns se engajem digitalmente em processos de regulação moral como formas de mitigar as suas vulnerabilidades em relação aos abusos do poder, os investimentos afetivos nos “novos pânicos morais” nem sempre estão alinhados a interesses políticos democráticos e ao ideário progressista de justiça social.

Conforme previamente argumentado, em um primeiro momento as formulações precursoras da teoria do pânico moral procuraram capturar como atores conservadores, geralmente posicionados à direita do espectro político, transmutavam comportamentos desviantes como fontes das ansiedades populares gestadas em contextos de crises que ameaçavam a preservação da ordem social. Em seguida, foi observado como “as maneiras pelas quais as novas mídias capacitam novos pânicos” (INGRAHAM e REEVES, 2016, p. 465) têm sido frequentemente problematizadas como formas de contestação das relações de poder assimétricas às quais as minorias sociais são subjugadas, ou seja, os pânicos morais digitalmente mediados são normalmente problematizados a partir das novas possibilidades de resistência política que as tecnologias de comunicação proporcionam aos movimentos de esquerda. Entretanto, o pânico sexual bolsonarista – e, de uma forma mais generalizada, o aumento da capilaridade digital de movimentos de extrema direita com pouca expressividade no sistema político global – provocou um curto-circuito na inteligibilidade que toma as mídias digitais como fomentadoras de um novo tipo de “empreendedorismo moral” de caráter tipicamente progressista. Sendo assim, é preciso considerar, em cada contexto histórico específico, de quais segmentos sociais estão proliferando os contradiscursos e quais são as elites de poder incitando as ansiedades que conflagram as narrativas de oposição.

No Brasil atual, as quatro eleições presidenciais legitimamente vencidas pelo Partido dos Trabalhadores (2002-2014) suscitaram, para uma parte expressiva da população, a associação automática entre o campo da esquerda e o *establishment* político: “pela primeira vez na história republicana brasileira, *foi possível considerar-se de oposição por ser de direita*” (ROCHA, 2021, p. 40, grifos do autor). Nesse sentido, para compreendermos o pânico sexual bolsonarista é fundamental considerarmos a emergência de uma autodenominada contracultura organizada nos espaços públicos e nas redes sociais por “conservador[es] revolucionário[s]” (ROCHA, 2021, p. 128). Nas linhas do que Vaz, Sanchotene e Santos (2020) argumentam, observo nesse processo uma investida discursiva na subversão do clássico papel de vítima inocente das opressões do Estado, assim como uma disputa simbólica pelo ajuizamento do sofrimento dos grupos direitistas como intolerável e, portanto, merecedor da superioridade moral como virtude política. Pela ótica de uma prática retórica binarista, qualquer esforço de reparação histórica das aflições dos sujeitos cujo direito à cidadania plena foi violentamente cerceado pela patologização das suas identidades de gênero e sexualidade passa a ser ressignificado como doutrinação petista para a normalização de *monstruosidades perversas* vinculadas politicamente pelo aniquilamento das práticas e instituições que estruturam a heteronormatividade – mais notadamente, os modelos tradicionais de infância e família.

Impulsionadas pelo sistema de crenças e repertório bibliográfico difundidos por Olavo de Carvalho em seus cursos presenciais e canais digitais, as manifestações de rua de direita disputaram com os movimentos de esquerda o espaço público como propriedade simbólica dos sujeitos que historicamente estiveram à margem do poder. Nas redes digitais, as potências conservadoras obtiveram na “campanha global antigênero” uma agenda moral por meio da qual canalizaram energias afetivas e políticas contra a “hegemonia cultural da esquerda” (ROCHA, 2021, p. 132). Sobretudo, os oprimidos de direita vocalizam os seus sentimentos de impotência e ressentimento pela privação de direitos (leia-se privilégios) no contradiscurso propagado pelo *outsider* Jair Bolsonaro contra uma “ditadura comunista gay” (MIGUEL, 2018, p. 42) que teria sido estabelecida no país durante os 14 anos que o PT esteve no governo federal.

Ao focarem no caráter progressista das mídias sociais e nas possibilidades de mitigação do pânico moral por meio da contestação das representações estigmatizantes articuladas pelas tradicionais elites do poder, os trabalhos acadêmicos tendem a negligenciar como os ambientes de sociabilidade digital podem ser propícios para a imposição de moralidades reacionárias e a intensificação do pânico por grupos políticos autoritários, seja “como objetos de inquietação, fontes de divisão acrimoniosa ou locais para encenar disputas morais, em suma, os sistemas de

mídia contemporâneos promovem uma ansiedade febril” (WALSH, 2020, p. 5). À medida que ampliam as possibilidades e aceleram a velocidade da construção social do pânico moral, os processos de rotulagem digitalmente mediados desencadeiam “pânicos participativos e de origem coletiva” (WALSH, 2020, p. 7) que tornam indistintas as fronteiras entre as mídias, os “empreendedores morais” e os públicos.

Sendo assim, “a campanha global antigênero” que sustenta a fabricação do pânico sexual bolsonarista recebe novas camadas de experiências e evidências testemunhais por meio dos comentários postados por cidadãos comuns nas publicações de Jair Bolsonaro em sua página oficial no Facebook, assim como é amplificada espaço-temporalmente pelo compartilhamento dessas postagens nas redes pessoais dos próprios indivíduos (com destaque para os grupos de família e amigos organizados no WhatsApp). Além disso, os conteúdos digitais recebem atenção e cobertura midiática dos meios de comunicação tradicionais por atenderem aos critérios de noticiabilidade. Importante apontar que, segundo explica Alves (2019), muitas vezes o valor-notícia é manipulado por grupos políticos de extrema direita, tendo em vista que para sair da marginalidade e ganhar legitimidade as pautas reacionárias devem transitar por instâncias tradicionais constituídas pelas mídias de massa. Inversamente, os enunciados do pânico podem partir da recuperação e descontextualização de links publicados inicialmente por veículos jornalísticos para conferir credibilidade e relevância à sua retórica.

O caminho de pesquisa seguido por Ingraham e Reeves (2016), Carlson (2018), Falkof (2018), Hier (2018) e Walsh (2020) para a compreensão das potencialidades dos processos participativos na construção do pânico moral é centrado na investigação dos componentes sóciotecnológicos das mídias digitais como “arquiteturas de amplificação” (WALSH, 2020, p. 7) que têm transformado o fenômeno comunicacional em uma potente arma política contemporânea – processo conceituado por Walsh (2020) como “*weaponization of panic*” a partir das análises do escândalo do Cambridge Analytica na campanha trumpista de 2016, das controvérsias envolvendo o uso de *bots* no Brexit e do uso de inteligência artificial na guerras russas de informação. Nesse contexto investigativo, por meio dos quatro princípios básicos identificados por van Dijck e Poell (2013) como constitutivos da “lógica das mídias sociais” – programabilidade, popularidade, conectividade e dataficação –, as plataformas digitais desenvolvem interfaces e algoritmos que canalizam as experiências dos usuários de modo a atender os seus interesses financeiros e mercadológicos. Sendo assim, os ambientes de sociabilidade digital são reconfigurados, possibilitando que “audiências midiáticas

homofílicas”¹⁵⁷ (DVIR-GVIRSMAN, 2016) se conectem e se vinculem pela identificação a conteúdos customizados cujas popularidades são programadas a partir da combinação de atributos demográficos, preferências pessoais e associações político-ideológicas continuamente quantificados por metadados.

É inegável que haja componentes tecnológicos proporcionando as condições de visibilidade para movimentos de extrema direita e seus discursos reacionários sobre o sexo. No entanto, a legitimação de “empreendedores morais” como autoridades experienciais de uma “campanha global antigênero” é alcançada em um contexto social de crises institucionais generalizadas. Embora intelectualmente fecunda e instigante, a atualização proposta pelos estudiosos do pânico moral a partir da problematização da racionalidade algorítmica extrapola os objetivos analíticos e o escopo teórico traçados por esta tese. Diversamente, argumento que a mediação digital das nossas existências pelo “bios virtual” (SODRÉ, 2002, 2014) tem radicalizado um certo regime epistemológico com raízes muito antigas na cultura ocidental e que se tornou hegemônico na segunda metade do século XX¹⁵⁸, definindo “a vivência e o testemunho como vias privilegiadas para a produção do conhecimento verdadeiro” (PEREZ OLIVEIRA, 2020, p. 82). Tendo em vista que a experiência pessoal se tornou o elemento central no modo de produção – ou, em muitos casos, do desprezo – da verdade, a “autoridade experiencial” incorporada por Jair Bolsonaro legitima o seu empenho político na normatização da heterossexualidade como uma dimensão constitutiva do humano, negando os saberes produzidos pelos estudos de gênero e sexualidade com base na visão desistoricizada do mundo defendida que as práticas retóricas bolsonaristas faz circular. Além disso, a mediação digital do “empreendedorismo moral” permite que cidadãos compartilhem as evidências testemunhais produzidas a partir de suas próprias vivências – e reforçadas pela “campanha global antigênero” – para a estigmatização das políticas sexuais endossadas pelos governos petistas como ameaças ideológicas orquestradas por *monstruosidades perversas e degeneradas*.

¹⁵⁷ A autora parte da noção de homofilia – literalmente, “amor aos iguais” – que, segundo a definição de Cook, McPherson e Smith-Lovin (2001), é caracterizada como a tendência das pessoas de atração aos seus homônimos em relação a atributos como idade, sexo, crenças, educação e classe social. O termo foi cunhado em 1924 pelo psicanalista alemão Karl-Günther Heimsoth e, desde então, tem sido amplamente utilizado pela sociologia e outros campos de estudos, assim como nas análises das redes sociais de internet.

¹⁵⁸ Nos séculos XVI e XVII, o cogito cartesiano deslocou a autoridade epistemológica para o método, esvaziando a autoridade do corpo ao idealizar um observador incorpóreo sem nenhuma outra experiência que não seja a operação metodológica. Se distanciando epistemologicamente dessa racionalidade, segundo argumentam Kosseleck (2006) e Gadamer (2006), a temporalização da história e a emergência da consciência histórica no século XVIII levaram à historicização do observador cartesiano, retomando-lhe o corpo que é manifestado no contexto histórico. Conforme esclarece Perez Oliveira (2020), o “relativismo” e a “crise da representação” que muitos autores, dentro e fora do Brasil, afirmam ser uma novidade desestabilizadora trazida pela “pós-modernidade” é, na verdade, uma das condições estruturais da própria modernidade.

Sendo assim, a construção do pânico moral em um ecossistema existencial digitalmente mediado tem sido consideravelmente afetada pelo “ethos testemunhal” (SACRAMENTO e BORGES, 2017; SACRAMENTO, SANTOS e ABIB, 2020) que tem potencializado o “desmoronamento dos cânones iluministas” ao deslocar a autoridade epistemológica do “observador cartesiano incorpóreo” para a “corporificação do sujeito do conhecimento” (PEREZ OLIVEIRA, 2020, p. 87). Considerando que o sistema retórico, desde Aristóteles, compreende o *ethos* como o conjunto de elementos, hábitos, valores e ações mobilizados pelo orador para reforçar a sua credibilidade e legitimidade para dizer o que diz perante um público, o “ethos testemunhal” visa capacitar falas públicas ao status de verdadeiras por narrar em uma experiência pessoal. Nesse movimento, ocorre a hipervalorização dos testemunhos e das vivências como expressão da racionalidade que possibilita ao “negacionismo científico olavista” (PEREZ OLIVEIRA, 2020, p. 82) denunciar que nenhuma produção científica e operação metodológica ocidentais está livre das manipulações do “marxismo cultural”.

Conforme postulado por Olavo de Carvalho (2016), os cientistas, historiadores e intelectuais “alegam trabalhar com evidências, mas e se as evidências já estão influenciadas pelo marxismo cultural como pode o método operado ser verdadeiro?”¹⁵⁹. Em outras palavras, segundo o pensamento que serve de base intelectual para o pânico sexual bolsonarista, os estudos de gênero e sexualidade estão condicionados por uma estrutura dada a priori para a subversão dos valores essenciais da civilização judaico-cristã. Sendo assim, o único caminho para alcançar a emancipação a essa “conspiração internacional marxista” se daria pela ação voluntariosa de pensadores livres capazes de articular saberes pautados na observação direta e independente da realidade para a construção das suas próprias versões da verdade.

A questão não é tão simples quanto delineada pelo olavismo. Os enunciados de saber-poder construídos a partir das observações diretas de sujeitos supostamente livres e intelectualmente emancipados não são resultantes tão somente das suas ações voluntárias, mas experiências condicionadas pelas visões de mundo que produzem subjetividades e governam corpos em um contexto histórico bastante específico. Como argumentamos em outro trabalho (SACRAMENTO, SANTOS e ABIB, 2020), esse pensamento falacioso vai munir as práticas retóricas bolsonaristas da percepção de que não existe uma verdade objetiva (de fatos que podem ser verificados e analisados com base no método científico) e, portanto, não há necessidade de procurá-la ou testar as afirmações contra ela. Em vez disso, a verdade parece

¹⁵⁹ Em um vídeo gravado em 16 de março de 2016, intitulado “Marxismo cultural no Brasil”. Disponível em: <https://bit.ly/4203e9S>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

ser passageira e pessoal – as afirmações são mais ou menos persuasivas baseadas na crença do enunciatório e não no acúmulo de ciência rigorosa. Conforme será aprofundado no capítulo 5 desta tese, observo que os discursos que fabricam o pânico sexual bolsonarista são sancionados pelo desprezo às políticas gerais da verdade, cujos efeitos regulamentados de poder deslocam o saber científico produzido pelos estudos de gênero e sexualidade para o campo do criminoso e do monstruosamente violento, atribuindo veracidade, por exemplo, ao *bullshit* de que haveria um mirabolante plano petista de distribuição de “mamadeiras de piroca” para a amamentação de crianças em creches públicas espalhadas pelos quatro cantos do país.

Para além dos aspectos meramente midiáticos do pânico moral, aqui se faz pertinente estender o percurso brevemente delineado, porém não explorado, por Goode e Ben-Yehuda ([1994b] 2009) para a justificativa da durabilidade e da proficuidade da teoria desde a sua formulação original em 1972: “Uma das razões para o sucesso do conceito é que ele é centralmente ‘sobre’ uma luta por representações culturais, isto é, onde o convencional-respeitável da sociedade termina e as margens ou ‘outsiders’ começam. (...) [Afinal] quem tem o poder de retratar quem somos e como devemos ser representados?” (GOODE e BEN-YEHUDA, [1994b] 2009, p. 33). Esclarecendo que a capacidade de definir a realidade fora teorizada por Foucault ([1969] 2016, [1974-1975] 2018) como a formação de “práticas discursivas”, os autores argumentam que analisar a construção social do pânico moral é iluminar alguns dos processos pelos quais o poder exerce autoridade em como as questões, problemas e condições de uma determinada temporalidade histórica são nomeadas e pensadas como verdadeiras ou falsas pelos sujeitos que as vivenciam.

Conforme ressaltado por Miskolci (2018) e Merlini (2022), é uma urgente necessidade política investigar cientificamente os pânicos morais gerados – e os tipos de estratégias retóricas acionadas – para a conservação da autoridade do poder sobre as formações discursivas do sexo e as convenções normativas que continuam a sancionar, no tempo presente, uma suposta continuidade transcendental entre sexo-gênero-desejo. Sabendo que o “sexo é sempre político” (RUBIN [1984] 2017, p. 64), porém as suas formas institucionais são mais politizadas nos períodos históricos em que as políticas internas que organizam o domínio da sexualidade estão sendo renegociadas, esta tese observa o processo de estigmatização das políticas públicas endossadas pelos governos petistas em favor da respeitabilidade das diversidades de gênero e sexualidade como o de fabricação de um pânico sexual. O refinamento teórico, conceitualmente empregado por Herdt (2009) e Irvine (2009) como uma forma ou subespécie de pânico moral, possibilita uma problematização mais sofisticada das práticas

retóricas por meio das quais somos emocionalmente sobrecarregados por ameaças sexuais e temos as nossas subjetividades afetadas pelos seus efeitos regulamentados de poder. São nesses “momento[s] político[s] do sexo” (RUBIN [1984] 2017, p. 109) que moralidades difusas são canalizadas na forma de ações políticas, visando a conservação da ordem social por meio do despojamento dos “grupos sexualmente demonizados” (*the sexual folk devil*) da equidade de direitos sociais.

É nesse sentido que Herdt (2009) vê o pânico sexual como um dos mecanismos de poder mais importantes agindo atualmente na perpetuação das estruturas de dominação e na reprodução de formas inferiores de cidadania. Ao examinar os efeitos das hierarquias sexuais no pensamento contemporâneo, Rubin ([1984] 2017) já havia compreendido os pânicos sexuais como meios de infligir regulações normativas na gestão da cidadania sexual de certas categorias de pessoas. Por meio da investigação do pânico construído em torno da aids na década de 1980, Watney ([1987] 1996) também explorou vínculos profundos entre pânico sexual e violência estrutural, sustentando uma leitura política da epidemia a partir dos modos pelos quais os corpos marcados pela doença flexionaram, condensaram e rearticularam significados ideológicos de sexualidade, gênero, raça, infância, privacidade e moralidade: “Não estamos, de fato, vivendo um ‘pânico moral’ distinto, coerente e progressivo em relação à aids. Em vez disso, estamos testemunhando a mais recente variação no espetáculo da ação defensiva de retaguarda ideológica que tem sido montada em nome da ‘família’ por mais de um século” (WATNEY, [1987] 1996, p. 43). Mais recentemente, Irvine (2009) observou os pânicos sobre educação sexual nas escolas estadunidenses como arenas de discussão pública sobre cidadania sexual, ou seja, batalhas simbólicas sobre quais sexualidades serão reconhecidas e valorizadas, assim como o que poderá ser falado e o que será silenciado no debate contemporâneo sobre as questões de gênero: “os discursos do pânico sexual autorizam e legitimam formas particulares de pensar e falar sobre sexo em público” (IRVINE, 2009, p. 252).

Dessa forma, o pânico sexual bolsonarista é politicamente mais potente do que uma reação moral conservadora aos programas sexuais propostos pelos governos petistas no combate à homofobia. O fenômeno simboliza, na cultura brasileira contemporânea, uma crise da própria representação do sexo – uma crise epistêmica na qual as formações discursivas que têm historicamente sustentado os poderes sobre os corpos, subjetividades e desejos humanos estão sendo postos em xeque pela politização das lutas por direitos sexuais. Assim sendo, em oposição a perspectivas teóricas que tomam o pânico como uma erupção súbita de preocupação moral, enfatizo a historicidade dos padrões normativos de representação das identidades de

gênero e expressões de sexualidade que as práticas retóricas bolsonaristas repetidamente acionam para a fabricação do pânico sexual da infância e da família supostamente ameaçadas por *anormalidades monstruosas*. Na Introdução à terceira edição de sua obra seminal, publicada em 2002, Cohen volta a insistir no caráter episódico da proposição teórica original, refutando as atualizações conceituais que propõem reformular a noção de fenômenos sociológicos voláteis pela de um pânico moral permanente baseado em teias contínuas de ansiedades sociais: “Um pânico, por definição, é autolimitado, temporário e espasmódico, uma explosão de raiva que se extingue” (COHEN, [1972] 2002, p. XXVI).

Embora uma das características distintivas da formulação teórica original do pânico seja “a volatilidade das expressões emocionais públicas e a cobertura hiperbólica das mídias que a reflete e a produz” (IRVINE, 2006, p. 83), os mecanismos de produção e conexão pelos quais os pânicos operam – a associação de ideias e imagens em que se baseiam – somente podem ser compreendidos em referência às práticas culturais, disputas ideológicas e formações discursivas que têm historicamente sustentado os seus enunciados de verdade (THOMPSON, 1998). Além disso, “alguns pânicos morais podem tornar-se rotineiros ou institucionalizados” (GOODE e BEN-YEHUDA, [1994b] 2009, p. 41), isto é, mesmo após a atenuação da sua potência retórica as moralidades permanecem na forma de movimentos sociais, normas de relações interpessoais, práticas de fiscalização dos comportamentos e legislações punitivistas aos transgressores.

Apesar da localização espaço-temporal do pânico sexual bolsonarista em um Brasil contemporaneamente marcado pelo recrudescimento de forças políticas de extrema direita, a matriz de pensamento heteronormativa e as disputas epistêmicas em relação à “verdade do sexo” acionadas pelo então deputado federal Jair Bolsonaro foram construídas ao longo do nosso processo de formação histórica. Dessa forma, o objeto aqui pesquisado não pode ser apenas compreendido como uma ameaça volátil estrategicamente instrumentalizada para fins políticos-eleitorais, mas como a forma comunicacional por meio da qual práticas sociais mais amplas de governar a si mesmo e aos outros têm sido atualizadas em uma “cultura do pânico impulsionada pelas mídias sociais” (INGRAHAM e REEVES, 2016).

Nesse movimento crítico à suposição circunstancial presente em algumas das formulações dos precursores da teoria do pânico moral, me alio epistemologicamente a Watney ([1987] 1996) para quem o conceito, conforme cunhado por Cohen ([1972] 2002), revela-se incapaz de desenvolver uma formulação completa relativa às operações ideológicas que se dão em todos os sistemas representacionais. Por se limitar ao contraste ostensivo da representação com a arbitragem do “real”, o caráter volátil da proposição original circunscreve as

representações como meros reflexos do “real”, menosprezando que essas são partes integrantes das operações ideológicas que se dão nas disputas cotidianas pela verdade sobre a vida. Não se pode, portanto, ignorar o “policiamento do desejo” (WATNEY, [1987] 1996) como uma política de regulação de subjetividades e exclusão de corpos fundamentada em padrões humanos diariamente reforçados pelos sistemas representacionais veiculados pelos produtos midiáticos e culturais (homem, branco, ocidental, cristão, proprietário, heterossexual e cisgênero). Nas próprias palavras do autor:

O pânico moral parece aparecer e desaparecer, como se a representação não fosse o local da permanente luta ideológica sobre o significado dos signos. Um “pânico moral” específico marca o local da linha de frente atual em tais lutas. De fato, não testemunhamos o desenrolar de “pânicos morais” descontínuos e discretos, mas a mobilidade do confronto ideológico em todo o campo das representações públicas, e em particular daqueles que lidam e avaliam os significados do corpo humano, onde são rivais e incompatíveis forças e valores envolvidos em uma luta incessante para definir verdades “humanas” supostamente universais (WATNEY, [1987] 1996, p. 42).

Nesse contexto, em junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) foi decretado e sancionado pela ex-presidente Dilma Rousseff depois de tramitar por quatro anos no Congresso Nacional. Antes disso, como expõe a figura 10, a postagem de 22 de abril de 2014 fez circular nas redes digitais a comemoração dos parlamentares que compõem as bancadas religiosas no Congresso da rejeição do “Plano Nacional LGBT”, tendo em vista que foi suprimido “do texto final do PNE todos os trechos em que ‘gênero’, ‘orientação sexual’ e ‘sexualidade’ eram explicitamente mencionados” (CARRARA, 2015, p. 323). Dessa forma, graças ao empenho da família tradicional brasileira e “com a força da bancada evangélica”, o pânico sexual bolsonarista contribuiu para que “itens a serem ensinados nas escolas primárias do Brasil, como a desconstrução da heteronormatividade e outros” fossem rejeitados da proposta elaborada por “grupos homossexuais que visam abocanhar o erário público e as crianças nas escolas de nosso país”¹⁶⁰. Com um sorriso no rosto estampado na imagem que acompanha a publicação digital, Jair Bolsonaro exhibe um cartaz que ordena a “VOLTA PARA O ZOOLÓGICO” dos animais bestiais que precisam ser excluídos do convívio social pela segurança da nação. A comemoração do então deputado federal é acompanhada por outros políticos conservadores que estampam cartazes com frases clamando “NÃO À IDEOLOGIA DE GÊNERO” e “GÊNERO NÃO!!!”.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://bit.ly/3XG26Hh>. Acesso em: 08 de junho de 2023.



Figura 10: A grande vitória da família brasileira.

Fonte: Página do Bolsonaro no Facebook, 22 de abril de 2014

O que se observa na sequência da celebração reacionária no Congresso Nacional às políticas sexuais petistas é a sucessiva mutação de acontecimentos sócio-político-culturais em combustíveis que, ao fundirem os sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay” àqueles produzidos pela “campanha global antigênero”, inflamam o processo de fabricação do pânico sexual da infância e da família ameaçadas por “monstros morais” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018). Conforme exposto pela figura 11, um dos momentos cruciais que informa as análises que serão aprofundadas pela tese nos capítulos subsequentes é a denúncia de que, “[a] pesar de o Congresso ter rejeitado a ideologia de gênero, o MEC estipulou como meta sua inclusão no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”. A volta da temática nos municípios brasileiros “É MAIS UMA CANALHICE DESSE GOVERNO!”, revelando, portanto, a insistência perversa do governo do PT “em orientar as crianças de 6, 7 ou 8 anos também para o homossexualismo (sic) DENTRO DAS ESCOLAS”¹⁶¹.

¹⁶¹ Disponível em: <http://bit.ly/3XCO49j>. Acesso em: 08 de junho de 2023.



Figura 11: Menino brinca de boneca?

Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 23 de junho de 2015.

No vídeo de 3'45" que acompanha a postagem, originalmente publicado no YouTube com o título de “A COVARDIA DO MEC NA IDEOLOGIA DE GÊNERO”¹⁶², o deputado “combativo defensor da família” sobe à Tribuna da Câmara, em 26 de maio de 2015, para rotular a proposta do PT para as crianças nas escolas do ensino fundamental de “política de canalha”. Esclarecendo que a “ideologia de gênero” já havia sido rejeitada em Comissão Especial da Câmara e também no Senado, o parlamentar desvenda para o povo brasileiro que o movimento sub-reptício do MEC que “passa a orientar as quase 6000 prefeituras do Brasil a incluir no Plano Decenal de Educação Municipal a ideologia de gênero” visa “ensina[r] o filho do pobre – que é aquele que vai para a escola pública, aquele que recebe Bolsa Família – que ele, apesar de ter um apêndice, ele não é homem nem menina, ele é uma coisa qualquer”.

A imagem do livro “Menino brinca de boneca?”, de Marcos Ribeiro e publicado pela Editora Moderna¹⁶³, serve para ilustrar, na postagem do Facebook, os efeitos devastadores da determinação, publicada no Diário Oficial, que encoraja nas “escolas onde Dilma Rousseff e o PT quer (sic) através da canalhice transformar em um bordel homoafetivo” que garotos “que não sabe[m] o que é sexo ainda” experimentem os seus corpos e expressões de identidade abraçando os coleguinhas e brincando de bonecas nas escolas: “As crianças é (sic) o que existe de mais sagrado no meio de uma família. Um homem e uma mulher se transforma (sic) quando têm um filho. O homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando com boneca por ter sido orientado nas escolas”. Em um discurso ainda mais radical, postado em 27 de junho de 2015, o parlamentar, acompanhado do pastor Silas Malafaia, vai alarmar mães e pais brasileiros

¹⁶² Disponível em: <https://bit.ly/45WSGeQ>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

¹⁶³ Disponível em: <https://bit.ly/3X0w3lm>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

de que “após doutrinação escolar, via ‘identidade de gênero’, o seu filho de 12, 13 ou 14 anos, caso queira, poderá se submeter a (sic) cirurgia de mudança de sexo”¹⁶⁴.

Conforme identificado por Maracci (2019), embora o “Kit de Combate à Homofobia” – cuja distribuição nas escolas públicas foi suspensa pela ex-presidente Dilma Rousseff em 26 de maio de 2011 – seja o ponto de referência fundacional do “kit gay”, Jair Bolsonaro compartilha conteúdos digitais em sua página no Facebook que comunicam constante ameaça do retorno dos perigos acionados pelo termo pejorativo por outros meios que extrapolam o escopo de atuação dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia”. Assim sendo, ao construir o pânico sexual bolsonarista na linguagem da “ideologia de gênero” como um “campo discursivo de ação conservador transnacional” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 730), o parlamentar estereotipa as políticas sexuais petistas a partir da retórica negacionista articulada pelos movimentos de extrema direita para refutarem a cientificidade do conceito de gênero, ou seja, como uma ferramenta de poder global que, ao matar a família e destruir a estrutura antropológica do ser humano, nos levará a um regime neototalitário (SCALA, 2011). Nesse deslocamento, os sentidos de perigo acionados pelo pânico sexual bolsonarista são ampliados espaço-temporalmente ao “adiciona[r] camadas de historicidade[s]” (MARACCI, 2019, p. 95) que traçam genealogicamente a fabricação de *monstros pedófilos criminosos* na cultura brasileira contemporânea à IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995) a partir da qual a noção de gênero passou a ser usado nos eventos organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Na esteira de iniciativas transnacionais que inscreveram politicamente as lutas por direitos sexuais na linguagem dos direitos humanos, o reconhecimento do exercício da cidadania plena pelos sujeitos LGBTQIA+ contribuiu, de forma paradoxal, para a produção de efeitos significativos na formulação do “monstro contemporâneo” (LOWENKRON, 2012). Em um tempo histórico no qual o casamento homoafetivo é assegurado legalmente e que a homofobia e a transfobia são criminalizadas como formas de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a figura do homossexual como um *monstro moral patológico e perverso* não seria suficiente para inflamar a retórica bolsonarista. Foi necessário, assim, que o pedófilo como o “monstro moral contemporâneo” entrasse em cena para protagonizar o impulsionamento do pânico sexual bolsonarista nas mídias sociais. O movimento epistemológico proposto por Lowenkron (2012) para a atualização do “monstro moral” foucaultiano parte dos processos de sensibilizações, classificações e acusações que participam da definição de uma coletividade de

¹⁶⁴ Disponível em: <http://bit.ly/3ALvq5q>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

comportamentos e indivíduos passíveis de serem identificados pela categoria pedofilia e, com isso, associados a uma ideia de monstruosidade comum e irrecuperável – como aqueles observados pela antropóloga na CPI da Pedofilia capitaneada pelo então senador Magno Malta e nas investigações conduzidas pela polícia federal contra a “pornografia infantil na internet”. Conforme sintetizado pela pesquisadora:

Como se pode notar, paralelamente à construção da sexualidade e da “diversidade sexual” como um *valor* e, assim, um “direito”, emergiram “inimigos” da “boa sexualidade”, de modo que essa nova ordem sexual também produziu os seus próprios resíduos: os “irresponsáveis”, que não tomam o cuidado devido (consigo e com os outros) e, no limite mais extremo e *monstruoso*, os “pedófilos” ou “abusadores” de crianças, que desrespeitam os principais critérios – “responsabilidade”, “consentimento” e “igualdade” – que definem o sexo livre, seguro, digno e legítimo, de acordo com a doutrina dos direitos humanos (LOWENKRON, 2012, p. 40, grifos o original) .

Conforme evidencia a figura 12, embora o processo de estigmatização das homossexualidades ainda garanta algum nível de popularidade midiático-política aos “empreendedores morais” na cultura contemporânea, a súplica bolsonarista para que vereadores e pais/mães “NÃO DEIXEM O PT ESTIMULAR A PEDOFILIA NAS ESCOLAS” não pode ser observada como episódica e acidental, tendo em vista que a parte mais baixa da pirâmide de estratificação sexual permanece habitada por indivíduos cujo “erotismo transgride as fronteiras geracionais” (RUBIN, [1984] 2017, p. 83). Segundo o então deputado federal, seria por meio da inclusão da ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação que o “PT estimulará, nas escolas, criancinhas a se interessarem por sexo (heterossexual/homossexual), bem como, as tornarão presas fáceis para a pedofilia”¹⁶⁵. Dessa forma, o pânico sexual bolsonarista converte o temor ao *monstro pedófilo criminoso* em ações políticas que, “em defesa das crianças e da família”, proibam a regulamentação de quaisquer políticas de ensino, currículos escolares e disciplinas obrigatórias que instrumentalizem a “ideologia de gênero” para a subversão da heteronormatividade: “Sugiro aos pais que procurem vereadores do seu Município para que apresentem Projeto de Emenda à Lei Orgânica, como o proposto pelo Vereador Campos Filho de Campinas-SP”. Acompanhando o texto da postagem, a imagem de Jesus Cristo acolhendo as crianças no “Reino de Deus” serve como reafirmação de que a “verdade do sexo” é transcendental e, portanto, judaico-cristã.

¹⁶⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3J6z1iy>. Acesso em: 08 de junho de 2023.



Figura 12: Não deixem o PT estimular a pedofilia nas escolas.
Fonte: Página do Bolsonaro no Facebook, 08 de junho de 2015

Uma vez que o “sistema de hierarquia do sexo” proposto por Rubin ([1984 2017]) sofreu mudanças históricas significantes e passamos contemporaneamente a sermos subjugados por um “novo regime da sexualidade” (CARRARA, 2015), o a retórica bolsonarista precisou acionar aquelas manifestações da sexualidade ainda capazes de causar pavor e abjeção em grande parte da população – se quisesse fabricar um pânico sexual tão potente que lhe permitisse participar das disputas de poder pela formação discursiva do sexo na atualidade. Para tal, não seria suficiente apontar o “homossexualismo” (sic) como o fantasma patológico que nos ronda. Foi necessário fabricar e reforçar formas de existência ainda mais monstruosas que, para obterem o prazer e o gozo, precisam causar danos a indivíduos legal-moral-psicologicamente incapazes de consentir o sexo: as crianças. Sendo assim, o deputado federal inscreve as políticas públicas petistas no campo da criminalidade e da violência extrema, esgarçando ainda mais o alcance semântico do termo “kit gay” para metamorfosear a educação pública em uma prática pedófila, os professores em *monstruosidades perversas* e mesmo brincadeiras entre crianças nas escolas em condutas passíveis de tal classificação. “Todos Contra a Pedofilia” (LOWENKRON, 2012, p. 341) se torna, então, um mantra a ser politicamente explorado pelo pânico sexual bolsonarista.

Finalmente, conforme exposto na figura 13, os sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay” ancoram no tempo presente os interesses perversos em “doutrinar nossos filhos e netos” pelo “fim da heteronormatividade”¹⁶⁶ como partes de um plano marxista de dominação global, reavivando assim, memórias construídas por uma retórica anticomunista que

¹⁶⁶ Disponível em: <http://bit.ly/3Olu7Kh>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

tem produzido sentidos coletivos desde muito antes do golpe militar de 1964 e dos anos de chumbo da ditadura brasileira. Como enfatizado em caixa alta na postagem do Facebook de 09 de setembro de 2015, “OU ACABAMOS COM O PT OU O PT ACABA COM A FAMÍLIA”. Em outras palavras, ou os sujeitos conservadores apoiam Jair Bolsonaro na fabricação do pânico sexual contra as políticas perversas comunistas ou o conjunto das relações de poder, sistemas de crença, práticas culturais e instituições convencionais que têm tradicionalmente informado as suas existências corre o risco de ser extinto pelas políticas sexuais endossadas pelo PT.



Figura 13: A família no pensamento marxista
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 09 de setembro de 2015

O título da postagem que acompanha a imagem de Jesus Cristo cercado por crianças angelicalmente rezando – “A FAMÍLIA NO PENSAMENTO MARXISTA” – atualiza na linguagem das disputas políticas contemporâneas as permanentes lutas ideológicas pela preservação da instituição familiar como um dos pilares da tradição judaico-cristã. Dessa forma, ao desprezar o estatuto da verdade para posicionar a inocência infantil e a sacralidade familiar como as vítimas centrais do plano petista de perpetuação no governo – via a desconstrução da heteronormatividade por um suposto projeto de dominação comunista do mundo –, o pânico sexual bolsonarista se vincula discursivamente à prática do *bullshit* teorizada por Frankfurt (2005), vivificando *monstruosidades pedófilas* alucinantes para a preservação da estabilidade do poder conservador em um mundo supostamente estabelecido pela coesão transcendental entre sexo-gênero-desejo.

Nos capítulos que seguem, analiso alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais “espirais de significação” (HALL et al, 1978, p. 223) escalaram os sentidos de perigo acionados pelo significante “kit gay” – excedendo o escopo de atuação dos programas “Brasil

Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia” – para disputar a autoridade epistemológica sobre a “verdade do sexo”. Ao “convergir” os sentidos de perigo associados à “doutrinação homossexual” nas escolas públicas, às *monstruosidades pedófilas* que rondam as famílias em busca de “presas fáceis”, à “desconstrução da heteronormatividade” articulada pela “ideologia de gênero” e ao “projeto marxista de dominação global”, o pânico sexual bolsonarista produz subjetividades que se vinculam ao projeto de poder autoritário ao passo que os “limiars” do moralmente aceitável são ultrapassados do socialmente permissível para o intolerável, extrapolando para a criminalidade e a violência extrema que ameaçam a materialização de um “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

CAPÍTULO 2. A “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico

Sr. Presidente, não podemos abandonar as nossas crianças. Um país sem família não é um país; é um bando. Perdeu-se a vergonha na cara! (...) Não podemos deixar que as nossas crianças de 6, 7, 8 ou 9 anos sejam emboscadas nas escolas por grupos fundamentalistas homossexuais que as ensinarão a ser homossexuais.

(...) E digo mais: se ser contra isso é ser homofóbico, com muito prazer e com muita honra, vou continuar sendo homofóbico, porque essa proposta toda é para a escola pública, é para o filho do pobre, que, enquanto o pai e a mãe vão trabalhar, fica na escola aprendendo a ser homossexual, como se ter um homossexual na família fosse motivo de orgulho. Eu digo que teria vergonha se tivesse um filho homossexual!

A educação é muito importante para conter essa sanha e para que a garotada que está na escola de 1º grau não se torne homossexual por influência do Governo. (BOLSONARO, 2011)¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 28 de abril de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3N9Cm1y>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

2.1 A retórica bolsonarista da tolerância

O pânico sexual bolsonarista, conforme argumentado por Goode e Ben-Yehuda ([1994b] 2009), revela os limites para quanta diversidade pôde ser tolerada pela sociedade brasileira em um dado momento histórico. O fenômeno comunicacional esclarece, portanto, os contornos normativos e as fronteiras morais que circunscrevem até aonde nós, sujeitos LGBTQIA+, pudemos ousar chegar com os nossos anseios políticos por direitos sexuais e o pleno exercício da cidadania. É nesse contexto que a insistente reiteração do então deputado federal Jair Bolsonaro de que “não tenho nada a favor nem contra *gay*. A minha briga é contra o material homoafetivo que está chegando às escolas do ensino fundamental”¹⁶⁸ faz transparecer a retórica bolsonarista da tolerância “[ao]homossexual, [à]lésbica, [ao] transexual”¹⁶⁹ como um “discurso de poder e uma prática de governamentalidade” (BROWN, 2006a, p. 8) que, ao incorporar a presença do Outro ameaçador em seu convívio, estabelece os limiares até os quais as *monstruosidades* podem coexistir em um mundo que não é seu de direito.

Ao contrário do que pretende simular, a promoção da tolerância às diversidades de gênero e sexualidade não fomenta o respeito equitativo à pluralidade dos corpos e subjetividades que compõem as populações LGBTQIA+. Efetivamente, tal prática política retórica intensifica os efeitos regulatórios das formações discursivas do sexo ao desistoricizar as normas e essencializar os desvios que tornam a tolerância ao Outro necessária em primeiro lugar. Como um discurso de poder, segundo problematiza Brown (2006a), a tolerância exige que os tolerados se abstenham de exigências e incursões na vida política em nome das suas diferenças. Ou seja, os homossexuais,lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais são tolerados por Jair Bolsonaro desde que não se empenhem na mutação da sua condição de anormalidade, devendo viver e praticar as diferenças de forma despolitizada e privada. Como prática de governamentalidade, a tolerância serve para a legitimação de discursos opressivos e ações violentas em um contexto de crise institucional no qual a capacidade do Estado de incorporar e reproduzir as representações de verdades supostamente universais é limitada pelas demandas e resistências dos próprios sujeitos que têm sido historicamente excluídos pelas operações normativas.

Em um esforço de subversão dos enunciados que são veiculados diariamente pelos produtos culturais e midiáticos para o reforço do preconceito sexual, a governamentalidade petista criou dispositivos institucionais (Conselho Nacional LGBT, Centros de Referências

¹⁶⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 26 de março de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/42zUGGY>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

¹⁶⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de outubro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/466GB70>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

contra a Violência Homofóbica e campanhas publicitárias), assim como desenvolveu projetos interministeriais que deram origem ao “Brasil Sem Homofobia” (2004). A partir de uma demanda política por medidas mais enérgicas do governo federal no combate à homofobia nas escolas, surgida no próprio Congresso Nacional e apoiada pelo Ministério Público, técnicos do MEC passaram a dialogar com universidades, organizações da sociedade civil e redes de militância LGBTQIA+ para o desenvolvimento do programa “Escola Sem Homofobia” (2011) do qual “fazem parte os filmes que estão no centro do furacão”¹⁷⁰ que chacoalhou as fronteiras simbólicas da tolerância bolsonarista.

Nesse sentido, antes mesmo da avaliação do governo Rousseff para a efetiva disseminação do “Kit de Combate à Homofobia” aos estudantes brasileiros, “os filmes *Encontrando Bianca*, *Boneca na Mochila* e *Beijo Lésbico*”¹⁷¹ foram rotulados pelo pânico sexual bolsonarista como “uma imoralidade que o Ministério da Educação está fazendo, juntamente com grupos LGBT, que não têm nada a oferecer no tocante a currículo, a bons costumes, ética e moral para a garotada do primeiro grau”¹⁷². Segundo o então deputado federal Jair Bolsonaro fez circular nos circuitos midiáticos amplificados, “o Governo está inoculando nas escolas, junto às crianças, e, por que não dizer, junto às criancinhas de 5, 6, 7 anos de idade, que ser gay é normal”¹⁷³, além de “dizer para as famílias que ter um filho gay, lésbica, homossexual, transexual ou travesti é motivo de orgulho. Repito: isso é motivo de vergonha! Esse comportamento, como estou dizendo agora, é comportamento! – desculpem o pleonismo aqui – e não uma questão de nascença”¹⁷⁴.

Conforme previamente detalhado, com o objetivo de implementar o programa “Brasil Sem Homofobia” por meio “de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (ABGLT; ECOS; REPROLATINA, s/d, p. 1), o projeto “Escola Sem Homofobia” desenvolveu dois produtos específicos: 1) um conjunto de recomendações elaborado a partir dos resultados de cinco seminários (um em cada região do país) e de uma pesquisa qualitativa sobre homofobia no sistema educacional público

¹⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/4bynmpC>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2024.

¹⁷¹ De fato, cinco materiais audiovisuais constariam em um DVD no “Kit Combate à Homofobia”: *Medo do quê?*, *Boneca na mochila* e *Torpedo* – esse último com três histórias que acontecem no ambiente escolar, *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade* (BRASIL, s/d, p. 11-12).

¹⁷² Discurso na Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/447ap1e>. Acesso 17 de junho de 2023.

¹⁷³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 01 de abril de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Ja8Esb>. Acesso 17 de junho de 2023.

¹⁷⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de junho de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3CzRcJP>. Acesso 17 de junho de 2023.

brasileiro¹⁷⁵ para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas; 2) um programa de capacitação de educadores e de representantes do movimento LGBTQIA+ para a utilização de um “kit de material educativo”, composto por um caderno de subsídios com a base conceitual e metodológica para o aprofundamento de conteúdos que contribuíssem para a compreensão da sexualidade como uma construção histórica e cultural, um cartaz para a divulgação do projeto nas comunidades escolares e cartas de apresentação do material para os professores e professoras, assim como de três DVDs/materiais audiovisuais contendo cinco histórias que seriam acompanhadas de guias de discussão com sinopses, questões para debates e sugestões de atividades (os Boleshs – Boletins Escola Sem Homofobia).

Sabemos que, após forte pressão e barganha política das bancadas religiosas no Congresso Nacional, em 25 de maio de 2011, a ex-presidente Dilma vetou a produção e a distribuição do “Kit de Combate à Homofobia”. De forma ainda mais ampla, o governo Rousseff decidiu suspender todas as produções que estavam sendo editadas pelos ministérios da Educação, da Cultura e da Saúde que envolvessem a temática dos “costumes”¹⁷⁶. Dessa forma, o material educativo pelo combate à homofobia nas escolas públicas brasileiras nem chegou a ser oficialmente publicizado, visto que no contrato assinado entre o governo federal e as instituições promotoras¹⁷⁷ fora estabelecido que o conteúdo teria que ser aprovado, produzido e distribuído pelo próprio MEC. Não obstante, os resultados e os materiais produzidos pelo projeto “Escola Sem Homofobia” passaram a circular nas redes sociais de internet após terem sido inicialmente apresentados, em 23 de novembro de 2010, em um Seminário no Congresso Nacional. Mais notadamente, “o que se tornou público e causou a polêmica foram os vídeos, que segundo os proponentes do projeto, “vazaram na internet”” (LEITE, 2014, p. 182).

Ao abordarem as trajetórias percorridas por personagens infantojuvenis na descoberta e na conscientização das suas identidades de gênero e expressões de sexualidade – transpondo as tradicionais representações desses processos de autoconhecimento do campo afetivo do medo, vergonha, culpa e autocomiseração para narrativas audiovisuais de coragem, autoaceitação, autoafirmação e acolhimento familiar –, *Boneca na Mochila*, *Medo de quê?*, *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade* focam no diálogo direto com os estudantes a fim de “desenvolver a criticidade juvenil com relação a posturas e atos que transgridam o artigo V do Estatuto da Criança e do Adolescente” (BRASIL, s/d, p. 12). Dispondo sobre “a proteção

¹⁷⁵ Disponível em: <https://bit.ly/39wUL6p>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

¹⁷⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3plQfCb>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

¹⁷⁷ As ONGs Comunicação em Sexualidade (ECOS), Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Reprolatina), Rede Internacional Global Alliance for LGBT Education (GALE), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e a Pathfinder do Brasil

integral à criança e ao adolescente” (artigo I) e o dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público de assegurar a efetivação dos direitos desses sujeitos referentes “ à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (artigo IV), a Lei 8069, de 13 de julho de 1990, prescreve em seu artigo V que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”¹⁷⁸.

Sendo assim, a valorização política das “expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis” (LEITE, 2019a, p. 11) e a positivação dos “adolescentes LGBT” (LEITE, 2014) como categoria social para a construção de políticas públicas são dois elementos constitutivos da “espiral de significação” por meio da qual o pânico sexual bolsonarista desloca discursivamente o programa “Escola Sem Homofobia” da esfera do socialmente permissível para o moralmente intolerável. Sabendo que “a infância e a adolescência se tornam pontos estratégicos para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual brasileira” (LEITE, 2019b, p. 120), a tenacidade conservadora para a despolítica do desejo sexual e da inconformidade com as normas binárias de gênero desses sujeitos – que muito recentemente passaram a gozar “de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”¹⁷⁹ – é um aspecto sobressaliente das práticas retóricas bolsonaristas. Segundo afirmou repetidamente o parlamentar, a governamentalidade petista estaria “estimulando a ser gay, via Secretaria de Direitos Humanos” por meio da “criação de bolsa de estudo para jovem LGBT, está criando estágio remunerado para jovem LGBT, está criando primeiro emprego para jovem LGBT. Primeiro emprego gay, que maravilha! Está criando também, entre tantos outros itens, a casa de estudantes gay, está criando a república gay”¹⁸⁰.

A linha espessa que separa o socialmente permissível do moralmente intolerável é delineada pelo movimento da extrema direita a partir da distinção entre as iniciativas de proteção dos corpos que sofrem cotidianamente com as violências homofóbicas em oposição às ações pela valorização das suas diversidades subjetivas e existenciais. Dessa forma, o

¹⁷⁸ Disponível em: <https://t.ly/Nr28P>. Acesso em: 21 de agosto de 2023.

¹⁷⁹ Conforme prescrito pelo artigo III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “*A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade*” (grifos meus).

¹⁸⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3KfISTQ>. Acesso 27 de julho de 2023.

significante “kit gay” funciona para estigmatizar o plano de fuga petista de um falso escudo protetivo – tendo em vista que, segundo argumenta Brown (2006a), aceitar a tolerância heteronormativa como refúgio é legitimar os mecanismos violentos de uma governamentalidade opressora – em direção à edificação das nossas próprias guaridas de mútuo acolhimento e afirmação política. Conforme Jair Bolsonaro alegaria em incontáveis ocasiões com o intuito de consubstanciar a retórica que inocentes vítimas infantojuvenis seriam os alvos da “doutrinação homossexual” orquestrada por *monstruosidades perversas e esquerdistas* nas escolas públicas brasileiras: “Essa onda de querer combater a homofobia está estimulando o homossexualismo, a pederastia, a baixaria”¹⁸¹.

Ao favorecer a “integridade” em detrimento da “indivisibilidade”, a retórica bolsonarista da tolerância como um discurso de poder se distancia da epistemologia dos direitos humanos, tal como estabelecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e reiterada na Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena (1993). Ao passo que preconizam a proteção de pessoas contra violências e discriminações com base no gênero e na sexualidade, os parâmetros articulados no contexto da ONU destacam, simultaneamente, o direito à liberdade, à autonomia e às prerrogativas dos indivíduos e grupos de se associarem livremente, expressarem suas visões do mundo e decidirem por si mesmos o que fazerem com suas vidas e corpos (ABGLT et al, 2021, p. 19). Assim sendo, o malabarismo discursivo sucessivamente apresentado por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara dos Deputados a partir da descoberta do “Kit de Combate à Homofobia”, em 23 de novembro de 2010, pode até simular a não-intencionalidade do repúdio total às premissas dos direitos humanos. No entanto, evidencia disputas políticas pela ressignificação dos seus fundamentos basilares por meio do acolhimento seletivo das questões de gênero e sexualidade pelo projeto de poder bolsonarista.

Nesse sentido, em 10 de fevereiro de 2011, ao solicitar que o Presidente da Câmara convocasse o Ministro da Educação para prestar esclarecimentos sobre a distribuição do “kit gay” nas escolas públicas “do primeiro grau”, o parlamentar afirmou ser “inadmissível que a garotada de 6, 7, 8, 9, 10 anos receba esse material de combate à homofobia” que, na verdade, “promove o homossexualismo e a promiscuidade”¹⁸². Fundamentalmente, a súplica bolsonarista é para o Congresso Nacional “trazer este tema para cá” e “não deixar que o Executivo legisle e crie currículo de assunto tão importante junto à garotada do primeiro

¹⁸¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3pmBgld>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

¹⁸² Discurso na Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/447ap1e>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

grau”¹⁸³, extinguindo, assim, a intolerável politização das diversidades de gênero e sexualidade infantojuvenis. Para tal finalidade, Bolsonaro fabrica e comunica o *bullshit* – sustentado pela sua visão de mundo conservadora como a única evidência testemunhal – de que com o acesso ao “Kit de Combate à Homofobia” endossado pelo governo petista “[a] garotada de sete anos de idade tem que assumir sua homossexualidade”, já que “nesse kit há um filmete que mostra dois garotos começando a namorar no banheiro ou duas meninas começando a ter relacionamento homossexual”. Longe de pensar a educação como um direito inalienável a todas as pessoas e o Poder Legislativo como a instância de produção de leis que façam cumprir a nossa Constituição Federal, o ex-capitão do Exército inculca o temor nos demais parlamentares de que as suas reputações morais e carreiras públicas poderiam ser substancialmente manchadas caso esses atores políticos fossem publicamente corresponsabilizados pela distribuição do “kit gay” no sistema público de ensino: “O que V.Exas. vão falar a um pai de aluno que lhes procurar para dizer que o filho de 7, 8, 9 ou 10 anos de idade assistiu ao filme *Encontrando Bianca* ou ao filme *Boneca na Mochila*?”.

Contextualizando, *Medo de quê?*¹⁸⁴ é um desenho animado (sem falas) de 18 minutos que nos convida a refletir criticamente sobre os medos que o adolescente Marcelo vivencia desde a percepção do seu desejo por um outro jovem, passando pela assunção da sua identidade sexual até a afirmação do seu orgulho LGBTQIA+: medo da reação dos pais, medo de perder o melhor amigo, medo de ser expulso do shopping como um casal gay que viu se beijar publicamente e medo de ser assassinado como um jovem que estampou as páginas do jornal que lhe fora mostrado pelo pai como um sinal de alerta. Já *Boneca na mochila*¹⁸⁵ é baseado em uma história verídica e mostra, em um filme de 25 minutos, uma corrida de táxi na qual uma mulher aflita é conduzida à escola do filho onde foi convocada a comparecer por terem flagrado o menino de cinco anos com uma boneca da mochila. Por meio de entrevistas concedidas por especialistas em educação e psicologia a um programa transmitido pelo rádio do veículo, a mãe e o motorista debatem sobre o olhar preconceituoso (e malicioso) dos adultos sobre a sexualidade infantil, as dificuldades dos educadores em lidar com a questão, a importância do acolhimento das diversidades pelos pais/mães/responsáveis e a desconstrução das homossexualidades como um pecado patológico. Ambos os vídeos (com imagens expostas nas figuras 14 e 15) foram

¹⁸³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 01 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3NkYiZ4>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://bit.ly/40XhH5G>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁸⁵ Disponível em: <https://bit.ly/41Ny5ah>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

produzidos, em 1995, pela Ecos em parceria com outras instituições nacionais e estrangeiras, não causando muito impacto público.



Figuras 14 e 15: Cenas de *Medo de quê?* e *Boneca na mochila*
Fonte: ECOS e ONGs associadas

O audiovisual *Torpedo* reúne três histórias (cujas imagens são apresentadas nas figuras 16 a 18) que acontecem no ambiente escolar, assumindo o protagonismo nas práticas retóricas que alimentam o pânico sexual bolsonarista no Congresso Nacional e nos circuitos midiáticos amplificados. *Torpedo*¹⁸⁶ apresenta questões sobre a lesbianidade por meio de uma animação que conta a história de duas jovens cujas fotos em uma festa foram divulgadas na escola. Ana Paula e Vanessa substituem a vergonha e a incerteza pela coragem e a assertividade, enfrentando juntas o preconceito para assumirem o namoro publicamente com um abraço romântico no pátio da escola. *Encontrando Bianca*¹⁸⁷ relata, por meio de uma narrativa ficcional em primeira pessoa, a busca de Bianca por respeito à identidade travesti da qual atualmente se orgulha. O audiovisual aborda a questão do direito ao uso do banheiro feminino nas escolas e do uso do nome social (alguns professores insistiam em lhe chamar de José Ricardo), assim como as ameaças simbólicas e agressões violentas no cotidiano escolar, o temor de ser expulsa de casa e a necessidade da construção de redes de apoio: “... e são essas pessoas que me ajudam ter a força de continuar estudando; de continuar vivendo a minha vida do jeito que eu quero: respeitado e lutando para ser respeitada sendo quem eu sou, Bianca. É Bianca!”.

Finalmente, *Probabilidade*¹⁸⁸ narra na terceira pessoa a história de Leonardo. A animação com desenhos estáticos mostra os questionamentos que o adolescente se faz sobre sua própria sexualidade ao se mudar de cidade, se descobrindo simultaneamente atraído por Rafael e Bia na nova escola. Foi, portanto, copiando a lição de probabilidade em sala de aula que Leonardo

¹⁸⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3VIE4AN>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3HvINKr>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

¹⁸⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3VomxYy>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

teve um estalo: “Por que precisaria decidir entre ficar só com garotas ou sou só com garotos se ele se interessava pelos dois?”. De fato, tinha duas vezes mais chances de encontrar alguém, já que “a probabilidade de encontrar alguém por quem sentisse atração era quase 50% maior”. Leonardo sabia que não seria aceito por todos e teria que lidar com o preconceito, assim como Matheus (seu amigo gay): “(...), mas também tinha a certeza de que valia a pena enfrentar essas dificuldades para ficar do lado das pessoas de quem gostasse”.



Figuras 16 a 18: Cenas de *Torpedo*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade*
Fonte: ECOS, Reprolatina, GALE, ABGLT e Pathfinder Brasil

O potencial estigmatizante do material audiovisual seria explorado pelo pânico sexual bolsonarista ao longo dos anos, continuamente anunciando a “volta do kit gay” nas escolas públicas do ensino fundamental. Sendo assim, em um vídeo publicado no dia 14 de janeiro de 2016 em sua página oficial do Facebook, Bolsonaro descontextualiza de múltiplas formas o IX Seminário LGBT no Congresso Nacional – Respeito à Diversidade se Aprende na Infância:

Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência (que, na verdade, havia ocorrido quase quatro anos antes, em 15 de maio de 2012): “Assista ao que foi tratado no último dia 15 de maio na Comissão de Educação da Câmara. É a volta do kit gay nas escolas, onde milhões de crianças estarão sendo estimuladas a serem homossexuais. Assista!”. Conforme mostram as imagens de *print screens* do vídeo que compõem as figuras 19 a 21, o que aparenta ser a reprodução fidedigna da transmissão da TV Câmara é, na verdade, uma remixagem audiovisual que adultera o conteúdo original do Seminário para incluir legendas estigmatizantes como aquela que rotula o evento como o “IX Seminário LGBT para a Infância”, uma outra que insinua que o ex-deputado Jean Wyllys teria afirmado em seu discurso no evento que os “professores são homofóbicos” e a que falseia que a Professora da UnB Tatiana Lionço teria afirmado em sua exposição sobre sexualidade infantil que “meninos gays são mais inteligentes que os héteros...”.



Figuras 19 a 21: Um suposto “IX Seminário LGBT para a Infância”.
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 14 de janeiro de 2016

Na postagem intitulada “Como nascem os livros pornográficos infantis do PT; Secretário de Alfabetização do MEC fala do filme ‘BEIJO LÉSBICO’ para as criancinhas...”¹⁸⁹ (com 5.300 curtidas, 1.200 comentários e 70.000 visualizações)¹⁹⁰, o então deputado federal incorpora na remixagem audiovisual acima mencionada as imagens do Seminário “Escola Sem Homofobia” que, ocorrido em 23 de novembro de 2010, é tido pelo pânico sexual bolsonarista como a gênese do “kit gay”. De acordo com o que mostra a figura 22, o objetivo da colagem imagética é desqualificar a qualidade técnica e científica dos filmes que compunham o “Kit de Combate de Homofobia”, fazendo mais uma vez reverberar nos circuitos midiáticos amplificados a polêmica fala de André Lázaro na qual o então Secretário da Secad/MEC comenta que a equipe ministerial teria ficado “três meses discutindo até onde entrava a língua” na cena do beijo entre as duas adolescentes lésbicas do filme *Torpedo*. Dessa forma, a retórica bolsonarista assinala precisamente que os limites do permissivamente moral foram ultrapassados pelo “Ministério da depravação Infantil” quando o “Secretário de Alfabetização do MEC fala do filme ‘BEIJO LÉSBICO’ para as criancinhas” – desconsiderando, portanto, a imprescindível função social dos DVDs como plataformas político-educacionais para a reflexão crítica sobre os desejos sexuais infantojuvenis e os preconceitos que impedem que sujeitos menores de 18 anos gozem plenamente do direito à educação, à dignidade, ao respeito e, mais fundamentalmente, à vida.



Figura 22: Os perigos do “beijo lésbico” para as criancinhas
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 14 de janeiro de 2016

Embora a remixagem audiovisual tenha 6 minutos e 53 segundos de duração, a polêmica capitalizada politicamente pelo pânico sexual bolsonarista se concentra nos 11 segundos da fala do Sr. Lázaro (cujo link para o vídeo no YouTube foi compartilhado múltiplas vezes por Jair

¹⁸⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3O11fOT>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

¹⁹⁰ Dados de 04 de julho de 2023

Bolsonaro entre os 1.200 comentários da postagem, conforme ilustra a imagem da figura 23)¹⁹¹. Dessa forma, cidadãos comuns participam da construção do pânico sexual bolsonarista a partir dos relatos de experiências pessoais sobre como as suas visões de mundo e sistemas de crenças poderiam ser afetadas pela exibição do “beijo lésbico” para as crianças em idade escolar. Desde Joao Bueno que afirma não ser “necessário tentar adiantar o curso das coisa¹⁹² para as crianças, chegará o tempo para ela se conhecer isso vai acontecer naturalmente!” até Ludovico Delevidoki Coswosck que proclama que esse “bando de filha das putas Q não tem filho e não sabem o Q eh educação (...) Vai esculhambar a educação mais ainda... Sou [contra] ... O Brasil não tem estrutura hj p educar um cidadão”, o pânico coletivamente fabricado pelas mídias digitais reforça o discurso bolsonarista sobre os riscos às crianças e aos adolescentes da “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico: “Na verdade essa cambada de viado querem que uma criança se tornem viados iguais eles ou elas sei la ... aonde já se viu isso!” (Robson Laureano).



Figura 23: A profundidade da língua no “beijo lésbico” do MEC
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 14 de janeiro de 2016

Os comentários publicados pelos cidadãos comuns não se limitam a gestos reativos aos perigos da perversão petista, mas convocam a população a desenvolverem ações políticas concretas contra as ameaças dessa “política de antas e ladrões” (Ludovico Delevidoki Coswosck). Seja pela própria reiteração da intolerância homofóbica e misógina escancarada por Robson Laureano como uma prática de governamentalidade opressora – “temos que tirar essa cambada de viado dos parlamentos governar o país é coisa pra macho e temos que tirar essa vagabunda do poder também que é a Dilma” – ou pelo enfrentamento direto proposto pelo

¹⁹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3JKPsBI>. Acesso em: 04 de julho de 2023

¹⁹² Os comentários foram transcritos exatamente como publicados, ou seja, preservando os erros ortográficos e de concordância gramatical.

Apóstolo Antonio Brito – “povo BRasileiro ou todos nós vamos para cima destes caras ou nossos filhos e netos estão ferrados” –, o pânico sexual bolsonarista vai sendo gradativamente sedimentado com adicionais camadas de sentidos que o consolida popularmente como a “luta em favor das crianças do Brasil para que não caiam nas garras destes malditos comunistas e sejam moldadas para o prazer destes malditos” (Saul Tavora).

Conforme já propunham especialistas como Junqueira (2009b, 2009c, 2009d), no campo da educação seria preciso fazer com que iniciativas voltadas ao enfrentamento das discriminações por identidades de gênero e sexualidade não-normativas ultrapassassem a lógica do “combate à violência homofóbica” em favor da promoção mais ampla do respeito pela diversidade e de um modelo democrático de compreensão dos direitos sexuais. Não obstante, foi justamente o posicionamento aberto – endossado até certo ponto pela governamentalidade petista – das políticas públicas pela afirmação da livre expressão de gênero e desejo infantojuvenil que alçou o programa “Escola Sem Homofobia” ao protagonismo do pânico sexual bolsonarista.

Conforme esclarece Leite (2014), o tema da diversidade sexual e de gênero “entra” na escola a partir do enfrentamento à homofobia, de forma parecida com que o tema da sexualidade “entra” no campo dos direitos da criança e do adolescente pelo enfrentamento à violência sexual. Apesar da correlação identificada pela pesquisadora, a condição peculiar de “pessoas em desenvolvimento” prescrita pelo artigo VI do ECA vai justificar que os sujeitos de direito infantojuvenis ocupem posicionamentos distintos nas estratégias discursivas acionadas pelas respectivas políticas públicas. Por um lado, conforme mapeou Lowenkron (2012, 2013) durante o processo de constituição da CPI da Pedofilia no Congresso, os defensores dos direitos da criança e do adolescente no campo do enfrentamento à violência sexual tenderam historicamente a atuar sob uma perspectiva que reafirma o lugar passivo das vítimas, mantendo a sexualidade sob a constante ótica do risco. Por outro lado, Leite (2014) esclarece que os vídeos do “Kit de Combate à Homofobia” incomodaram tanto, exatamente porque apostaram em uma afirmação positiva da vivência da homossexualidade, bissexualidade, travestilidade ou transexualidade na adolescência: “O mais interessante ao olhar para a trajetória do projeto é que, seus opositores focavam sua crítica na possibilidade de ‘ser gay’ na adolescência que o projeto apresentava, daí a alcunha pejorativa ‘kit gay’” (LEITE, 2014, p. 250).

Segundo a crítica publicada por Carrara no Jornal *O Globo*, em 07 de junho de 2011¹⁹³, ao focar na valorização das existências LGBTQIA+ como estratégia política, o “Kit Combate

¹⁹³ Disponível em: <https://bit.ly/4bynmpC>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2024.

à Homofobia” se distanciou de uma governamentalidade tradicionalmente focada na vitimização desses sujeitos em direção à positivação das suas diferenças como identidades de gênero e expressões de sexualidade tão merecedoras de respeito quanto aquelas informadas pela matriz heteronormativa de pensamento. Assim dizendo, diligenciar o poder de agência aos atores que violentamente oprimem as minorias sexuais e suplicar para que os carrascos parem voluntariamente de torturar as suas vítimas é o curso de ação política prescrito pela racionalidade conservadora que encoraja a prática da tolerância como a solução para o falso problema das diferenças humanas. Não obstante, comunicar às próximas gerações de cidadãos brasileiros que o sexualmente diferente não é o obstáculo a ser socialmente transposto, havendo nas diversidades de gênero e sexualidade infantojuvenis algo de positivamente digno de valorização existencial e política, é sucessivamente estigmatizado pelo pânico sexual bolsonarista como “lições de homossexualismo no ensino fundamental”¹⁹⁴. É necessário, segundo a retórica bolsonarista da tolerância, despolitizar o orgulho LGBTQIA+ para que o deslocamento do lugar de vítima das violências para aquele de reivindicação por direitos sexuais não acabe matando os “monstros morais” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018) cujas anormalidades e perversidades supostamente transcendentais têm sido historicamente instrumentalizadas para a legitimação de formações discursivas pecaminosas, moralizantes e patológicas sobre o sexo.

¹⁹⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 16 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3p1UfaR>. Acesso 17 de junho de 2023.

2.2 O “monstro moral” foucaultiano

Ao investigar como a história da vontade de saber sobre o sexo constituiu uma *scientia sexualis* como a verdade do sujeito na sociedade burguesa, industrial e capitalista, Foucault ([1976] 2015) concebeu a sexualidade como “o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (FOUCAULT, [1976] 2015, p. 139). Ou seja, no início do século XIX um dispositivo de poder-saber abarcando amplamente a história humana foi instaurado para a produção de discursos verdadeiros sobre o sexo e, “através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a ‘sexualidade’ enquanto verdade do sexo e de seus prazeres” (FOUCAULT, [1976] 2015, p. 77). Dentre as quatro figuras¹⁹⁵ que se esboçaram como objetos privilegiados na construção do “dispositivo de sexualidade”¹⁹⁶, a psiquiatrização do prazer perverso foi a responsável pelo isolamento do instinto sexual como biológico e psíquico autônomo, patologizando o adulto perverso como uma anomalia desviada da natureza, cujas condutas precisavam ser normalizadas pela medicina e os mecanismos de vigilância do poder.

Ao investigar os elementos que permitiram, na história do Ocidente moderno, a formação do conceito de anormalidade, Foucault ([1974-1975] 2018) estabelece genealogicamente que o anormal é descendente do monstro humano (numa acepção inicialmente jurídico-biológica inscrita essencialmente em uma “monstruosidade natural” e, depois, jurídico-moral que aparece por meio de uma “monstruosidade comportamental”), do indivíduo indisciplinado (aquele a ser institucionalmente corrigido) e da criança masturbadora (em torno da qual foi construída uma verdadeira psicopatologia sexual), tendo sido formado em correlação com todo um conjunto de instituições de vigilância, disciplina e distribuição. Como a combinação do “impossível com o proibido”, o monstro humano constitui “não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018, p. 47) que vai suscitar a piedade e os cuidados médicos, assim com a violenta vontade de supressão. Além disso, como o “grande modelo de todas as pequenas discrepâncias” o monstro é paradoxalmente um princípio de inteligibilidade tautológica que, apesar de explicar

¹⁹⁵ Foucault ([1976] 2015) destaca quatro grandes conjuntos estratégicos que, a partir do século XVIII, desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo: histerização do corpo da mulher, pedagogização do corpo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso.

¹⁹⁶ O dispositivo da sexualidade, conforme formulação foucaultiana ([1976] 2015), articula um projeto disciplinar da anatomopolítica dos corpos (expectativas relativas à subjetivação, à responsabilização e ao controle de si) a um projeto biopolítico das populações (o ideal do casamento reprodutivo e a vinculação da sexualidade às normas biocientíficas, por exemplo).

todos os desvios que podem derivar da sua autoafirmação monstruosa, é em si mesmo ininteligível.

Ao longo do século XIX, as características do monstro humano permanecem ativas, mesmo que de forma atenuada, em todas as técnicas judiciárias ou médicas que vão se empenhar em descobrir o fundo de monstruosidade que existe por trás das pequenas anomalias e desvios, configurando o sujeito anormal como “um monstro cotidiano, um monstro banalizado”, algo como “um monstro pálido” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018, p. 49). Tendo em vista que não será necessariamente na figura excepcional do monstro que as “formas naturais da contranatureza” vão questionar a lei e a ordem, a produção de saberes sobre a categoria dos “anormais” vai marcar a história da psicopatologia, fomentando elaborações científicas com efeitos duradouros de verdade sobre formas patológicas de existir no mundo que inicialmente se dão em meio ao embate entre os saberes jurídico e penal, até se encaminharem para uma “psiquiatrização do desejo e da sexualidade” (ALMEIDA, 2006, p. 361). Além disso, o “monstro moral” vai emergir como a figura que não apenas viola as leis da natureza por meio da obstrução das leis civis e religiosas, mas como o sujeito que é caracterizado, no nível da sua própria natureza, pela criminalidade.

Magalhães e Ribeiro (2015) apontam que na Idade Média a relação afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo era denominada de sodomia, termo que emerge a partir da história bíblica que aponta terem as cidades de Sodoma e Gomorra sido destruídas porque nelas ocorriam relacionamentos homossexuais. Contudo, ao observarem essas passagens bíblicas, as pesquisadoras verificaram que os pecados citados não contêm nenhuma palavra relacionada a sexo ou homossexualidade, apenas rebelião contra Deus, religião vazia, entre outros. Faz sentido, então, que a homossexualidade como a conhecemos tenha sido identificada por Weeks (1981) como um complexo institucional relativamente moderno. Conforme aponta Foucault ([1976] 2015), a homossexualidade surgiu como uma das figuras monstruosas da sexualidade quando foi deslocada da prática da sodomia para uma espécie de androgenia interior, ou melhor, um hermafroditismo da alma. Em outras palavras, o processo de implantação das sexualidades periféricas e incorporação das perversões transferiu a homossexualidade da prática da sodomia, cujo autor não passava de seu sujeito jurídico, para os corpos e as almas dos sujeitos, consolidando-se em um princípio de classificação e inteligibilidade humana: o homossexual do século XIX torna-se uma espécie monstruosa e nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade.

É, portanto, no contexto histórico da modernidade que a representação da homossexualidade como anormalidade patológica surge nas sociedades ocidentais. Mais

precisamente, segundo afirma Foucault ([1976] 2015), a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade foi constituída com a publicação do famoso artigo *As sensações sexuais contrárias* (1870), de Westphal, nos *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten* (Arquivos de Psiquiatria e Doenças Nervosas). Uma vez caracterizada como *monstruosidade moral*, a homossexualidade foi transformada em um caráter profundo dos indivíduos por meio do qual as relações do poder com o sexo e o prazer se multiplicaram, ramificaram e penetraram nas condutas humanas. Conforme reiteram Magalhães e Ribeiro (2015), foi a partir do texto de Westphal que a homossexualidade foi definida como uma anomalia humana e um desvio sexual, passando a ser combatida como doença, crime e vício por um longo século.

Russo (2013) reforça a tese foucaultiana de que uma *scientia sexualis* surgiu na virada do século XIX para o XX na Europa, tendo a Alemanha como seu principal centro de produção e difusão de conhecimento. A pesquisadora brasileira aponta Magnus Hirschfeld e Richard von Krafft Ebing como exemplos de duas faces contrastantes da ciência da sexualidade que então se estruturava. Sendo ambos médicos, Hirschfeld representava a face mais política do movimento, então conhecido como Reforma Sexual. Krafft Ebing foi um eminente psiquiatra, e notabilizou-se por codificar em seu livro *Psychopathia Sexualis* (1866) as chamadas perversões sexuais. Nos dois casos tratava-se de trazer para o âmbito da medicina o que até então era uma questão do sistema judiciário. Hirschfeld propunha uma concepção naturalizada da “inversão”; não mais um crime ou depravação, mas um modo de constituição do sujeito tão natural quanto qualquer outro. No caso de Krafft Ebing, por meio da patologização objetivava-se não punir um comportamento delinquente, mas tratar um sujeito perturbado. O médico alemão passa a buscar uma causa para a homossexualidade na anatomia ou na história familiar de quem teria sido previamente considerado como “doente”.

Desde então, a homossexualidade tem sido patologizada, despatologizada e repatologizada por diferentes categorizações, instituições e governamentalidades¹⁹⁷. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria publicou, na primeira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-1), que a homossexualidade era uma doença mental dentre outras perversões ou desvios da natureza. Entretanto, a falta de comprovação científica faria que, em 1973, a homossexualidade deixasse de ser considerada um problema mental e retirada da DSM. Em um movimento contrário, em 1977, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a homossexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID) como uma

¹⁹⁷ Para uma lista detalhada do processo de patologização e despatologização das homossexualidades produzida pelo CLAM/UERJ, consultar: <https://bit.ly/3r3EMmC>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

doença mental, adicionando o sufixo -ismo que, na medicina, indica doença – homossexualismo.

Conforme detalham Vianna e Carrara (2007), desde o começo do século XX, a crítica aos discursos psicológicos/médicos e aos processos patologicamente orientados escalaram no contexto brasileiro. O movimento culminou, em 1985, com a retirada da homossexualidade da lista das doenças do Conselho Federal de Medicina (CFM). Importante apontar que a ação brasileira é anterior à remoção da OMS da homossexualidade da sua lista de doenças ou transtornos mentais, em 17 de maio de 1990¹⁹⁸, suprimindo-a do Código Internacional de Doenças (CID-10) a partir de 1993, assim como antes do movimento por meio do qual a Anistia Internacional passou a considerar a discriminação contra a homossexualidade como violação aos direitos humanos, em 1991. Além disso, o Conselho Federal de Psicologia resolveu, em 22 de março de 1999, que “considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, os profissionais da área “não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados”, definindo expressamente que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

Conforme enfatiza Cunha (2019), a figura do homossexual tem servido historicamente para demarcar a masculinidade hegemonicamente constituída como um elemento fundamental ao processo de formação de qualquer identidade: seu campo de exclusão, o limite para toda e qualquer identificação possível. Ou seja, o homossexual em relação à heteronormatividade passou a ser associado à “figura negativa do masculino”, sobretudo quando associado ao feminino (como a “bicha”, o “viado”, o “gay”). Sendo assim, para corresponder à imagem tida como “natural” do homem heterossexual e cisgênero seria necessário escapar a qualquer vestígio dessa outra figura monstruosa, percebida como adulteração da força da natureza. É nesse sentido que, afim de garantir a demarcação dos limites e a sustentação contínua da identidade masculina, diferentes práticas e saberes foram implementados por agentes do governo, médicos, educadores e familiares. Dentre as diferentes tecnologias de vigilância e coerção à perversão da masculinidade pelo desejo homossexual e à normalização das outras formas de “ser homem” que divergem das normas, foram desenvolvidas as “terapias de conversão” (SANTOS, SACRAMENTO, SANCHES, 2020) – popularmente conhecidas no

¹⁹⁸ Em 2010, um decreto presidencial assinado pelo presidente Lula instituiu o 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Disponível em: <https://bit.ly/37vAltB>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

Brasil como “cura gay” – que se propõem a ensinar as anormalidades patológicas como se tornarem homens viris e másculos, produzindo sujeitos a partir do *ethos* heteronormativo.

É interessante notar que o binômio heterossexualidade e homossexualidade se dá, geralmente, em contraposição e complementação, visto que a construção da normalidade heterossexual perpassa a consolidação do caráter anormal das homossexualidades. Portanto, “os dois esforços – a redefinição da norma e a definição do que constitui a anormalidade – estão inextricavelmente ligados” (WEEKS, 2000, p. 63). Como estamos vendo, sendo a heterossexualidade compreendida como norma sexual compulsória (BUTLER, [1990] 2003), os sujeitos não-heterossexuais passam pelo constante exame e reformulação dos processos corretivos. As diferentes “terapias de conversão” proporcionadas pela psicologia, psiquiatria e psicanálise, por exemplo, marcaram a história das homossexualidades e transexualidades no mundo ocidental. Desde o século XIX, os corpos dissidentes passaram pelo crivo ideológico da abjeção e da anormalidade, sendo interpretados como “corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (PRINS e MEIJER, 2002, p. 161). As não-heterossexualidades foram classificadas como condutas aberrantes, destacando assim o teor inumano e perversos das práticas sexuais que desviam dos roteiros heteronormativos e que precisam ser “curadas” pela medicina e as ciências *psi*.

Potencializando as críticas à patologização da homossexualidade, as formas simbólicas e fisicamente violentas de discriminação emergem como um problema político a ser publicamente abordado e combatido com o início do processo de redemocratização brasileira no final da década de 1970. Intelectuais, ativistas e esferas da contracultura resistiram coletivamente à “visão de que a homossexualidade é uma combinação de imoralidade, desonra, pecado e doença” (VIANNA e CARRARA, 2007, p. 41). Em uma pesquisa sobre os movimentos homossexuais organizados e a construção de identidades coletivas no Brasil, Facchini (2005) propõe uma periodização dividida em “três ondas”. A “primeira onda” abarca o período da ditadura militar, sendo caracterizada pela publicação, em 1978, do primeiro jornal gay, o *Lampião da Esquina*, e a formação do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual que viria a se tornar o núcleo do ativismo homossexual no país. Posteriormente, a “segunda onda” abrange o período da Constituinte e o surgimento dos grupos Gay da Bahia (Salvador), Triângulo Rosa (Rio de Janeiro) e Atobá (Rio de Janeiro) nos anos 1980. Finalmente, a pesquisadora indica uma “terceira onda” que é marcada, nos anos 1990, pelo reflorescimento do ativismo homossexual em colaboração com o Estado em decorrência da crise deflagrada pela epidemia de HIV/aids.

Altman (1995) sugere que, paradoxalmente ao reforço das representações patológicas da homossexualidade, a epidemia de HIV/aids foi politicamente potente ao abrir um espaço global para se falar mais publicamente sobre a diversidade sexual, identidades de gênero e desigualdades humanas. Por um lado, a colocação do sexo em discurso pela disseminação mundial do vírus do HIV fez circular abordagens biomédicas que visavam à higienização e à dessexualização das políticas públicas, assim como estratégias de abstinência sexual e pureza moral promovidas por forças religiosas conservadoras. Conforme corrobora Petchesky (2007), ao negar que as taxas de infecção pelo vírus e os riscos impostos pela doença eram inseparáveis das relações sociais, sexuais e de gênero, a combinação das agendas biomédicas, biopolíticas, religiosas e disciplinares procurou conter a vitalidade da luta pelos direitos sexuais como direitos humanos que a epidemia desencadeava. Por outro lado, Fernandes (2011) localiza a construção de novas formas de se fazer política baseadas na solidariedade e nas respostas comunitárias dos movimentos LGBTQIA+ na crise desencadeada pela epidemia do HIV/aids.

É justamente no imbricamento das disputas de sentidos entre visões patologizantes que estigmatizam como perversidades as sexualidades ditas periféricas e movimentações pelo fortalecimento de vínculos solidários entre os grupos militantes organizados no contexto da epidemia do HIV/aids que, na década de 1980, a noção de “orientação sexual” é apropriada na construção de políticas públicas LGBTQIA+ em busca da promoção dos direitos sexuais no Brasil. Todavia, conforme problematizado por Sousa Filho (2009), o conceito de “orientação” como significante para se pensar as homossexualidades e os demais variantes das sexualidades humanas essencializa as subjetividades que não seguem os padrões heteronormativos como substâncias naturais que certos indivíduos seriam portadores e não poderiam escapar, ou seja, como um dado empírico da natureza dos sujeitos e não como uma construção histórica do dispositivo de sexualidade, conforme problematizado por Foucault ([1976] 2015). Dessa forma, a aceitação por parte dos militantes LGBTQIA+ da orientação sexual como o fator específico que explica a gênese de homossexualidades supostamente naturais atenderia à obsessão histórica que, de Westphal e Krafft-Ebing aos neurocientistas atuais, pretende definir o que compõe a essência sexual humana: “[O]rientação’ é substantivo que pretende exprimir a essência, a qualidade, a propriedade que, existindo por si mesmas, sem ação do sujeito-homossexual, exprimiriam a sua verdade profunda e o fundamento da sua identidade sexual, substância determinada e determinante” (SOUSA FILHO, 2009, p. 65).

Compreendo que, ao propor a resolução intitulada “Direitos Humanos e Orientação Sexual” à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 2003, o governo Lula da Silva tenha

sinalizado a centralidade do combate às discriminações sexuais como um modo de afirmação dos direitos humanos e da plena cidadania às populações LGBTQIA+. No entanto, conforme indica Fernandes (2011, 2012), a noção ainda bastante essencialista de “orientação sexual” se contrapõe às reflexões contemporâneas que buscam desconstruir o gênero e a sexualidade como configurações humanas naturais e biológicas, enfraquecendo politicamente as disputas pela afirmação das diversas possibilidades do sexual como expressões das práticas do desejo, do erotismo e do prazer. Sendo assim, os subsequentes conflitos epistemológicos na definição dos conceitos teóricos que norteariam a construção das políticas sexuais na gestão petista vão promover a ampliação dos sentidos políticos da “homofobia” para além dos campos da segurança pública e da saúde – comumente utilizados pelos governos e militâncias até então.

Ainda assim, segundo a crítica formulada por Watney ([1987] 1996), a noção de “homofobia” acaba por ser tão redutora quanto os enunciados sobre a homossexualidade que ostensivamente procura subverter. Sem surpresa, o espectro de atitudes brutais em relação aos sujeitos LGBTQIA+ é informado por formações discursivas sobre o sexo que são muito maiores e complexas do que o conceito de “fobia” poderia abordar por conta própria. Ao buscar uma única “causa” que possa explicar toda a gama de respostas hostis à homossexualidade, o termo pode até contribuir para a reversão da tendência generalizada de patologizar as existências homossexuais como sintomas de uma única “perversão” subjacente, porém permanece aceitando e reforçando a autoridade das instituições médicas, psiquiátricas e jurídicas para definir “o perverso”. Assim sendo, descrever o violento “policiamento do desejo homossexual” (WATNEY, [1987] 1996) como uma atitude “fóbica” é emprestar-lhe uma dignidade psicológica que está para além do controle consciente dos sujeitos amedrontados, ou seja, é reduzir o processo histórico de incorporação da homossexualidade às figuras monstruosas da sexualidade humana a um mero mecanismo de defesa que tem permitido aos indivíduos que se sentem ameaçados evitarem o objeto da sua “fobia”. É necessário, portanto, se organizar e se rebelar politicamente contra os enunciados de poder-saber que vivificam o “monstro moral” como a figura histórica cujos atos de depravação, desejo abjeto, alma impura e, mais recentemente, corpo aidético são intrínsecos à sexualidade anormal da sua espécie.

As formas pelas quais nós, sujeitos LGBTQIA+, somos capazes de nos vincular politicamente em busca de direitos sexuais e do exercício pleno da cidadania são amplamente afetadas pelas representações culturais e midiáticas que são integradas na consciência que temos de nós mesmos. Nesse sentido, os movimentos de “Liberação Gay” (*Gay Liberation*) que se organizaram na segunda metade do século XX viram o termo “gay” como uma possibilidade

de rejeição às relações de poder investidas na construção histórica dos saberes sobre a sexualidade humana, permanecendo como um significante de identificação coletiva que nos convida a “sair do armário” e termos orgulho das nossas existências. Conforme explica Watney ([1987] 1996), esse deslocamento de sentidos produz sujeitos que afirmam as suas expressões de gênero e sexualidade em uma categoria que é fundamentalmente sócio-política, não implicando em nenhuma “essência” intrínseca à sua espécie – à exceção da resistência coletiva ao funcionamento do poder que insiste em policiar o desejo não-heteronormativo. São, portanto, as formas culturais e formações sociais que emergiram do movimento político pela positivação das vivências lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais que vão oferecer as bases de pensamento a partir das quais os governos petistas propuseram políticas públicas por direitos sexuais e a promoção do respeito às existências LGBTQIA+ em combate a uma “sociedade grotescamente homofóbica” (WATNEY, [1987] 1996), p. 18).

Reconhecendo a “trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais” (BRASIL, 2004, p. 7), o “Brasil Sem Homofobia” (2004) adota um “não à violência” como bandeira de luta”. No entanto, apesar da “homofobia” ser tomada como a categoria central para a construção de políticas públicas no âmbito do programa, o “combate à violência e à discriminação homofóbica” não contempla a totalidade do escopo de atuação proposto pelo projeto de integração ministerial articulado pelo governo federal em parceria com os movimentos LGBTQIA+. Em outras palavras, a supressão da homofobia não é a finalidade em si da governamentalidade petista nas disputas pelas diversidades de gênero e sexualidade, mas “uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil”.

Fundamentalmente, o programa “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” objetivou “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2004, p. 11). Sendo assim, não é necessariamente a movimentação política pela proteção das vítimas da homofobia, mas as lutas pela “consolidação dos direitos humanos como direito de todos” e o empenho coletivo pela difusão de conhecimentos científicos daninhos à conservação dos “monstros morais” como princípio histórico de classificação das populações LGBTQIA+ que chacoalharam as fronteiras simbólicas da tolerância bolsonarista e instigaram o pânico sexual a um suposto “kit gay” de “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico.

2.3 Os limites da nossa “democracia sexual”

Com base no conjunto das ações propostas pelo programa “Brasil Sem Homofobia”, o presidente Lula da Silva assumiu, como parte da racionalidade do seu governo, o compromisso de “desfaze[r] a confusão” criada pela transmissão de noções naturalizadas de gênero e sexualidade pelas práticas curriculares e pelo convívio social que têm historicamente fomentado a “existência de uma cultura homofóbica nas escolas” (BRASIL, s/d, p. 13-14). Nesse contexto, a cruzada midiática bolsonarista pela supervivência das homossexualidades como *monstruosidades anormais e patológicas* é travada em oposição à produção e à circulação de saberes que contribuem para a desconstrução de imagens estereotipadas de uma diversidade de formas de existir no mundo, ressignificando quem são os sujeitos de direito como cidadãos que devem ser acolhidos e protegidos pelo Estado.

Fundamentalmente, o movimento de extrema direita recusa a aceitar os efeitos regulamentados de poder gestados a partir do duplo movimento de “sexualização da política” e de “politização do gênero e da sexualidade” (FASSIN, 2005, p. 266) que têm gradualmente convertido indivíduos historicamente estigmatizados em sujeitos titulares de direitos sexuais como direitos universais, interdependentes e indivisíveis. Assim sendo, o pânico sexual bolsonarista é aqui compreendido como um movimento de resistência à expansão social do “perímetro democrático” (FASSIN, 2005, p. 263) empenhado na conservação de uma governamentalidade que define padrões de comportamento a partir da reprodução compulsória da heteronormatividade, saqueando dos corpos e subjetividades que não correspondem às suas normas o direito ao exercício pleno da cidadania.

Embora o reconhecimento jurídico da união estável entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da LGBTfobia pela alteração da Lei de Racismo (no. 7716/1989) tenham intimidado a preservação da ordem sexual como um dos últimos refúgios da natureza humana transcendental e desistoricizada, o pânico sexual bolsonarista coloca em litígio os limites da expansão da nossa jovem “democracia sexual” (FASSIN, 2005, 2019). Conforme apontado na primeira seção deste capítulo, a estratégia discursiva inicialmente traçada pela retórica bolsonarista para a despolitização das pautas LGBTQIA+ foi apontar “para a idade como elemento primordial no ataque aos materiais [audiovisuais e educativos]” (TROTTI, 2020, p. 128). Dessa forma, em 05 de maio de 2011, Jair Bolsonaro alerta os parlamentares federais que “o que ocorreu ontem na Comissão de Educação da Câmara foi simplesmente inacreditável!”, tendo em vista que o MEC teria classificado “como sem censura o ‘kit gay’. Ou seja, quando coloco no meu panfleto que o ‘kit gay’ é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar

em homossexual nas escolas, estou errado”. Rogando para que a Câmara desse “um basta a essa perversidade”, o ex-capitão do Exército anuncia que “na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escancaram as portas para a pedofilia”¹⁹⁹. Assim sendo, observo que as expressões de gênero e sexualidade na infância e na adolescência funcionam como elos discursivos a partir dos quais a retórica bolsonarista passa a vincular o moralmente intolerável a outras pautas políticas dos movimentos LGBTQIA+.

Considerada uma das formas culturais mais potentes de celebração do nosso orgulho de sermos lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, a Parada do Orgulho LGBTQ+ combina luta política e festa nas marchas e comemorações que ocorrem anualmente nas principais cidades espalhas pelo globo. Realizada pela Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo (APOLGBT-SP)²⁰⁰ desde 1997, a Parada de São Paulo entrou para o *Livro dos Recordes (Guinness Book)* como a maior do mundo ao conquistar um público de 2,5 milhões de pessoas em 2006. Em sua 19ª edição no ano de 2015, o evento propôs uma celebração à alegria de assumirmos e vivermos as nossas diversidades por meio do tema “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me!”. Sem perder de vista que a Parada Gay é um protesto político contra as relações de poder que nos matam e nos reiteram cotidianamente que deveríamos ter vergonha de sermos quem somos, a APOLGBT-SP nos convidou a fazer uma ruptura nos 18 anos da manifestação na capital paulista ao trazer um tema que remete à alegria de “sermos exatamente como somos, com a identidade de gênero que temos, com a orientação sexual [que] nos faz felizes e com a pessoa que escolhemos amar”²⁰¹. Reunidos pela ideia de que “a felicidade é um ato revolucionário”, 2 milhões de pessoas²⁰² se encontraram na Avenida Paulista para vociferar que “nascer, crescer e viver sendo LGBTQ significa assumir a identidade de gênero, a orientação sexual, os papéis sexuais que cada um tem e exigir que esse direito seja respeitado. Nem mais e nem menos que qualquer outro cidadão”²⁰³.

De forma antagônica, para a retórica bolsonarista da tolerância, independentemente de qual fase da vida humana esteja em questão, o único caminho aceitável para se abordar a

¹⁹⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43dQT2c>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

²⁰⁰ Disponível em: <https://paradasp.org.br/#a-parada>. Acesso em: 06 de julho de 2023

²⁰¹ Disponível em: <https://bit.ly/3D3EaEE>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

²⁰² Disponível em: <https://bit.ly/44c7Efl>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

²⁰³ Disponível em: <https://bit.ly/3D3EaEE>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

temática da diversidade sexual e de gênero é a partir da perspectiva da vitimização – sendo banida a incorporação do debate político de como a negação da livre expressão das identidades de gênero e sexualidades impõe obstáculos à obtenção dos direitos sexuais e ao exercício pleno da cidadania na infância, na adolescência e na fase adulta. Dessa forma, a dilatação política que a Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo promove às pautas originariamente endossadas pelo “Brasil Sem Homofobia” – propondo a ampliação dos perímetros da nossa jovem “democracia sexual” por meio da reivindicação de que os sujeitos infantojuvenis também têm o direito a exercitarem as suas múltiplas expressões de sexualidade e gênero – é rotulada pelo pânico sexual bolsonarista como um estímulo precoce à sexualização infantil.

Analisando a postagem de Jair Bolsonaro de 11 de junho de 2015 a partir do que propõe Sarti (2009, 2011), observo que ao canalizar nas “criancinhas” o papel de vítimas de um “GOVERNO DE CANALHAS” que, para além de financiar a “Parada gay”, “valoriza movimentos ‘culturais’ de lésbicas, gays, bissexuais e travestis” como parte do seu “Programa de Governo”, o projeto de poder bolsonarista captura a seu favor a inteligibilidade que o uso da vitimização como estratégia política confere ao sofrimento. Conforme nos provoca a acreditar o corpo precocemente sexualizado de uma criança em um contexto que simula ser o da 19ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo (exposto aqui na figura 24), a fundamentação para o tormento por que passam crianças e adolescentes LGBTQIA+ deveria ser distanciada das violências simbólicas e físicas ensejadas pela homofobia em direção a um lugar definido a priori como de vulnerabilidade à perversidade de “monstros morais” degenerados: “Criança de 8 anos é estimulada a ser gay: seria pelos pais biológicos ou pelo casal gay? (...) Pessoas com este comportamento são aquelas que processam Marco Feliciano, Silas Malafaia, Levy Fidelix e Jair Bolsonaro”²⁰⁴. Sobretudo, a insistência bolsonarista no uso político da vitimização de crianças e adolescentes como “presas fáceis” de anormalidades patológicas confere reconhecimento social ao sofrimento dos sujeitos para quem a afirmação política das expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis conduzirá ao aniquilamento das instituições a partir das quais as suas existências fazem sentido: a heteronormatividade, a família e a inocência infantil.

²⁰⁴ Disponível em: <https://bit.ly/44aoBac>. Acesso em: 06 de julho de 2023



Figura 24: A “doutrinação homossexual infantil” financiada pelo governo Dilma
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 11 de junho de 2015

Com 31.000 curtidas e 17.186 compartilhamentos²⁰⁵, a postagem urge para que a população “assista ao discurso de 3’44””, disponibilizando o link para um vídeo do YouTube²⁰⁶ que, contando com 264 mil visualizações²⁰⁷, fora intitulado “PARADA GAY CONSTA DE PROGRAMA DO PT”. O vídeo reproduz o discurso proferido por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara em 11 de junho de 2015²⁰⁸, ou seja, quatro dias após a realização dessa “baixaria pública patrocinada pelo Governo do PT”. Se referindo à presença de uma criança na 19ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo – a mesma cuja imagem foi postada em sua página no Facebook (já exibida aqui na figura 24) –, o então deputado federal se articula às críticas formuladas por outros parlamentares que “não concordam com o que aconteceu na Parada Gay”, extrapolando a crítica inicialmente formulada aos aspectos econômicos materializados pelo “patrocínio de órgãos estatais e do próprio Governo Federal”. Segundo a retórica bolsonarista, a presença da criança na Parada Gay não é um evento imprevisível e isolado, mas constitutivo ao “Programa de Governo de Dilma Rousseff” que, por meio do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQ do governo federal”, prevê “180 itens para a comunidade LGBTQ”. Dentre eles, “curso de pós-graduação sobre diversidade sexual”, “valorização dos movimentos culturais de lésbicas, gays, bissexuais e travestis” e incentivo à “produção cultural ligada à juventude de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

²⁰⁵ Dados de 06 de julho de 2023

²⁰⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3NJEeOK>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

²⁰⁷ Dados de 06 de julho de 2023

²⁰⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3r7jkBB>. Acesso em: 06 de julho de 2023

Acima de tudo, o pânico sexual bolsonarista obstina-se na legitimação da lógica de opressões que tem historicamente sustentado a heteronormatividade, demarcando os avanços políticos e jurídicos do movimento LGBTQIA+ como excedentes ao que a nossa “democracia sexual” é capaz de tolerar. É dessa forma que, para Jair Bolsonaro e os seus seguidores no Facebook, a presença de um menor de idade na Parada Gay somente poderia ser justificada pela perversidade de pais adotivos homossexuais respaldados juridicamente pela governamentalidade petista: “O que uma criança, talvez de 7 ou 8 anos, faz numa parada gay? Eu duvido que o pai legítimo, biológico, dessa criança a colocaria numa situação dessas, como está aqui. Com toda a certeza, é uma criança adotada por um desses casais que falam em família, com a comprovação, Sr. Presidente, da parte governamental”²⁰⁹. Embora muito frequentemente lidas de forma acrítica como espontâneas, desarticuladas e sem objetivos políticos definidos, observo que as práticas retóricas bolsonaristas articulam camadas complexas de historicidades em um incessante esforço de preservação dos saberes que têm produzido uma suposta “verdade sobre o sexo” – mesmo que em total desprezo ao estatuto político da verdade e às suas instâncias de representação e validação.

Sabemos que Foucault ([1976] 2015) identificou, no início do século XVIII, a pedagogização do sexo da criança – “natural” e ao mesmo tempo “contra a natureza” – como um dos quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo. Além disso, Rubin (1984] 2017) mapeou que, ao longo de mais de um século, nenhuma tática para tratar da histeria erótica tem sido tão confiável quanto a proteção das crianças. Sendo assim, para além dos esforços para a despolitização das pautas LGBTQIA+ por meio do estigma articulado à positivação das expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis, o discurso bolsonarista mira nos efeitos nocivos da união estável homoafetiva para a segurança infantil, inculcando uma suposta incapacidade inata aos homossexuais perversos de exercerem a “paternidade ou maternidade responsável”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) estabelece entre os requisitos objetivos para a adoção de crianças que “para que duas pessoas adotem conjuntamente, devem ser casadas ou viverem em união estável, comprovada a estabilidade familiar”. Além disso, profissionais da psicologia e assistência social deverão avaliar se os pretendentes à adoção atendem os requisitos subjetivos de exercerem uma “paternidade ou maternidade responsável” à luz de todos os princípios que regem a legislação infantojuvenil²¹⁰. Tendo em vista que, a

²⁰⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3r7jkBB>. Acesso em: 06 de julho de 2023

²¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3O1C26C>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

partir de maio de 2011, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida legalmente no Brasil e que, a partir de 2013, se tornou possível que pessoas do mesmo gênero se casem (Resolução no. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ), desde que sejam atendidos os requisitos objetivos estabelecidos pelo ECA e demonstradas condições psicológicas e sociais de serem “bons pais ou boas mães”, não há qualquer impedimento para que casais homoafetivos adotem crianças. Dessa forma, instilando a desconfiança generalizada de que sujeitos LGBTQIA+ como *monstruosidades anormais* são naturalmente incapazes de exercerem a “paternidade ou maternidade responsável”, o pânico sexual bolsonarista fabrica o *bullshit* de que a presença de uma criança de 7 ou 8 anos de idade na Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo faz parte do “programa de governo petista” que, ao comprovar a concessão da guarda de menores para famílias não-heteronormativas, asseguraria a continuidade do plano perverso de “doutrinação homossexual” inicialmente posto em curso pela distribuição do “kit gay” nas escolas públicas do ensino básico.

Confirmando a perspectiva de McRobbie e Thornton (1995) de que o pânico no cenário contemporâneo é sempre acompanhado pela proliferação de contradiscursos que condicionam e complexificam as formas pelas quais os fenômenos são construídos, processados e amplificados, comentários foram postados na página oficial de Jair Bolsonaro do Facebook em denúncia a “essa montagem mentirosa com fotos que não são da parada gay na tentativa de desqualificá-la. A desonestidade intelectual da ala reacionária é de revirar o estômago” (Guilherme Dáquer). Entretanto, há comentários que corroboram a retórica de que “criancinhas” estariam sendo ensinadas a serem homossexuais pelo governo petista, os produtos culturais e o sistema midiático já que, conforme afirma Diego Paulino de Oliveira, “Ninguém nasce gay. Estão bombardeando a mente das nossas crianças”.

Mesmo que aparentemente antagônicas, as disputas de sentidos travadas nos comentários em reação à postagem de Jair Bolsonaro em sua página oficial do Facebook acabam se circunscrevendo a uma moralidade sexual fundamentalmente essencialista e biologizante. Em outras palavras, a complexificação da retórica bolsonarista por meio da “participação coletiva” dos públicos na fabricação do pânico sexual nada mais faz do que reinscrever as “espirais de significação” na confrontação entre uma visão de mundo que rotula as sexualidades não-normativas como opções individuais passíveis de manipulação (“A mídia está corrompendo a mente fraca do povo Brasileiro!”, Diego Paulino de Oliveira) e um sistema de crenças que toma as identidades sexuais como orientações existenciais (“Gays já nascem sendo, não optam por isso em nenhum momento”, Maria Clara). Seja abordando as

homossexualidades como algo que as pessoas optam por ser ao longo de suas vidas e que poderiam deixar de sê-lo por meio das terapias de “cura gay” ou como substâncias naturais que certos indivíduos são portadores desde o nascimento e não poderiam escapar das suas essências, as evidências testemunhais compartilhadas pelos sujeitos comuns na plataforma digital conservam os “monstros morais” como princípio histórico de classificação das populações LGBTQIA+ sem, no entanto, colocar em litígio os limites para a expansão da nossa jovem “democracia sexual” – como ambiciona o projeto de poder bolsonarista.

A questão crucial para as práticas retóricas articuladas por Jair Bolsonaro – e que escapa aos comentários que se posicionaram contra e a favor do *bullshit* que criancinhas estariam sendo doutrinadas ao homossexualismo (sic) nas escolas públicas do ensino básico – é a visibilização política promovida pelo programa “Escola Sem Homofobia” que, “mesmo sem ter sido executado, existiu como instrumento performativo da afirmação de um adolescente/jovem gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual” (LEITE, 2019a, p. 27). Para o movimento de extrema direita não interessa se “ser gay” na infância e na adolescência é uma questão de “opção” ou de “orientação”; não importa para o bolsonarismo se “nascemos” gay ou se “escolhemos” ser homossexuais. Independente da etapa da vida humana, o projeto de poder bolsonarista compreende as existências LGBTQIA+ como ameaças que devem ser abordadas pela perspectiva histórica da violência sexual e do lugar passivo das vítimas, mantendo, assim, as diversidades de gênero e sexualidade sob a permanente ótica do risco – de modo algum pelo horizonte da afirmação de direitos e do exercício pleno da cidadania.

É, portanto, a partir da estigmatização da governamentalidade petista que valoriza as expressões de gênero e sexualidade como aspectos constitutivos das existências de crianças e adolescentes que o pânico sexual bolsonarista vai rotular os esforços políticos para o fortalecimento do “estatuto de sujeito da população infantojuvenil” (LEITE, 2019a, p. 26) por meio da fabricação do *bullshit* do “LOBBY DA PEDOFILIA”. Nesse sentido, a partir da postagem intitulada “DIREITOS ‘SUPERIORES’ DA CRIANÇA / LOBBY DA PEDOFILIA”²¹¹, o ex-capitão do Exército compartilhou em sua página oficial do Facebook um vídeo no qual o então deputado federal Jean Wyllys²¹², representando o governo federal, submetia a MSC 164/2015²¹³ à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

²¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3Q9q4tt>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹² Os vídeos completos da Reunião de Deliberação Ordinária que ocorreu na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 09 de dezembro de 2015, podem ser acessados no site da Câmara dos Deputados. Disponíveis em: <https://bit.ly/3PLVIwM>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹³ A Mensagem de Acordos, convênios, tratados e atos internacionais 164/2015, de autoria do Poder Executivo e relatoria da Deputada Benedita da Silva (PT-RJ), submetida à consideração do Congresso Nacional o texto do

Nacional da Câmara dos Deputados (conforme exposto na figura 25): “Mais uma vez o governo Dilma Rousseff do PT tentou aprovar na Comissão de Relações Exteriores da Câmara uma mensagem sobre direitos das crianças (...) e já se fala abertamente em direitos sexuais para crianças de 6, 7, 8 anos de idade. O que não podemos concordar”²¹⁴.



Figura 25: O “lobby da pedofilia” petista
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 09 de dezembro de 2015

O objetivo do governo federal foi obter a aprovação parlamentar para que o Brasil se vinculasse juridicamente ao protocolo transnacional, implementado em 2011 no âmbito da ONU, de complementação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990), tratando mais profundamente sobre a permissão para que crianças vítimas de violações cometidas pelo Estado pudessem apresentar reclamações diretamente ao Comitê dos Direitos da Criança em questões referentes à venda de crianças, à prostituição infantil, à pornografia infantil e ao envolvimento de crianças em conflitos armados. No entanto, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações²¹⁵ foi estigmatizado pela retórica bolsonarista como o “PROTOCOLO SOBRE DIREITOS DAS CRIANÇAS” que materializaria a perversidade patológica encampada pelo “kit gay” em um dispositivo jurídico por meio do qual as “criancinhas” terão o direito “de decidirem sobre sua vida sexual (homo ou hétero), INDEPENDENTEMENTE

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, celebrado em Nova York, em 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/46LbRbE>. Acesso em: 11 de julho de 2023. Após a aprovação pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 16 de dezembro de 2015, a MSC 164/2015 foi transformada no Projeto de Decreto Legislativo 301/2015. Disponível em: <https://bit.ly/46YLhMi>. Acesso em: 20 de julho de 2017. Finalmente, o PDC 301/2015 foi transformado no Decreto Legislativo 85/2017, publicado do Diário Oficial da União de 09 de junho de 2017 na página 01, coluna 02. Disponível em: <https://bit.ly/46Lefz8>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3O9q4tt>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹⁵ Disponível em: <https://uni.cf/3O7R0rM>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

DA VONTADE ou CONHECIMENTO DOS SEUS PAIS”²¹⁶. Conforme bravejou Jair Bolsonaro na Reunião de Deliberação Ordinária da referida Comissão: “Nós assistimos aqui [na Câmara dos Deputados] Seminário LGBT Infantil (uma canalhice contra as crianças). Nós assistimos aqui a história do ‘kit gay’ (uma covardia contra as crianças; uma patifaria). Estamos vendo notícias agora de direitos sexuais das crianças. Aonde esse governo quer chegar?”. Dessa forma, segundo a retórica bolsonarista, “As portas da pedofilia no Brasil estão escancaradas”²¹⁷.

Demonizado nos comentários postados em reação ao vídeo compartilhado por Jair Bolsonaro de “mente genitalizada” (Jairo Valle) e de “inimigo do Brasil” que “nega a redução da maioria penal” ao mesmo tempo que diz “que a criança é um cidadão de direito” (Paulo Santos Paulo), o então deputado federal Jean Wyllys esclareceu em sua fala que a posição do governo em defesa da “necessidade de legislações especiais para proteger certos grupos” não poderia ser tomada como uma questão de adesão pessoal ou não sobre determinados assuntos”. Tendo em vista que, ao aprovar o ECA, o governo brasileiro afirmou a criança como um sujeito de direito, “temos que considerar a criança em todas as suas posições de sujeito: a posição que vem da classe social, que vem da etnia, que vem da orientação sexual, da identidade de gênero, do gênero”²¹⁸. Afinal, como argumentado por Leite (2019b), lidar com as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos é apostar na construção de uma agenda positiva em relação ao conjunto de aspectos de suas existências, incluindo o gênero e a sexualidade. Conforme enfatizou Jean Wyllys, confundir a homossexualidade com a pedofilia é uma “atitude deliberada de má-fé intelectual” que, legitimada por uma “campanha global antigênero”, “confunde e mente descaradamente” sobre “conceitos e noções sérias, estudadas por cientistas, por pessoas que se debruçaram, nesse assunto”.

Sendo assim, como será analisado no próximo capítulo, é a partir da descontextualização, deformação e desvirtuamento das políticas públicas petistas em prol do reconhecimento do “princípio do interesse superior da criança” na “aplicação de recursos para reparar a violação de seus direitos”²¹⁹ que o pânico sexual bolsonarista vai amplificar ainda mais os sentidos de perigos articulados pelo “kit gay”. Como expressões contemporâneas do *bullshit*, as práticas retóricas acionadas por Jair Bolsonaro em sua página oficial do Facebook vão fabricar ameaças pedófilas encarnadas pelo “monstro contemporâneo” (LOWENKRON, 2012), escalando a *perversidade patológica* articulada pelo programa “Escola Sem Homofobia”

²¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3Q9q4tt>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3rvc6aE>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/44DM7w3>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/46Lefz8>. Acesso em: 11 de julho de 2023

do campo da “doutrinação homossexual nas escolas” para o de “crimes sexuais contra vulneráveis”²²⁰ e, mais gravemente, o de “crimes hediondos”²²¹.

²²⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3XKlq6T>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²²¹ Disponível: <https://bit.ly/3rvLjuQ>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

CAPÍTULO 3: A encarnação do “monstro pedófilo” na esquerda petista

Desde novembro de 2010, quando descobri o KIT-GAY a ser usado nas escolas para crianças a partir de 6 anos de idade, venho alertando que a intenção do Governo não é combater a homofobia mas, sim, escancarar as portas para a pedofilia (BOLSONARO, 2015)²²².

²²² Página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook, 14 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3bL2YCP>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2020.

3.1 O PT quer “legalizar a pedofilia”

Tendo em vista que as manifestações da sexualidade nas múltiplas fases da vida humana são elementos dotados de avantajada instrumentalidade às manobras do poder, a “pedagogização do sexo da criança” e a definição desses sujeitos como seres sexuais “liminares” (FOUCAULT, [1976] 2015, p. 113-114) foram alguns dos objetos privilegiados do saber que historicamente produziu a sexualidade como verdade do sexo e de seus prazeres. Desde pelo menos o fim do século XVIII, os perigos do onanismo foram perseguidos e adestrados por médicos, pedagogos e familiares “como uma epidemia a ser extinta” (FOUCAULT, [1976] 2015, p. 46). Sendo assim, a quase-universalidade dos segredos escondidos pela “criança masturbadora” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018, p. 50) em seus quartos, camas e corpos infantis foram colocados como as raízes de quase todos os males possíveis, constituindo uma das três figuras monstruosas a partir das quais o domínio da anomalia seria genealogicamente estabelecido.

Resquícios “desses grandes paroxismos morais do século XIX” persistem na educação infantojuvenil, nas práticas médicas e nas políticas sexuais, conservando nas estruturas sociais e legais contemporâneas “[a] ideia de que o sexo *per se* é prejudicial aos jovens” que, portanto, devem ser mantidos “afastados do conhecimento e da experiência do sexo” (RUBIN, [1984] 2017, p. 64-65, grifos da autora). Nesse sentido, aparatos legais e controles sociais extraleais foram implementados ao longo de mais de dois séculos, sustentando uma cultura que nega o interesse e a atividade erótica de qualquer pessoa com idade de consentimento menor que a permitida. Interessantemente, a observação dos movimentos políticos pela demarcação e o resguardo das fronteiras entre a “inocência” infantil e a sexualidade “adulta” é um elemento analítico fecundo para se “localizar variedades particulares de perseguição sexual em um sistema mais geral de estratificação sexual” (RUBIN, [1984] 2017, p. 95). Dessa forma, a prática retórica bolsonarista que articula a esquerda petista a uma *iminente ameaça pedófila* não pode ser compreendida como acidental, episódica e volátil, mas, conforme desvenda Watney ([1987] 1996), deve ser observada como a atualização de endossos históricos aos padrões ideologicamente normativos que representam a homossexualidade como o sintoma mais aparente de uma ampla gama de processos patológicos e criminosos.

Para o pesquisador britânico, a associação generalizada da homossexualidade com o tema do “abuso sexual infantil” decorre da forma como os “homossexuais” foram teorizados, desde o final do século XIX, absorvendo amplamente outros termos e desvios para a produção da ideia um tipo único, uniforme e coerente de ser humano. Na mesma linha argumentativa,

Rubin ([1984] 2017) nos informa que no período que antecedeu e naquele logo após a Segunda Guerra Mundial o termo “delinquente sexual” – às vezes aplicado a “estuprador”, outras vezes a “molestadores de crianças” – se tornou objeto de medo e escrutínio público, passando, a partir de um determinado momento, a funcionar como um código para designar homossexuais.

Mesmo que mais recentemente as relações de sexualidade tenham sido recodificadas pela conquista de direitos sexuais como direitos humanos, a liberdade do sexo no nosso “novo regime da sexualidade” (CARRARA, 2015) passou a ser condicionada às noções de “responsabilidade” e “consentimento”. Ao passo que casais homoafetivos ascendem os limiares da respeitabilidade impostos pelo “sistema hierárquico de valor sexual” (RUBIN, [1984] 2017, p. 83), o pedófilo permanece como a classe sexual “mais baixa de todas, aquela cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais”, tornando, assim, o fantasma de “homens que gostam de meninos” uma potente assombração retórica na cruzada conservadora pela despilitização das pautas LGBTQIA+. Faz sentido, portanto, que o pânico sexual bolsonarista empenhe-se na estigmatização das políticas sexuais petistas como irresponsabilidades perversamente orquestradas por monstrosidades que não têm autocontrole em face de seus desejos por aqueles e aquelas cujo pleno consentimento sexual jamais poderá ser assegurado: as crianças.

No Brasil, a “cruzada antipedofilia” (LOWENKRON, 2013) como uma das formas mais eficazes de se fazer política na contemporaneidade foi potencializada com as discussões legislativas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia (CPI da Pedofilia), presidida pelo então senador Magno Malta no Senado entre 2008-2010. No entanto, ao deslocar as atenções políticas no enfrentamento à “violência sexual contra crianças” das desigualdades de poder para a criminalização de *monstrosidades morais*, a “cruzada antipedofilia” protege menos as crianças “de carne e osso” do que “as nossas representações idealizadas de infância”. É, portanto, em nome de um projeto de dessexualização e generificação transcendentalizada da infância e da adolescência que o pânico sexual bolsonarista vai negar a garantia dos direitos de proteção infantojuvenil assegurados pelo Decreto Legislativo 85/2017²²³. Em uma postagem publicada em sua página oficial do Facebook, em 29 de setembro de 2017, o então deputado federal estigmatiza como “explicitação (legalização) da pedofilia”²²⁴ a movimentação política iniciada no âmbito da ONU, e acolhida pela governamentalidade petista, pelo reconhecimento

²²³ O DL 85/2017 aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, celebrado em Nova York, em 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/46Lefz8>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

do “princípio do interesse superior da criança” na “aplicação de recursos para reparar a violação de seus direitos”²²⁵.

Conforme pode ser verificado na figura 26, a postagem do então deputado federal transmite informações que oscilam entre a imprecisão dos fatos e o *bullshit* de que o PT quer legalizar a pedofilia afim de converter os perigos de uma suposta *iminente ameaça pedófila* ao pânico sexual bolsonarista, fazendo, assim, com que os sentidos articulados pelo “kit gay” ultrapassassem os limiars da criminalidade perversa. Primeiramente, o então deputado federal comunica que “Em maio/2016, deputados do PT, PSOL e PCdoB, em maioria, aprovam parecer da dep. Benedita da Silva/RJ”, quando, de fato, o parecer da relatora da Mensagem de Acordos Convênios, Tratados e Atos Internacionais 164/2015 se deu em 16 de dezembro de 2015 – cotando com os votos de todos os parlamentares presentes, exceto os dos deputados Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro²²⁶.



Figura 26: “A explicitação (legalização) da pedofilia” pelo PT
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 26 de setembro de 2017

A postagem compartilha um trecho do vídeo (assim como um link para a página do vereador Carlos Bolsonaro no YouTube)²²⁷ no qual o ex-capitão do Exército discute o relatório da Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) na Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em que a MSC 164/2015 do Poder Executivo foi transformada em Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, Tratados ou atos Internacionais (PDC 301/2015)²²⁸: “Eu quero que atente aqui aos princípios gerais que regem as funções do Comitê, são três linhas aqui: Ao exercer as funções que lhe confere o presente Protocolo, o

²²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/46Lefz8>. Acesso em: 11 de julho de 2023

²²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/46LbRbE>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²²⁷ Disponível em: <https://bit.ly/42YYGml>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

²²⁸ Os vídeos completos da Reunião de Deliberação Ordinária que ocorreu na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 16 de dezembro de 2015, podem ser acessados no site da Câmara dos Deputados. Disponíveis em: <https://bit.ly/3DicIDv>. Acesso em: 20 de julho de 2023. A fala completa de Jair Bolsonaro está disponível em: <https://bit.ly/3rrw1r5>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

Comitê será guiado pelo princípio do interesse superior da criança”. Equiparando que “dar às opiniões da criança o devido peso” seria o mesmo que “part[ir] do princípio que a criança está certa”, Bolsonaro esbraveja na sessão parlamentar: “Seu Presidente, é a pedofilia; é a pedofilia. Se a criança quer fazer sexo, faça. É o princípio do interesse superior da criança, não precisa falar mais nada sobre isso aí”²²⁹.

Retomo aqui a fala do então deputado federal Jean Wyllys quando, em 09 de dezembro de 2015, foi acusado de fazer parte de um suposto “lobby da pedofilia”²³⁰ para definir a retórica bolsonarista que associa a defesa do “princípio do interesse superior da criança” a um plano pedófilo de promoção do direito da criança de consentir ao ato sexual como uma “atitude deliberada de má-fé intelectual” que, ao “confund[ir] e ment[ir] descaradamente”, assume o anti-intelectualismo e a negação da história como estratégias políticas. De forma alguma a proposição de tratados transnacionais e legislações locais fundamentados no conceito legal do interesse superior da criança “como sujeito de direito e como ser humano com dignidade e com capacidade em evolução”²³¹ pode ser considerada uma novidade política com finalidades perversas. Seja no Princípio 2º da Declaração dos Direitos da Criança de 1959²³² ou no Artigo 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989²³³, o “melhor interesse da criança” já constituía como preocupação fundamental na elaboração das leis e nas decisões adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social.

Para a efetiva concretização do mencionado princípio, os direitos que o conceito jurídico pretende proteger devem ser estendidos a qualquer criança e adolescente sob a jurisdição dos Estados partes dos acordos transnacionais, sem exclusão daqueles e daquelas cujas identidades de gênero e expressões de sexualidade não conformam com a coesão supostamente natural entre sexo-gênero-desejo. É, portanto, a politização da infância e da juventude em todas as suas posições de sujeito de direito como um elemento *sine qua non* para o cumprimento jurídico da universalidade, indivisibilidade, interdependência e interrelação de todos os direitos humanos

²²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

²³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3Q9q4tt>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

²³¹ Disponível em: <https://bit.ly/46Lefz8>. Acesso em: 11 de julho de 2023

²³² A criança gozará proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição de leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, *os melhores interesses da criança* (ONU, 1959, grifos meus). Disponível em: <https://uni.cf/3q0tS5i>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

²³³ Todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente *o melhor interesse da criança*. (ONU, 1989, grifos meus). Disponível em: <https://uni.cf/3K7mThN>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

e liberdades fundamentais da população LGBTQIA+ infantojuvenil que o pânico sexual bolsonarista vai estereotipar como um “estímulo à pedofilia”. Por meio de um malabarismo discursivo, Bolsonaro oportunamente redefine quais interesses são superiores, evidenciando que o que a governamentalidade petista estaria defendendo é a proteção legal dos desejos e fantasias sexuais das crianças em detrimento do consentimento dos pais e responsáveis. Sendo assim, o parlamentar coloca à margem do debate público que o que está em jogo, de fato, é a dimensão da centralidade das crianças nas proposições, confecções e execuções de leis que efetivem os seus direitos “referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”²³⁴: “O que é o direito superior das crianças? Nós sabemos que a pedofilia cada vez mais se aproxima da relativização em nosso país”²³⁵.

Os comentários postados em resposta à publicação de Jair Bolsonaro em sua página oficial do Facebook apontam para um duplo movimento de relativização da pedofilia. Por um lado, estaria havendo nas políticas sexuais petistas um estímulo à flexibilização da incapacidade da criança de consentir e se auto responsabilizar pelo sexo (“‘Princípio do interesse superior da criança’ é o que? A criança não tem noção vai pra onde a levam, nao tem como trata-la como um adulto ou adolescente ela nao tem noção das consequências de seus atos. (...) Já dizia meus pais ‘criança não tem querer’”, Mariana Botelho Souza). Por outro lado, os comentários denunciam que performances artísticas estariam camuflando atos de pedofilia patrocinados por instituições culturais públicas e privadas: “Qualquer dia destes, alguma ‘prestigiada’ instituição ‘cultural’ irá patrocinar uma ‘performance’ onde uma menina menor é estuprada por um adulto (...) e, quando forem chamados de pedófilos, irão se defender dizendo que não se trata de pedofilia, pois a ‘performance’ nada mais é do que uma expressão artística” (Fernando Alves). Os comentários abordam de forma bastante específica a polêmica causada pela viralização do vídeo no qual uma criança (acompanhada e supervisionada pela mãe) toca a mão, o pé e o tornozelo do corpo nu do artista Wagner Schwartz durante a inauguração da performance *La Bête* no MAM-SP, em 26 de setembro de 2017²³⁶: “Incentivar crianças a pegar nas partes íntima de um homem... NÃO É ARTE É PEDÓFILA” (Ailton Monteiro).

Nesse contexto, publicar uma postagem no Facebook reascendendo o debate sobre o “princípio do interesse superior da criança” três dias após o início da polêmica do “peladão do

²³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3T1ET29>. Acesso em: 21 de agosto de 2023.

²³⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

²³⁶ Disponível em: <http://glo.bo/3Q6AauL>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

MAM”²³⁷ está longe de ser uma mera coincidência. O resgate, 20 meses depois, da aprovação “por deputados do PT, PSOL e PCdoB” do parecer a partir do qual o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificado pelo Decreto Legislativo 85/2017 é observado por esta tese como uma manobra discursiva acionada pelo pânico sexual bolsonarista para associar a governamentalidade petista aos escândalos de pedofilia que dominavam a cena artística brasileira na segunda metade do ano de 2017²³⁸. No dia anterior, 28 de setembro de 2017, Jair Bolsonaro já havia compartilhado em sua página oficial do Facebook o vídeo com as “cenas que revoltam” e nas quais “uma criança é estimulada a tocar homem nu ‘em nome da Cultura’”: “CANALHAS, MIL VEZES CANALHAS!”²³⁹. Poucos dias depois, em 09 de outubro de 2017, compartilhou o vídeo no qual discursava em um comício público em Belém (PA) dando um recado àqueles que “ousam ignorar a família” de que se ele chegasse ao poder “dinheiro da Lei Rouanet não vai ter para esses vagabundos”: “Vocês viram há pouco tempo alguns canalhas naquele museu patrocinado pelo Santander em Porto Alegre. Outros canalhas no Museu de Arte Moderna em São Paulo basicamente corrompendo crianças, pregando a pedofilia, pregando a zoofilia, desgastando os valores familiares, dizendo que aquilo é arte”²⁴⁰.

Para além do duplo movimento de relativização da pedofilia observado na construção do “pânico participativo e de origem coletiva” por meio de uma suposta flexibilização do consentimento sexual infantojuvenil e da ocultação de abusos sexuais de vulneráveis em nome da liberdade de expressão artística, observo uma terceira vertente retórica acionada pelo pânico sexual bolsonarista para denunciar a tentativa de “legalização da pedofilia” pela esquerda petista. Ao propagar o *bullshit* de que o governo petista estaria redefinindo os crimes de pedofilia para incluir condutas, como o estupro de vulnerável e a corrupção de menores, no rol dos transtornos psicológicos, Jair Bolsonaro atemoriza a população de que os horrores do “kit gay” excederiam a “doutrinação homossexual nas escolas públicas do ensino básico” por meio

²³⁷ Disponível em: <https://bit.ly/46VPoJc>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

²³⁸ Denúncias de obscenidade contra a performance *DNA de DAN* no Museu Nacional da República, seguidas da prisão do artista Maikon Kempinski em uma ação policial que nos remeteu aos tempos da ditadura militar (Disponível em: <https://bit.ly/3DpgpaA>); o fechamento antecipado da exposição *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira* no Santander Cultural de Porto Alegre por supostamente fazer apologia à pedofilia, zoofilia e pornografia, além de profanar símbolos religiosos (Disponível em: <https://bit.ly/3rxKvvn>); o cancelamento, por decisão judicial, da apresentação do monólogo *O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu* no Sesc Jundiaí por trazer a atriz transgênero Renata Carvalho no papel de Jesus Cristo (Disponível em: <https://bit.ly/3Q2KaW9>); a criminalização da performance *La Bête* no MAM de São Paulo após a viralização de imagens de uma criança tocando partes do corpo nu do artista Wagner Schwartz (Disponível em: <http://glo.bo/3Q6AauL>); a restrição do acesso de menores de 18 anos – mesmo acompanhados dos responsáveis – à mostra *História da Sexualidade* no MASP, configurando uma medida inédita nos 70 anos de funcionamento do museu (Disponível em: <http://glo.bo/46W52Eq>). Todos os links foram acessados em: 21 de julho de 2023.

²³⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3K8MpmP>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

²⁴⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3pPHmR>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

da qual “a sua filha [vai aprender] a ser lésbica” e o “seu filho de 6 anos, 7 anos de idade [vai aprender] a ser gay”²⁴¹. A singularidade do pavor emanado pelo significante “kit gay” estaria materializada, portanto, nos danos causados pelo “escancaramento” das portas das escolas pelo próprio Estado brasileiro para que *monstruosidades pedófilas* entrassem e habitassem nesses espaços. Sendo assim, identifico que para a sobrevivência dos “monstros morais” como princípio histórico de classificação das populações LGBTQIA+, o movimento bolsonarista vai sobrepor discursivamente uma suposta natureza monstruosamente criminosa aos aspectos patológicos dos pedófilos para a fabricação de grupos sociais demonizados (*folk devils*): “Está lá no site Humaniza Redes²⁴² (...) Se qualquer um daqui fizer a curva e encontrar um homem introduzindo o pênis no ânus de um menino de três anos de idade, tu chama a polícia. Mas ele deve ir para o hospital, não a criança. O canalha, caso esteja sofrendo transtorno, tem que ir para o hospital”²⁴³.

²⁴¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ObcliW>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

²⁴² Conforme será aprofundado na próxima seção deste capítulo, o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet, lançado em 07 de maio de 2015, teve como objetivo a criação de um ambiente online livre de preconceito. Batizado de #Humaniza Redes, o pacto visou permitir o mapeamento e a apuração de denúncias feitas online que seriam encaminhadas ao Disque 100 e, dependendo de cada caso, para a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, a Ouvidoria da Igualdade Racial e a Ouvidoria da Mulher com especial atenção à proteção de crianças e adolescentes. Além disso, as plataformas digitais seriam acionadas para que as medidas cabíveis fossem tomadas. Disponível em: <https://bit.ly/470W1Ka>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁴³ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

3.2 A natureza essencialmente criminosa do “monstro pedófilo”

Conforme já problematizado por esta tese, o pânico sexual bolsonarista é marcado genealogicamente pelo temor de que o Ministério da Educação produziria “um *kit* tido como *kit* contra a homofobia, mas que, na verdade, estimula o homossexualismo nas escolas de 1º grau, que será distribuído às crianças de sete a dez anos de idade”²⁴⁴. Além disso, o empenho retórico em rotular “como sem censura o *kit gay*” foi observado por este trabalho como a estratégia discursiva inicialmente traçada pela retórica bolsonarista para a despolitização das pautas LGBTQIA+: “(...) quando coloco no meu panfleto que o kit é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas, estou errado. Na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade”²⁴⁵. Dessa forma, as atenções públicas em relação às políticas sexuais petistas são gradualmente deslocadas do combate às violências homofóbicas nos ambientes escolares por meio da positivação das populações LGBTQIA+ infantojuvenis como sujeitos de direitos especiais para uma urgente necessidade de proteção das “nossas representações idealizadas de *infância*, que podem ser ameaçadas mesmo por cenas e relatos fictícios” (LOWENKRON, 2013, p. 59, grifo da autora). Conforme defende Leite (2014), a presença dessa “infância” a ser protegida, marca a força do acionamento da categoria “pedofilia” em todo o percurso da polêmica do projeto “Escola Sem Homofobia”.

Considerando que “uma das características distintivas da análise de Cohen sobre o pânico moral é a sua ênfase nos grupos sociais demonizados (*folk devils*)” (GOODE e BEN-YEHUDA, [1994b] 2009, p. 33), observo as particularidades do processo de demonização da esquerda petista na cultura brasileira contemporânea como um sintoma do pânico sexual bolsonarista em um ecossistema existencial digitalmente mediado. Em *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*, por meio de manchetes sensacionalistas e de um vocabulário melodramático Cohen ([1972] 2002) apresentou o desenvolvimento de um pânico moral decorrente de incidentes, como em um pequeno feriado no litoral da Inglaterra em 1964, que levaram a reações fortemente negativas em relação a certos tipos de estilos e expressões culturais dos jovens. Cohen ([1972] 2002) admite que os *mods* e *rockers* tiveram algumas brigas em meados da década de 1960, mas argumenta que essas não eram diferentes daquelas ocorridas entre jovens nos anos 1950 e início dos anos 1960. A diferença fundamental, segundo o autor, é que a mídia britânica transformou tais subculturas (e a juventude como um todo) em um

²⁴⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 01 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3NXam2K>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁴⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43dQT2c>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

símbolo de delinquência e desvio, o que, portanto, tornava desejável o fortalecimento de reações punitivas que contribuíssem para um controle social mais rígido²⁴⁶.

O principal recurso na concepção de pânico moral de Cohen ([1972] 2002) é a ênfase na reação social desproporcional aos grupos sociais demonizados. Assim sendo, a noção de pânico associada à de moral gira em torno da tentativa de explicar um tipo particular de resposta coletiva exagerada a um problema social percebido. A dimensão desmedida se baseia na noção de que o dano que se acredita ser apresentado pelos grupos sociais demonizados é desproporcional ao nível de ameaça que realmente existe, mas essa constatação por si só não resulta num afrouxamento, na prática, dos processos de regulação social dos sujeitos estigmatizados pelas práticas retóricas. Pelo contrário, a observação revela que os *folk devils* não são construções exclusivas dos episódios de pânico moral, mas partes constitutivas de processos sociais mais amplos de demonização de determinados grupos e movimentos culturais. No trabalho seminal de Cohen ([1972] 2002), fica evidente que o objeto do pânico não eram os *mods* e *rockers*, mas a liberdade comportamental que esses jovens representavam.

Interessantemente, um dos aspectos fundamentais na atualização do conceito de pânico moral é a capacidade dos grupos sociais demonizados de contra-atacar o estigma e subverter a estrutura do “empreendedorismo moral” em um mundo social multi-mediado (McROBBIE & THORNTON, 1995) e, mais contemporaneamente, digitalmente mediado (HIER, 2018). Longe das posições à margem dos *mods* e *rockers*, a integração política recentemente conquistada por uma parcela significativa dos grupos minoritários e o acesso a recursos midiáticos para influenciar ativamente os debates públicos produziram o que deYoung (1998, 2011) caracteriza como uma “falta de marginalidade social”. Assim sendo, os alvos dos pânicos morais na atualidade não são necessariamente os sujeitos historicamente marginalizados e desviantes expeditos das primeiras formulações teóricas, mas aqueles cujas aparências de conformidade e normalidade supostamente escondem mais do que revelam.

Partindo da análise de Watney ([1987] 1996) sobre o “policiamento do desejo” como um processo de construção dos corpos aidéticos marcados pela morte pecaminosa como “representações monstruosas” da homossexualidade no contexto da epidemia de HIV que nos assolou na década de 1980, deYoung (1998) conceitua os padrões representacionais característicos dos pânicos morais contemporâneos como contingentes de processos comunicacionais que mais se aproximam da patologização versada na abjeção médica e psiquiátrica do que da demonização simbólica do outro. Faz sentido, portanto, que no contexto

²⁴⁶ Parte desse argumento foi previamente desenvolvido por SACRAMENTO & SANTOS, 2020 a.

brasileiro recente a cruzada bolsonarista para a sensibilização sobre os riscos das políticas sexuais petistas à inocência infantil e à integridade da instituição familiar tenha feito circular nos circuitos midiáticos amplificados enunciados discursivos e imagéticos que representaram as existências não-heteromativas e não-cisgêneras como *monstruosidades pedófilas*.

No entanto, os sujeitos LGBTQIA+ que o pânico sexual bolsonarista procura estigmatizar como *folk devils* não são necessariamente os indivíduos cujas vidas precarizadas, sexualizadas, generificadas e racializadas permanecem às margens da sociedade – apesar das conquistas recentes por direitos sexuais que, embora insuficientes, não podem ser desprezadas como insignificantes. A retórica bolsonarista estrategicamente mira a sua energia belicosa nos gays, lésbicas, travestis e transexuais que se organizaram politicamente para sair da obscuridade e ocupar os espaços institucionais de poder nos governos petistas como militantes, ativistas, educadores, pedagogos, acadêmicos e parlamentares: “Sr. Presidente, o que ocorreu ontem na Comissão de Educação da Câmara foi simplesmente inacreditável! Primeiro, os palestrantes, antes de falar qualquer coisa, se apresentavam pela sua opção sexual: ‘Lésbica, fulana de tal’, ‘transexual, fulano de tal’. E davam o seu recado”. Conforme enfatizado pelo então deputado federal, “[o] mais surpreendente é que lá foi discutido o *kit gay* novamente”²⁴⁷.

Não estou sugerindo que os grupos socialmente marginalizados não sejam alvos do movimento de extrema direita, mas seu status liminar os reveste de uma aura de ameaça à ordem moral que pode ser mais facilmente amplificada e convergida com outros desvios e anormalidades para a fabricação dos seus corpos e subjetividades como demoníacos – o que deYoung (2011)²⁴⁸ conceitua como “grupos sociais demonizados convencionais” (*conventional*

²⁴⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43dQT2c>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁴⁸ Em um esforço para revisar a conceituação do pânico moral, vinculando-a à teoria do risco e da regulação moral, deYoung (2011) problematiza os grupos sociais demonizados (*folk devils*) a partir dos termos “convencional” e “moderno”. Usando a “marginalidade social” como a variável primária da atualização proposta, a autora procura identificar as formas e meios pelas quais esses grupos são construídos, assim como formular modos de teorizá-los como “atores sociais” que usam o seu poder pessoal, agência, capital social ou capacidade de mobilização de recursos para influenciar as reivindicações, o curso e as consequências dos pânicos morais. Se, por um lado, os pânicos morais são considerados casos extremos e raros de discurso de risco dentro de um processo de regulação moral, então eles invariavelmente terão encarnado em grupos sociais demonizados provavelmente já marginalizados, cuja suposta ameaça à ordem moral exige controle social imediato. Se, por outro lado, os pânicos morais são considerados instâncias muito mais comuns de erupções voláteis da moralização na vida cotidiana, então os *folk devils* realmente se tornam problemáticos. Eles podem ter que ser buscados e mapeados e, se encontrados, podem não ser marginalizados e impotentes. Além disso, eles podem nem existir, pelo menos não de forma incorporada, substituídos por questões como preocupações com a saúde que não apenas têm apologistas e adversários, mas também não representam uma ameaça tangível à ordem moral, exigindo mais auto regulação do que controle social. Apesar desta tese se distanciar epistemologicamente da compreensão de pânicos morais como voláteis e episódicos e portanto, não necessariamente concordar com a diferenciação proposta pela autora entre casos extremos *versus* instâncias cotidianas, a atualização conceitual que usa a “marginalidade social” como a variável primária para a problematização dos *folk devils* é muito fecunda para as análises aqui desenvolvidas.

folk devils). O desafio do pânico sexual bolsonarista é construir como males a serem extinguidos os “grupos sociais demonizados modernos” (*modernfolk devils*), definidos por deYoung (2011) pelo seu poder de atuação como “atores sociais” por meio da utilização do capital social, cultural e político que possuem para encontrarem aliados, se organizarem institucionalmente e exercerem agência pública. A demarcação desses sujeitos como objetos de interesse da retórica bolsonarista foi explicitada pelo deputado federal, dentre outras ocasiões, em um discurso proferido na Tribuna da Câmara no dia 12 de outubro de 2012: “[o] grupo de trabalho que fez o *kit gay*, conforme publicado no Diário Oficial da União, tem 12 representantes do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse trabalho foi coordenado pelo Secretário de Alfabetização, ou seja, para o ensino fundamental”²⁴⁹.

Embora o deslocamento teórico da demonização para a patologização proposto por deYoung (1998) seja um ponto de partida fecundo para analisar as particularidades do processo de estigmatização da esquerda petista na cultura brasileira contemporânea, a atualização epistemológica formulada pela autora precisa ser melhor refinada para dar conta do fenômeno aqui investigado. Esta tese identifica que o pânico sexual bolsonarista não se limita ao campo das psicopatologias para reivindicar a *monstruosidade perversa* dos proponentes e defensores das políticas públicas endossadas pelos governos do PT. Contra a fundamentação jurídica que nem todo pedófilo é criminoso – apenas aqueles que exteriorizam a sua pedofilia em crimes sexuais contra crianças e adolescentes – as “espirais de significação” edificadas pelas práticas retóricas bolsonaristas se empenham na despatologização da pedofilia em busca da revelação de uma natureza essencialmente criminosa do *monstro pedófilo*. Além disso, assim como os homossexuais podem passar pelo crivo corretivo da “cura gay”, disponibilizada por supostas “autoridades” terapêuticas que se empenham em torná-los homens heterossexuais machos e viris, a condição doente do pedófilo ainda ameaça o projeto de poder conservador pelo risco que as patologias têm de despertar compaixão, cuidado terapêutico e medicalização.

A versão mais atualizada da *Classificação Internacional das Doenças*, adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio de 2019 e em vigor a partir de janeiro de 2022, o CID-11 caracteriza o “transtorno pedofílico” (6D32)²⁵⁰ por um padrão sustentado, concentrado e intenso de excitação sexual – manifestado por pensamentos, fantasias, impulsos ou comportamentos sexuais persistentes – envolvendo crianças pré-púberes (em geral, 13 anos ou menos). De modo semelhante, a 5ª edição do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos*

²⁴⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ObcliW>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁵⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3Kq4nRW>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

mentais (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, classifica como “transtorno pedófilo” a parafilia²⁵¹ caracterizada por fantasias sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou comportamentos intensos e recorrentes envolvendo atividade sexual com criança ou crianças pré-púberes. Considerando que ninguém pode ser punido criminalmente por ter uma doença, conforme esclarece o advogado criminalista Denis Caramigo²⁵², o pedófilo precisa exteriorizar a sua patologia, enquadrando, assim, a sua conduta em alguma tipicidade penal caracterizada como crime pelo nosso ordenamento jurídico.

O Código Penal brasileiro (Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940)²⁵³, em seu capítulo II (“dos crimes sexuais contra vulneráveis”), pune o “estupro de vulnerável” (artigo 217-A); a “corrupção de menores” caracterizada por “induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem” (artigo 218); a “satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescentes” (artigo 218-A); o “favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou de adolescente ou de vulnerável” (artigo 218-B); a “divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (artigo 218-C). Sobre a temática, atualmente há pelo menos dois projetos de lei que propõem alterar o Código Penal e que se encontram aguardando decisões do Congresso Nacional. Primeiramente, o PL 1776/2015²⁵⁴ propõe a inclusão de todos os “crimes sexuais contra vulneráveis” previstos no Código Penal no rol de crimes hediondos²⁵⁵, tornando as respectivas penas insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança²⁵⁶. Além disso, o PL 4299/2020²⁵⁷ tipifica o crime de pedofilia no Código Penal, tendo em vista a inexistência de um dispositivo específico para a pedofilia que fica enquadrada em outros artigos sobre “crimes sexuais contra vulneráveis”. Segundo a autora da proposta, a deputada Rejane Dias (PT-PI), a lei “acrescenta um artigo ao código brasileiro classificando como pedofilia o ato de constranger criança ou adolescente, corromper, exhibir o corpo apenas com roupas íntimas, ou tocar partes do corpo para satisfazer a lascívia, com ou sem conjunção carnal utilizando criança ou adolescente”²⁵⁸.

²⁵¹ Parafilias são fantasias ou comportamentos frequentes, intensos e sexualmente estimulantes que envolvem objetos inanimados, crianças ou adultos sem consentimento, ou o sofrimento ou humilhação de si próprio ou do parceiro. Transtornos parafílicos são parafilias que causam angústia ou problemas com o desempenho de funções da pessoa com parafilia ou que prejudicam ou podem prejudicar outra pessoa. Disponível em: <https://msdmnls.co/3q0rmfF>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵² Disponível em: <https://bit.ly/44HrS1a>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵³ Disponível em: <https://bit.ly/3Kj0ZZ7>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵⁴ Disponível em: <https://bit.ly/44FWos4>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵⁵ A Lei 8072, de 25 de julho de 1990 dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5º, inciso XL da Constituição Federal. Disponível em: <https://bit.ly/43JwCBW>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3q6gqiq>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3YceeAr>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3XKlq6T>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

Tendo em vista que a pedofilia como patologia não tem cura e que a grande maioria dos abusadores de crianças e adolescentes não é devidamente diagnosticada e tratada medicamente como portadora do transtorno²⁵⁹, a governamentalidade petista optou pelo desenvolvimento de políticas públicas que promovessem a identificação e o acompanhamento da parafilia de modo a prevenir que as fantasias e impulsos sexuais por crianças pré-púberes fossem exteriorizadas em crimes sexuais. Sendo assim, o tratamento dos pedófilos antes que esses sujeitos se tornem criminosos tipificados pela lei procura, acima de tudo, proteger os menores vulneráveis para que eles não venham a se tornar vítimas das violências físicas e psicológicas contra os seus corpos e sexualidades. É, portanto, contra o diagnóstico apropriado e o tratamento interdisciplinar (médicos, psicólogos, assistentes sociais e familiares) dos portadores do transtorno pedofílico anteriormente à realização de qualquer crime sexual contra crianças e adolescentes que o pânico sexual bolsonarista vai fabricar o *bullshit* que “Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia no Brasil”²⁶⁰. Conforme evidencia o discurso proferido por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara a respeito da Cartilha Educativa²⁶¹ que fazia parte de uma ação da Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o pânico sexual bolsonarista vai amplificar o alcance da atualização teórica proposta por deYoung (1998, 2011), despatologizando a pedofilia para que a natureza monstruosamente criminosa da esquerda petista como “grupo social demonizado moderno” pudesse ser revelada:

Posso até dizer aqui, se eu tiver imunidade, Sr. Presidente, por que Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia. Se me derem o direito de eu falar o que bem entender aqui, digo por que Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia no Brasil.

Mas vamos lá. Diz aqui, sobre verdade, então, este documento da Secretaria de Direitos Humanos: “A pedofilia é um transtorno de personalidade caracterizado pelo desejo sexual por crianças (...) abaixo de 13 anos” – transtorno de personalidade. E continua: “Para que uma pessoa seja considerada pedófila, é preciso que exista um diagnóstico de um psiquiatra”.

Ou seja, você que é mãe, você que é pai, você que tem filhos de 12, 10, 9, 7, 6 anos, 2 meses de idade, se seu filho nasceu de ontem para hoje, se alguém abusar do seu filho no hospital, de ontem para hoje, recém-nascido, que nem 24 horas de vida tem ainda, esse cara pode não ser pedófilo, segundo Dilma Rousseff, porque quem assina, quem é responsável pelo *Diário Oficial* da União é a Presidente da República. E ela está de costas para esse problema. Se o Presidente me der autorização para falar aqui por que ela defende a pedofilia, eu falo. Enquanto ele não der, eu não posso falar, senão vou ser processado aqui.

²⁵⁹ Disponível em: <http://glo.bo/44KC48W>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

²⁶⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3KjjFb7>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁶¹ Trata-se de uma realização do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNVSCA) – uma área da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <https://bit.ly/49A5Kb3>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

(...) Vergonha maior do que tudo isso é ter uma Presidente que apoia a pedofilia, como está publicado no site Humaniza Redes, pelo qual ela é responsável. Obrigado, Sr. Presidente (BOLSONARO, 2015, grifos do original)²⁶².

O Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet, batizado de Humaniza Redes, foi uma iniciativa lançada pelo governo Dilma Rousseff para ocupar os espaços digitais a fim de garantir mais segurança nesses ambientes de sociabilidade, principalmente para as crianças e adolescentes. Criado por meio da Portaria Interministerial no. 3 de 2015 – publicada no *Diário Oficial da União*, seção 2, no dia 9 de abril de 2015 – o Pacto buscou fazer o enfrentamento às violações de direitos humanos nas redes sociais por meio da promoção da educação sobre práticas discriminatórias, preconceituosas e intolerantes que acontecem nas mídias digitais, assim como pelo mapeamento e apuração de denúncias feitas online. O portal do Humaniza Redes²⁶³ funcionou, então, como a primeira ouvidoria online contra as violações de direitos humanos na internet – a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos –, sendo as denúncias encaminhadas às plataformas digitais e ao Disque 100 (serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR)²⁶⁴.

Apesar do Acordo de Cooperação Técnica entre a SDH/PR e a Associação Brasileira de Internet (ABRANET) e do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Operacional assinado entre a SDH/PR, o Departamento da Polícia Federal (DPF) e a SaferNet Brasil, assim como do apoio institucional do Google, Facebook e Twitter²⁶⁵, o Humaniza redes foi estigmatizado pelo pânico sexual bolsonarista como um “crime contra as crianças patrocinado pela Secretaria de Direitos Humanos”. Conforme expõe a figura 27, dando continuidade ao escalamento das “espirais de significação” por meio das quais os sentidos de perigo articulados pelo “kit gay” são amplificados, a retórica bolsonarista vincula o Humaniza Redes ao significante pejorativo, rotulando o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet como mais uma artimanha perversa do governo petista para “escancarar as portas para a pedofilia”. Com o título “ABSURDO: PT SINALIZA LEGALIZAR A PEDOFILIA”, a postagem na página oficial de Bolsonaro no Facebook²⁶⁶ dá “PARÁBENS [ao] PT”, revelando sarcasticamente que os ‘PEDÓFILOS AGRADECEM’ pelo partido de esquerda ter definido a

²⁶² Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3KjjFb7>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁶³ Atualmente o link para o Humaniza Redes nos redireciona para a página do da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos que é hospedada no site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, possibilitando que denúncias sejam feitas pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pelo Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher). Disponível em: www.humanizaredes.gov.br. Acesso em: 28 de julho de 2023.

²⁶⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3q5nASb>. Acesso em: 28 de julho de 2023.

²⁶⁵ Informações detalhadas sobre o Humaniza Redes estão disponibilizadas em: <https://bit.ly/3Qg3yyQ>. Acesso em: 28 de julho de 2023

²⁶⁶ Disponível em: <https://bit.ly/453apQh>. Acesso em: de julho de 2023.

pedofilia como um “TRANSTORNO DE PERSONALIDADE”. Ao desprezar qualquer relação com o factível, Bolsonaro se veste da sua “autoridade experiencial” para aterrorizar os cidadãos comuns que o movimento petista pela despatologização da pedofilia visa sancionar como normalidade que “uma criança de 2, 6 ou 10 anos de idade po[ssa] ser penetrada por um adulto sem que o mesmo seja considerado criminoso”.



Figura 27: Os pedófilos agradecem ao PT pela legalização da pedofilia
Fonte: página de Bolsonaro no Facebook, 14 de julho de 2015

O artifício retórico acionado por Jair Bolsonaro se sustenta na comunicação de uma falsa equivalência entre o reconhecimento da pedofilia como um transtorno psicológico (tendo em vista as classificações do CID-11 e do DSM-5) e uma suposta tentativa do governo federal de legalizar os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Em outras palavras, o pânico sexual bolsonarista amalgama como um fenômeno singular as fantasias por menores vulneráveis e a exteriorização desses impulsos em violências sexuais contra os corpos infantojuvenis, rotulando, assim, o desejo adulto por crianças pré-púberes como monstruosamente criminoso em sua essência. Retornando à figura 27, a imagem brutal em um fundo vermelho contendo o slogan do #Humaniza Redes de um homem vestindo as calças após ter violentado sexualmente uma menina que se encontra chorando de cócoras é acompanhada pelo texto que pode ser encontrado na página 11 da Cartilha Educativa²⁶⁷ da Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

²⁶⁷ Trata-se de uma realização do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNVSCA) – uma área da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <https://bit.ly/49A5Kb3>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024

Desmistificando a noção que “toda pessoa que abusa de uma criança ou adolescente é pedófilo”, a cartilha visa esclarecer que “muitos casos de abuso e exploração sexual são cometidos por pessoas que não são acometidas por esse transtorno”, ou seja, há pessoas que não foram devidamente diagnosticadas por um psiquiatra como pedófilas, mas que, assim mesmo, abusam de crianças e adolescentes. O que tenta ser esclarecido pela cartilha é que nem toda pessoa diagnosticada como pedófila é necessariamente criminosa, mas qualquer abuso ou exploração sexual contra crianças e adolescentes é tipificado legalmente como crime e deve ser punido – independentemente de existir ou não o diagnóstico de um psiquiatra: “O que caracteriza o crime não é a pedofilia, mas o ato de abusar ou explorar”. O malabarismo discursivo bolsonarista é melhor explicitado no pronunciamento proferido pelo então deputado federal na Tribuna da Câmara, em 10 de março de 2016:

E digo mais, o PT – eu tenho em meu gabinete documentado –, via Secretaria de Direitos Humanos, quer relativizar a pedofilia. Isso está bem claro no site Humaniza Redes, hospedado na Secretaria de Direitos Humanos, de Dilma Rousseff, do PT, quando fala sobre a pedofilia.

O PT diz claramente que, caso um de vocês aqui, ao irem para casa, encontrem um adulto abusando sexualmente de uma criança de 3, 4, 5, 6 anos de idade, devem chamar a polícia – tudo bem – e conduzir esse marmanjo não para uma delegacia, mas para um hospital. Após laudo psiquiátrico, caso ele esteja sofrendo de transtorno, deve ser submetido a tratamento. Pelo amor de Deus, onde estamos? O que o PT quer com isso? Emburrecer mais ainda a nossa juventude? Castrar de conhecimentos mais uma geração? (BOLSONARO, 2016)²⁶⁸.

A postagem – que compartilha um link para o vídeo do discurso de Bolsonaro na Tribuna da Câmara em 14 de julho de 2015²⁶⁹ e pede aos cidadãos comuns que assistam “ao posicionamento do Pastor Silas Malafaia, quem primeiro detectou este crime contra as crianças patrocinado pela Secretaria de Direitos Humanos”²⁷⁰ – atualmente conta com 35.000 curtidas e 36.000 compartilhamentos²⁷¹. Dentre os 36.000 comentários postados, pode ser observada a tentativa de contra-atacar o contorcionismo discursivo empreendido pela retórica bolsonarista para estigmatizar o Humaniza Redes e criminalizar as políticas petistas por meio de uma interpretação enviesada da Cartilha Educativa: “Pra ser deputado deveria ter concurso também! 90% dos atuais seriam reprovados, na interpretação de texto” (Renato Ribeiro). No entanto, a parte mais significativa dos comentários implora que o deputado federal lhes proteja da escória perversa petista (“Deputado lute com todas as suas forças, vamos banir essa corja e esses direitos humanos da sociedade de bem”, Marcelo Boita) e da mentira ardidamente

²⁶⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 10 de março de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/455c0VP>. Acesso em: 28 de julho de 2023.

²⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3OgDiSB>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

²⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3OyrKv3>. Acesso em 29 de julho de 2023.

²⁷¹ Dados de 29 de julho de 2023

orquestrada pela esquerda em nome da defesa dos direitos humanos de minorias identitárias (“Vcs ficaram admirado num país que tem roubalheira, corrupção montão de pedófilos vejo políticos, fazendeiros, empresários etc em noticiários policiais principalmente no norte e nordeste nos interiores mulheres se vendendo por um prato de comida num país que dizem que a pobreza acabou ainda tem pessoas que acreditam nessas farsas !”, Celso Vieira Filho).

Nesse contexto, para além das políticas públicas contra a violência homofóbica nas escolas, o combate às violações aos direitos humanos é rotulado pelo pânico sexual bolsonarista como uma “farsa” do governo federal para camuflar as suas intenções perversas de “legalizar a pedofilia”: “Eu ouvi há pouco o Pastor Silas Malafaia falar sobre pedofilia, num vídeo de 5 minutos. E é verdade o que ele disse. O Governo do Brasil, a Sra. Dilma Rousseff, a título de combater as violações de direitos humanos na Internet, criou um site chamado Humaniza Redes”²⁷². Segundo a acusação do pastor protestante neopentecostal brasileiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, “Se a Presidente Dilma não demitir esse Ministro da Secretaria dos Direitos Humanos, ela é conivente com essa asneira para proteger pedófilo. Que Deus tenha misericórdia das crianças brasileiras!”²⁷³.

As disputas progressistas e conservadoras pelos sentidos políticos articulados pelo campo dos direitos humanos não é, de forma alguma, inaugurada com a polémica em torno do Humaniza Redes e da Cartilha Educativa que compunha a Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tampouco se restringiu às questões de gênero e sexualidade – tendo havido embates, por exemplo, pela redução da maioria penal e pela flexibilização do estatuto do desarmamento. No entanto, os confrontos pela significação do que são os direitos humanos e quem são os sujeitos merecedores da proteção do Estado foi institucionalizada pelo pânico sexual bolsonarista com a eleição do deputado federal, e líder da igreja neopentecostal Catedral do Avivamento, Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, em 07 de março de 2013²⁷⁴: “Sr. Presidente, quero cumprimentar o novo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e dizer que lá não teremos mais milhões no Orçamento destinados a paradas gays; não veremos mais lançamentos de filmes pornográficos infantis, patrocinados pelo MEC, para passar em escolas do ensino fundamental”²⁷⁵.

²⁷² Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3KjjFb7>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

²⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/3OyrKv3>. Acesso em 29 de julho de 2023.

²⁷⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3q88fAa>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

²⁷⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de março de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3Ohf9ei>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

Fundamentalmente, o movimento de extrema direita acusava haver “uma pressão da Dilma Rousseff para se retirar o Deputado Pastor Marco Feliciano dessa Comissão” em defesa da manutenção do “bacanal do PT da Dilma Rousseff” que era “o que aquela Comissão representava: o estímulo ao homossexualismo infantil; o estímulo à pedofilia, e grana no Orçamento para a Parada Gay”. Dessa forma, Jair Bolsonaro comunica às *monstruosidades pedófilas* e aos seus defensores políticos a permanência de Marco Feliciano na presidência da referida Comissão por meio da qual a “farsa” petista supostamente objetivava legalizar os crimes sexuais contra crianças e adolescentes: “Atenção, pedófilos, os que estimulam o homossexualismo nas escolas e os Deputados que querem a saída do Deputado Pastor Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos! Está entendido o recado, para começar?”²⁷⁶.

Assim sendo, o pânico sexual bolsonarista como um “pânico participativo e de origem coletiva” sedimenta nos imaginários populares o temor a uma *iminente ameaça pedófila* que pode se manifestar em qualquer lugar e a qualquer momento pela flexibilização do consentimento sexual infantojuvenil, pela ocultação de abusos sexuais contra crianças e adolescentes em nome da liberdade de expressão artística e pela legalização de crimes de pedofilia por meio da patologização do desejo perverso por menores vulneráveis. No entanto, para que seu potencial político fosse plenamente explorado pelas práticas retóricas bolsonaristas, essa *iminente ameaça pedófila* não poderia permanecer existindo de forma incorpórea e desrostificada. Segundo a formulação proposta por deYoung (2011), para que a natureza essencialmente criminosa das *monstruosidades pedófilas* fosse encarnada nos *folk devils* a serem instrumentalizados pelo movimento de extrema direita em sua trajetória ao poder, os atos criminosos precisavam ser corporificados por atores criminosos com rostos e identidades publicamente conhecidos. Como ameaça intangível, a pedofilia exige o tratamento e o autocontrole de perversos anônimos em meio à multidão. Como atos criminosos encarnados em atores criminosos devidamente midiaticizados, os crimes sexuais contra crianças e adolescentes legitimam punições rígidas e a extinção do nosso convívio social daqueles que Lowenkron (2012) conceitua como os “monstros contemporâneos”.

Esta tese não visa relativizar a gravidade do problema da violência sexual infantojuvenil e tampouco advogar pela descriminalização da pedofilia, mas analisar criticamente como o compartilhamento de narrativas fantasiosas sobre uma *iminente ameaça pedófila* nas escolas brasileiras, e em outros espaços de convívio social entre sujeitos

²⁷⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 27 de março de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3QibWxP>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

infantojuvenis e adultos, contribuíram para a transfiguração da esquerda petista em representações monstruosas sexualmente atraídas por crianças pré-púberes. Ao encarnarem a natureza essencialmente criminoso do *monstro pedófilo*, esses indivíduos passaram a ser sujeitos à presunção de doença mental, falta de idoneidade, tendência à criminalidade, restrição de mobilidade social e física, perda de apoio institucional, sanções econômicas e processos penais. Um estigma patológico e criminoso irrecuperável e que, portanto, deve ser expulso e aniquilado de forma odiosa e violenta.

3.3 O pedófilo como o “monstro moral contemporâneo”

No mesmo dia da entrevista concedida pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad cancelando o “Kit de Combate à Homofobia”, em 26 de maio de 2011²⁷⁷, Jair Bolsonaro subiu à Tribuna da Câmara para “cumprimentar, em parte, a Presidente da República, em que pese nossa distância ideológica, especialmente por causa de um passado próximo, por ter lançado na lata do lixo o que chamamos de *kit gay*. Lá realmente é o lugar desse material”. O então deputado federal agradeceu “à bancada católica, à bancada evangélica, entre outros preocupados com a família, com os bons costumes” pela vitória sem, no entanto, deixar de advertir os apoiadores da sua cruzada moral que “*o monstro não está devidamente morto*”²⁷⁸ (grifos meus).

Ironicamente, o que testemunhamos na história recente da política brasileira foi que para tentar vencer “essa guerra [que] não começou agora ou na semana passada”, o caminho trilhado por Jair Bolsonaro em sua trajetória ao poder não foi se empenhar em *matar devidamente o monstro* que teria sido criado pelo “kit gay”, mas garantir ampla visibilidade midiática às *monstruosidades pedófilas* que estariam supostamente sexualizando os corpos infantojuvenis e corrompendo os valores judaico-cristãos das famílias tradicionais. Não me refiro aqui a monstros que se distinguem por nenhuma anomalia física ou por qualquer poder bizarro, tais como as criaturas da mitologia grega, os seres imaginários que povoam as crenças populares ou os personagens de filmes que têm amedrontado, e encantado, as telas dos cinemas por gerações. Os monstros que Bolsonaro fez circular no “bios virtual” para a instauração do seu projeto de poder conservador e autoritário são caracterizados por deformidades morais, sexualidades psicopatológicas e uma natureza essencialmente criminosa.

Em outras palavras, as criaturas abjetas por meio das quais o pânico sexual bolsonarista estigmatizou as políticas públicas petistas como instrumentos perversos para a “legalização da pedofilia” são descendentes diretos dos “monstros morais”, cujo surgimento no limiar do século XIX foi genealogicamente identificado por Foucault ([1974-1975] 2018). Segundo o filósofo francês, a natureza turva, perturbada e contraditória dessas monstruosidades teve um destino fundamental na consolidação de uma teoria geral da degeneração e no desenvolvimento de uma complexa rede institucional de defesa da sociedade contra as anormalidades. Atualizando a teoria foucaultiana, Lowenkron (2012) argumenta que o pedófilo representa o novo modelo de “monstruosidade contemporânea”. Embora gestados pelos efeitos das tecnologias positivas de

²⁷⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3fXSKDx>. Acesso em: 20 de março de 2021.

²⁷⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 26 de maio de 2011. Texto disponível em: <https://bit.ly/33ytVab>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

poder engendradas em um campo historicamente diversificado e espacialmente disperso, no contexto brasileiro recente os *monstros pedófilos* foram vivificados pela produção e institucionalização de sensibilidades, classificações e acusações performatizadas na CPI da Pedofilia e no âmbito das investigações em torno das redes de “pornografia infantil na internet” comandadas pela Polícia Federal. Como “causa” política e “caso” de polícia, o “novo *monstro contemporâneo*” (LOWENKRON, 2012, p. 2, grifos do original) participa da definição de uma coletividade de comportamentos e sujeitos cuja contranatureza ininteligível pôde ser identificada pela categoria pedofilia e, com isso, associada a uma ideia de *monstruosidade comum* que deveria ser politicamente e criminalmente controlada.

Tendo em vista a sua potência analítica singular para a compreensão de fenômenos socioculturais e políticos em diferentes contextos históricos, em um primeiro momento desta tese nos aliamos à análise genealógica empreendida por Foucault ([1974-1975] 2018) sobre os “monstros morais” para compreendermos como o pânico sexual bolsonarista instrumentalizou em sua retórica os saberes intimamente relacionados à produção da “verdade do sexo” e à teorização das condutas anormais que fez emergir a homossexualidade como uma das monstruosidades da sexualidade humana na virada do século XIX. No entanto, uma vez que os sujeitos homossexuais não ocupam mais as camadas mais baixas do “sistema de estratificação sexual” proposto por Rubin ([1984] 2017), tornou-se necessário para os “empreendedores morais” investirem discursivamente no fortalecimento de outros tipos de *monstruosidades* para a produção do controle social como estratégia política conservadora contra o reconhecimento de direitos sexuais que ameaçam desestabilizar a ordem moral. Sendo assim, é importante considerar as limitações que os processos de despatologização das homossexualidades impuseram à instrumentalização dos “monstros morais” foucaultianos como personagens centrais de um pânico sexual temporalmente localizado na segunda década do século XXI.

Na esteira de iniciativas transnacionais que inscreveram politicamente as lutas por direitos sexuais na linguagem dos direitos humanos, a politização pelo reconhecimento do exercício da cidadania plena dos sujeitos LGBTQIA+ contribuiu, de forma paradoxal, para a produção de efeitos significativos na formulação do “monstro contemporâneo” (LOWENKRON, 2012). Em um tempo histórico no qual o casamento homoafetivo é assegurado legalmente e que a homofobia e a transfobia são criminalizadas como formas de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a demonização das homossexualidades com base no distanciamento que mantêm em relação ao coito reprodutivo e heterossexual não é mais suficiente para inflamar a produção de subjetividades que desejem o recrudescimento do

conservadorismo e do autoritarismo como um projeto de poder político contemporâneo. No entanto, Jenkins (1998) esclarece que a crença de que as crianças enfrentam um grave perigo na forma de abuso sexual é proeminente entre o que é socialmente aceito como fatos evidentes no contexto estadunidense, quebrando, assim, ciclos históricos com picos a cada trinta e cinco anos de preocupação com crimes sexuais para a instalação permanente do abuso infantil como parte da paisagem cultural da nossa atualidade. Nesse caminho, o pânico sexual bolsonarista nos revela que no “novo regime da sexualidade” (CARRARA, 2015) a encarnação de uma *iminente ameaça pedófila* em “monstros morais contemporâneos” se tornou uma potente arma política nas mãos de atores da extrema direita legitimados publicamente como representantes das lutas sociais contra as injustiças cometidas contra uma representação idealizada de infância.

Nesse sentido, Carrara (2010) sinaliza como o pensamento coletivo produzido no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) tem atuado para alertar sobre as possíveis consequências indesejáveis de se canalizar ou formalizar a luta política por direitos sexuais na linguagem do direito, mais especificamente dos direitos humanos. Para além dos perigos da judicialização da política, da íntima relação que passa a unir sociedade civil e Estado como parceiros, do fenômeno que os linguistas denominam de *significante flutuante* e da reificação das identidades sexuais e de gênero, “na luta pelos direitos e na própria constituição de sujeitos que têm direito aos direitos (momento fundamental dessa luta), vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição aos ‘cidadãos respeitáveis’” (CARRARA, 2010, p. 143-144).

Dentro das propostas de direitos sexuais fala-se de liberdade sexual de um modo absoluto, mas não é isso o que se vê na prática – não são todas as formas de manifestação da sexualidade humana e de expressões de gênero que podem livremente articular as suas demandas por cidadania à linguagem dos direitos humanos. Quando observarmos as formulações das conferências internacionais da ONU, por exemplo, duas palavras chaves estão sempre associadas à liberdade: “responsabilidade” e “consentimento”. Sendo assim, há liberdade sexual desde que com a responsabilização e a declaração de consentimento dos sujeitos envolvidos no ato, configurando uma definição cultural que estabelece uma nova proposta de regulação dos corpos e das subjetividades tidos como dissidentes à normalidade socialmente estabelecida. Atentar para essa nova regulação é fundamental já que paralelamente ao processo de criação de novos direitos sexuais estão sendo criadas novas barreiras para as manifestações das sexualidades e das identidades de gênero, emergindo um novo regime de perigo sexual.

Apontando que o “sistema hierárquico de valor sexual” proposto pela antropóloga americana Gayle Rubin, em 1984, sofreu importantes alterações nas últimas décadas, Carrara (2015) esclarece que, com a afirmação do direito a não discriminação baseada nas expressões de gênero e sexualidade e com o reconhecimento da necessidade de proteger mulheres e crianças da violência sexual, o critério que separava o “bom” e o “mau” sexo se desloca progressivamente da reprodução biológica e da produção eugênica de uma população ou raça sadia para a promoção do bem-estar individual e coletivo através do “bom” uso dos prazeres. De um modo geral, “desde que sejam consentidas e que não coloquem a si próprio ou a terceiros em risco, quaisquer manifestações da sexualidade (e também das expressões de gênero) podem idealmente pleitear o direito de cidadania, articulando suas demandas na linguagem dos direitos humanos” (CARRARA, 2015, p. 332).

Lowenkron (2012) reitera essa perspectiva ao sugerir que a politização da sexualidade desencadeou um processo de alteração da economia moral do uso dos prazeres, questionando e/ou deslocando os principais critérios que ordenam as hierarquias de legitimidade na nossa ordem sexual. Dessa forma, para além das alterações já mencionadas nas “hierarquias de valores sexuais”, os critérios do “consentimento” e da “responsabilidade” também tornam-se cruciais para a definição das parafilias que, nas últimas décadas do século XX, não são mais medidas pela distância que mantinham em relação ao coito reprodutivo e heterossexual, mas a cobrir desejos e práticas sexuais não consentidas e cuja satisfação provoque dano pessoal ou risco de dano a outros – especialmente àquelas e àqueles incapazes de se responsabilizarem pelos seus atos. Nesse “novo regime da sexualidade”, portanto, é exponencializada “a inquietação (que às vezes assume a dimensão de pânico moral) em relação a fenômenos como a pedofilia, o assédio sexual, o abuso sexual, o turismo sexual, a exploração sexual, a compulsão sexual etc.” (CARRARA, 2015, p. 332).

Nos lembrando que a violência sexual se tornou a violência do nosso tempo, Lowenkron (2012) nos faz compreender que a relação sexual intergeracional envolvendo menores de idade aparece hoje como o modelo privilegiado desse tipo de violência e o campo no qual outros paradigmas de regulação da sexualidade são acionados de forma mais eficaz. Ao passo que um certo nível de despotencialização do estigma sobre transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e profissionais do sexo tenha possibilitado que esses sujeitos ascendessem alguns degraus na “hierarquia do sexo” – mesmo que não tenham, necessariamente, galgado ao patamar da respeitabilidade social –, os indivíduos “cujo erotismo transgride as fronteiras

geracionais” (RUBIN, [1984] 2017, p. 83) permanecem como a classe sexual mais baixa do “sistema de estigmatização erótica”.

Apesar do reconhecimento da existência e da possibilidade do diagnóstico de uma patologia sexual específica caracterizada pela utilização de crianças pré-púberes como objeto preferencial ou exclusivo de fantasia e excitação sexuais aparecerem pela primeira vez no início do século XX nas obras de Krafft-Ebing, August Forel e Havelock Ellis, Lowenkron (2014) nos informa que deslocamentos históricos²⁷⁹ ao longo do século XX promoveram mudanças nos princípios classificatórios das “violências sexuais” e das pessoas envolvidas nesses comportamentos – os “agressores” e as “vítimas”. Sendo assim, uma nova forma de “violência sexual contra crianças” emerge no final do século XX como um “problema social”, cujos contornos próprios são definidos por uma ideia de violência que se situa entre o crime e a perversão sexual (a pedofilia), uma nova vítima privilegiada (a criança abusada), um novo efeito (o trauma e a desestabilização psíquica) e um novo personagem ou um novo nome para aquele que protagoniza esse tipo de ataque (o pedófilo). Entretanto, a utilização do termo “pedofilia” para se referir a pessoas que se envolvem em atividades sexuais com crianças é criticada por movimentos sociais e organizações que atuam na causa, sendo importante diferenciar os “pedófilos” dos “abusadores” e “exploradores” de crianças e adolescentes – conforme foi analisado aqui nas ações propostas pela governamentalidade petista por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet (Humaniza Redes) e da Cartilha Educativa da Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Mais contemporaneamente, o que é descrito como pedofilia pelas autoridades públicas e a imprensa de um modo geral não é necessariamente o ato sexual entre adultos e crianças, mas a circulação e a disseminação de imagens de pornografia infantil na internet, assim como o aliciamento e o assédio de crianças online. Jenkins (2001) afirma que, desde que a pornografia infantil primeiramente foi conhecida pela opinião pública, em meados dos anos 1970, qualquer envolvimento com esse tipo de material tem sido rotulado como uma forma extrema e imperdoável de desvio – já que as vítimas infantojuvenis não podem conceder nenhuma forma de consentimento e serem, legalmente e/ou moralmente, responsabilizadas pelos seus atos. Muitas outras formas de desvios comportamentais possuem defensores respeitáveis que afirmam que tais atividades não deveriam ser tão severamente penalizadas: o uso de drogas, o

²⁷⁹ Lowenkron (2014) enumera quatro deslocamentos históricos nas categorias de entendimento que permitem compreender como a “violência sexual contra crianças” foi particularizada ao longo do século XX: passagem da violência física à violência moral; da ameaça à honra das famílias à violência contra a pessoa; da ênfase no gênero à ênfase na geração; dos atos criminosos aos indivíduos perigosos.

exibicionismo, o sexo em público e até a bestialidade. Em uma declaração polêmica o autor sintetiza que “[p]ara a pornografia infantil, no entanto, não há tamanha tolerância, nenhuma escola minoritária que defenda os direitos de indivíduos que perseguem seus prazeres privados” (JENKINS, 2001, p. 4).

O que o pânico sexual bolsonarista vai fazer é esgarçar ainda mais as fronteiras já bastante borradas entre a pedofilia e as diferentes formas de “violência sexual contra crianças e adolescentes” – o “abuso sexual” e a “exploração sexual”²⁸⁰, assim como “a pornografia infantil na internet” e “o assédio de crianças online”²⁸¹ –, tornando o *monstro pedófilo* um perigo social endossado pela governamentalidade petista que necessita de constante vigilância já que está prestes a manifestar a sua natureza essencialmente criminosa a qualquer momento e em qualquer lugar. Sendo assim, a noção equivocada de “crimes de pedofilia” é atrelada ao combate à homofobia nas escolas, à produção de livros didáticos a serem distribuídos pelo MEC, aos dispositivos jurídicos pela positivação da totalidade das crianças e adolescentes como sujeitos de direito, ao financiamento de produtos culturais, ao combate às violações aos direitos humanos e às reivindicações dos sujeitos LGBTQIA+ por direitos sexuais.

Em síntese, o bolsonarismo amplifica o alcance semântico da “pedofilia” como “crime sexual infantojuvenil” se distanciando da compreensão do pedófilo como um sujeito marcado patologicamente por conflitos morais internos, em direção à sedimentação na imaginação popular da “figura *monstruosa* do ‘pedófilo criminoso’” (LOWENKRON, 2012, p. 151, grifos da autora). Nesse movimento, passam a habitar nos imaginários populares *monstruosidades perversas* que planejam racionalmente e executam friamente crimes entendidos como manifestações de uma personalidade perigosa que não reconhece qualquer limite para a satisfação de seus desejos e impulsos permanentes. “Todos Contra a Pedofilia”²⁸² (LOWENKRON, 2012, p. 341) se torna, então, um mantra a ser explorado pelo pânico sexual bolsonarista para a encarnação do *monstro pedófilo* na esquerda petista.

²⁸⁰ Lowenkron (2012) traça uma genealogia das principais categorias utilizadas na identificação e classificação dos atos entendidos como “violência sexual infantojuvenil”: “abuso sexual”, “exploração sexual” e “pedofilia”, analisando os contextos específicos de fabricação de cada uma dessas noções, a participação dos diversos atores e grupos que se engajaram e influenciaram a construção do “problema”, os seus processos de internacionalização e também a trajetória e as especificidades do desenvolvimento dessa agenda política no Brasil.

²⁸¹ Lowenkron (2012) nos informa que, no contexto brasileiro, a pedofilia aparece na CPI do Senado Federal como um termo guarda-chuva para se referir a um conjunto de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, em especial àqueles relacionados à disseminação de imagens de “pornografia infantil” na rede mundial de computadores.

²⁸² Slogan da campanha nacional criada a partir da CPI da Pedofilia que, segundo o senador Magno Malta, teria se desdobrado em “Mães Contra a Pedofilia”, “Jovens Contra a Pedofilia”, “Cortadores de Cana Contra a Pedofilia”, “Perueiros Contra a Pedofilia”, “Taxistas Contra a Pedofilia” e “Jovens Músicos Contra a Pedofilia”. Disponível em: <https://bit.ly/47uS40T>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

De modo a tonificar as representações da esquerda petista como os “monstros morais contemporâneos” que ameaçam transformar crianças inocentes em “suas presas fáceis” e corromper a família como instituição basilar da matriz de heterossexualidade compulsória, nos anos que seguem – incluindo o momento de escrita desta tese –, a retórica bolsonarista promoverá sucessivas dilatações nas políticas públicas originalmente articuladas pelo significante “kit gay”, estigmatizando a totalidade da governamentalidade petista para as populações LGBTQIA+ como “uma política de estímulo à pedofilia”²⁸³. Conforme identifica Maracci (2019), embora o “Kit de Combate a Homofobia”, cancelado pela ex-presidente Dilma em maio de 2011, seja o ponto de referência fundacional dos sentidos de perigo articulados pelo termo pejorativo, o pânico sexual bolsonarista investirá na circulação de narrativas que comuniquem os riscos do iminente retorno da “figura *monstruosa* do pedófilo criminoso” caso a esquerda petista permaneça no poder.

É nesse contexto que o campo político de atuação dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia” é ampliado com o nascimento do “kit gay 2”: “Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus companheiros Deputados Federais, mais uma vez eu trago aqui um assunto que, ao contrário do que alguns pensam, ainda não acabou. Tratou-se ontem, na Comissão de Legislação Participativa, da questão do ‘kit gay 2’”. Reiterando os limites da tolerância bolsonarista, o então deputado federal expõe na Tribuna da Câmara que “Eu não estou perseguindo boiola, quero deixar bem claro. O assunto é sério!” para anunciar que “agora vem o Ministro da Educação a todo vapor com o ‘kit gay 2’”. Se inicialmente a ampliação do significante foi associada pela retórica bolsonarista às políticas educacionais contra a violência homofóbica que seriam implementadas pelo “Programa Nacional do Livro Didático, para escolas públicas; o Programa Nacional Biblioteca da Escola, tratando da temática LGBT; o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio; o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização; e por aí vai”²⁸⁴, o “kit gay 2” vai servir para incorporar os programas de combate às violações dos direitos humanos ao pânico sexual bolsonarista: “O kit gay 1 foi recolhido ao armário por ordem da Presidenta da República lá no MEC. Agora, o kit gay 2 é da Secretária Maria do Rosário [Ministra da SDH/PR de 2011 a 2014]”²⁸⁵.

²⁸³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ObcliW>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

²⁸⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 24 de novembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3QrCTiy>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

²⁸⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 07 de julho de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Dz2FKe>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

Ao empreender uma busca pela palavra-chave “pedofilia” nos arquivos dos Discursos e Notas Taquigráficas disponibilizados pelo site da Câmara dos Deputados, identifiquei e analisei 12 pronunciamentos proferidos por Jair Messias Bolsonaro na Tribuna da Câmara durante os seus sete termos como deputado federal (1991-2018)²⁸⁶. Na primeira aparição do termo, em 17 de março de 2011, para além da “distribuição dos filmetes pornográficos infantis nas escolas de 1º grau”, o então deputado federal apresenta “um fato novo” que, segundo a sua retórica, serviria de comprovação da continuação do plano perverso petista de “escancarar as portas das escolas brasileiras” para que a encarnação da “figura *monstruosa* do pedófilo criminoso” entrasse e traumatizasse crianças inocentes. Conforme anunciado pelo ex-capitão do Exército, “[a] Secretária Especial de Direitos Humanos, Sra. Maria do Rosário, acaba de apresentar à sociedade – está documentado aqui – o seu Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”²⁸⁷.

O lançamento do PNPCDH-LGBT²⁸⁸, em maio de 2009, refletiu o esforço do governo petista para fortalecer o Programa “Brasil Sem Homofobia” na “busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida” (BRASIL, 2009, p. 7). Além disso, como uma materialidade do “compromisso político do governo brasileiro, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado”, o referido Plano, desenvolvido pela SDH/PR com o apoio interministerial, incorporou os resultados da 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, propondo diretrizes e ações que pudessem transformá-lo no Plano de Ação da Gestão Pública. Sendo assim, foram desenvolvidos dois Eixos Estratégicos a partir dos quais 180 ações específicas foram consolidadas para serem distribuídas e executadas pelos respectivos ministérios competentes: “Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização” e “Formulação e promoção da cooperação federativa; articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT”.

Ao anunciar na Tribuna da Câmara, em 26 de maio de 2011, que “*o monstro ainda não está devidamente morto*” (grifos meus) Bolsonaro alarma a população a respeito da existência de “outra cartilha, essa patrocinada pelo então Secretário Paulo Vannuchi e pela atual Secretária

²⁸⁶ Os 12 pronunciamentos estão disponíveis em: <https://bit.ly/3OwlSmk>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

²⁸⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de março de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43WJMM5>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

²⁸⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3JSS2KT>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

de Direitos Humanos, Maria do Rosário, em que está prevista, entre 180 itens, a distribuição de livros para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infantojuvenil. São 180 itens”²⁸⁹. Sendo assim, o PNPCDH-LGBT é estigmatizado como parte constitutiva do “‘Kit Gay 2’ (...) uma verdadeira onda cor-de-rosa junto às escolas do 1º grau do Brasil, pois a garotada recebe livro didático com a temática LGBT. Além disso, criaram bolsa de estudos para jovem homossexual, estágio remunerado para jovem homossexual e cota para professor homossexual no 1º grau”²⁹⁰. Ao longo do desenvolvimento do pânico sexual bolsonarista, uma série de nomes pejorativos serão associados ao Plano desenvolvido pela Secretaria dos Direitos Humanos: “Plano Nacional da Vergonha”, “República Gay”, “MST Gay”, “Programa Primeiro Emprego Gay”, “Cota para Professor Gay”, “Bolsa Gay” e “Turismo Gay”. Conforme detalhado pelo próprio parlamentar:

São 180 itens – e gostaria até que o Presidente me concedesse uma oportunidade depois para que eu possa ler todos eles.

Mas, diz o documento:

“Incluir a população LGBT em programas de alfabetização, instituir e ampliar programas e projetos na área de saúde e educação nas escolas públicas do país...”

Ou seja, **cota para professores gays em escolas do 1º grau.**

“Criar um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de travestis e transexuais em diversas áreas.”

É o **“Bolsa Gay”**.

“Inserir nos livros didáticos a temática das famílias compostas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais...”

Repito: “inserir nos livros didáticos”.

“Incluir nos programas de distribuição de livros para as bibliotecas escolares obras científicas e literárias que abordem as temáticas de gênero e diversidade sexual para os públicos infanto-juvenis...”

Olhem a preocupação, meus senhores! Cadê a família, para esse Governo?

Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do SUS e no planejamento familiar, todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade.”

Ou seja, a relação entre um homem e uma mulher já não é mais normal. Aonde vamos parar? Estão atacando, emboscando a nossa criançada, os nossos filhos, os nossos netos nas escolas. Enquanto os pais estão trabalhando, o filho está sendo aliciado para se tornar homossexual, como se isso fosse legal, como se um pai tivesse orgulho de ter um filho homossexual. Isso é uma vergonha!

Continua:

“Assegurar que a política de assistência social estabeleça interface para a população LGBT, sobretudo em programas de combate à fome e à pobreza...”

É o Bolsa Família Gay.

“Criar o Conselho Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais... Constituir grupo de trabalho entre sociedade civil e poder público a fim de estudar proposta de Projeto de lei de estatuto dos direitos LGBT.”

Vamos ter o Estatuto da lésbica, do gay, do bissexual, do travesti. Isso tudo estará impregnado nas escolas. **Estão escancarando as portas da pedofilia em nossas escolas, incentivando nossos filhos garotos, no 1º grau, a partir dos 6 anos de**

²⁸⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 26 de maio de 2011. Texto disponível em: <https://bit.ly/33ytVab>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

²⁹⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de abril de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3YoCBen>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

idade, a serem homossexuais (BOLSONARO, 2011, itálicos do original, destaques em *bold* do autor)²⁹¹.

Em um movimento de subversão das 180 ações propostas pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT para “[o]rientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p. 10), Bolsonaro produziu e mandou imprimir 50 mil panfletos – distribuídos nas escolas e nas ruas do Rio de Janeiro²⁹² – que ficaram popularmente conhecidos como “Informativo Kit Gay”. No material, o então deputado federal explicita na página três que “[c]om o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo (sic) nas escolas públicas do 1º Grau, bem como, tornam os nossos filhos presas fáceis para pedófilos”²⁹³.

Conforme indicado na figura 28, o panfleto rostifica os “monstros morais contemporâneos” no então Secretário do Secad/MEC (André Lázaro), no Integrante da executiva da ABGLT (Beto de Jesus), no Fundador do Grupo Gay da Bahia e um dos idealizadores do PLC 122/06 [lei pela criminalização da homofobia] (Luiz Mott) e no presidente da ABGLT (Toni Reis). O que identifiquei na confecção e na distribuição do “Informativo Kit Gay” é o deslocamento discursivo do pânico sexual bolsonarista da politização de uma *iminente ameaça pedófila* “dessingularizada” para a incriminação dos “Defensores do Fundamentalismo Homossexual em ação” como encarnações da “figura monstruosa do pedófilo criminoso”. Ao apresentar “alguns dos 180 itens deste que chamo de **Plano Nacional da Vergonha**, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que **ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira**” (grifos do original), Jair Bolsonaro expõe as fotos e algumas das falas polêmicas dos *folk devil* que protagonizam o seu pânico sexual. É nesse contexto que Luiz Mott aparece sorrindo abraçado ao boneco de um veado aparentemente feito de madeira afirmando que se “pudesse escolher livremente, o que eu queria mesmo não era um ‘homem’ e sim um menino...”. Dessa forma o *monstro pedófilo criminoso* clama publicamente por “Pedofilia já! Enquanto ainda estou com tudo em cima...”.

²⁹¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de março de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43WJMM5>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

²⁹² Disponível em: <https://glo.bo/37uwdIF>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

²⁹³ Disponível em: <https://bit.ly/3fMp1Lq>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT

LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual!



Ilustríssimos Senhores e Senhoras Chefes de Famílias,

Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo **Plano Nacional da Vergonha**, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser **gay** ou **lésbica** é motivo de orgulho para a família brasileira. Tiram suas conclusões sobre as absurdas propostas do Governo, algumas já em execução conforme publicações em Diário Oficial da União.

Atenciosamente,
JAIR BOLSONARO - Deputado Federal - Tel. 61 – 3215.5482

Fonte: <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planoigbt.pdf>

Defensores do Fundamentalismo Homossexual em ação:



"...Um dos filmes tinha o beijo lésbica na boca e a gente ficou uns 3 meses discutindo até aonde entrava a língua..."

André Lázaro (Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC) - Em 23/09/2010 na Câmara dos Deputados falando sobre um dos filmes a ser exibido para alunos e alunas do 1º Grau.

"... Esse modelinho de família que o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) tá falando aqui, é o modelo que quase não existe mais: papai, mamãe, filhinho, filhinha, família Dariana..."



Beto de Jesus (Integrante da executiva da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT) no programa Manhã Maior da Rede TV.

"Pedofilia já! Enquanto ainda estou com tudo em cima..."

"... Nos últimos 36 anos de prática homoerótica, calculei que devo ter transado com mais ou menos uns 500 homens diferentes. No meu caso, para dizer a verdade, se eu pudesse escolher livremente, o que eu queria mesmo não era um 'homem' e sim um menino..."



Luiz Mott - Fundador do Grupo Gay da Bahia e um dos idealizadores do PLC 122/06, que criminaliza a homofobia.

"... Obrigada ao Deputado Federal Chico Alencar (PSOL-RJ) que tem sido nosso grande articulador e nos ajudou muito..."

Toni Reis, presidente da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis, no dia 23/09/2010 em agradecimento ao Deputado Chico Alencar por ter conseguido no Orçamento, R\$ 11 milhões para atividades LGBTs, entre elas a confecção do Kit-Gay e estímulo à Paradas do Orgulho Gay - na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.



Toni Reis: está de casamento marcado com homem casado com sua mãe.

Figura 28: A encarnação da “figura monstruosa do pedófilo criminoso”.
Disponível em: <https://bit.ly/3fMp1Lq>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024

Por um lado, as práticas retóricas bolsonaristas fabricam nos imaginários populares uma *iminente ameaça pedófila* como representação intangível e incorpórea da natureza essencialmente criminosa do novo modelo de “monstruosidade contemporânea”. Paralelamente, os esforços para a despatologização da pedofilia são deslocados para a criminalização da esquerda petista como corporificação e rostificação dos *monstros pedófilos* que devem ser vigiados, controlados, punidos e aniquilados. Seguindo o pensamento de Lowenkron (2012), esta tese observa que o pânico sexual bolsonarista vai encarnar em atores políticos centrais para a implementação da governamentalidade petista sobre os corpos e as subjetividades LGBTQIA+ a *figura monstruosa do pedófilo criminoso* em sua totalidade, ou seja, como “causa” política (“um *inimigo* comum contra o qual os ‘cidadãos de bem’ se reúnem”) e como “caso” de polícia (a “*individualização* da figura genérica e nebulosa do ‘pedófilo’ através da *identificação* e *acusação* criminal de um ‘alvo’ ao qual podem ser atribuídos atos tipificados pela lei penal). É, portanto, na convergência da “espetacularização do *monstro exemplar*” com a “proliferação de *monstros cotidianos*” que Jair Bolsonaro vai atuar em sua trajetória política rumo ao Palácio do Planalto.

CAPÍTULO 4: A transnacionalização do pânico via “ideologia de gênero”

Sr. Presidente, eu quero falar numa linha um pouco mais agressiva do que a do companheiro Vitor Valim sobre ideologia de gênero e começo com a palavra “canalha” para a proposta do PT às escolas do ensino fundamental. O PT quer transformar criancinhas de 5, 6, 7 anos de idade em homossexuais e escancarar as portas para a pedofilia!

Deixo bem claro: nós na Câmara dos Deputados, em Comissão Especial, rejeitamos a ideologia de gênero. A mesma coisa o Senado fez: rejeitou a ideologia de gênero. Agora órgão vinculado ao MEC, a Conferência Nacional de Educação, passa a orientar as quase 6 mil Prefeituras do Brasil a incluir no Plano Decenal de Educação Municipal a ideologia de gênero. Ou seja, está ensinando o filho do pobre, que é aquele que vai para a escola pública, que é aquele que recebe bolsa família, que, apesar de ter um apêndice, não é menino nem menina, é uma coisa qualquer. E mais, orienta que o garoto experimente, dê um abraço numa menina e num menino também, e que a menina faça a mesma coisa, dê um abraço num menino e numa menina também.

(...) É igual, Sr. Presidente, a um menino de 12 ou 14 anos se sentir menina ou dar uma de menina e entrar, como estão entrando, no banheiro feminino, porque há resolução de um conselho vinculado a esse lixo chamado Secretaria de Direitos Humanos, que só defende vagabundo e canalha, que tem a mesma política que o PT está adotando junto às crianças nas escolas de ensino fundamental. Deixem de ser canalhas! Deixem as crianças em paz! (BOLSONARO, 2015)²⁹⁴.

²⁹⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 23 de junho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3QQtku1>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

4.1 A união das direitas contra a “desconstrução da heteronormatividade”

Para além dos sentidos de perigo impostos à preservação da ordem sexual heteronormativa pela “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico e pela encarnação da “figura monstruosa do pedófilo criminoso” na esquerda petista, as “espirais de significação” acionadas pelas práticas retóricas bolsonaristas vão inscrever o pânico sexual no “campo discursivo de ação conservador transnacional” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 730) sedimentado por uma suposta “ideologia de gênero”. Nesse contexto, a cientificidade do conceito de gênero, a partir do qual as políticas sexuais petistas foram desenvolvidas, é negada por uma pluralidade de grupos de direita brasileiros por meio de discursos anti-intelectualistas articulados por ofensivas globais antigênero.

Conforme argumenta Alves (2019), a peculiaridade conjuntural-histórica das forças direitistas que viriam a apoiar o bolsonarismo em sua trajetória ao poder envolve acordos mínimos entre constelações ideológicas heterogêneas representativas de pautas políticas e projetos de poder nem sempre conciliáveis entre si: conservadores, neoliberais e um grupo mais difuso de nacionalistas-anticorrupção que advogam pelo recrudescimento do aparato repressor do Estado. Se, por um lado, as relações entre esses diversos grupos e lideranças nem sempre foram pacíficas e naturais, por outro lado, tanto as análises da evolução longitudinal dos personagens mais citados pela direita, quanto as hashtags das publicações mais compartilhadas nas redes sociais de internet “indicam como o antipetismo e o antiesquerdismo são os principais elementos aglutinadores desse apanhado de atores” (ALVES, 2019, p. 183). Nessas linhas, Tatagiba (2018) identifica a conformação de arenas institucionais, particularmente envolvendo a Operação Lava-Jato, e de atores não institucionais, que lideraram os protestos pela deposição de Dilma Rousseff, na criação de enquadramentos discursivos de ódio virulento ao PT e aos movimentos sociais progressistas.

Na direção dessas pesquisas, esta tese problematiza a fundamental contribuição da fabricação do pânico sexual bolsonarista na linguagem globalmente articulada pelo sintagma neológico “ideologia de gênero” para o alinhamento de consensos tácitos entre uma multiplicidade de facções direitistas com extenso lastro histórico e de grupos conservadores até então desconhecidos na política brasileira contra um *folk devil* a ser comumente aniquilado: o Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, ao tentar pleitear uma vaga para disputar a Presidência da República pelo Partido Progressistas (PP), ainda no ano de 2014, Jair Bolsonaro explicita ter consciência das potencialidades políticas da “pauta transnacional de repúdio ao ‘gênero’” (CORRÊA, 2018, p. 3) para a união das direitas brasileiras contra as políticas sexuais

desenvolvidas por um grupo social demonizado, patologizado e criminalizado: “Qual a cara da Direita, que é a minha cara? É a defesa da redução da maioria penal; é uma política de planejamento familiar; é a defesa da família contra o *kit gay*, que está voltando agora via PNE [Plano Nacional da Educação] e querem incluir a ideologia de gênero”²⁹⁵.

Conforme estabelecido por Jair Bolsonaro, ao defender que “se opine em sala de aula sobre questões de ideologia de gênero” a governamentalidade petista estaria buscando meios de inculcar na cabeça das “criancinhas” a crença “de que o menino não nasceu menino e de que a menina não nasceu menina”²⁹⁶. Além disso, os programas educacionais endossados pelo PT ensinariam, por meio da inserção da “ideologia de gênero” nos livros didáticos, “[*r*]econhecer todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais com base’ – repito: com base – ‘na desconstrução da heteronormatividade’. Ou seja, livros ensinando às crianças que papai e mamãe está errado”²⁹⁷ (grifos do original). Extrapolando o escopo do que Junqueira (2018) definiu como um “ativismo religioso reacionário que encontrou no ‘gênero’ o principal mote em suas mobilizações”, identifiquei que a comunicação do pânico sexual bolsonarista na gramática antigênero organizada pelo referido sintagma neológico possibilitou a mobilização das forças direitistas brasileiras contra a “desconstrução da heteronormatividade” como um projeto de poder político perversamente arquitetado pelo PT para a sua perpetuação no governo: “Eu acho que isso [o livro didático com a temática ‘diversidade sexual’ para crianças de até 10 anos de idade] interessa a todo mundo, não só a evangélico, católico. Interessa até para ateu que tem vergonha na cara. Agora, quem não tem vergonha na cara apoia isso aqui”²⁹⁸. Conforme o então deputado federal detalharia na Tribuna da Câmara, em 17 de outubro de 2013:

Não basta que nos bancos escolares esse Governo que está aí apoie propostas como, por exemplo, a desconstrução da heteronormatividade, aprovando a distribuição de livros didáticos para o público infanto-juvenil com diferentes casais homossexuais como se fosse normal. Não se pode, no Plano Nacional de Educação para 2014, criar políticas afirmativas para professores *gays*. A escola não é local de o elemento pregar a sua orientação, ele tem que respeitar as crianças, tem que respeitar os religiosos. E, mais do que os religiosos, Vitor Paulo, porque não são só os evangélicos ou católicos, o ateu também não quer isso. Nem o ateu quer que seu filho seja submetido na escola a esse tipo de carga de informação. Ele quer que seu filho que nasceu homem seja

²⁹⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 30 de abril de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3EB7W4J>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

²⁹⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de setembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/47RKuxc>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

²⁹⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 27 de março de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3QibWxP>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

²⁹⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 04 de abril de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3qWh8Ny>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

homem e a que nasceu mulher seja mulher. No futuro, se ele quiser mudar a opção, é problema dele (BOLSONARO, 2013, grifos do original)²⁹⁹

Importantes referências acadêmicas sobre o que veio a ser mundialmente conhecido como “ideologia de gênero” traçam a sua genealogia aos ataques antigênero articulados pelo Vaticano no contexto das conferências das Nações Unidas, nos anos 1990, e ao investimento teológico que tomou forma, no período subsequente, em publicações da Santa Sé, como *O sal da Terra* (1997), *Léxico de termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* (2003) e a *Carta dos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração dos homens e das mulheres na igreja e no mundo* (2004) (CASE, 2019; CORRÊA, 2018; FASSIN, 2020; JUNQUEIRA, 2018; MISKOLCI e CAMPANA, 2017; PATERNOTTE e KUHAR, 2018). No entanto, “a matriz religiosa do movimento antigênero pôde ficar menos evidente” (JUNQUEIRA, 2018, p. 14) pela fabricação de pânico morais em diferentes conjunturas nacionais que estigmatizaram pautas progressistas sobre gênero e sexualidade como ameaças à preservação de uma das condições naturais para a sobrevivência da espécie humana: a heteronormatividade.

Sendo assim, observo os esforços discursivos empreendidos pelo pânico sexual bolsonarista para transpor o caráter intrinsecamente religioso da retórica antigênero na direção da consolidação de uma categoria política capaz de mobilizar e vincular forças conservadoras aparentemente heterogêneas na preservação das instituições normativas e normalizadoras da heterossexualidade compulsória. É nesse contexto que os livros didáticos a serem comprados e distribuídos pelo MEC nas escolas públicas brasileiras são rotulados como materialidades do plano petista de destruição das concepções “naturais” de família, maternidade e parentesco. Se dirigindo “aos cristãos, aos evangélicos – aos homens e mulheres que não têm religião também –, às mulheres que têm família, aos homens que têm família”³⁰⁰, o então parlamentar Jair Bolsonaro repetidamente atemoriza a população brasileira que “daqui para a frente” em qualquer livro escolar “que tenha uma figura de um homem de calça comprida, de uma mulher de saia e uma criança do lado tem que ter também uma outra figura de um homem, com outro homem de calça comprida e uma criança adotada do lado. É isso! Ou também uma figura de duas mulheres e uma criança adotada”³⁰¹.

²⁹⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de outubro de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/47ModRD>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

³⁰⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 03 de setembro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3EICE1C>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

³⁰¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 06 de setembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/44CZX1o>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

É, portanto, em nome da preservação de uma ideia transcendental de família que o ex-capitão do Exército propõe a convocação da então Ministra Maria do Rosário para explicar, na Câmara dos Deputados, o que a Secretaria dos Direitos Humanos objetivava com a expressão “desconstrução da heteronormatividade” a partir da qual políticas públicas reconheceriam “todas as configurações familiares” – inclusive aquelas formadas por sujeitos LGBTQIA+: “Quem não tem família não merece respeito e quem quer destruir a família dos outros... Nem vou adjetivar aqui, Sr. Presidente, para não ser repreendido, mas é o adjetivo pior que se possa encontrar no dicionário público”³⁰². De forma ainda mais radical, o deputado federal comunica que, para além de “[m]ostrar para a garotada que um casal não é apenas um homem e uma mulher”³⁰³, os livros escolares endossados pela governamentalidade petista objetivavam ensinar às crianças que “um homem e uma mulher não é normal. O normal são dois homens, duas mulheres”³⁰⁴. Afinal, seria pela própria extinção da família dita “tradicional” que os *folk devils* petistas planejavam se perpetuar no governo brasileiro: “É a desconstrução da família. Parece que é um partido que quer apoiar o ateísmo em nosso País e esculhambar a família. É um projeto de poder. Quanto mais gente ignorante estiver recebendo o Bolsa Família e com o título de eleitor na mão, melhor é para esse pessoal se perpetuar no poder”³⁰⁵. O parlamentar aprofundaria a polêmica em inúmeros pronunciamentos na Tribuna da Câmara, conforme este proferido em 03 de setembro de 2014:

Estão aqui os livros escolares. Eu tenho a documentação do MEC, em que se diz, Deputado Amir Lando, que o MEC não comprará livros de editoras que porventura tenham livros homofóbicos. O que é livro homofóbico? Se houver um homem, uma mulher e uma criança... Porque tem que haver 2 homens e 1 criança, ou tem que haver 2 mulheres e 1 criança, senão o livro é homofóbico! As editoras estão sendo obrigadas a colocar nas suas publicações capítulos para o Ensino Fundamental. Está escrito aqui em um dos livros: “*Porta Aberta – História e Geografia, 1º ano*”.

Você, pai, que tem filho de 6 anos de idade, filha de 7 anos de idade, olhe o que o Governo do PT está reservando para seus filhos nas escolas! Você, que é pobre e recebe Bolsa Família, vale mais um cartão do Bolsa Família ou a dignidade do seu filho ou da sua filha?

Aqui está um jogo da memória. No meu tempo, as imagens eram de leão e leoa, de bode e cabra; agora são de casais: um homem, uma mulher e uma criança; duas pessoas idosas e uma criança; dois bigodudos e uma criança. Então, você pergunta para a criancinha de 6 anos: “*Que casal você tirou?*” – “*O Pedro e o Joaquim.*” Pelo amor de Deus! (BOLSONARO, 2014, grifos do original)³⁰⁶

³⁰² Discurso na Câmara dos Deputados, em 04 de abril de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3qWh8Ny>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

³⁰³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 06 de setembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/44CZX1o>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

³⁰⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 24 de novembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3OR3LX2>. Acesso em: 31 de agosto de 2023

³⁰⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 06 de setembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/44CZX1o>. Acesso em: 31 de agosto de 2023

³⁰⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 03 de setembro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3EICE1C>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

Sabendo que a heteronormatividade diz respeito às relações de poder-saber, instituições convencionais, práticas culturais e estruturas sociais que têm sido historicamente articuladas para a construção da heterossexualidade como uma dimensão natural e constitutiva da existência humana (BUTLER, [1990] 2003; LOURO, 2004), esta tese compreende a heterossexualidade compulsória, antes de tudo, como um regime político (RICH, 1983). Por ser um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, a heteronormatividade produz sujeitos heterossexuais ou, pelo menos, que organizam as suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. Faz sentido, portanto, que o pânico sexual bolsonarista comunique o modelo “natural” de família, a autoridade absoluta dos pais e a educação moral dos filhos como os verdadeiros núcleos para a manutenção da ordem social heteronormativa. Além disso, a instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade compulsória também está na ordem da política de educação e da escola, constituindo as suas normas, espaços, ritos, rotinas, currículos, conteúdos, práticas pedagógicas e livros didáticos.

Ao legitimarem as reivindicações políticas dos sujeitos cujas formas de existir no mundo desafiam a lógica transcendentalmente imposta pelo trinômio “sexo-gênero-desejo” (BUTLER, [1990] 2003), o conceito de “gênero” ameaça subverter o “dispositivo da sexualidade” e os seus mecanismos históricos de violências e desigualdades, se apresentando, assim, como uma iminente catástrofe para a vida coletiva. Conforme identificado pelo relatório produzido pela ABGLT et al. (2021), o termo “ideologia de gênero” foi usado pela primeira vez no vocabulário estatal brasileiro em 2003, quando o Deputado Elimar Damasceno, eleito pelo Partido da Reedificação da Ordem Política Nacional (PRONA), recorreu à terminologia para atacar o que ele definia como “má conduta sexual”³⁰⁷. Entretanto, segundo nos informa Junqueira (2018), se no contexto da oposição ao programa “Brasil Sem Homofobia”, lançado em 2004, e do veto ao “Kit de Combate à Homofobia” pela ex-presidente Dilma Rousseff, em maio de 2011, houve um gradativo acionamento do discurso antigênero articulado pelas ofensivas transnacionais, o sintagma “ideologia de gênero” só seria evidenciado de modo mais ostensivo no país a partir de março de 2014 – no curso de embates legislativos entre parlamentares progressistas e

³⁰⁷ Segundo destaca o relatório da ABGLT et al. (2021), Elimar Damasceno fez o seguinte discurso: “A palavra ‘gênero’ sempre foi usada para designar sexo. Assim, falamos em ‘gênero masculino’ e ‘gênero feminino’ (...) Agora, a expressão ‘gênero’ adquiriu outro significado, dentro de uma ‘ideologia de gênero’. Gênero seria o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher. Segundo essa teoria, não se nasce homem nem mulher, mas o papel a desempenhar na sociedade é que vai determinar o sexo: o ‘gênero’ é que vai determinar esse papel (...) Vejam, Srs. Deputados, que se trata de mais um eufemismo para encobrir os desvios da conduta sexual. Então, quando se fala de ‘ideologias de gênero’, de ‘não-discriminação de gênero’ etc., queremos nos referir a condutas sexuais”.

conservadores pela inserção/exclusão das menções a “gênero”, “orientação sexual” e “sexualidade” no Plano Nacional de Educação e nos planos estaduais e municipais.

A elaboração e execução de políticas públicas para educação, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), está ancorada na legislação e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, já prescrevia que “[a] lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público”³⁰⁸. Refinando o texto original da Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96)³⁰⁹ determinou que a União, no prazo de um ano, encaminhasse ao Congresso Nacional o PNE com as diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990³¹⁰. Dessa forma, em cumprimento às disposições da LDB, o PNE (2001-2010) foi elaborado e passou a vigorar com o objetivo de assegurar que, até 2011, todas as crianças, jovens e adultos tivessem condições de acesso e permanência nas escolas públicas do país³¹¹.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009³¹², alterou o artigo 214 que passou a determinar que “[a] lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação”. Nesse sentido, durante o seminário “Escola Sem Homofobia”, realizado no Congresso Nacional, em 23 de novembro de 2010, foi acordado que o PNE (2011-2020) deveria conter recomendações contra a homofobia nas escolas³¹³. De fato, o PL 8035/2010³¹⁴ propondo as metas e diretrizes para a educação brasileira para a próxima década foi submetido à Câmara dos Deputados em 20 de dezembro de 2010 – consolidando, assim, algumas das 25 deliberações aprovadas durante a Conferência Nacional de Educação (Conae)³¹⁵ relativas às políticas públicas sobre gênero e diversidade sexual nas escolas (realizada em Brasília entre 28 de março e 01 de abril de 2010). Entretanto, a Lei nº 13.005/2014³¹⁶, que aprovou o PNE (2014-2024), só viria a ser sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 25 de junho de 2014 – depois que o referido Projeto de Lei tramitou por quase quatro anos no Congresso Nacional, sofrendo inúmeras emendas que suprimiram do texto

³⁰⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3SvBabC>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁰⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3wlqC7A>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³¹⁰ Disponível em: <https://uni.cf/3UIPC2P>. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

³¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3QnTBxU>. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

³¹² Disponível em: <https://bit.ly/44NLLme>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

³¹³ Disponível em: <https://bit.ly/3fJg8Cm>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

³¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3SLWLN9>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3QJmPIM>. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

³¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/4bU7uxV>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

final do PNE (2014-2024) todos os trechos em que “gênero”, “diversidade sexual” e “sexualidade” eram explicitamente mencionados.

Assim sendo, a redação final do PL 8035/2010 – aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 16 de outubro de 2012, e encaminhada para a apreciação do Senado Federal, em 25 de outubro do mesmo ano – que determinava, dentre as metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação, “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, foi alterada pelo Substitutivo ao Projeto de Lei aprovado no Plenário do Senado que, de forma conservadora, versava pela “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”³¹⁷. Sendo assim, o PNE (2014-2024) – a partir do qual diretrizes curriculares para o ensino nacional deveriam ser desenvolvidas, assim como os planos municipais e estaduais de educação deveriam ser estruturados – protagonizou embates quase corporais nas casas legislativas do país sobre os perigos da imposição totalitária de uma suposta “ideologia de gênero” na educação brasileira.

Deslocando o olhar do combate ao “kit gay” para a união das direitas brasileiras contra uma suposta “ideologia de gênero”, Leite (2019b) identifica que muitos dos “empreendedores morais” e dos discursos utilizados durante as polêmicas sobre o programa “Escola Sem Homofobia” foram novamente acionados no contexto das disputas pela aprovação do PNE (2014-2024). Contudo, a retórica reacionária agora se esforça para transpor uma base discursiva tipicamente religiosa para assumir pretensões científicas, vulgarizando como “ideologia” a “perspectiva de gênero” que alicerça toda a construção de um campo de pesquisa e produção de conhecimentos – os estudos de gênero e sexualidade. Conforme apresentam ABGLT et al. (2021), a fórmula “ideologia de gênero” corresponde a um dispositivo que recorre “à concepção marxista de ideologia” para acusar a teoria feminista do gênero de “falsificação”³¹⁸. Em outras palavras, “os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual ‘natural’, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano” (ABGLT et. al., 2021, p. 11).

Nas linhas do que argumenta Butler ([1990] 2003), embora a unidade indiscutida da noção de “mulheres” seja frequentemente invocada para construir uma solidariedade da identidade, uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e

³¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3qJUO4O>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

³¹⁸ Conforme aponta Junqueira (2018), o acionamento de conceitos laicos ou científicos em discursos de teor explicitamente religioso também é evidenciado na proposição, formulada pelo Vaticano, da ideia de “ecologia do homem” para insinuar que a reflexão sobre a identidade sexual e as construções sociais relativas a gênero poderiam desintegrar o ser humano – tal qual a ação humana insensata destrói a natureza.

gênero. Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído. Ao promover o deslocamento da “análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente e, portanto, passíveis de modificações” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 149), o conceito de “gênero” foi frontalmente atacado pela Santa Sé que, no contexto da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres de Pequim (1995), colocou em curso uma aproximação estratégica inédita com os estados islâmicos contra a “proliferação de sexualidades e gêneros que se deu no seu entorno” (CORRÊA, 2018, p. 9). Posteriormente à publicação do texto fundacional da campanha transnacional antigênero pelo então Cardeal Ratzinger, *O sal da Terra* (1997), os ataques se deram de forma ainda mais acentuada nas Revisões +5 da CIPD (1999) e da IV CMM (2000)³¹⁹: “Sempre que o termo surgia no debate, questões eram levantadas quanto ao seu significado e as delegações mais diversas pediam sua eliminação dizendo que ele remetia a homossexualidade, pedofilia e outras ‘perversões sexuais’” (CORRÊA, 2018, p. 11).

Reconheço, então, que ao embutirem elementos de teor científico em discursos tipicamente religiosos, “empreendedores morais”, nos moldes do Pastor Eurico, ambicionavam o acolhimento do termo “ideologia de gênero” como uma manifestação do interesse público universal pelo combate à normalização de sexualidades periféricas e perversidades polimorfos: “[o] problema, no caso do PLC 122³²⁰, é que o conceito de gênero, em seu texto, não é mais sinônimo de sexo masculino e feminino. ‘Gênero’, no PLC 122, é uma construção ideológica para sustentar uma variedade flexível de sexualidades inventadas e que ferem todo o princípio Divino”³²¹. Conforme o atual deputado federal pelo PL-PE defenderia em outra ocasião, “[n]ão vemos por que razão um movimento [feminista e LGBTQIA+] quer introduzir no PNE a ideologia de gênero. A ideologia de gênero é marxista, é a mesma que se espalhou pela Europa e, no futuro, [os que a defendem] vão perceber que estão trabalhando contra si próprios”³²². O discurso é consoante ao que explicaria em detalhes o pastor Silas Malafaia em um vídeo

³¹⁹ Respectivamente, a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD) e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres de Pequim (CMM)

³²⁰ Projeto de Lei que propunha a criminalização da homofobia. Disponível em: <https://bit.ly/3R8kcB1>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

³²¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 22 de novembro de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/48dHuM7>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

³²² Disponível em: <https://bit.ly/3EndzTV>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

originalmente postado em sua página no YouTube – Silas Malafaia Oficial – e, posteriormente, compartilhado por Jair Bolsonaro em sua página oficial no Facebook:

Se fala tanto em ideologia de gênero, mas ninguém define. Então rapidinho para você entender (...) A ideologia de gênero é uma crença, não é uma ciência, que os dois sexos, masculino e feminino, é uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero é a ausência de sexo – vale qualquer coisa. Mas isso é escondido; isso é escondido. Então, a ideologia de gênero só fala de relação de homem com homem e mulher com mulher, mas a ideologia de gênero é um vale tudo: ela aceita o sexo bestial – o sexo com animais; ela aceita o incesto – que é a relação entre pais com filhos, irmãos e irmãs, a relação sexual; e a pedofilia – que é sexo com criança. Isso agora é escondido porque assusta. Agora presta atenção: na verdade, a ideologia de gênero rouba a identidade do ser humano de ser homem ou mulher. Ela vai contra a razão, a experiência e a ciência. A sexualidade nas diferentes espécies, inclusive na humana – *isso aqui é ciência* –, ela tem três funções principais: dualismo (contrários), complementariedade e fecundação. *Eu tô falando de ciência!* A criança quando nasce tem a predisposição de herdar características psicológicas do sexo que veio. *Isso é ciência!* Macho e fêmea, ordem cromossômica de macho e de fêmea, anatomia do sexo masculino e feminino – como é que não tem sexo; como é que ninguém tem sexo? Que conversa é essa? *Isso é uma ideologia, não é ciência que cumpre interesses dos esquerdopatas que entenderam que o reduto de autoridade é a família. Então, destroça a família para criar uma sociedade de informes para ser dominado por uma elite política. (...) É uma ideologia, não é ciência, que cumpre funções políticas!* (SILAS MALAFAIA, 2016, grifos meus)³²³.

Em sintonia com as forças direitistas que se alinharam tacitamente em nome do antipetismo e do antiesquerdismo, identifico que a retórica bolsonarista vai alarmar a população brasileira que, com a aparência de conceito acadêmico que embasaria reivindicações políticas contra as históricas relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, o “gênero”, na verdade, implica em um projeto de poder globalmente arquitetado por “monstros morais” para a naturalização das muitas “confusões da sexualidade” (CORRÊA, 2018, p. 8). Durante a acalorada votação legislativa do PNE (2014-2024), a fabricação do pânico sexual bolsonarista na gramática antigênero serviu para reaguçar o amedrontamento coletivo sobre os riscos da alteração dos currículos escolares por anormalidades perversas. Um dia após a aprovação do destaque parlamentar que excluiu as questões de gênero dos currículos escolares, conforme pode ser observado na postagem do dia 23 de abril de 2014 (exposta aqui na figura 29), Jair Bolsonaro, com um largo sorriso no rosto, ao mesmo tempo que vangloria que “NÓS CIDADÃOS DE BEM NÃO PODEMOS LEVAR MAIS ESTE GOLPE”, intima a “todos que est[ão] fartos deste assunto” que “divulgue[m] a seus amigos” que a “sanha de grupos homossexuais e da presidanta (sic) Dilma Rousseff continua, o que nos leva a defender novamente as crianças que serão atacadas nas escolas primárias do Brasil e outros absurdos que virão”. Relembrando que “[n]um passado próximo, Dilma Rousseff, cedeu a pressão da

³²³ Disponível em: <https://bit.ly/3r0xepw>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

bancada evangélica prometendo não mais incluir o kit-gay nas escolas” e revelando que “[t]udo não passou de uma grande mentira”, o então deputado federal amplia ainda mais o escopo de atuação dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia para incluir “o que o grupo LGBT/PT-PSOL pretendem fazer via Plano Nacional de Educação”³²⁴.



Figura 29: Deus salve as crianças II
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 23 de abril de 2014

Na mesma publicação do Facebook foi disponibilizado um link para o vídeo “DEUS SALVE AS CRIANÇAS II” que, como em uma sequência de filmes *blockbusters* de horror, insinua a continuidade do “kit gay” – só que agora reinscrito na linguagem transnacionalmente articulada pela “invenção católica” (PATERNOTTE e KUHAR, 2018, p. 511): “Via [PNE] mais uma vez Dilma Rousseff e o PT tentaram aprovar a ‘Ideologia de Gênero’ no currículo escolar. Com imprescindível apoio da bancada evangélica conseguimos retirar tal proposta do texto. (...) Esta nova tentativa de ressuscitar o kit (cartilhas, vídeos e cartazes) não nos

³²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/44ESLi>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

surpreendeu”³²⁵. No vídeo que fora inicialmente compartilhado em sua página no YouTube, Bolsonaro aparece sendo verbalmente agredido por defensores da suposta “ideologia de gênero” durante a votação na qual o texto-base do PNE foi acatado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Em meio a manifestantes bradando gritos que “se o papa fosse mulher, teria gênero no PNE” e “PNE, libertário, pro Bolsonaro sair do armário”, o deputado federal explica aos “senhores aqui o que vai para dentro das escolas com o não acolhimento desse destaque”³²⁶: a própria “desconstrução da heteronormatividade” – anunciada na referida sessão parlamentar por Jair Bolsonaro como parte do “programa do governo”.

Com 9.800 curtidas e 10.000 compartilhamentos, a publicação digital recebeu 1.500 comentários³²⁷ que, nas linhas da convocação de Marcio Miguel de que “[n]ão da p ficar esperando deus fazer alguma coisa... nós temos que agir e tirar o pt do governo”, procuram engajar os públicos a se movimentarem contra as políticas sexuais petistas pela promoção dos direitos humanos das mulheres e da população LGBTQIA+. Nesse ambiente beligerante, a então chefe do Executivo é rotulada de “presidANTA” (Arthur Salarini) e os movimentos progressistas são ridicularizados como chacotas a serem combatidas: “LGBT/PT-PSOL > piada” (Luigi Giorges). Seguindo o pensamento de Rubin [(1984) 2017] e Irvine (2006, 2009), observo que o “pânico participativo e de origem coletiva” canaliza em ações políticas reacionárias os sentimentos públicos construídos socialmente e mobilizados discursivamente pela retórica bolsonarista contra a esquerda petista ao longo dos anos: “Qual é a intenção do PT ao lançar um programa desses? Já está lá no Plano Nacional de Cidadania LGBT: o objetivo é a desconstrução da heteronormatividade”. Sendo assim, as forças direitistas são convocadas para se unirem em ações concretas pelo aniquilamento desse “*sexual folk devil*”, cujo propósito supremo com a inserção da “ideologia de gênero” nos currículos escolares nada mais seria do que “[d]esgraçar o tecido social, esculhambar com os valores familiares, porque uma família destruída é mais fácil de ser cooptada para o PT. Só posso crer que seja isso!”³²⁸.

Em outra postagem do dia 22 de abril de 2014, ao mesmo tempo que comemora a “GRANDE VITÓRIA DA FAMÍLIA NA COMISSÃO ESPECIAL QUE DISCUTE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO”, o ex-capitão do Exército reverbera mais uma vez a

³²⁵ Disponível em: <http://goo.gl/zx9xgp>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

³²⁶ Bolsonaro se refere ao destaque proposto na Câmara dos Deputados para a recuperação da redação conservadora do Senado que trata, de forma bastante genérica, do combate a “todas as formas de discriminação” e não faz qualquer menção às questões de gênero, sexualidade e raça.

³²⁷ Dados de 05 de setembro de 2023.

³²⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 15 de agosto de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/45wIQ2B>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

saudação militar³²⁹ que repetidamente fez ecoar nos circuitos midiáticos amplificados para manter os seus apoiadores políticos engajados no incessante combate à “sanha de grupos homossexuais”: “Vencemos esta batalha, amanhã a guerra continua! Selva!!!”³³⁰. Seguindo essa lógica de luta incessante, pouco mais de um ano após o êxito conservador na aprovação do PNE (2014-2024) o parlamentar volta a subir na Tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar que, apesar da rejeição do Congresso Nacional, “[a]gora órgão vinculado ao MEC, a Conferência Nacional de Educação, passa a orientar as quase 6 mil Prefeituras do Brasil a incluir no Plano Decenal de Educação Municipal a ideologia de gênero”³³¹.

Tendo em vista que a consolidação do Plano Nacional de Educação no Brasil dependia da elaboração ou adequação dos planos educacionais dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5570 municípios aos parâmetros estabelecidos nacionalmente (BRASIL, 2014, p. 6), o pânico sexual bolsonarista patrulha a iminente migração do projeto de poder petista de “desconstrução da heteronormatividade” e “destruição da família” para os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os Planos Municipais de Educação (PMEs). Conforme indica a figura 30, o então deputado federal propaga em sua página do Facebook “A VOLTA DO KIT-GAY PARA AS CRIANCINHAS” já que “[a] Câmara Municipal de Campinas, cidade na qual sou registrado, discute sua implementação nas escolas”. Na postagem de 05 de junho de 2015, ao listar alguns dos “180 itens (sic) do Kit que está a cargo da Secretaria de Direitos Humanos”, Jair Bolsonaro difunde o *bullshit* que “[c]riancinhas a partir de 5 anos de idade aprenderão que elas NÃO NASCERAM HOMENS OU MULHERES” para a materialização na nação brasileira de uma ordem sexual transnacionalmente dominada por “República Gay + Batalhão Gay + Professor Gay + MST Gay + Bolsas Gay + etc”³³².

³²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/46373gX>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

³³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/39zHpD8>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

³³¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 23 de junho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3QQtku1>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

³³² Disponível em: <https://bit.ly/3Pr66JQ>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.



Figura 30: A “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Campinas (SP)
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 05 de junho de 2015

Se nas discussões do PNE os debates se concentraram no Congresso Nacional, no contexto dos PEEs e dos PMEAs Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais foram ocupadas por manifestantes defendendo a composição familiar “natural” e ressaltando a divisão sexual em termos biológicos: “A participação da sociedade civil conservadora nas discussões que envolvem o tema da ‘ideologia de gênero’ gerou maior apropriação e difusão sobre o tema, ainda que de forma confusa, distorcida e/ou demonizada” (MARANHÃO; COELHO; DIAS, 2018, p. 72). De acordo com um levantamento feito pela iniciativa “De Olho nos Planos”³³³, dos 25 estados que haviam sancionado os seus Planos de Educação, até julho de 2016, apenas 13 incluíram metas relacionadas ao combate à discriminação e à desigualdade de gênero. Além disso, conforme informa a pesquisa de Reis e Eggert (2017), uma vez aprovadas as leis municipais e estaduais dos respectivos Planos de Educação, ocorreu um movimento voltado para impedir que os estabelecimentos de educação abordassem nas salas de aula as questões de gênero e sexualidade debatidas durante a elaboração das diretrizes, ameaçando, inclusive, processar os professores e professoras que não se abstivessem de abordar temas relacionados à “ideologia de gênero” e aos comportamentos sexuais rotulados como “anormais”.

Fundamentalmente, as políticas sexuais petistas em favor da “plena” igualdade de gênero e da cidadania sexual como um direito humano são estigmatizadas pelo pânico sexual bolsonarista como as fontes de destruição da família na condição do objeto do amor mais puro e sagrado que sustenta a ordem heteronormativa como instituição basilar da moralidade judaico-cristã. Em nome do amor aos seus filhos, pais e mães são convocados a se vincularem politicamente nos municípios e cidades nos quais residem pelo aniquilamento da *figura*

³³³ Disponível em: <https://bit.ly/3qTSXuU>. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.

monstruosa do pedófilo criminoso encarnada por esquerdistas defensores de um projeto perverso de poder político. O sintagma que emerge na década de 1990 como “uma resposta às interrogações do Vaticano” (PATERNOTTE e KUHAR, 2018, p. 511) para ser consolidado como categoria política por ataques pseudocientíficos transnacionais à “fundação ideológica, relacionada às premissas teóricas do feminismo e dos estudos acadêmicos queer” (FASSIN, 2020, p. 67), é instrumentalizado pela retórica bolsonarista para determinar quais pais e mães estão desempenhando adequadamente o papel social que lhes é “naturalmente” outorgado de proteger os filhos dos perigos do mundo. Sendo assim, “boas” e “más” práticas de parentalidade passam a ser definidas em observância à execução dos cuidados instintivos e do dever moral dos progenitores na salvaguarda das crianças de uma iminente revolução antropológica arquitetada pela “ideologia de gênero”: “UM ANIMAL DÁ SUA VIDA PELO SEU FILHO. QUALQUER PAI ou MÃE DARÁ A SUA PELA DIGNIDADE DO SEU”³³⁴.

Conforme teorizado por Goode e Ben-Yehuda (1994a), o pânico sexual bolsonarista vai encorajar a tradução dos sentimentos de pavor de pais e mães pela segurança dos filhos em políticas institucionais e organizações formais contra a inserção da “ideologia de gênero” nos programas de ensino das suas cidades: “Sugiro aos pais que procurem vereadores do seu Município para que apresentem Projeto de Emenda à Lei Orgânica, como o proposto pelo Vereador Campos Filho de Campinas-SP”³³⁵. Nesse sentido, poucos meses antes das eleições presidenciais de 2018, em 17 de abril, um vídeo do vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro foi publicado no Facebook do então deputado federal como uma prova do legado institucional sedimentado pela incessante cruzada moral articulada pelo pânico sexual bolsonarista nos municípios brasileiros contra o “SEXO PARA CRIANÇAS NAS ESCOLAS”. Com a bandeira do Brasil ao fundo, o filho do presidente anuncia que “[a]pós cerca de três anos de embate na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, conseguimos hoje, finalmente, aprovar o Plano Municipal de Educação e rejeitar qualquer menção da palavra sexualidade no ensino para as crianças de 3, 4 e 5 anos nas escolas”. O vídeo encerra com a disponibilização, pelos próximos anos, do apoio incondicional do movimento bolsonarista, que se fortalecia nacionalmente naquele contexto político, aos pais e mães que corajosamente têm lutado pela preservação da “dignidade dos seus filhos” contra a invasão em suas cidades de uma nova ordem sexual transnacionalmente estruturada pela “ideologia de gênero”: “Parabéns pais por mais essa vitória

³³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3Pr66JQ>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

³³⁵ Disponível em: <https://bit.ly/38HmaPy>. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

e continuem contando conosco aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Um forte abraço a todos e fiquem com Deus”³³⁶.

Embora, conforme argumentam Paternotte e Kuhar (2018), a Igreja Católica tenha desempenhado um papel crucial na emergência e no desenvolvimento transnacional da noção de “ideologia de gênero”, para compreendermos o sucesso das mobilizações brasileiras em torno do termo nos planos nacionais, estaduais e municipais é necessário reconhecermos as interseções entre as preocupações do Vaticano e os interesses políticos das facções direitistas locais na constituição de alianças antigênero que viriam a apoiar o bolsonarismo em sua trajetória ao poder. Mesmo que as “espirais de significação” articuladas pelo pânico sexual bolsonarista tenham sido potencializadas ao “adiciona[rem] camadas de historicidade[s]” (MARACCI, 2019, p. 95) que traçam genealogicamente os seus sentidos de perigo às Conferências da ONU da década de 1990 e que as análises das dinâmicas nacionais devam ser sempre situadas em relação à paisagem mais ampla da “geopolítica antigênero” (ABGLT et al., 2021, p. 15), as reações conservadoras brasileiras não devem ser consideradas como meras reiterações das campanhas transnacionais. É fundamental entendermos como a tradução do sintagma “ideologia de gênero”, conforme cunhado pela Igreja Católica Romana, viajou por fronteiras nacionais para constituir, no Brasil, um “projeto reacionário de poder” (JUNQUEIRA, 2022) que contribuiu significativamente para que “constelações ideológicas heterogêneas” de direita se vinculassem politicamente em apoio ao bolsonarismo nas eleições presidenciais de 2018.

³³⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3PcZ6io>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

4.2 O “totalitarismo petista” na educação, na família e nos corpos infantojuvenis

Embora pesquisadores, como Paternotte e Kuhar (2018), reforcem a natureza transnacional dos discursos e estratégias dos movimentos organizados contra o conceito de “gênero”, postulando que essas mobilizações compartilham raízes teóricas comuns na chamada “ideologia de gênero” – que, em alguns países, também se denomina “teoria de gênero” ou “*genderism*” –, as semelhanças planetárias assumem formas específicas a partir das dinâmicas políticas locais. Nesse sentido, identifico um processo de retroalimentação transfronteiriça no processo de fabricação do pânico sexual bolsonarista na cultura brasileira contemporânea: ao mesmo tempo que a comunicação das práticas retóricas bolsonaristas na gramática globalmente articulada pela “ideologia de gênero” potencializa os sentidos de perigo do “kit gay” em uma escala espaço-temporal, as “espirais de significação” que fabricam o pânico sexual no contexto nacional pavimentam o solo moral a partir do qual a “influência intelectual e política do Vaticano” (CORRÊA e KALIL, 2020, p. 47) assume matizes verde e amarelo.

No que se refere às condições nas quais, nos anos 1990, a pauta transnacional de repúdio ao “gênero” tomou corpo na arena das Nações Unidas, Corrêa (2018) aponta que na literatura especializada sobre o tema há várias discrepâncias quanto à cronologia da gestação desses ataques. Predomina, portanto, a versão de que a gênese da campanha global antigênero, cujos efeitos deletérios podem ser percebidos nos mais diversos contextos nacionais, se deu no processo da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres de Pequim – IV CMM (1995), mas há pesquisas que identificam a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo – CIPD (1994) ou a ECO 92 no Rio de Janeiro como sendo o momento inicial das movimentações reacionárias: “Isso decorre de que essas conferências se deram numa sequência intensa, na qual as definições sobre reprodução, gênero e sexualidade foram condensadas de maneira cumulativa, suscitando a cada etapa novos movimentos reativos” (CORRÊA, 2018, p. 3).

Conforme já foi argumentado por esta tese, os esforços dos governos petistas para promover, nas escolas da rede pública de ensino brasileira, a conscientização sobre a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual estavam inseridos em um contexto global de politização dos direitos sexuais como direitos humanos. Para Carrara (2015), a progressiva incorporação pela ONU e, subsequentemente, pelos Estados nacionais de reivindicações dos ativismos feministas e LGBTQIA+ nos planos dos corpos, dos prazeres e das práticas sexuais desencadeou um processo de transformações que afetou o próprio “dispositivo da sexualidade” que, conforme concebido por Michel Foucault entre 1974 e 1976, tem produzido subjetividades e regulado as populações ao longo dos séculos. Em um contexto no qual a saúde reprodutiva

das mulheres é pautada por políticas públicas progressistas, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é reconhecido juridicamente, programas de educação sexual nas escolas valorizam as expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis e a pluralidade de formas de existência é positivada como direitos humanos “não parecem mais tão claros ou imediatos os efeitos biopolíticos do dispositivo sobre as populações” (CARRARA, 2015, p. 335).

Diante das novas gramáticas morais, reconfigurações normativas, mudanças nos acordos multilaterais e avanços nas legislações nacionais, a “ideologia de gênero” na qualidade de “campo discursivo de ação conservador transnacional” emerge “e vai sendo criado a partir de um exterior constitutivo: as ideias e os ideais em que se baseiam os defensores dos direitos humanos, em especial os sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI & CAMPANA, 2017, p. 742). Sendo assim, se “[o]s grandiosos ataques teológicos contra o conceito de gênero liderados pelo Vaticano” (FASSIN, 2020, p. 67) garantiram à Santa Sé o protagonismo reacionário no contexto das conferências da ONU em meados dos anos 1990, as subsequentes publicações da Igreja Católica vão fazer circular globalmente as ideais que sustentam a existência de uma suposta “ideologia de gênero”.

Em reação às proposições feministas que substituíram, no documento produzido pela IV CMM, o termo “mulher” pelo conceito de “gênero” para estabelecer que “todas as políticas e instituições econômicas [dos governos e da comunidade internacional], assim como aqueles encarregados de conceder recursos devem adotar uma perspectiva de gênero” (ONU, 1995, p. 265), o então cardeal Ratzinger publicou o livro *O sal da Terra* (1997). Na referida obra, o religioso, que viria a ser escolhido como o Papa Bento XVI em 2005, se dedicou a subverter os sentidos políticos da contestação às históricas relações assimétricas de poder academicamente articulada pelos estudos de gênero e sexualidade, denunciando, assim, que a liberação da mulher “serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. (...) O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele ‘serei como deuses’: tem que ser como Deus” (RATZINGER, 1997, p. 142).

Paralelamente à publicação dessa “peça-chave” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 726) para o desenho da contraofensiva global contra os ideais feministas, o papa João Paulo II publicou a *Carta às mulheres* (29 de junho de 1995) e a *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo* (31 de maio de 2004), defendendo a identidade feminina a partir de uma perspectiva essencialista que reitera a maternidade como um dos seus elementos centrais. Além disso, segundo nos informa Junqueira

(2018), o monsenhor Michel Schooyans publicou o livro *L'Évangile face au désordre mondial* (1997), com prefácio escrito pelo cardeal Joseph Ratzinger, constituindo uma das primeiras obras – se não for a primeira – em que o sintagma neológico foi empregado no sentido adotado pelas cruzadas antigênero. Ainda conforme as pesquisas do investigador brasileiro, em abril de 1998, o termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico. Tratava-se de uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, que foi produzida pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo. Pouco depois, a noção de “ideologia de gênero” também aparece em um documento da Cúria Romana, publicado pelo Conselho Pontifício para a Família (*Família, matrimônio e uniões de fato*”, de 26 de julho de 2000).

A aprovação dos documentos na CIPD e na IV CMM também suscitou uma contraofensiva acadêmica capitaneada por “especialistas” antifeministas que se vinculavam, sobretudo, pela reafirmação intelectual da naturalização da ordem sexual. Em 1994, por exemplo, Christina Hoff Sommers, ensaísta antifeminista e professora de Filosofia da Clark University, publicou o livro *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*, atacando um suposto feminismo “ideológico” que ela chamou de “*gender feminism*”. Em *The gender agenda: redefining equality* (1997), Dale O’Leary, jornalista e escritora norte-americana ligada à Opus Dei, retoma a crítica às “*gender feminists*” para acusá-las de fabricarem uma “agenda de gênero” com o objetivo de “abolir a natureza humana” e “construir um mundo com menos pessoas, mais prazer sexual, sem diferenças entre homens e mulheres e sem mães em tempo integral”. Embora essas obras sejam fundamentais na construção dos argumentos acionados pelos movimentos antigênero para disseminar a ideia de que uma “guerra de gêneros” travada por feministas radicais visava dominar os organismos internacionais, as universidades e o Estado, as noções de “*gender feminist ideology*” e “*gender ideology*”, mesmo que semelhantes, não apresentam tônica idêntica ao termo “ideologia do *gender*” que viria ser adotado pelo ativismo transnacional.

Apesar de diferenças sutis no teor semântico, segundo esclarece Junqueira (2018), a mesma matriz ideológica que instruiu a produção dos textos de Dale O’Leary e de outras antifeministas orientou a produção discursiva dos 103 verbetes sobre temas relativos a gênero, sexualidade e bioética que foram escritos por mais de 70 autores conselheiros do Vaticano ou atuantes em suas instituições de ensino para o dicionário enciclopédico *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* (2003). Mesmo que a Igreja Católica

tenha lançado mão de uma “Aliança Profana” (“*Unholy Alliance*”)³³⁷ capaz de perturbar as negociações durante os processos de Revisão +5 da CIPD (1999) e da IV CMM (2000), Corrêa (2018) credita o investimento teológico no mais amplo e polêmico documento elaborado contra o “gênero” às derrotas que a Santa Sé sofreu na inclusão do termo nos documentos finais das referidas conferências. A polêmica publicação do Pontifício Conselho para a Família disponibilizou textos de iniciação para interessados em combater a “ideologia de gênero”, desmascarando termos supostamente “ambíguos” usados nas conferências internacionais da ONU por meio de explicações filosoficamente atreladas tanto à doutrina professada pela Opus Dei, quanto à “Teologia do Corpo” formulada pelo Papa João Paulo II desde o início de seu pontificado para postular que as disposições femininas e o amor materno são naturais e derivam diretamente das especificidades anatômicas e psicológicas da mulher.

No continente europeu, ativistas eslovenos inspirados nos italianos que, por sua vez, tomaram como referência – e adaptaram para os seus contextos particulares – os modos de ação do grupo francês “Os Vigias” (“*Les Veilleurs*”), colocaram em xeque a presunção generalizada de que tais formas de oposição à politização dos direitos sexuais como direitos humanos eram estranhas à experiência contemporânea europeia que estaria seguindo um caminho irrefreável em direção à plena igualdade de gênero e cidadania sexual (PATERNOTTE e KUHAR, 2018). A França, por exemplo, foi pega de surpresa quando, em 2012-2013, o movimento “Manifestação para Todos” (“*Manif pour Tous*”) tomou as ruas supostamente laicas de diversas cidades francesas para protestar contra a “teoria do gênero” (“*théorie du genre*”), fazendo, inclusive, as suas reivindicações reacionárias ecoarem na Assembleia Nacional e no Senado. Essa combinação paradoxal de “catolicismo secular (ou secularismo católico)” (FASSIN, 2020, p. 67) não faz da experiência francesa uma exceção europeia. Em razão de uma cultura secular aparentemente consolidada, especialmente na parte Ocidental do continente, ao longo dos anos a União Europeia vinha se projetando mundialmente como um modelo de “democracia sexual” – até desmoronar em um estado de perplexidade coletiva com o surgimento das mobilizações contra o “gênero” no começo dos anos 2010.

Na América Latina, a interpretação da aterrissagem do fenômeno reacionário transnacional se deu de forma antagônica. Muito fortemente em decorrência do extenso legado colonial deixado pelo catolicismo e dos impactos da recente expansão evangélica, a emergência dos protestos antigênero nessa região do continente americano foi inicialmente “denegada”

³³⁷ A insidiosa influência da Santa Sé foi evidente por meio de seus aliados que, àquela altura, incluíam alguns países islâmicos com razoável peso político no bloco, como Egito, Paquistão, Irã, Argélia, Marrocos e Sudão.

como “mais do mesmo” (CORRÊA, 2018, p. 12) da longa oposição conservadora às pautas por igualdade de gênero e respeito às diversidades sexuais. Somado às especificidades históricas locais, países eminentemente católicos da América Latina recentemente vivenciaram significativas conquistas por direitos sexuais que foram contestadas por “empreendedores morais” nacionais – conforme atestam os processos de reconhecimento da união homoafetiva na Argentina (2010), Brasil (2011), Colômbia (2016), Equador (2019) e Chile (2021)³³⁸.

Segundo a genealogia empreendida por Corrêa (2018), a relação transcontinental do que estava ocorrendo em terras latino-americanas se tornou mais evidente quando os ataques antigênero se articularam de maneira visceral com processos macropolíticos da região, como no caso do Referendum de Paz na Colômbia (2016), das eleições presidenciais na Costa Rica (2018), da revogação pela Corte Constitucional Boliviana da lei de identidade de gênero que havia sido recentemente aprovada (2018) e as conexões que foram estabelecidas entre os violentos ataques à Judith Butler (2017) e o aumento da popularidade da campanha presidencial de Jair Bolsonaro no Brasil (2018). De forma ainda mais notável, em junho de 2017, o ônibus “antigênero” da organização conservadora espanhola *CitizenGo* circulou pelo México por enquanto o Sistema Interamericano de Direitos Humanos era fortemente criticado por suas posições progressistas em relação às expressões de gênero e identidades sexuais durante o Primeiro Congresso Hemisférico de Parlamentares. Dois meses depois, o mesmo ônibus estava no Chile fazendo campanha contra o “gênero” na educação – pouco antes da votação final da reforma da lei do aborto.

Isso posto, mesmo que o processo de identificação do caráter transnacional dos protestos antigênero na América Latina por intelectuais, pesquisadores e ativistas tenha ocorrido somente a partir da segunda metade dos anos 2010, a região está no radar do discurso globalmente articulado contra o conceito de “gênero” pelo Vaticano há muito tempo. De fato, a batalha em oposição à disseminação de uma suposta “ideologia de gênero” na região foi formalmente declarada pela Igreja Católica com a materialização, no *Documento de Aparecida* (2007), das discussões resultantes da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM) em diretrizes que passaram a orientar os países locais no combate a tal ameaça (MISKOLCI e CAMPANA, 2017). Nesse contexto, o investimento da Santa Sé no delineamento de modos de conduta a serem comumente seguidos pelas lideranças regionais pode ser compreendido como uma reação conservadora às reconfigurações políticas,

³³⁸ Atualmente, 34 países do mundo permitem casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <https://bit.ly/3EDx5LS>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

intelectuais, culturais e sociais que a América Latina vinha sofrendo. Conforme relata Corrêa (2018), já nas primeiras etapas das negociações para a CIPD (1994) ficou evidente que o “rebanho” dos Estados latino-americanos estava se desgarrando da influência do Vaticano em questões vitais para a sobrevivência do catolicismo na contemporaneidade, tais como família, reprodução, gênero e sexualidade.

Mesmo o Equador – que inicialmente entrou em conflito com a Igreja Católica ao impulsionar a criação de uma Assembleia Constituinte que viria a reformar a sua Constituição (2008) –, logo se colocou de acordo à “agenda comum” antigênero estabelecida pelo Vaticano para a região. Foi, inclusive, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo *Documento de Aparecida* que, no ano de 2013, o então presidente equatoriano Rafael Correa abominou publicamente a “ideologia de gênero” como uma barbaridade que destruiria a família³³⁹, midiaticizando, em um de seus programas semanais de televisão, o discurso que é tido como o detonador da cruzada contra o “gênero” na América Latina (CORRÊA, 2018).

Focando especificamente no contexto brasileiro, as cinco visitas pontifícias em 33 anos (1980, 1991, 1997, 2007 e 2013)³⁴⁰ assinalam a importância do país para a implementação regional da lógica “geopolítica antigênero” articulada pela Santa Sé. Foi em decorrência da visita do papa Bento XVI, no ano de 2007, que se iniciaram as negociações que resultariam na promulgação pelo presidente Lula da Silva do “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé”. Ao afirmar o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil e amparar os direitos essenciais ao desenvolvimento da sua missão religiosa no país, o Decreto no. 7107/2010³⁴¹ compromete a natureza supostamente laica da Constituição Brasileira de 1988, legitimando a cruzada conservadora que viria a tomar conta do país pelos próximos anos para alertar a população de “quão arbitrária, antinatural e anticristã é a ideologia de gênero contida no Plano Nacional de Educação”³⁴². Na esteira desse acordo, organizações evangélicas demandaram isonomia em relação ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil por meio do PL 160/2009 que propõe a instituição da “Lei Geral das Religiões”³⁴³.

Para além da institucionalização pelo governo brasileiro da ofensiva antigênero transnacionalmente disseminada pelo Vaticano, o país passou a importar discursos reacionários

³³⁹ Disponível: <https://bit.ly/3P9D8ws>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

³⁴⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3uBMstF>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁴¹ Disponível em: <https://bit.ly/3siXEDI>. Acesso em: 04 de novembro de 2023

³⁴² Disponível em: <https://bit.ly/3Qn1gN2>. Acesso em: 16 de setembro de 2023

³⁴³ Após sete anos de tramitação, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 160/2009 foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 16 de março de 2016, porém foi arquivado ao final da legislatura pelo Senado Federal em 21 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3uEINFP>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

articulados por setores supostamente laicos da sociedade – especialmente o jurídico e o científico – que tentam resgatar a região de um modelo totalitário de dominação via “ideologia de gênero” que estaria sendo contemporaneamente instaurado pelas elites governantes de esquerda. Segundo Corrêa e Kalil (2020), a Argentina é um centro produtor desse tipo de literatura para consumo interno e exportação regional. Uma peça-chave dessa movimentação intelectual conservadora foi a publicação, em 2010, do livro *La ideologia del género. O el género como herramienta de poder*, pelo advogado pró-vida e professor de bioética da Universidad Libre Internacional de las Américas, o argentino Jorge Scala. Segundo o autor do livro – que foi traduzido para o português e publicado no Brasil, em 2011, pela editora católica Katechesis com o título de *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família* –, essa “ideologia totalitária” (SCALA, 2011, p. 134) seria ainda mais perigosa do que aquelas nas quais o Estado domina pela força, como na Coreia do Norte e Cuba, tendo em vista que “o gênero destrói a estrutura antropológica íntima do ser humano (...). Não é mais do que uma ferramenta de poder global que, se imposta, levará a um regime totalitário – ainda quando haja eleições e partidos políticos como na Alemanha nazista”³⁴⁴. Para além da produção acadêmica regional, obras fundamentais para a construção da retórica transnacional antigênero foram traduzidas no Brasil, com destaque para *Agenda de Gênero*, de Dale O’Leary, que foi publicada pela Edição Canção Nova em 2008, ou seja, onze anos depois da versão original em inglês.

O mapeamento desenvolvido por Gomes (2020) sobre a erupção e a propagação do termo “ideologia de gênero” nas mídias escritas brasileiras identificou e analisou a disseminação de tropos, imagens e posicionamentos contra o sintagma neológico em sites de notícias religiosos desde 1º de janeiro de 2007 – ano no qual o papa Bento XVI visitou o Brasil e o *Documento de Aparecida* foi publicado após a realização da V CELAM. Para além da incorporação pelos portais religiosos brasileiros das teses do acadêmico argentino Jorge Scala e do teor semântico contido na obra da antifeminista norte-americana Dale O’Leary, a noção de “ideologia de gênero” geralmente aparece associada a outros temas e questões que pululam os discursos moralistas nacionais, como pedofilia, aborto, homossexualismo (sic), casamento gay, adoção de crianças por casais homossexuais, transexualidade, drogas e a desconstrução da família. A partir de 2011, as primeiras associações entre o “gênero” e a esquerda petista começaram a surgir e se mantiveram em baixa intensidade no material publicado por instituições e atores católicos. No entanto, com a incorporação da pauta pelos evangélicos, a partir de 2013, a difusão se expandiu vertiginosamente e o tema entrou efetivamente no debate público.

³⁴⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3wl8KcS>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

Houve, portanto, no período de 2013 a 2015, um momento de confluência e sinergia entre os campos católico e evangélico em decorrência da atuação conjunta no debate contra a inserção da “ideologia de gênero” no Plano Nacional da Educação. É também a partir de 2014 que as mídias de massa, como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, passaram a cobrir a cruzada antigênero, ganhando impulso a partir de 2015 em decorrência da ampla discussão pública do tema e dos efeitos normativos da aprovação da PNE 2014-2024 no campo da educação. Assim como em quase todos os países europeus e latino-americanos, as ofensivas antigênero no Brasil focaram os seus ataques nas políticas educacionais e diretrizes pedagógicas que estavam sendo reformuladas a partir de ideias democráticas de igualdade e respeito à pluralidade humana. A prevalência do campo educacional para a fabricação da “ideologia de gênero” como um plano perverso petista para a “desconstrução da heteronormatividade” é evidenciada, por exemplo, pela tendência dos termos de busca utilizados pelos cidadãos brasileiros na internet que, mais significativamente a partir de março de 2014, esteve predominantemente associada a uma tentativa de compreensão do significado do sintagma neológico e dos perigos do conceito de “gênero” no contexto educacional. Nesse sentido, a ferramenta *Google Trends* revela que entre os 10 termos mais pesquisados na época relacionando “ideologia de gênero” e “educação” estão: “ideologia de gênero nas escolas”, “cartilha sobre ideologia de gênero” e “cartilha sobre ideologia de gênero do MEC” (CORRÊA e KALIL, 2020)

Embora diferentes denominações religiosas já tivessem se aliado politicamente com o registro da Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto (2005)³⁴⁵, o extensivo debate legislativo sobre o PNE 2010-2020 no Congresso Nacional se tornou um contexto político propício para a convergência de forças fundamentalistas católicas e evangélicas na cruzada contra o “gênero”: “Foi aí que germinou o consenso ‘ecumênico’ que caracteriza as atuais ofensivas antigênero no Brasil” (CORRÊA e KALIL, 2020, p. 70). Para além da busca pela unidade entre as diferentes religiões contra a jovem “democracia sexual” brasileira, “a matriz religiosa do movimento antigênero pôde ficar menos evidente” (JUNQUEIRA, 2018, p. 14) com a vinculação, nas redes e nas ruas, de um campo politicamente reconhecido como de direita contra as ameaças dos programas educacionais petistas à preservação da heterossexualidade compulsória como condição natural para a sobrevivência da espécie humana. No contexto das movimentações pela aliança estratégica de forças direitistas

³⁴⁵ Outras frentes entre diferentes denominações religiosas contra o aborto também seriam articuladas nas legislaturas subsequentes, como a Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto – Pelo Direito à Vida (2007), a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto (2011) e a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida (2011, sendo recriada em 2015). Detalhes sobre o debate sobre o aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014) podem ser consultados em MARIANO e BIROLI (2017)

heterogêneas contra os *folk devils* petistas que ameaçam desconstruir a heteronormatividade, grupos supostamente seculares que promovem o ultraliberalismo conservador, nos moldes do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem pra Rua, abraçaram a “ideologia de gênero” como uma ofensiva reacionária brasileira pela conservação da ordem sexual e, portanto, política.

Se no contexto nacional a cruzada contra os perigos do “gênero” surge fortemente marcada pela reação católica à disseminação global de uma “agenda comum” feminista no contexto das conferências da ONU, com os debates acerca dos perigos da inserção da “ideologia de gênero” nos currículos escolares a contraofensiva passa a configurar um “campo discursivo de ação” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 742) não necessariamente coeso – constituído, sobretudo, pela aliança circunstancial entre forças direitistas ecumênicas e seculares contra a esquerda petista. De fato, conforme argumenta Fassin (2020), a religião pode não ser tanto a causa final das políticas antigênero, mas um dos seus principais instrumentos: em cada país, o elemento crucial é a convergência de várias lógicas conservadoras ou reacionárias, sejam elas religiosas ou não.

O próprio criador do Movimento Escola Sem Partido (MESP), o advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, reconheceu que a iniciativa só ganhou força política quando passou a se vincular à “ofensiva abertamente religiosa antigênero” (CORRÊA e KALIL, 2020, p 70). Mesmo que tenha sido criado em 2004, o primeiro Projeto de Lei elaborado pelo MESP só viria a ser apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 13 de maio de 2014, pelo então deputado estadual Flavio Bolsonaro (PP-RJ). O texto do PL 2974/2014 – idealizado por Nagib para propor a criação “no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, [d]o ‘Programa Escola Sem Partido’ [ESP]”³⁴⁶ – serviria de base para futuras tentativas de implementar o ESP nas esferas municipais, estaduais e federal – com destaque para o PL 867/2015 (proposto pelo deputado federal Izalci Lucas [PSDB-DF] para a inclusão “entre as diretrizes e bases da educação nacional, o ‘Programa Escola Sem Partido’”³⁴⁷) e o PLS 193/2016 (proposto pelo senador Magno Malta [PL-ES] para a inclusão “entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

³⁴⁶ Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁴⁷ Disponível em: <https://bit.ly/49jJnXq>. Acesso em: 16 de setembro de 2023. O PL 867/2015 transforma as diretrizes criadas pelo Escola Sem Partido em anexo do PL 7180/2014, propondo a alteração do artigo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que abrange todas as salas de aula: do ensino básico às universidades. O objetivo do PL é adaptar a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 22 de novembro de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica), que foi ratificada pelo Brasil, incluindo entre os princípios do ensino nacional o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Disponível em: <https://bit.ly/3uFnnY7>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

de 1996, o ‘Programa Escola sem Partido’³⁴⁸). Embora não tenha sido aprovado a nível federal, as proposições legislativas oriundas do ESP foram pulverizadas pelo território nacional³⁴⁹, germinando, por exemplo, leis no Estado do Alagoas (aprovada em abril de 2016 e suspensa pelo STF em março de 2017), assim como nas cidades de Campo Grande (MS) e Picuí (PB) – também vetadas após protestos de grupos opositores.

Em seu site³⁵⁰, o MESP se apresenta como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Nesse sentido, a atuação do grupo se dá em duas frentes: por meio de uma associação informal de pais, alunos e conselheiros “sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” para coibir os abusos e divulgar os testemunhos das vítimas “desses falsos educadores”, assim como pelo Programa Escola Sem Partido (ESP) que disponibiliza online um conjunto de medidas previsto em anteprojetos de lei (federais, estaduais e municipais) que propõem tornar “obrigatória a afixação, em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, de um cartaz com os seguintes Deveres do Professor”. Fundamentalmente, segundo argumenta o MESP, as políticas educacionais petistas “afronta[m] o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado”. Assim sendo, ao exporem conteúdos em disciplinas obrigatórias “que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais, viola[m] o art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual ‘os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções’”.

A partir dos princípios difundidos pelo ESP e os seus apoiadores nos circuitos midiáticos amplificados, identifiquei que a “ideologia de gênero” assume matizes singularmente nacionais ao ser comunicada pelo pânico sexual bolsonarista como um projeto de poder petista que visa à “desconstrução da heteronormatividade” por meio da violação do princípio da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”³⁵¹ na educação nacional, nas relações familiares e nos corpos infantojuvenis. Exemplificativamente, na publicação “JOVENS E POLÍTICA”, compartilhada no Facebook em 14 de agosto de 2014³⁵², ao mesmo tempo que Bolsonaro atemoriza a população que “[a] doutrinação ideológica nas escolas é uma tática de domínio de governo que não para de crescer no Brasil”, o parlamentar parabeniza “principalmente os jovens

³⁴⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3T3IHkG>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁴⁹ Disponível em: <https://bit.ly/48mvR4e>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁵⁰ Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁵¹ Conforme prescreve o Projeto de Lei 867/2017 em seu Artigo II. Disponível em: <https://t.ly/PTV6x>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

³⁵² Disponível em: <https://bit.ly/3wuUj5W>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

que estão surgindo com pensamento ‘diferente’” contra a “indução de pensamento” que é normalmente pregada por alguns mestres. Sendo assim, estimula “aos senhores e jovens que falem com os parlamentares de seus Estados e Municípios” para que desenvolvam “projetos de lei para livrarem nossas crianças da covardia que vêm sofrendo dentro das instituições de ensino” – nos moldes das proposições legislativas apresentadas pelos seus filhos, Flávio e Carlos Bolsonaro³⁵³, “mediante orientação da Organização Escola Sem Partido”.

Ampliando as acusações de transgressão estatal do artigo XII do Pacto de São José da Costa Rica³⁵⁴ das salas de aula para os espaços domésticos, Bolsonaro denuncia, no dia 01 de outubro de 2014³⁵⁵, a aprovação e o sancionamento da Lei das Palmadas pela ex-presidente Dilma Rousseff como “a clara prova de interferência desproporcional do Estado no seio familiar”. Ao alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante”, a Lei 13010/2014³⁵⁶ foi rotulada pelo ex-capitão do Exército como uma prova irrefutável que “[a] estratégia socialista de se meter no núcleo familiar através de leis absurdas, visa unicamente destruir o que consideram ser a primeira propriedade privada, para assim facilitar o controle e a doutrinação dos jovens”. Conforme esclarece o parlamentar na referida postagem do Facebook, “colocando negros contra brancos, ricos contra pobres, heteros contra homossexuais, e agora, com a conivência da maioria no Congresso Nacional, a Lei da Palmada também coloca filhos contra pais”. Nesse caminho, ao “Segregar para Conquistar” o plano de governo petista de “desconstrução da heteronormatividade” para a sua perpetuação no poder estaria aos poucos se concretizando.

Na mesma postagem do Facebook é disponibilizado um link para o vídeo no YouTube³⁵⁷ no qual Bolsonaro já havia esclarecido, na Tribuna da Câmara em 31 de outubro de 2011, que a Lei das Palmadas “é mais uma medida desse Governo para ajudar a deseducar as nossas crianças” por meio da tipificação criminal do dever “inalienável” dos pais de utilizarem força física e práticas disciplinares brutais como formas de corrigir comportamentos e subjetividades

³⁵³ Flávio Bolsonaro (então deputado estadual do Rio de Janeiro pelo PP) e Carlos Bolsonaro (vereador do Rio de Janeiro pelo PP). Disponível no Blog Família Bolsonaro: <https://bit.ly/3sCfj46>. Acesso em 30 de março de 2021.

³⁵⁴ O Artigo XII (“Liberdade de Consciência e de Religião”) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos determina que “[o]s pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções”. Disponível em: <https://bit.ly/3uBxsFo>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

³⁵⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3uJm6iz>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

³⁵⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3SAxqW8>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

³⁵⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3uCko2u>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

desviantes da normalidade: “Esse Governo quer criminalizar o pai que porventura seja obrigado a dar uma palmada no seu filho ou seja obrigado a adverti-lo, admoestá-lo de forma ríspida. (...) se nós dermos uma palmada num filho nosso de 15, 16, 17 anos, nós podemos até ser obrigados a nos afastar de casa”. Mais notadamente, as “espirais de significação” articuladas pela retórica bolsonarista alarmam a população que a lei que visa proteger as crianças e adolescentes de maus-tratos e da violência doméstica nada mais é do que a nova faceta do “kit gay” que, por meio do cerceamento governamental do direito dos pais e responsáveis legais de educarem os filhos de acordo com as suas convicções religiosas e morais, resolve criminalizar aqueles que, porventura, ousarem tentar salvar as crianças das garras perversas da “ideologia de gênero”: “E nós não podemos dar esse golpe na educação brasileira. Já não basta o kit gay 1; o kit gay 2 agora (...) Homossexualismo (sic) é comportamento. Se nós quisermos dar uma palmada num filho nosso que está se desvirtuando, o menino que quer virar menina, isso é crime!”.

Conforme revelado por Jair Bolsonaro na postagem do dia 19 de maio de 2014³⁵⁸, o projeto de poder “importado” pelos esquerdistas para destruir o modelo “natural” de família não se limitaria à criminalização da autoridade absoluta dos pais de disciplinarem os seus filhos de acordo com os preceitos da instituição normativa e normalizadora da heterossexualidade compulsória. Ao passo que “segrega” as famílias tradicionais para a “conquista” do poder político, a “ideologia de gênero” consubstancia o programa de governo petista por meio do qual “monstros morais” aspiram subverter as leis da natureza que determinam que somente a fêmea pode parir e ser mãe. Sendo assim, a missão transcendentalmente reservada à maternidade é rebaixada ao mero papel social de prestação de cuidados que pode ser exercido por qualquer pessoa: “Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, extingue o ‘Dia das Mães’ nas escolas do ensino fundamental e cria o ‘Dia dos Cuidador’ (mais uma clara alusão aos anseios dos grupos LGBTs desrespeitando as famílias tradicionais)”.

De modo a tornar mais críveis as amedrontadoras narrativas de que estaríamos cada vez mais pertos do “FIM DA FAMÍLIA EM SP, CLARO, SENDO PATROCINADO PELO PT”, o então deputado federal compartilhou, na mesma publicação do Facebook, um link para uma matéria publicada por Reinaldo Azevedo na qual o jornalista inquire se “declarar o fim da família tradicional é o novo objetivo da gestão de Fernando Haddad?”. Em seu blog na *Veja*, o autointitulado especialista em “política, governo, PT, imprensa e cultura” relata a experiência de um “pai indignado” que, ao procurar as instituições públicas nas quais os dois filhos estudam para tentar compreender o porquê o “Dia de quem cuida de mim” estaria sendo celebrado em

³⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3uBSx2x>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

detrimento do tradicional “Dia das Mães”, foi informado por uma coordenadora pedagógica que “A família tradicional não existe mais”³⁵⁹. Pouco menos de uma semana depois, o site da Câmara Municipal de São Paulo³⁶⁰ noticiou que a assessoria do vereador Coronel Camilo (PSD) contactou o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato e a Escola de Educação Infantil Cecília Meireles, confirmando a alteração das datas comemorativas em atendimento a uma diretriz da Secretaria Municipal de Educação. É nesse contexto que a orientação da gestão Haddad para as escolas paulistanas da rede municipal de ensino é instrumentalizada pela retórica bolsonarista como mais uma evidência da “interferência desproporcional do Estado no seio familiar” que, com o pretexto de acolher todas as crianças na celebração e contemplar os diferentes arranjos familiares existentes, conspira para a normalização de formas de parentalidade desviantes do modelo heteronormativo historicamente institucionalizado.

Ao analisar, nas postagens de Jair Bolsonaro em sua página do Facebook, como o pânico sexual vai sendo gradativamente inscrito na linguagem transnacionalmente articulada pela “ideologia de gênero”, observo que as “espirais de significação” edificadas pela retórica bolsonarista convergem os riscos da violação do princípio da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” da educação nacional e das relações familiares para os corpos infantojuvenis. Em um movimento de aproximação ao pensamento radical disseminado na região latino-americana pelo “intelectual” argentino Jorge Scala, o então deputado federal fabrica na cultura brasileira contemporânea o temor que a instauração petista de um regime totalitário do “gênero” a partir dos espaços escolares e domésticos ambiciona destruir “a antropologia que, com suas nuances, luzes e sombras, era comumente aceita no Ocidente desde a antiguidade greco-romana e, mais intensamente, com o cristianismo: o homem como uma unidade consistente em um espírito encarnado” (SCALA, 2011, p. 50). Nessas linhas, a permanência do Partido dos Trabalhadores no governo federal representaria a iminente imposição de uma “nova pseudoantropologia” (SCALA, 2011, p. 47) na qual a defesa política do “princípio do interesse superior da criança” serviria de pretexto para a liberação dos sujeitos de direito infantojuvenis da sua condição humana natural e biológica – independentemente do consentimento dos pais e responsáveis legais.

“O Diário Oficial da União de 12 de março [de 2015] garante, nas escolas, que um aluno de 6, 7 ou 8 anos de idade caso queira frequentar o banheiro das meninas, usar saias ou ser chamado de Maria, assim o faça – sem que seja obrigatória a autorização do responsável”.

³⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3T12pvZ>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

³⁶⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3T2aUXM>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

Anunciando que, na tarde do dia 20 de março de 2015, “GRAVEI PARA O HORÁRIO POLÍTICO”, Jair Bolsonaro compartilha o vídeo no qual informa a população brasileira a respeito da “COVARDIA DO PT COM OS PAIS E AS CRIANÇAS NAS ESCOLAS” que teria sido materializada na Resolução publicada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT): “Você, pai ou mãe, concorda com isso? O governo quer combater a homofobia ou esculachar de vez os valores familiares?”³⁶¹. Duas semanas depois, acusando a ex-presidente Dilma Rousseff de “Men-ti-ro-sa!” – por ter dito, em 2011, em frente à bancada evangélica, que iria recolher “aquele material conhecido como *kit gay*, porque era inadequado” –, o parlamentar retornou à Tribuna da Câmara para anunciar os perigos do “lixo publicado no Diário Oficial da União, em 12 de março agora”, autorizando “qualquer menino que, porventura, se sinta menina, essa criança pode frequentar o banheiro das meninas, o vestiário das meninas, usar o uniforme que bem entender, se pintar, passar batom, usar calcinha e usar o nome social (...) sem que seja obrigatória a autorização do responsável”³⁶².

Embora não tenha força de lei, ao estabelecer “parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino”, a Resolução no. 12, de 12 de janeiro de 2015³⁶³, converge em recomendações às instituições de educação os princípios da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância” já estabelecidos, em 1996, pelo artigo III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Não obstante, a movimentação do CNCD/LGBT para a diminuição dos constrangimentos e discriminações que impedem pessoas travestis e transexuais de acessarem e permanecerem na educação básica e superior foi estigmatizada pela retórica bolsonarista como o reavivamento da perversa política sexual petista de valorização subjetiva e posituação jurídica das “expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis” (LEITE, 2019a, p. 11) que o parlamentar julgava ter sido enterrada com o cancelamento do “Kit de Combate à Homofobia”.

Contudo, diferentemente do que foi observado por esta tese no contexto de 2011, não são as fronteiras simbólicas da tolerância bolsonarista que vão ser novamente chacoalhadas porque as forças esquerdistas estariam “estimulando a ser gay [nas escolas], via Secretaria de

³⁶¹ Disponível em: <https://bit.ly/3uBSyU9>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

³⁶² Discurso na Câmara dos Deputados, em 26 de março de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/42zUGGY>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

³⁶³ Disponível em: <https://bit.ly/48nLsQZ>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Direitos Humanos”³⁶⁴. No cenário agora analisado, a fabricação do *bullshit* que crianças e adolescentes poderiam fazer a transição de gênero sem o consentimento dos pais é o artifício retórico por meio do qual o pânico sexual bolsonarista vai comunicar a “ideologia de gênero” como uma ferramenta de poder petista para a sua interferência totalitária nos corpos infantojuvenis. Ainda no ano de 2011, a proposição pedagógica de debates críticos entre professores e estudantes sobre os obstáculos vivenciados pela protagonista do filme *Encontrando Bianca* na busca pelo reconhecimento institucional e social da sua identidade travesti canalizou a atenção bolsonarista para os perigos da “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico. A partir de 2015, a Resolução do órgão da Secretaria de Direitos Humanos – operacionalizando, nas instituições e redes de ensino, o reconhecimento da identidade de gênero por meio da adoção do nome social em qualquer circunstância, da garantia do uso de espaços segregados por gênero (banheiro e vestiários) e da facultação do uso de uniformes escolares conforme a expressão de gênero de cada sujeito – vai redirecionar o pânico sexual para os riscos impostos pela transexualização infantil à preservação da estrutura antropológica íntima do ser humano.

Embora a Resolução no. 12 tenha aparentemente sido a centelha para o deslocamento retórico observado nas postagens de Jair Bolsonaro em sua página no Facebook a partir de 2015, as disputas políticas pelo reconhecimento social das identidades de gênero e do uso do nome social das pessoas travestis e transexuais são anteriores às diretrizes recomendadas pelo CNDB/LGBT – excedendo, portanto, os embates em torno da suposta imposição da “ideologia de gênero” pelo governo petista nos currículos escolares. No ano de 2013, por exemplo, os deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF) propuseram o PL 5002/2013³⁶⁵, dispondo “sobre o direito à identidade de gênero e alterando o art. 58 da Lei no. 6015 de 31 de dezembro de 1973”³⁶⁶. Para além da regulamentação do processo de solicitação da “retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem registrada em documentação pessoal” para maiores de 18 anos sem a necessidade de “autorização judicial”, realização de “terapias hormonais” ou “intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial”, o Projeto de Lei denominado de Lei João Nery, ou Lei de Identidade de Gênero³⁶⁷, propõe obrigar o Sistema

³⁶⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3KfISTQ>. Acesso 27 de julho de 2023.

³⁶⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3UEn8qQ>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

³⁶⁶ Lei que dispõe sobre os registros públicos, estabelecendo no referido artigo que “[o] prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. Disponível em: <https://bit.ly/42Ksu63>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

³⁶⁷ Disponível em: <https://bit.ly/4bII Xuc>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

Único de Saúde (SUS) e os planos de saúde a custearem “tratamentos hormonais integrais” e “intervenções cirúrgicas totais ou parciais de transexualização, inclusive as de modificação genital” a todas as pessoas maiores de idade que queiram “adequar seu corpo à sua identidade de gênero auto-percebida”. Em nenhum dos dois casos elencados pela proposição legislativa, seria necessário “qualquer tipo de diagnóstico ou tratamento psicológico ou psiquiátrico, ou autorização judicial ou administrativa”.

Apesar da realização de cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais maiores de 21 anos ter sido autorizada no Brasil, em 1997, pela Resolução 1482 do Conselho Federal de Medicina (CFM), para que os sujeitos brasileiros conseguissem fazer a cirurgia foi determinada a elaboração de um diagnóstico extremamente criterioso a ser produzido por uma equipe de psiquiatras, psicólogos, endocrinologistas, ginecologistas e cirurgiões. A permanência, ainda nos dias atuais, da necessidade do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (TIG) como condição de acesso ao tratamento na rede pública de saúde expõe que, mesmo que a intervenção cirúrgica tenha sido legalizada e o seu acesso expandido no país, a prática clínica se manteve orientada pelos processos históricos de patologização, psiquiatrização e estigmatização da transexualidade. Nessas linhas, o “transexualismo” corresponderia a uma experiência de não-conformidade entre sexo biológico e gênero, ou seja, a uma patologia de identidade sexual desviante ao discurso científico sobre o sexo que culminou na constituição do saber psiquiátrico, no século XIX, e dos comportamentos definidos como anormais. Já na metade do século XX, a primeira intervenção terapêutica tornada pública – a cirurgia do ex-soldado do exército americano George Jorgensen realizada por Christian Hamburger, em 1952, na Dinamarca – marca a genealogia do que Bento (2006) denomina de “dispositivo da transexualidade”, conduzindo pesquisadores, como Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller para uma nova definição do conceito de “transexualismo”, assim como para a defesa do tratamento das pessoas transexuais por meio de intervenções corporais.

No entanto, segundo nos explicam Arán, Murta e Lionço (2009), foi necessário que as redesignações sexuais estivessem inseridas em processos terapêuticos formais que culminaram na criação de centros de transgenitalização e na elaboração de protocolos de atendimento com base na Escala de Orientação Sexual criada por Harry Benjamin. Sendo assim, em 1973, Norman Fisk fundamentou uma nosografia psiquiátrica para o transexualismo ancorada fundamentalmente em um autodiagnóstico que, em 1977, foi incorporada à categoria psiquiátrica de “disforia de gênero”. Em 1980, a condição transexual finalmente teve seu lugar formalizado na psiquiatria e na medicina, sendo agregada pela Associação Americana de

Psiquiatria no DSM-3 e, em 1994, com a publicação do DSM-4, o termo “transexualismo” foi substituído por “transtorno de identidade de gênero (TIG)”, delimitando mais claramente o fato de ser considerado um estado psicológico no qual a identidade de gênero está em desacordo com o sexo biológico. Mesmo que, mais recentemente, a OMS tenha deslocado a transexualidade da lista de “doenças mentais” para a categoria de “saúde sexual” – criada para incluir os cuidados e intervenções de saúde a pessoas transexuais com o CID-11, divulgado em 18 de junho de 2018³⁶⁸ – as práticas assistenciais voltadas para o tratamento da transexualidade, especialmente nos serviços públicos de saúde, permanecem condicionadas ao diagnóstico psiquiátrico que reproduz a matriz heteronormativa e as suas opressões de gênero e sexualidade.

Segunda declaração de Jean Wyllys, o PL 5002/2013 se baseou, principalmente, na lei de identidade de gênero argentina (“Ley 26.743”), considerada a mais avançada do mundo não apenas pelos movimentos LGBTQIA+ e de direitos humanos, mas também pelos profissionais das diferentes disciplinas que pesquisam e lidam com a problemática cotidianamente: “E três anos depois de sua aprovação, não aconteceu [na Argentina] nenhuma das barbaridades apolíticas que os fundamentalistas anunciam aqui no Brasil”³⁶⁹. Segundo Wyllys, três foram as principais acusações promovidas por “empreendedores morais”, nos moldes de Jair Bolsonaro, para a amplificação midiática dos riscos impostos por uma suposta epidemia de transexualização infantil à preservação da estrutura antropológica do ser humano: 1) que o projeto de lei pretendia “obrigar as crianças a mudar de sexo”; 2) que os pais poderiam “obrigar seus filhos a mudar de sexo” (especialmente os casais homossexuais que poderiam adotar crianças e, depois, “obrigá-las a mudar de sexo”); 3) que o projeto permitiria às próprias “crianças mudarem de sexo sem a autorização dos pais”. Assim sendo, por potencialmente condensar na letra da lei o *bullshit* que, em nome do “princípio do interesse superior da criança”, o governo petista estaria se empenhando politicamente para a normalização e a normatização da transição de gênero de menores de idade sem o consentimento dos pais e responsáveis legais, a terceira categoria acusatória listada por Wyllys foi o aspecto da Lei João Nery mais explorado pelo pânico sexual bolsonarista. Conforme originalmente proposto pelos artigos 5 e 8 da Lei de Identidade de Gênero:

Artigo 5º - Com relação às pessoas que ainda não tenham dezoito (18) anos de idade, a solicitação do trâmite a que se refere o artigo 4º [solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem] deverá ser efetuada através de seus representantes legais e com a expressa conformidade de vontade da criança ou adolescente, **levando em consideração os princípios de capacidade progressiva**

³⁶⁸ Disponível em: <http://glo.bo/3OJ8ASY>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

³⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/42HdsxI>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

e interesse superior da criança, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§1º Quando, por qualquer razão, seja negado ou não seja possível obter o consentimento de algum/a dos/as representante/s do Adolescente, ele poderá recorrer ele poderá **recorrer (sic) a assistência da Defensoria Pública para autorização judicial**, mediante procedimento sumaríssimo que deve levar em consideração **os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança.**

§2º Em todos os casos, a pessoa que ainda não tenha 18 anos deverá contar com a **assistência da Defensoria Pública**, de acordo com o estabelecido pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

Artigo 8º - Toda pessoa maior de dezoito (18) anos poderá realizar intervenções cirúrgicas totais ou parciais de transexualização, inclusive as de modificação genital, e/ou tratamentos hormonais integrais, a fim de adequar seu corpo à sua identidade de gênero auto-percebida.

§1º Em todos os casos, será requerido apenas o consentimento informado da pessoa adulta e capaz. Não será necessário, em nenhum caso, qualquer tipo de diagnóstico ou tratamento psicológico ou psiquiátrico, ou autorização judicial ou administrativa.

§2º No caso das **pessoas que ainda não tenham de dezoito (18) anos de idade, vigorarão os mesmos requisitos estabelecidos no artigo 5º para a obtenção do consentimento informado** (WYLLYS e KOKAY, 2013, destaques meus)³⁷⁰.

Dessa forma, a postagem publicada por Jair Bolsonaro no Facebook, em 27 de junho de 2015, reutiliza a imagem que já havia sido compartilhada há pouco mais de duas semanas atrás no contexto de acusação de que uma “criança de 8 anos [estaria sendo] estimulada a ser gay” pelos pais adotivos homossexuais por frequentar a “Parada gay [que] é financiada por Dilma Rousseff e consta de seu Programa de Governo”³⁷¹. Conforme exposto na figura 31, se há poucos dias atrás menores de idade estariam sendo “estimulados” a serem gays por “monstros morais” dissimulados de pais adotivos, no contexto atual a retórica bolsonarista é violentamente radicalizada para, juntamente com o pastor Silas Malafaia, implorar à população brasileira que “SALVE NOSSAS CRIANÇAS. (...) alguns deputados do PT / PSOL querem CASTRAR SEU FILHO de 12 ANOS”. Dessa forma, a aliança conservadora “MALAFAIA / BOLSONARO” consolida na referida postagem alguns dos enunciados discursivos que vêm sendo retoricamente explorados pelo pânico sexual bolsonarista ao longo dos anos, induzindo, assim, pais e responsáveis a um estado alucinatório de terror no qual *monstruosidades perversas* ambicionariam mutilar sexualmente crianças e adolescentes afim de transformá-los em presas dóceis para a “ideologia totalitária petista”: “Após doutrinação escolar, via ‘identidade de gênero’, o seu filho de 12, 13 ou 14 anos, caso queira, poderá se submeter a cirurgia de mudança de sexo. O ‘interesse superior da criança’ deve prevalecer sobre a vontade dos pais. Não foi à toa o surgimento da LEI DAS PALMADAS”³⁷².

³⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/4byvd6m>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2024.

³⁷¹ Disponível em: <https://bit.ly/44aoBac>. Acesso em: 06 de julho de 2023

³⁷² Disponível em: <https://bit.ly/3ONaLEW>. Acesso em: 28 de setembro de 2023



Figura 31: O PT/PSOL quer CASTRAR O SEU FILHO de 12 ANOS
Fonte: Página de Bolsonaro no Facebook, 27 de junho de 2015

Reconhecendo o pastor Silas Malafaia como “um dos mais atuantes defensores da FAMÍLIA e das CRIANÇAS” e parabenizando-o pela “brilhante atuação ao lado [d]o Deputado Federal (SP) Eduardo Bolsonaro na Câmara dos Deputados nessa quinta-feira [25 de junho de 2015]”, o parlamentar compartilha o link de um vídeo originalmente postado na página de Felipe Moura Brasil no YouTube, intitulado “Como desmascarar a petista Erika Kokay, com Malafaia e Bolsonaro”³⁷³. No material audiovisual de 10’30”, o jornalista e então colunista da *Veja* – considerado pelo UOL “o maior influenciador político do Brasil”³⁷⁴ com 1,5 milhões de seguidores no Twitter – analisa o que fora debatido na audiência pública da Comissão Especial que discutiu o Projeto do Estatuto da Família (de autoria do deputado evangélico Anderson Ferreira do PR). Defendendo a “definição da família segundo a Constituição, com um núcleo formado a partir de um homem e uma mulher”, o presidente da Assembleia de Deus Vitória em

³⁷³ Disponível em: <https://bit.ly/3UJIXFr>. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

³⁷⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3uE518C>. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

Cristo rotulou de “interferência do Estado na família” a possibilidade do adolescente recorrer à assistência da Defensoria Pública para autorização judicial nos casos em que o consentimento dos responsáveis seja negado ou que a autorização não seja possível de ser obtida para a realização dos processos transexualizadores: “Isso aqui, sabe qual é o nome disso aqui? Canalhice. Sabe o que que é isso aqui? É a tentativa de tirar; é um plano ideológico dos esquerdopatas para tirar a autoridade dos pais e da família. É esse que é o jogo, senhores”. Estigmatizando a “cirurgia de mudança de sexo” de “amputação”, o deputado federal Eduardo Bolsonaro questiona “se uma criança, no caso um menino, fizer a cirurgia de mudança de sexo e no futuro quando tiver 17 anos de idade, 18, se arrepender, será que ela consegue voltar atrás e reimplantar o seu órgão masculino?”.

A postagem por meio da qual Jair Bolsonaro disseminou no Facebook o *bullshit* que deputados esquerdistas perversos estariam planejando “castrar” crianças de “12, 13 ou 14 anos” – após terem sido “doutrinadas” nas escolas, via “ideologia de gênero”, que “não nasceram homens ou mulheres” e que, portanto, em nome do “seu interesse superior” poderiam se “submeter à cirurgia de mudança de sexo” sem o consentimento dos pais –, gerou 67.000 curtidas, 28.000 compartilhamentos e 7.400 comentários³⁷⁵. Alguns dos cidadãos que engajaram na fabricação do “pânico participativo e de origem coletiva” exigiam a nomeação e a rostificação dos *folk devils* que planejavam a mutilação sexual dos corpos infantojuvenis: “Eu quero saber os nomes dos deputados....? Não sou a favor, mas acho que deveria dizer, quem são!” (Thalita Santos). Outros, reagiram incrédulos à “desordem no Brasil”, tendo em vista que se “somos 90 % cristão era pra termos 90 % de políticos em prol da família e do bom senso!!!!” (Whillian Louback), desencadeando sentimentos coletivos de tristeza face ao reconhecimento que “somos nós brasileiros os culpados disso pq somos nós que colocamos essas pessoas no poder” (Mateus Pereira). Além disso, foi resgatado nos comentários o debate que pululava os noticiários da época sobre a aprovação da PEC 171/93³⁷⁶ – que propõe a alteração do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos) –, suscitando questionamentos sobre a forma paradoxal por meio da qual a noção de “maturidade” é interpretada pelas políticas públicas petistas para que seus interesses políticos prevaleçam acima de tudo: “O interessante é que uma criança de 12 pode mudar de sexo caso queria sem autorização dos pais por que tem maturidade é o que diz um dos deputados e um adolescente

³⁷⁵ Dados de 28 de setembro de 2023.

³⁷⁶ Disponível em: <https://bit.ly/49dvVo2>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

de 16 anos que mata alguém não tem maturidade é o que diz um deputado, agora eu pergunto será que esses deputados tem maturidade?” (Kelly Santos da Costa).

Mesmo alguns dos comentários críticos à retórica reacionária bolsonarista pela conservação da ordem heteronormativa e do arranjo “natural” de família reproduzem o *bullshit* que, de alguma forma, crianças poderiam ser submetidas à cirurgia de mudança de sexo: “Ainda bem que vc disse caso queira... Além de querer o indivíduo passa por acompanhamento psicológico antes da cirurgia... Me poupe dessa sua defesa da família” (Monica Roncada). Conforme foi enfatizado pela deputada federal Érika Kokay na Comissão Especial da Câmara, “Eu vou encaminhar para o pastor qual é o Protocolo do Ministério da Saúde para os processos transexualizadores. (...) porque nós não estamos falando de intervenção cirúrgica”.

O processo transexualizador foi instituído, no âmbito do SUS, pela Portaria 1707, de 18 de agosto de 2008³⁷⁷, sendo redefinido e ampliado pela Portaria 2803, de 19 de novembro de 2013³⁷⁸. Em relação “aos cuidados dos usuários e usuárias no Processo Transexualizador”, as diretrizes do Ministério da Saúde sintetizam no inciso 2 do artigo 14 que “a hormonioterapia que trata esta Portaria será iniciada a partir dos 18 (dezoito) anos de idade do paciente no processo transexualizador” e que “os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional”. Sendo assim, a implantação do processo transexualizador nas unidades federadas de saúde acata as orientações da Resolução CFM no. 1955/2010³⁷⁹ que, ao dispor “sobre a cirurgia de transgenitalismo”, somente a autoriza para maiores de 21 anos – após dois anos de acompanhamento conjunto e avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social. Ou seja, de acordo com a legislação brasileira vigente em 2015, a cirurgia de redesignação sexual só podia ser realizada em adultos acima de 21 anos³⁸⁰. Ademais, a operação cirúrgica não é necessariamente

³⁷⁷ Disponível em: <https://bit.ly/48n1avN>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

³⁷⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3UEFeJl>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

³⁷⁹ Disponível em: <https://bit.ly/49ie5jU>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

³⁸⁰ Mais recentemente, a Resolução CFM no. 2265/2019, publicada no D.O.U. em 09 de janeiro de 2020 e atualmente em vigor, reduziu de 21 para 18 anos a idade mínima para cirurgia de transição de gênero e diminuiu de 18 para 16 o início da hormonioterapia cruzada, definindo regras específicas para o uso de medicamentos para o bloqueio da puberdade: liberou o bloqueio hormonal em crianças ou adolescentes transgêneros a partir do estágio puberal Tanner II (puberdade) ou a pacientes portadores de puberdade precoce ou estágio puberal Tanner II antes dos 8 anos no sexo feminino (cariótipo 46,XX) e antes dos 9 anos no sexo masculino (cariótipo 46,XY) que necessitem de tratamento com hormonioterapia cruzada por se tratar de doenças. A portaria também estabelece que crianças ou adolescentes transgêneros devem receber tratamento de equipe multiprofissional e interdisciplinar sem nenhuma intervenção hormonal ou cirúrgica. Importante observar que a Resolução do Conselho Federal de Medicina não foi acatada automaticamente ao SUS que precisa avaliar o processo de incorporação e, então, se adequar às novas regras. Disponível em: <https://bit.ly/49gAaPS>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

o objetivo de todas as pessoas transexuais que acessam o sistema de saúde em busca de tratamento, mas a última etapa do processo transexualizador que também inclui outras intervenções médicas, como o bloqueio da puberdade e a hormonização cruzada.

Longe de “castrar” crianças sem o consentimento dos pais, o que o PL 5002/2013 propunha era a ampliação do acesso gratuito a procedimentos para mudança de sexo e terapias hormonais para pessoas maiores de 18 anos – em um movimento político pela despatologização da transexualidade que desobriga as pessoas trans a obterem um laudo psiquiátrico para poderem acessar o sistema de saúde gratuito. Além disso, conforme argumentado por Kokay na audiência pública que discutiu o Projeto do Estatuto da Família, a Lei João Nery submetia à apreciação do Congresso Nacional a necessidade de estender aos menores de idade o protocolo do Ministério da Saúde para os processos transexualizadores que assegura a presença de psiquiatra, de clínico, de assistente social, de endocrinologista para acompanhar os sujeitos que se sentem ou que tenham identidade de gênero que não corresponde ao seu próprio corpo: “E aí digo isso porque isso é fundamental ser assegurado, inclusive para adolescentes, a partir de uma decisão judicial. Por que? Porque esses adolescentes precisam ser acolhidos”. Reiterando em entrevista ao *Estadão* que o projeto “não propõe, não autoriza e muito menos impõe cirurgia de mudança de sexo para adolescentes e crianças sem o consentimento dos pais”, a deputada federal informa que o que se buscou com o PL foi “nos casos em que a família não aceite a identidade de gênero do adolescente (e não da criança como estão dizendo), que estes possam procurar a Defensoria Pública Estadual para, mediante processo judicial, mudar o seu registro civil e, se for o caso, ter acesso aos serviços de saúde para o processo transexualizador”³⁸¹.

Mesmo que o PL 5002/2013 tenha sido arquivado no dia 31 de janeiro de 2019, após o fim da legislatura em vigor, as travestis e transexuais ganharam no STF o direito de alterar o nome e o gênero no registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo – garantindo, assim, alguns dos objetivos do Projeto de Lei João Nery³⁸². Além disso, a proposição legislativa suscitou um debate público sobre a importância da viabilização de cuidados médicos e psicológicos que podem minimizar discriminações, sofrimentos e traumas experienciados por crianças e adolescentes transgêneros com o desenvolvimento, na puberdade, de características físicas com as quais não se identificam (MACIEL e TEIXEIRA, 2017). Nesse sentido, o bloqueio hormonal que inviabiliza o início do processo de maturação sexual, adequando o corpo ao gênero do sujeito transexual, foi liberado

³⁸¹ Disponível em: <https://bit.ly/49HvXo9>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

³⁸² Disponível em: <https://bit.ly/49B0uUl>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

pela Resolução CFM no. 2265/2019 para pessoas transgêneros a partir do estágio puberal Tanner II (puberdade), possibilitando, por exemplo, que atualmente 280 crianças e adolescentes acessem gratuitamente o tratamento pelo Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (Antigos) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (sendo 100 crianças de 4 a 12 anos de idade e 180 adolescentes de 13 a 17 anos)³⁸³.

Apesar de avanços significativos na conquista de direitos sexuais pelas populações LGBTQIA+, os esforços da governamentalidade petista para a despatologização da transexualidade e a implementação de políticas públicas que garantam o acesso de travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais aos processos transexualizadores disponibilizados gratuitamente pelo SUS contribuíram significativamente para que os sentidos de perigo articulados pela “ideologia de gênero” fossem escalados das práticas educacionais, relações familiares e corpos infantojuvenis para “uma questão de soberania nacional”³⁸⁴. Nas linhas do que argumentam Paternotte e Kuhar (2018), o pânico sexual bolsonarista não vai se limitar a comunicar a “ideologia de gênero” como uma ameaça antropológica à estrutura íntima do ser humano, mas também como uma “nova ideologia de esquerda” ainda mais perigosa à segurança da nação do que a ideologia marxista. Ao supostamente permitir que elites esquerdistas corruptas se autoproclamem autoridades com capacidades divinas para “castrarem” homens, mulheres e crianças da sua condição humana biológica e natural, a “ideologia de gênero” é apresentada como o principal instrumento da “revolução cultural marxista” que emerge contemporaneamente das cinzas do comunismo para a promoção de uma mudança de consciências e da tomada do poder político global. Conforme teorizado por Contreras e Poole (2011), a “velha esquerda” do marxismo corresponderia atualmente à “nova esquerda” da “ideologia de gênero”.

³⁸³ Disponível em: <http://glo.bo/3wcHAVt>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

³⁸⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3Gilt8F>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

4.3 A “ideologia de gênero” como o novo “perigo vermelho” comunista

Tendo em vista que, conforme problematizado por Motta (2002), o anticomunismo se estruturou historicamente no Brasil como uma tradição, o pânico sexual bolsonarista vai se apropriar dos enunciados articulados pela tradição anticomunista afim de posicionar a esquerda petista e as suas políticas rotuladas de socialistas como antagonistas aos valores judaico-cristãos, à moralidade conservadora e à ordem socialmente estabelecida. Esse “retorno de um efeito de sentido” (MARIANI, 2019, p. 275) se concretiza, sobretudo, pela gestão calculada da memória (reavivamento de sentimentos coletivos de terror associados à luta de classes, à destruição da família e à segurança nacional) e do esquecimento (omissão do cerceamento da liberdade, perseguições políticas, torturas nos porões da ditadura militar, exílio dos cidadãos indesejados, assassinatos violentos e desaparecimento de corpos).

Apesar da administração estratégica da rememoração e do apagamento das lembranças do nosso passado recente, o destino final da movimentação conservadora pelo reacendimento das reminiscências do comunismo não é fixado pela atualização dos riscos da redistribuição de renda e da reforma agrária à tomada do poder pelas classes populares. Na contemporaneidade, a produção de saberes acadêmicos sobre o “gênero” é apresentada como o principal instrumento de um suposto “marxismo cultural” destinado à conquista global do poder por meio da imposição totalitária de valores desviantes à matriz heteronormativa. Sendo assim, a comunicação bolsonarista da “ideologia de gênero” como o novo “perigo vermelho” comunista vai escalar os sentidos de perigo articulados pelo “kit gay” para os limiões do totalitarismo de Estado, buscando distanciar até as classes mais vulneráveis dos ideais de justiça social historicamente defendidos pelo Partido dos Trabalhadores: “Então, pessoal, é o presente de Natal que Dilma Rousseff está proporcionando para as famílias pobres do Brasil; ou seja, no dia em que a maioria da garotada nas escolas for homossexual, está resolvido o assunto! E a história de cobertura é o Escola sem Homofobia”³⁸⁵.

Já com a candidatura à Presidência da República oficializada, Jair Bolsonaro publicou em sua página oficial do Facebook, no dia 23 de agosto de 2018, uma postagem intitulada “A luta de classes e destruição dos valores não é apenas absurdo, mas uma estratégia muito bem articulada de controle da sociedade”³⁸⁶ na qual compartilha um trecho da entrevista que concedera a Gilberto Barros três anos antes. Em sua participação no programa *De Cara com a*

³⁸⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 24 de novembro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3QrCTiy>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

³⁸⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3ZMYZyS>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

fera, veiculado pela *TV Leão* no dia 17 de novembro de 2015³⁸⁷, o então deputado federal defendeu que “o que que a causa LGBT interessa para o governo [é] esculachar os valores familiares”, argumentando que “[u]ma família desestruturada é uma família cada vez mais dependente do Estado. Você com problema, Leão, você procura teu tio, teu irmão, teu pai, teu avô. Agora você sem família, tu fica refém do Estado. É uma das vertentes da luta pelo poder”.

Em uma movimentação política que, tomada as devidas diferenças nacionais e conjunturais, também foi observada no contexto estadunidense e apreendida teoricamente por Cooper (2017) e Brown (2019), Bolsonaro acena à governamentalidade que converge os “valores familiares” conservadores com a racionalidade neoliberal para privatizar como responsabilidade dos núcleos familiares as obrigações do Estado com a prestação de assistência à população mais carente por meio do desenvolvimento de programas de bem-estar social que combatam a pobreza – nos moldes do Programa Bolsa Família. Munido de um discurso que objetiva à moralização da lógica econômica capitalista, o parlamentar reduz a complexidade da luta histórica pela consciência de classe e justiça social ao mero papel de instrumento perverso do programa de governo petista que visaria “segregar” as populações para mais facilmente “conquistar” os seus corpos e subjetividades: “(...) para se fazer um regime de exceção, o ingrediente é esse: é o caos social. O governo cada vez mais incrementa na luta de classes: branco contra negro, homo contra hétero, pai contra filho, nortista contra sulista, rico contra pobre”. Dessa forma, Jair Bolsonaro se posiciona publicamente como o ator político capaz de salvar a parcela mais pobre da população brasileira das garras das elites governantes de esquerda que, em nome de uma pretensa redistribuição de renda, interferem de forma totalitária na educação, nas relações familiares, nos corpos infantojuvenis e na própria soberania nacional.

É, portanto, em defesa da população precarizada e iletrada contra as *monstruosidades morais* camufladas por uma suposta “ditadura do proletariado”³⁸⁸ que o parlamentar sobe à Tribuna da Câmara, em 10 de março de 2016, para revelar o *modus operandi* da governamentalidade petista: “Quanto mais uma população for ignorante, com o cartão de Bolsa Família numa mão e o título de eleitor na outra, melhor para o PT. Depois, é só semear o terror. Falar que eles defendem os pobres e que nós aqui, do lado [de] cá, somos contra os pobres. É sempre a mesma ladainha. Esse é um partido de criminosos”³⁸⁹. Nesse contexto, Bolsonaro

³⁸⁷ A entrevista é disponibilizada pela página da TV Leão no You Tube em: <https://bit.ly/3Q6pn3m>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

³⁸⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 08 de agosto de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/45ksfye>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

³⁸⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 10 de março de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/455c0VP>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

denuncia o empobrecimento da educação pública brasileira como um projeto de poder petista, questionando, na sessão parlamentar de 29 de maio de 2014³⁹⁰, “[d]e que vale o PNE, se os Parlamentares não conhecem o currículo escolar do ensino fundamental? Recente pesquisa, do mês passado, apontou que 57% dos alunos da 3ª série do ensino fundamental não sabem somar ou subtrair”. Na ocasião, informou aos presentes na Câmara dos Deputados que teria ido às escolas para não ter dúvidas e “ver como estão os livros escolares”, verificando, assim, que os materiais didáticos disponibilizados pelo MEC possuem “fotografias de José Dirceu como uma síntese de sua geração e de Paulo Maluf, traidor e corrupto. (...) Sobre Lamarca o livro é bem claro. Ele [o livro] tinha os militares como os que traíram o Brasil”.

Como explicou vividamente o político na referida sessão parlamentar, os livros escolares financiados com dinheiro público sugerem atividades pedagógicas a serem realizadas em salas de aulas a partir de questões que já estariam respondidas a priori pelo próprio livro, como “Você concorda que torturadores e assassinos de presos políticos sejam executados depois de uma revolução popular?” ou ainda “Cuba teria alcançado o mesmo nível de desenvolvimento social que tem hoje se fosse um país capitalista?”. Dessa forma, estudantes do ensino fundamental estariam sendo doutrinados que Cuba é economicamente superior a países, como Japão, Inglaterra e os Estados Unidos: “Conclusão disso tudo, Deputado Inocêncio Oliveira: não adianta termos um PNE que pretende até majorar a carga horária dos alunos para eles aprenderem esse lixo ideológico. Estamos caminhando para o socialismo!”. Finalmente, ao acusar o seu partido (PP) de “est[ar] vendido para a reeleição da Dilma Rousseff” no ano de 2014 – assim como o pessoal do PMDB, do PTB e do PR –, Bolsonaro encerra a sua fala aterrorizando que “ano que vem será o início da festa do PT para um socialismo em nosso País”.

Se por meio da inserção da “ideologia de gênero” no material pedagógico as crianças estariam sendo doutrinadas a naturalizarem todas as configurações familiares com base na “desconstrução da heteronormatividade”³⁹¹, os livros didáticos aprovados pela “terrorista chamada Dilma Rousseff” também “estão apinhados de culto ao socialismo, de culto a ditadores, de culto a torturadores” que determinam, de forma bastante autoritária, que “essa molecada vai crescer com essa ideia socialista na cabeça”³⁹². Nesse tom assustador, o ex-capitão do Exército denuncia a existência de ilustrações e gravuras no material distribuído pelo MEC

³⁹⁰ Discurso na Câmara dos Deputados, em 29 de maio de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3g5KqkZ>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

³⁹¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 27 de março de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3QibWxP>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

³⁹² Discurso na Câmara dos Deputados, em 22 de agosto de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4bIiUEu>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

nas escolas da rede pública que mostram às crianças a partir de seis anos de idade “de um lado, que o capitalismo é uma desgraça e, de outro lado, que o socialismo é um paraíso”. Inicialmente comunicando “gênero” e “comunismo” como dois elementos similarmente perigosos para a ordem social e a segurança da nação, porém de naturezas ainda percebidas como distintas pela retórica bolsonarista, o parlamentar alarma a população brasileira que “[n]os livros escolares – agora não é *kit gay*, não – há dezenas e dezenas de páginas louvando o regime cubano, louvando o regime chinês de Mao Tsé-Tung, o norte-coreano e por aí afora; e esculhambando os regimes democráticos”. Nesse contexto, as memórias coletivas construídas pela tradição anticomunista são reavivadas para que os cidadãos brasileiros possam ter uma real dimensão do perigo que está sendo apresentado: “Aquela ideia de pré-64 não sai da cabeça desses retrógrados petistas!”³⁹³. Fundamentalmente, o que o pânico sexual bolsonarista faz uma parte considerável da população crer é que as ameaças do “perigo vermelho” nunca cessaram de existir já que “estamos vivendo um comunismo, uma ditadura canalha que o PT quer impor ao nosso País”³⁹⁴.

Em Mariani (1998) foi realizada uma extensa análise sobre os sentidos de “comunista” e de “comunismo” que circulavam em jornais cariocas entre 1922 (ano de fundação do Partido Comunista Brasileiro) e 1989 (ano de candidatura de Roberto Freire, do PCB, à Presidência da República). Tal análise exaustiva permitiu compreender que, ao longo de quase sete décadas, houve o recrudescimento de um imaginário polarizado entre o bem (o *status quo* burguês) e o mal (os “inimigos da pátria” são os comunistas). Desse modo, tais termos eram “submetidos a processos de significação negativizados (como falta de apreço pela família, pelos valores pátrios, pela religião católica, dentre outros) e contrários ao que seria a ‘índole’ do brasileiro” (MARIANI, 2019, p. 275). Em outros termos, o modo como o comunismo foi significado no discurso jornalístico da época produziu uma política de silenciamento das contradições sociais e transformações coletivas sobre as quais os ideais comunistas foram edificados, assim como fortaleceu uma certa noção de brasilidade a partir dos sentimentos de abjeção e repulsa à representação do que seria o ideário do materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels no século XIX.

No período a partir dos anos 1980, conforme aprofunda a pesquisa de Mariani (1998, 2019), os efeitos de sentido associados a “comunismo” e “comunista” deslizaram para “esquerda”, “esquerdista” e “esquerdismo”. Sendo assim, “ser de esquerda” é construído

³⁹³ Discurso na Câmara dos Deputados, em 08 de agosto de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4bJbKQo>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

³⁹⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 22 de agosto de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4bliUEu>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

discursivamente pela remissão a “ser comunista”, reascendendo nas consciências dos sujeitos que habitam a temporalidade presente as memórias do “perigo vermelho” e dos “inimigos nefastos da pátria” fabricadas pelos ditos e não ditos de uma outra historicidade. No contexto contemporâneo, o foco não é tão somente o PCB e o comunismo de outrora, mas especificamente o PT, os chamados “petralhas” e, em especial, os “esquerdopatas” que, para além de consolidar os significados tradicionalmente associados aos “comunistas”, estigmatiza os sujeitos ideologicamente alinhados à esquerda do espectro político como anormalidades patológicas simplesmente por “serem de esquerda”. Nas palavras da própria pesquisadora:

Por associação, depreendemos a formação de *esquerd(o)pata*, como em *psicopata*: psic(o)pata. A etimologia de *psicopata* está na união de *psyché* e *pathós*, duas palavras gregas que significam alma ou mente, e doença ou sofrimento, respectivamente. Por analogia com a construção de *psicopata*, podemos compreender que um *esquerdopata* seria um sujeito doente por ser de esquerda, ou melhor, por pensar como alguém de esquerda. Logo, a ideologia de esquerda seria uma doença. Há, porém, um efeito outro em *esquerdopata*, efeito ligado à ridicularização e humilhação da ideologia desse sujeito (MARIANI, 2019, p. 284, grifos do original).

A partir da observação do discurso bolsonarista, identifiquei o revisionismo e o negacionismo histórico como elementos retóricos centrais para o “deslizamento” dos efeitos de sentido associados a “ser de esquerda” do campo específico da construção de mundos a partir das ideias políticas e econômicas formuladas na ordem do materialismo-histórico para o lugar de patologia da alma e da mente que tem sido historicamente ocupado pelos “monstros morais”. Para além dos processos de “psiquiatrização do prazer perverso”, a revelação da natureza monstruosamente criminosos dos “esquerdopatas” vai ser potencializada por disputas políticas contemporâneas que, ao revisarem a História do Brasil e ressignificarem o golpe de 1964 como uma suposta “revolução democrática” contra a invasão comunista pretensamente em curso na época, rotulam perseguidos políticos da ditadura militar de terroristas contra-revolucionários. Sujeitos que, segunda a retórica bolsonarista, teriam iniciado as suas trajetórias políticas atentando contra a segurança nacional e a vida de civis inocentes até, no contexto atual, ocuparem posições governamentais e midiáticas estratégicas para a materialização do projeto de poder petista: “A responsabilidade [pela inserção da ‘ideologia de gênero’ no currículo escolar] é de Dilma Rousseff, uma mulher que não governa nada, uma terrorista, cujo primeiro marido sequestrou um avião com 96 pessoas a bordo e foi para Cuba e cujo segundo marido, com ela, assaltava caminhões na Baixada Fluminense!”. Ainda falando sobre a então presidente do Brasil na Tribuna da Câmara dos Deputados, em 23 de junho de 2015, Bolsonaro prossegue com o seu discurso negacionista: “É uma mulher que não tem

caráter, não tem moral. Cria a chamada Comissão Nacional da Verdade para esculachar as Forças Armadas”³⁹⁵.

Faz sentido, então, que ao publicar o último livro da trilogia³⁹⁶ que alicerça o que Rocha (2021) caracteriza como o “sistema de crenças de Olavo de Carvalho”, o guru da militância bolsonarista tenha enfatizado que “[e]ste livro completa a trilogia que (...) consagrei ao estudo da *patologia intelectual brasileira* no novo panorama do mundo” (CARVALHO, [1996] 1999, p. 39, grifos meus). Segundo a retórica que ganha musculatura ao aderir às polêmicas estrategicamente alimentadas pelo repertório bibliográfico olavista contra ícones da esquerda petista, os “esquerdopatas” que participaram da resistência armada nos “anos de chumbo” da nossa história – como Dilma Rousseff, José Dirceu, Anselmo Gois, Míriam Leitão, Rubens Paiva e Alfredo Sirkis – não passam de “marginais, bandidos treinados em Cuba, na China, na Coreia, que queriam impor aqui a ditadura do proletariado, e que se intitulam agora perseguidos políticos. São bandidos, que continuam de beijos e abraços com Fidel Castro!”³⁹⁷.

Apesar da significativa existência de documentos e estudos que evidenciam graves violações de direitos humanos e violentas práticas de tortura executadas durante os 21 anos nos quais cinco generais do Exército comandaram o Brasil – para além do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que, em seu volume III³⁹⁸, apresenta os perfis de 434 mortos e desaparecidos políticos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 –, o pânico sexual bolsonarista insistentemente faz circular nos circuitos midiáticos amplificados versões revisadas da história nacional, negando a existência do golpe de 1964 e o caráter opressor da ditadura militar brasileira. Munido do discurso negacionista que comunica o período de 1964-1985 como uma necessária “transição democrática” para livrar a sociedade civil do “perigo vermelho” iminente, o então deputado federal disputa o significado de acontecimentos políticos que nos definem como povo brasileiro. Conforme argumentamos previamente (SANTOS e SACRAMENTO, 2020b), a incessante tentativa de apagar as marcas que ainda se fazem visíveis nos corpos, na subjetividade e na cultura nacional é

³⁹⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 23 de junho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3QQtKu1>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

³⁹⁶ A trilogia que, segundo Rocha (2021), confere inteligibilidade ao caos cognitivo dos discursos da militância bolsonarista iniciou em 1994 com a publicação de *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*, prosseguida no ano seguinte com *O jardim das aflições. De Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil* para ser finalizada, em 1996, com o lançamento de *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras*.

³⁹⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 03 de setembro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3EICEIC>. Acesso em: 08 de outubro de 2023.

³⁹⁸ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

potencializada pelo processo de formação da memória individual nos ambientes de sociabilidade digital em oposição à historiografia cientificamente produzida.

Segundo Silva Fernandes (2016), o revisionismo histórico contemporâneo surgiu no continente europeu na esteira das crises do socialismo real, do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social, além da ascensão ao poder da direita alicerçada pelos ideais neoliberais. No campo historiográfico, em meio às comemorações ao bicentenário da Revolução Francesa, Hobsbawm (1996) publicou os *Ecos da Marselhesa* como um enfrentamento crítico às tentativas de revisão da interpretação de inspiração marxista do processo de tomada da Bastilha que buscavam a naturalização da sociedade burguesa através dos tempos. Na Europa, outros temas historiográficos têm sido contemporaneamente revisados, a exemplo dos horrores do fascismo italiano contestados pelo historiador Renzo De Felice; dos temas da guerra civil espanhola e da violência do franquismo, cujos principais opositores incluem nomes como Luiz Suarez e Pío Moa; da ditadura salazarista em Portugal e o “branqueamento” da história que criou o mito da revolução africana sem mortos; das trágicas experiências do nazismo alemão por Ernest Nolte no artigo *O passado que não quer passar* (1986); da negação da existência do genocídio dos judeus nos campos de concentração durante o holocausto, que levou a comunidade dos historiadores a cunhar o termo “negacionismo” como uma “variante minoritária e radical do revisionismo histórico” (SILVA FERNANDES, 2016, p. 5).

Segundo Carvalho (2016), o início do fenômeno da negação ao nazismo é localizado nos anos 1940, no imediato pós-guerra, como um esforço da direita para minimizar o escopo e a intensidade das atrocidades nazistas. Inicialmente se apresentando de forma mais intensa na França – com as publicações de Maurice Bardèche e Paul Rassinier –, se expande para os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, no final dos anos 1970, com a popularização dos textos de Robert Faurisson. O então professor de literatura da Universidade de Lyon sugere que o termo “negacionista” seja deixado de lado e substituído por “revisionista”. É por conta da dimensão epistemológica da historiografia – sujeita a constante revisão, descoberta de documentos e lançamento de novas interpretações – que os negacionistas almejam ser reconhecidos como revisores da historiografia, ou melhor, como historiadores que apresentam apenas uma outra interpretação do passado.

Tratando especificamente dessa diferenciação conceitual, Napolitano (2019) enfatiza que todo revisionismo histórico abriga também um debate ideológico. O problema é quando o revisionismo parte de princípios ideológicos fechados em si mesmos que vão de encontro às evidências documentais (materiais ou testemunhais) e à própria ideia de veracidade do fato

histórico: “Quando essa fronteira é cruzada, estamos no território da pura e simples disputa por memória (...). Nesse ponto o revisionismo se transforma em negacionismo” (NAPOLITANO, 2019). A historiografia científica admite várias interpretações, desde que partam de processos verificáveis e de questões plausíveis, podendo ser legitimamente contestadas a partir do surgimento de novas questões e documentos que avançam o conhecimento.

Apesar das importantes diferenças conceituais, tanto o revisionismo histórico quanto a sua versão mais radical negacionista têm conquistado cada vez mais visibilidade e seguidores nos espaços midiáticos, principalmente nas redes de sociabilidade digital, disputando intensamente a memória coletiva sobre temas polêmicos que tendem a polarizar opiniões entre os dois espectros políticos. De Castro (2015) aponta que o negacionismo se tornou um “ciberativismo”, criando uma verdadeira rede de extrema direita que permitiu aos movimentos conservadores amplificar suas vozes e visibilidade aos mais jovens e àqueles sem esperanças com as transformações políticas, econômicas e culturais do mundo que os oprime. As mídias digitais também contribuíram para mutações na relação historiador-historiografia-público, extravasando a prática historiadora para além dos circuitos institucionais tradicionais (MALERBA, 2017). As transformações tecnológicas alteram profundamente os meios pelos quais se conhece a História, ou seja, como se lê, se vê, se ouve e se vive a História. Até o século XIX, e parte considerável do XX, a História não era escrita para o grande público, mas para estadistas e membros das elites – por historiadores treinados na pesquisa crítica e documental.

A “História Pública” surge nesse contexto de potencialização da ação profissional dos historiadores para fora do universo acadêmico e de amplificação dos públicos como audiências que, além de consumirem, também produzem História. Segundo Malerba (2017), a História é pública porque a sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada por leigos e amadores, assim como pela expansão vertiginosa do seu público consumidor. Em um cenário de produção e popularização da História pelas tecnologias digitais, se dá também o aumento de certas formas de conhecimento sobre o passado, em particular a elevação do estatuto dos discursos de memória e do valor do testemunho, desafiando o papel dos historiadores como intérpretes qualificados de eventos passados. No nosso “bios midiático” marcado pela “politização da memória e da história” (MOTTA, 2020, p. 29), constantes ataques às bases do conhecimento científico desestabilizam o lugar social do saber histórico como parte estratégica da guerra pela hegemonia dos valores dominantes. Trata-se de duvidar do *establishment* acadêmico que é acusado de estar implicado em uma trama comunista ao ponto de, como denuncia Meneses (2020), haver uma mudança radical na relação da sociedade com

o “conhecimento histórico” e na percepção dos seus profissionais pelos públicos: “eles mentem”, são “doutrinadores”, não contam a “verdadeira” história.

Conscientes dessas mudanças, políticos nos moldes de Jair Bolsonaro, Donald Trump e Marine Le Pen têm explorado a complexa relação entre História Pública e redes sociais de internet, questionando o conceito de autoria, legitimação do conhecimento e autoridade. Ao explorarem as potencialidades das mídias digitais por meio da circulação de discursos revisionistas e negacionistas, os representantes da extrema direita contemporânea estrategicamente mobilizam o desejo nostálgico pelos velhos tempos quando a heterossexualidade compulsória era um dos requisitos para que uma parcela da sociedade pudesse se beneficiar da desigualdade social dominante. Em seus discursos, esses atores políticos atacam moralmente as experiências atuais de governos esquerdistas salvaguardando o tripé “Deus, Pátria e Família”, ao mesmo tempo que relativizam as atrocidades de regimes autoritários e advogam pelo esquecimento dos crimes contra a humanidade cometidos por líderes totalitários. Em síntese, negam a barbárie, considerando-a preventiva a uma ameaça maior e em constante iminência de ser materializada por “esquerdopatas” corporificados por “monstros morais” – sejam eles imigrantes, mulheres, negros, homossexuais ou pessoas trans.

Tratando especificamente da historiografia brasileira, Pereira (2015) aponta que há um elevado índice de cidadãos que demonstram amplo desconhecimento sobre os eventos e processos em torno do golpe de 1964. Nesse contexto de ausência de ressonância pública dos crimes e violações cometidos pelo Estado durante a ditadura militar, segundo Couto Neto (2019), os movimentos reacionários contemporâneos viram uma oportunidade para a contestação do conhecimento historiográfico por meio da fabricação de um passado idealizado que despreza as evidências científicas contrárias aos seus valores políticos. Ou ainda, como argumenta Meneses (2020), num cenário de pouca capilaridade da historiografia tradicional, esquecemos, mas também inventamos mitos para responder às urgências de cada tempo. Essa insistência nostálgica em “um passado que de fato não passou” (MOTTA, 2020, p. 39) foi instrumentalizada por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara, em 25 de maio de 2011, para criticar um suposto excesso de atenção do então Ministro da Educação, Fernando Haddad, à agenda do respeito à diversidade sexual e de gênero: “Bons tempos aqueles de 30, 40 anos atrás, que o pessoal chama de ‘anos de chumbo’, onde se via nas escolas a seguinte frase: *“Um País se constrói com homens e*

livros”. Hoje, neste novo Governo, pensa-se que democracia se constrói com *gays* e livros do MEC que ensinam errado”³⁹⁹.

Principalmente a partir dos processos de fragmentação política e desqualificação dos tradicionais mediadores institucionais instaurados pelas manifestações de junho de 2013, mobilizações públicas exigindo a intervenção militar no país passaram a ser articuladas pelas mídias digitais e ocupar a paisagem das principais cidades brasileiras em versões contemporâneas da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 – conforme atesta a *selfie* de Jair Bolsonaro, Silas Malafaia, Sóstenes Cavalcante e Magno Malta em um evento religioso “Pela Família, pelo Brasil e contra a Corrupção” que contou com oito trios elétricos e um show de encerramento com cantores da música gospel na Praça da Apoteose (centro do Rio de Janeiro)⁴⁰⁰. A imagem em questão foi compartilhada pelo ex-capitão do Exército em sua página do Facebook, em 30 de maio de 2015: “Agora na Marcha para Jesus. FAMÍLIA PROJETO DE DEUS!”⁴⁰¹.

Assim como no caso da extrema direita neonazista (CARVALHO, 2016), o objetivo dos negacionistas do golpe de 1964 e da ditadura militar brasileira é reabilitar o militarismo como uma opção político-partidária com legitimidade para a retomada do poder. Nesse contexto, revisar a historicidade dos “anos de chumbo” brasileiros configura um mecanismo de produção de subjetividades favoráveis ao retorno do militarismo como cultura, forma de organização social e sistema político que, apesar de ter impedido a imposição de uma ditadura do proletariado, falhou ao descuidar da área da cultura, propiciando, assim, “o estabelecimento de uma hegemonia cultural [da esquerda] que resultou no triunfo eleitoral do PT em 2002” (ROCHA, 2021, p. 157). Segundo o anticomunismo brasileiro do século XXI – disseminado nas redes digitais, sobretudo, pelos livros, textos, vídeos e aulas de Olavo de Carvalho –, o domínio das consciências por meio do campo cultural teria sido conquistado pela conversão da intelectualidade de esquerda ao “gramscismo”, estabelecendo como estratégia subversiva para a implantação do comunismo no país a embalagem do marxismo como um produto da indústria cultural a ser vendido nos teatros, novelas, filmes, literatura e música – independentemente da faixa etária dos públicos consumidores. Embora seja anacronismo histórico e desonestidade epistemológica conceder ao filósofo italiano Antonio Gramsci, morto em 1937, a autoria de um

³⁹⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 25 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3txI6w4>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

⁴⁰⁰ Disponível em: <http://glo.bo/3T12sYH>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

⁴⁰¹ Disponível em: <https://bit.ly/46LOnCH>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

termo desconhecido nos meios acadêmicos até o início da década de 1990⁴⁰², a noção de “marxismo cultural” vai ser de fundamental relevância para as forças direitistas brasileiras – não pelo conteúdo que a estrutura, mas pela função que exerce: a formulação de uma narrativa conspiratória que vincula os sentimentos anticomunistas atualizados na nossa cultura contemporânea pelo negacionismo histórico às práticas retóricas anti-intelectualistas transnacionalmente organizadas pelas campanhas antigênero.

Segundo Rocha (2021), a ascensão do bolsonarismo no Brasil é incompreensível sem levar em conta a sua convicção não apenas na “hegemonia”, mas na “doutrinação da esquerda”, que teria conquistado corações e mentes pelo campo da cultura – “motivo obsessivo do *Orvil* e de Olavo de Carvalho” (ROCHA, 2021, p. 55). Tendo em vista que nem todos os militares e civis de direita aceitaram de bom grado o encerramento da ditadura militar, com destaque para o jovem militar em formação Jair Messias Bolsonaro⁴⁰³, no âmbito das Forças Armadas brasileiras articulou-se o projeto *Orvil*, cujo propósito era iniciar uma guerra de narrativas com a esquerda sobre a história do próprio regime militar⁴⁰⁴. O livro – encomendado ao comando do Centro de Informações do Exército (CIE) pelo ministro do Exército, em 1986, e que permaneceu como um projeto sigiloso por mais 19 anos – relata que o movimento comunista internacional estabelece duas estratégias possíveis para a tomada do poder: violenta, por meio da luta armada; pacífica, por meio da infiltração na sociedade e do aparelhamento das instituições. Segundo a narrativa militar, no Brasil teria havido quatro tentativas de implantação do modelo político, social e econômico comunista, sendo que as três primeiras iniciativas lançaram mão das armas, fiéis, portanto, à noção da violência revolucionária. Devido ao fracasso da luta armada pela repressão das forças militares, os caminhos a serem trilhados pelos subversivos para a revolução comunista foram deslocados para a “via pacífica” em 1974 que,

⁴⁰² Uma das primeiras formulações da noção de “*cultural marxism*” foi identificada no artigo de Michael J. Minnicino, *The new dark age: Frankfurt School and “political correctness”* (publicado em 1992)

⁴⁰³ Rocha (2021) recorda as datas de iniciação militar do jovem Bolsonaro: em março de 1974, ele ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e foi declarado aspirante em dezembro de 1977, sendo a sua mentalidade militar forjada sob a égide da Lei de Segurança nacional, de 1969 – que supõe uma visão de mundo bélica e a identificação do inimigo a ser eliminado por meio de estratégias como aquelas narradas pelo *Orvil*.

⁴⁰⁴ O livro datilografado em 1.200 páginas divididas em dois volumes, escrito em 1986 e 1987, baseado integralmente no arquivo secreto do CIE teve a publicação vetada pelo Alto Comando do Exército e, posteriormente, pelo presidente Sarney. Disponível em: <https://bit.ly/3tAi4Iz>. A narrativa do *Livro negro do terrorismo no Brasil*, mais conhecido como *Orvil*, é considerado por José Cezar de Castro Rocha como um dos pilares da tática política de Bolsonaro de acusar e combater uma suposta conspiração da esquerda para tomar o poder, desta vez pela via da cultura, sem pegar em armas. Disponível em: <https://bit.ly/3rU7hIL>. Todos os acessos em: 14 de outubro de 2023.

conforme destaca o material produzido pelo Exército na página XVII, é “para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante”⁴⁰⁵.

Ainda segundo Rocha (2021), muito embora o nome de Antonio Gramsci não apareça no texto do *Orvil*, a descrição do processo de reorganização do campo da esquerda para a tomada do poder por meio de um lento trabalho de sedução dos corações e mentes da população pode ser considerada como uma espécie de antecipação do “gramscismo” delirante que viria a ser postulado pelos militares e, sobretudo, por Olavo de Carvalho nos circuitos midiáticos amplificados. Em sua genealogia do “gramscismo” como “uma ideologia da nova direita brasileira”, Secco (2018) corrobora com essa visão ao apontar que o informe sobre “a situação da subversão no Brasil” – apresentado pela nossa inteligência militar no contexto da 17ª Conferência dos Exércitos Americanos (realizada no balneário argentino de Mar del Plata em 1987)⁴⁰⁶ – já apontava o pensamento de Gramsci como o novo inimigo a ser combatido nos diversos campos do poder, para além do estritamente militar: “Para Gramsci, o método não consistia na conquista ‘revolucionária do poder’, mas em subverter culturalmente a sociedade como passo imediato para alcançar o poder político de forma progressiva, pacífica e perene”. Conforme aponta Vecchi (2020), a fobia militarista ao “gramscismo” – já impróprio desde a denominação que remonta a um -ismo ideológico e não a uma filosofia – seria dilatada com a publicação, em 2002, de *A revolução gramscista no Ocidente: a concepção revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere* pelo General Sérgio Augusto de Avellar Coutinho – livro recomendado, em 2014, no blog da Família Bolsonaro: “Gramscismo: o ‘novo’ método aplicado para domínio de nossa geração já estava escrito há tempos”⁴⁰⁷.

Para além da produção militar, coube a Olavo de Carvalho a tarefa de denunciar o “gramscismo” nos circuitos midiáticos e dar musculatura discursiva aos movimentos que emergiam no início dos anos 1990 para a contestação de uma suposta hegemonia intelectual da esquerda no plano da cultura. Com a publicação de *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* – obra que, em 1994, inaugura a “trilogia dedicada ao estudo da patologia cultural brasileira” (CARVALHO, [1994] 2014, p. 20) –, o guru das forças direitistas que viriam a apoiar a ascensão do bolsonarismo ao poder em 2018 já estabelecia que a “conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à

⁴⁰⁵ Segundo a narrativa do *Orvil*, a primeira tentativa de tomada ocorreu entre 1922-1954; a segunda entre 1955-1964; a terceira entre 1964-1973 e a quarta teria iniciado em 1974. O “livro secreto do Exército” que começou a ser divulgado no início dos anos 2000, possui uma versão online que pode ser consultada em: <https://bit.ly/45wiMUn>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

⁴⁰⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3rUk2mD>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

⁴⁰⁷ Disponível em: <https://tinyurl.com/5yf3fvx8>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos” (CARVALHO, [1994] 2014, p. 23). Contudo, o olavismo não vai se limitar a delatar a incapacidade do método histórico em produzir conhecimentos verdadeiros sobre o regime militar e o passado da nação brasileira. Tendo em vista que toda a produção científica ocidental teria sido manipulada por uma conspiração internacional que, pautada pelo “gramscismo”, ambiciona combater os valores que fundam a civilização judaico-cristã, a retórica olavista vai rejeitar a ciência moderna em sua totalidade, propondo a visão de mundo de grupos políticos conservadores como a *verdadeira ciência* a ser seguida: “O marxismo cultural, portanto, seria uma estrutura a priori que condicionaria até mesmo a produção das evidências sobre as quais os cientistas debruçam” (PEREZ OLIVEIRA, 2020, p. 84).

Se o revisionismo histórico que estrutura o eixo narrativo do *Orvil* e o discurso militarista caracterizou a astuta capacidade de infiltração da ameaça comunista pelo campo da cultura como o inimigo interno a ser eliminado, a negação da cientificidade dos estudos de gênero e sexualidade vai produzir novos efeitos de sentido ao “perigo vermelho” iminente. Nesse sentido, o conceito de “gênero” é identificado como o núcleo central de uma ideologia totalitária que, para a tomada global do poder, anseia impor uma nova antropologia humana a partir da desconstrução das instituições de poder e sistemas de crenças que têm historicamente constituído a heteronormatividade, tais como a heterossexualidade compulsória, a família e a infância. Em outros termos, a “ideologia de gênero” é compreendida pelas forças direitistas brasileiras como parte de um plano mais amplo de dominação comunista das tecnologias contemporâneas de produção de subjetividade para a destruição de valores tradicionais da civilização judaico-cristão: o “marxismo cultural”.

Faz sentido, portanto, que o pânico sexual bolsonarista insista na comunicação da militarização das escolas públicas brasileiras como uma estratégia política para a produção de sujeitos livres do condicionamento de qualquer mediação intelectual e metodologicamente comprometida a priori pelo “marxismo cultural”. Além disso, a configuração do sistema educacional a partir da racionalidade militar pavimentaria o caminho para o retorno a uma era histórica na qual o *conhecimento verdadeiro* era produzido e transmitido por grandes aparatos políticos e econômicos sob o controle direto de um Estado repressor, tais como as escolas, as universidades, a ciência e o jornalismo. Conforme denunciado por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara, em 18 de outubro de 2016, ao alarmar a população que o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, estaria totalmente tomado por “marginais do MST”: “Nós conhecemos a máxima de Lenin de que não se tomem quartéis, mas sim escolas.

Eles agora estão mostrando realmente a que vieram, estão ocupando escolas e, lá dentro, um verdadeiro *bunker*, estão promovendo o desrespeito à constituição, o desrespeito à família, baseado na ideologia de gênero”⁴⁰⁸. Fundamentalmente, o ex-capitão do Exército reivindica a valorização das Forças Armadas como “o último obstáculo para que seja imposto em nosso País o socialismo, o comunismo. Depois de nós, não tem mais ninguém. Assim foi em 1964, quando o povo foi para a rua e pediu a saída de João Goulart”⁴⁰⁹.

A combinação de textos e imagens articulando a tradição anticomunista aos novos efeitos de sentido do “perigo vermelho” camuflado no sistema educacional pelos “esquerdopatas” petistas é sucessivamente acionada pela retórica bolsonarista em postagens na página do então deputado federal no Facebook. Desta forma, em 3 de novembro de 2014, Bolsonaro denuncia aos cidadãos brasileiros que” [l]ivro adotado nas escolas públicas do Distrito Federal conduz para uma aproximação cada vez maior com a ditadura cubana”. Conforme enfatiza o ex-capitão do Exército, “[h]á que ser lembrado o que é atribuído a Antonio Gramsci, teórico italiano do comunismo: ‘NÃO TOMEM QUARTÉIS, TOMEM ESCOLAS E UNIVERSIDADES, NÃO ATAQUEM BLINDADOS, ATAQUEM IDÉIAS.’”⁴¹⁰. Em 4 de agosto de 2015, o parlamentar volta a acusar o MEC de fazer propaganda comunista com livros que “tratam José Dirceu como um ícone para a sua geração”. De acordo com a publicação digital, “[h]oje, o aumento de gastos na educação tem como objetivo doutrinar os alunos para o marxismo. (...) Continuam vendendo a ‘perfeição hipotética’, os valores de disciplinas como física, química, matemática, biologia, português, educação moral e cívica são preteridas por outras que dividem a sociedade e acirram a luta da classe”⁴¹¹. Além disso, em 28 de maio de 2014, o ex-capitão do Exército insiste que “a doutrinação ideológica comunista quando não ensinada diretamente por professores nas escolas e faculdades, são expostas também em instituições de ensino fundamental, que (...) são frequentadas por crianças de pouca idade”. Ao reiterar que “a obsessão da esquerda por estes regimes totalitários não tem limites”, Bolsonaro alarma que os “monstros morais” esquerdistas “[t]entam a todo custo fazer com que nossos jovens, desde crianças, criem identidade com ditadores, assassinos e guerrilheiros como foi Che

⁴⁰⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 18 de outubro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/49iPM58>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

⁴⁰⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 03 de setembro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3EICE1C>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

⁴¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/391R9Dw>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

⁴¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3ry4DIA>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

Guevara, colocando o capitalismo como o inferno e o socialismo como a salvação da pátria, metodologia facilmente identificada nos livros escolares de nossos filhos”⁴¹².

Inflamando ainda mais a retórica que anuncia uma suposta invasão comunista por meio da normalização das perversidades do “gênero” em nosso país, em 9 de abril de 2015, Jair Bolsonaro informa que no “Diário Oficial de hoje, sob o falso ‘manto dos Direitos Humanos’, [Dilma Rousseff] publica 2 Portarias que se referem à ‘segurança’ na Internet”. Ao denunciar que “GOVERNO CONTROLA INTERNAUTAS”, o parlamentar acusa a criação de “estruturas para o recebimento de denúncias de ilícitos, a exemplo dos ‘Conselhos Populares’, [a partir das quais] o PT poderá perseguir internautas que pensam e escrevem em desacordo com sua ideologia marxista”. Ainda na mesma postagem, Bolsonaro alerta para a incoerência das políticas públicas articuladas pela governamentalidade petista que, por um lado, em nome da proteção de “crianças e adolescentes” cerceiam a liberdade dos cidadãos se expressarem em contrariedade ao “marxismo cultural” nos ambientes de sociabilidade digital, por outro, “este mesmo governo decide distribuir cartilhas para as mesmas [crianças], sem que se saiba seu teor”. Associando o “perigo vermelho” iminente à *figura monstruosa do pedófilo criminoso* encarnada pelos esquerdopatas, o parlamentar estabelece que “POSSÍVEL ESTÍMULO À PEDOFILIA E EXALTAÇÃO DO COMUNISMO É O MÍNIMO QUE SE PODERÁ ESPERAR DESSAS CARTILHAS”⁴¹³.

Nessas linhas, a suposta inserção da “ideologia de gênero” nas escolas públicas – entendida como a arma mais potente e devastadora do plano marxista de dominação cultural – é estigmatizada pelo pânico sexual bolsonarista como mais uma faceta do “kit gay” para a subversão da ordem heteronormativa, objetivando a produção de subjetividades não-cisgêneras e desejos não-heterossexuais entre crianças e jovens em idade escolar. Seguindo a narrativa conspiratória fabricada por Jair Bolsonaro em sua página do Facebook, em postagem do dia 24 de outubro de 2015 o então deputado federal rotula o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de “Exame Nacional do Ensino MARXISTA”. Ao criticar uma questão da prova daquele ano sobre a proposição existencialista de Simone de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher”, o parlamentar vulgariza o pensamento da filósofa feminista para denunciar que o “sonho petista em querer nos transformar em idiotas materializa-se em várias questões do ENEM”, configurando, assim, a admissão por escrito que “O JOÃO NÃO NASCEU HOMEM e a MARIA NÃO NASCEU MULHER” como um requisito para que os

⁴¹² Disponível em: <https://bit.ly/3vLZaLu>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

⁴¹³ Disponível em: <https://bit.ly/3wkh5cn>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

nossos jovens acessem as universidades públicas. Em um discurso que define que “MAIS OU TÃO GRAVE QUANTO A CORRUPÇÃO É A DOUTRINAÇÃO IMPOSTA PELO PT JUNTO A NOSSA JUVENTUDE”, o futuro presidenciável acena para as próximas eleições – ou para a antecipação do resultado das urnas por um novo golpe militar – como a ocasião na qual os cidadãos que se opõem à “ideologia de gênero” poderão, finalmente, aniquilar os esquerdopatas e se livrarem da implantação do totalitarismo comunista em nosso país: “Essa canalhada deverá ser extirpada do poder em 2018 com o VOTO IMPRESSO, ou antes, da mesma forma como o Congresso, em 02 de abril de 1964, cassou o comunista João Goulart”⁴¹⁴.

Diretamente influenciado pelo pensamento olavista, Bolsonaro vai promover, em sua página no Facebook, uma suposta preferência nacional para que os militares assumam o comando da rede pública de ensino como o reflexo da ânsia dos cidadãos brasileiros para que as futuras gerações cresçam livres da doutrinação comunista e, portanto, escapem às perversidades do “gênero” por meio da produção de *conhecimentos verdadeiros* que não estejam condicionados a priori pelo “marxismo cultural”: “Enquete do programa CQC⁴¹⁵, de ontem, atestou que 90% dos entrevistados são favoráveis à ‘MILITARIZAÇÃO’ das escolas públicas. (...) Como eu disse no CQC, caso tivesse poder, convidaria um General que tivesse comandado um Colégio Militar para ser Ministro da Educação.” Na mesma postagem do dia 21 de julho de 2015, o então deputado federal informa que “[c]oncorrendo com 18 milhões de alunos de 46.711 escolas, 10 alunos do Colégio Militar de Brasília ganharam MEDALHAS DE OURO nas Olimpíadas de Matemática”, diagnosticando, então, que “[o] fracasso do ensino público no Brasil se deve, dentre outros motivos, à impossibilidade dos professores exercerem sua autoridade em sala de aula, o que não ocorre nos Colégios Militares”⁴¹⁶. Em outra postagem, do dia 29 de junho do mesmo ano, “defendo para a educação, caso um dia tenha poder” a reafirmação do modelo “natural” de família por meio da comemoração “em todas as escolas, [d]o Dia das Mães e dos Pais”, assim como a (re)biologização da sexualidade humana por meio da imposição que “[o]s alunos frequentarão somente os banheiros destinados aos seus sexos (masculino/feminino)”⁴¹⁷.

Conforme exposto nas figuras 32 e 33, o combate militarista ao novo “perigo vermelho” comunista – representado contemporaneamente pela infiltração da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural” no currículo escolar – procura ganhar legitimidade pelo compartilhamento

⁴¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2OXsOJK>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

⁴¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3s2Q6R1>. Acesso em: 08 de agosto de 2021.

⁴¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2PDRz0F>. Acesso em: 28 de março de 2021.

⁴¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3cSR8sV>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

de reportagens veiculadas pelos jornais *Correio Braziliense* e *O Globo* que revelam melhorias em uma escola pública de Manaus sob o comando da Polícia Militar. Pouco importa que para atender às expectativas da comunidade de nostálgicos pela ordem e segurança que os “anos de chumbo” representam em suas memórias as Forças Armadas estejam sendo desviadas da sua finalidade constitucional. Para fazer cumprir o seu papel na manutenção da nossa democracia, o Exército possui como função precípua “defender a honra, a integridade e a soberania da Pátria contra agressões externas e garantir a ordem e a segurança internas, as leis e o exercício dos poderes constitucionais”⁴¹⁸.



Figuras 32 e 33: Militarização nas escolas públicas contra as perversidades do “gênero”
Fonte: Página do Bolsonaro no Facebook, 21 de julho e 29 de junho de 2015.

Dessa forma, a militarização das escolas é justificada pela produção retórica de uma espécie de generificação do poder estatal no qual as lógicas masculinistas de hierarquia patriarcal e força bruta que têm historicamente estruturado as políticas de segurança nacional correriam o risco de serem enfraquecidas por “agressões externas” e “inimigos internos” materializados nos direitos sexuais recentemente conquistados pelas militâncias feministas e LGBTQIA+. Assim sendo, narrativas que alarmam o suposto domínio da “ideologia de gênero” sobre o destino da pátria brasileira alimentam o pânico em torno da preservação ontológica do nosso povo – já que falhar em defender os ideais de “honra, integridade e soberania” dos perigos representados pelo “marxismo cultural” significa ameaçar a sobrevivência da própria nação.

⁴¹⁸ Conforme prescreve o Estatuto dos Militares estabelecido pelo Decreto-Lei no. 3864, de 24 de novembro de 1941. Disponível em: <https://bit.ly/49Fsy9s>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

Conforme anunciado pelo ex-capitão do Exército na Tribuna da Câmara, em 08 de dezembro de 2010: Isso [o “kit gay”] é sério. Entendo até que é questão de soberania nacional”⁴¹⁹.

Sabendo que é, sobretudo, pela descontextualização, deformação e desvirtuamento das políticas públicas petistas em favor da positivação do direito à livre expressão de gênero dos sujeitos infantojuvenis que a retórica bolsonarista fabrica o pânico sexual, analiso como Jair Bolsonaro estigmatizou a reflexão proposta pela *Revista Nova Escola* sobre o preconceito com o qual as escolas tratam as crianças e adolescentes que ousam desafiar as regras socialmente construídas para definir e limitar o que é ser homem e mulher. Ao estampar na capa da edição de fevereiro de 2015 a imagem de Romeo Clarke vestido de princesa com uma tiara de cristal na cabeça – menino britânico de cinco anos que foi impedido de ir às aulas por preferir vestidos rotulados como femininos às roupas tradicionalmente masculinas –, a publicação mensal convida educadores e educadoras a um debate crítico sobre questões de gênero e sexualidade na infância que permeiam a rotina escolar: “Vamos falar sobre ele?”⁴²⁰. Na mesma edição, a revista também disponibilizou o download do material didático que compunha o “Programa Escola Sem Homofobia”, rebatizado pejorativamente de “kit gay” e cancelado pelo governo Dilma Rousseff em maio de 2011

Em uma primeira postagem, compartilhada no Facebook quase um ano após o lançamento da referida edição da *Revista Nova Escola*, Bolsonaro associa a publicação mantida pela Fundação Lemann a uma operação casada do MEC para a distribuição de “livros que estimulam o sexo entre criancinhas”: “Pelo amor de Deus. Essa criancinha tem cinco anos de idade. Ela tem consciência do que está fazendo? Vocês estão estimulando ela ser homossexual, ou não? Isso é um crime que vocês fazem”. Fundamentalmente, segundo a postagem do dia 15 de janeiro de 2016, a edição que foi eleita a melhor de 2015 pela Associação Nacional dos Editores de Revistas faria parte do plano de governo petista de imposição totalitária de uma nova antropologia humana por meio da inserção da “ideologia de gênero” nos currículos escolares: “E olha só, e a Nova Escola mesmo diz: ‘O menino que ilustra está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino’. (...) Afinal de contas isto veio daqui: Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Isso é um documento do governo”⁴²¹.

⁴¹⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3GilT8F>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

⁴²⁰ A integralidade da matéria escrita e assinada por Wellington Soares, *Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo...*, está disponível em: <https://bit.ly/3uAPebY>. Acesso em: 21 de outubro de 2023

⁴²¹ Disponível em: <https://bit.ly/42LrbU4>. Acesso em: 21 de outubro de 2023

Algumas semanas depois, em 05 de fevereiro de 2016, Bolsonaro volta a compartilhar a imagem do menino cujos desejos subvertem as performatividades de gênero historicamente cristalizadas, contrapondo a sua suposta existência anormal à representação simbólica das qualidades de masculinidade que, segundo a sua visão de mundo militarizada, seriam capazes de garantir um futuro para a nação brasileira livre do regime totalitário imposta pelo “gênero”: os corpos fardados e armados de duas crianças participando do que aparenta ser uma Parada Militar. Conforme expõe a figura 34, identifico que para além da evidente reapropriação discursiva da tradição anticomunista estruturada, principalmente, durante a ditadura militar (1964-1985), a retórica disseminada pelo pânico sexual bolsonarista atualiza o “gênero” como o novo “perigo vermelho” comunista que ameaça a segurança nacional por meio da corporificação de dois modelos radicalmente opostos de infância: um que promete salvaguardar os ideais masculinistas de pátria forte e soberana por meio de corpos infantis militarizados e um outro que revela a degeneração do nosso povo pelas perversidades do “gênero” encarnadas no corpo de um menino vestido de princesa. Nesse contexto, a militarização da infância encarna a representação da masculinidade autoritária disseminada pela retórica bolsonarista ao longo dos anos nos circuitos midiáticos amplificados, evocando a disciplinarização dos corpos infantis, das subjetividades das próximas gerações e da produção do *conhecimento verdadeiro* como o caminho político a ser seguido para o restabelecimento de uma certa noção de ordem social – sobretudo no campo específico da educação brasileira que tem sido contemporaneamente tensionada pela crise moral instaurada pela “ideologia de gênero”.



Figura 34: Os corpos infantis como o corpo da nação
Fonte: Página do Bolsonaro no Facebook, 05 de fevereiro de 2016

Com um tom de indignação, Jair Bolsonaro critica a incoerência ideológica da “CANALHADA dos DIREITOS HUMANOS” que, de um lado, fica “SILENTE” com a imagem de “um MENINO vestido de PRINCESA” e a “Revista é PREMIADA como a melhor capa de 2015”, por outro, fica revoltada com a “Foto de 2 crianças FARDADAS” e ameaça “ENQUADRAR alguns da POLÍCIA MILITAR de SÃO PAULO no Art. 232 do ECA”⁴²². Após a leitura dos primeiros 11.000 comentários em resposta à postagem, que foi curtida 117.000 vezes e possui 76.000 compartilhamentos⁴²³, se destacou a denúncia de Julio Rocha de que o então deputado federal estaria mentindo ao “fazer comparações falaciosas para defender, a qualquer custo, suas ideias retrógradas e ignorar o preconceito a outrem”. Ao afirmar que “[n]a verdade a foto em questão é essa”, Rocha exhibe a fotografia que, de fato, fora compartilhada no dia 02 de fevereiro de 2016 no Twitter e no Facebook oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, gerando reações enérgicas nas redes digitais da população e dos ativistas pelos direitos humanos das crianças: a grotesca e violenta imagem de uma bebê fardada de policial militar, segurando uma tonfa e algemas nas mãos. Conforme exposto na figura 35, ao associar a pureza e a inocência de uma criança aos ícones da corporação para desejar “Boa Noite” a postagem pretende mostrar o orgulho que os policiais têm por fazerem parte da instituição militar, despertado, assim, a confiança da população: #podeconfiarpmesp.



Figura 35: Foto de bebê publicada no Twitter e no Facebook da Polícia Militar do Estado de São Paulo
Fonte: Página da PM-SP no Facebook, 02 de fevereiro de 2016

⁴²² Disponível em: <https://bit.ly/42KCtbo>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

⁴²³ Dados de 21 de outubro de 2023.

Uma pesquisa mais detalhada na internet revelou que a foto do casal de crianças uniformizadas com trajes militares – utilizada por Bolsonaro para capitalizar em cima da polêmica gerada pela postagem da PMESP sem, no entanto, se associar diretamente à barbárie divulgada imagetivamente pela corporação paulista – já circulava nas redes digitais desde 2012, quando foi postada no blog oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo para comunicar que “[s]er policial militar muitas vezes começa na infância, como um sonho de criança. Depois, se realiza como um sacerdócio a serviço do próximo, em nome do bem”⁴²⁴. Além disso, o parlamentar resgata a capa da *Revista Nova Escola* que havia sido publicada um ano antes, dando a entender que os dois momentos nos quais as crianças foram fotografadas teriam ocorrido na mesma ocasião. A falsificação dos fatos serve, portanto, para a somatização do pânico em torno dos riscos da generificação do poder estatal à segurança ontológica da nação brasileira nos corpos infantis cruelmente sobrepostos em uma montagem imagética compartilhada pelo parlamentar em sua página no Facebook (já apresentada aqui na figura 34).

Para alcançar visibilidade midiática e fazer cumprir a sua agenda política reacionária, Bolsonaro adultera, distorce e desloca o contexto no qual policiais militares de São Paulo foram acusados pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e pela Comissão da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB de cometerem crime contra o Estatuto da Criança e do Adolescente ao “[s]ubmeterem criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento”. Afinal, conforme problematizado por Frankfurt (2005), uma pessoa que se compromete a “atingir os seus objetivos por meio do *bullshit*”⁴²⁵ não é limitada a inserir uma falsidade em um ponto específico e pelas verdades que a cercam, tendo muito mais liberdade para falsificar o contexto tanto quanto for necessário. Reiterando que o objetivo desta tese não é localizar a não-verdade da retórica bolsonarista – não é a remodelação, a deturpação e a fabulação dos fatos por Jair Bolsonaro que me interessa –, foco as minhas análises nos modos pelos quais a capa da *Revista Nova Escola* com um menino vestido de princesa foi instrumentalizada para que “espirais de significação” escalassem os sentidos de perigo originalmente articulados pelo significante “kit gay” do socialmente permissível para a intolerável politização dos direitos sexuais, extrapolando para a criminalidade pedófila, a inscrição da “ideologia de gênero” nos corpos infantojuvenis e a imposição de um regime totalitária que ameaça a segurança da nação brasileira.

⁴²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/42KHgJH>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

⁴²⁵ No original, “*bullshit his way through*”.

Em reação às críticas feitas à imagem da bebê carregando uma tonfa e algemas que fora compartilhada no post da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a assessoria de imprensa da corporação informou que a foto publicada nas redes sociais foi enviada, como em inúmeras outras situações anteriores, por internautas e que “[a] farda simboliza valores fundamentais para a comunidade, tais como: o patriotismo, a proteção, o civismo, a honestidade, a honra, a coragem e a dignidade humana. Também simboliza o juramento, o sacrifício, muitas vezes da própria vida”⁴²⁶. Com legendas do tipo “vai ter criança fardada sim”⁴²⁷, no dia seguinte à polêmica causada pela exibição da bebê com ícones do autoritarismo, violência e repressão policiais como se fossem inocentes brinquedos infantis, pais e responsáveis começaram a publicar fotos de seus filhos uniformizados com boinas, coturnos e fardas militares e, em alguns casos extremos, armados posando ao lado de carros das equipes policiais. Para os policiais e simpatizantes dos conceitos, tradições e modos de pensar militaristas, fotos de crianças fardadas são completamente compreensíveis e justificáveis: “[a] farda é um símbolo de ordem, civismo e coragem, a tonfa um instrumento de defesa que faz parte do dia-a-dia e as algemas são um utensílio indispensável a qualquer policial. Nessa linha de raciocínio, a criança da foto está apenas à caráter na fantasia infantil de ser um policial de verdade”⁴²⁸.

Em busca de divulgar uma agenda positiva, gerar mais confiabilidade e uma maior aproximação com as comunidades às quais presta serviço, o setor de Comunicação Social da PMESP se esforça para convencer a população que policiais devem ser vistos como heróis de verdade, não havendo problema algum em “fantasiar” crianças com as roupas dos ídolos cujas profissões desejam imitar em suas brincadeiras cotidianas – sejam eles médicos, pilotos, astronautas ou soldados militares uniformizados e armados. Conforme instruído pela postagem de Jair Bolsonaro, o limite às atividades lúdicas infantis – compreendidas como momentos de aprendizado prazerosos e seguros nos quais as crianças podem explorar a imaginação, criatividade e curiosidade na construção das suas subjetividades – deve ser moralmente demarcado pelas fantasias que ameaçam subverter os estereótipos de gênero historicamente cristalizados. Nessa lógica, a violência aos corpos infantojuvenis não está em estimular bebês a brincarem com as engrenagens históricas da repressão e do autoritarismo militar, mas permitir que o herói favorito de um menino de cinco anos seja uma princesa.

A moralização das brincadeiras infantis e a regulação dos heróis com os quais as crianças podem se fantasiar ou não em seus jogos cotidianos servem para reafirmar, desde a

⁴²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3uIJ9dm>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

⁴²⁷ Disponível em: <http://glo.bo/3T32JcL>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

⁴²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3uMuApb>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

infância, a heteronormatividade e o seu regime de opressão de vidas não-normativas. Ao amordaçarem as existências humanas em uma suposta coerência sexo-gênero-desejo, os corpos infantis militarizados representam para os sujeitos identificados com a retórica bolsonarista as garantias de um futuro para a nação brasileira livre da tirania do “gênero”. A farda militar, a tonfa e as algemas simbolizam um regime masculinista que promete a reinstalação de uma série de dinâmicas sociais e disciplinares construídas historicamente a partir da negação dos corpos sexuados como fluídos e das expressões de gênero como processos de devir, evocando, assim, modelos normativos de infância imprescindíveis para a consolidação de um projeto de poder que define a política como o exercício autoritário e violento de um pequeno grupo de homens sobre as massas enfraquecidas pelos ativismos feministas e LGBTQIA+. Uma masculinidade cis-heteronormativa que é socialmente construída por meio de processos que alienam os sujeitos dos seus próprios corpos, controlando os seus movimentos (entrar em forma, posição de sentido, descansar e marchar), delimitando a sua estética (regras de corte e uso do cabelo, fiscalização detalhada de uniformes com cores padronizadas), definindo os seus modos de expressão (formas de andar, falar, olhar e gesticular).

A imagem do menino vestido de princesa representa uma corporeidade que escapa dos efeitos psicossomáticos dessa “pedagogia militar” (BORTOLINI, 2021), construindo a sua autonomia subjetiva por meio da criatividade lúdica que as crianças possuem para se imaginarem e se expressarem para além das possibilidades sufocantes do binarismo de gênero. O corpo infantil, que subverte os padrões heteronormativos historicamente cristalizados simplesmente por ousar ser criança, é um território ainda não controlado pelas noções generificadas de poder imprescindíveis para a produção de subjetividades que desejam o recrudescimento do conservadorismo moral e do autoritarismo político no Brasil contemporâneo. Sendo assim, ao promover um duplo movimento de transgressão – das leis da sociedade e das leis da natureza – a imagem do menino de cinco anos vestido de princesa estampada na capa da *Revista Nova Escola* é exibida pelo pânico sexual bolsonarista como uma evidência da materialização dos novos efeitos de sentido do “perigo vermelho” comunista nos corpos infantojuvenis, vivificando, assim, a perversidade mais aviltante que a incorporação subjetiva da “ideologia de gênero” é capaz de produzir em nome do plano marxista de dominação global: a fabricação da própria infância como uma *monstruosidade moral*.

4.4 O *bullshit* da “mamadeira de piroca”

Há menos de duas semanas do primeiro turno das eleições de 2018, realizado em 07 de outubro, a Coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT/PCdoB/PROS) e Fernando Haddad (PT) propuseram uma representação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em face do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. e a pessoa responsável pela conta de “Jean Amaral” na plataforma digital. Segundo consta no processo Judicial Eletrônico número 0601530-54.2018.6.00.0000⁴²⁹, no dia 25 de setembro de 2018, às 23:16hs, a página representada utilizou-se do Facebook para disseminar a fake news que o então candidato do PT ao cargo de Presidente da República “estaria distribuindo mamadeiras em creches, com bico no formato de um órgão genital masculino, no que o narrador sugere que seria ‘com a desculpa de combater a homofobia, parte integrante do kit gay, uma invenção do Haddad’”. A Coligação requereu, liminarmente, que fosse determinada a imediata retirada do conteúdo falso do sítio eletrônico e deferido o pedido de resposta ao vídeo ofensivo que, em apenas três dias de circulação nas redes sociais digitais, alcançou mais de 3,7 milhões de visualizações e 95 mil compartilhamentos. Conforme consta na gravação do vídeo de 54 segundos apresentada na representação ao TSE:

Ó aqui, vocês que vota no PT, Essa aqui é a mamadeira distribuída na creche. Ó a marca aqui. Tá vendo? Distribuída na creche pra seu filho. Com a desculpa de combater a homofobia. Olha o bico como é. Tá vendo? O PT e Haddad pregam isso pro seu filho. Seu filho de 5,6 anos de idade, vai beber mamadeira na creche com isso aqui. Pra combater a homofobia. Tem que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher. O PT e Haddad, Lula, Dilma, só quer isso aqui pros nossos filhos. Isso faz parte do kit gay, invenção de Haddad, viu?⁴³⁰

Apesar de, no dia 30 de setembro de 2018, o ministro Sérgio Silveira Banhos, em decisão liminar⁴³¹, ter determinado que o Facebook removesse, no prazo de 48 horas, o vídeo difamatório e fornecesse os dados cadastrais do dono do perfil, a disseminação de conteúdos inverídicos sobre a suposta distribuição do objeto erótico – que veio a ser popularmente conhecido como a “mamadeira de piroca” – não foi interrompida. Em 04 de outubro, por exemplo, foi necessária a apresentação de uma nova representação ao TSE, solicitando a extensão da medida liminar para a suspensão imediata do mesmo vídeo de 54 segundos que “permanece sendo veiculado no perfil de ‘Lourdes da Silva’ no Facebook, atingindo 4,9 milhões de visualizações e 96 mil compartilhamentos”⁴³². Segundo informa Castro (2022), a Coligação “O Povo Feliz de Novo” propôs um total de 13 ações judiciais perante o TSE para denunciar publicações digitais que aterrorizavam a população brasileira que a infância e a

⁴²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/423sBcj>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

⁴³⁰ O vídeo pode ser visto no YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/424A7DN>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

⁴³¹ Disponível em: <https://bit.ly/3HlnScI>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

⁴³² Disponível em: <https://bit.ly/423sBcj>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024

família estavam em risco caso Fernando Haddad fosse eleito em 2018 – nos moldes da história falsa sobre a distribuição em de mamadeiras eróticas creches públicas “com a desculpa de combater a homofobia, parte integrante do kit gay”. Mesmo quatro anos após a viralização do vídeo que se tornou “um símbolo das fake news da eleição de 2018”, conforme nos informou a *Folha de São Paulo* no contexto do pleito presidencial de 2022⁴³³, os “dois perfis que estiveram na raiz da sua disseminação continuam a espalhar notícias falsas contra o PT”.

Apesar das inverdades sobre a atuação de Haddad na suposta distribuição de mamadeiras com bico de borracha em formato de pênis para crianças em creches públicas brasileiras terem sido amplamente desmentidas por portais de checagem de informações e veículos da imprensa, os prejuízos políticos do vídeo impugnado pelo TSE à imagem do candidato do PT à presidência e ao resultado do pleito de 2018 são imensuráveis. Em um esforço para iluminar a incógnita, um importante estudo da organização Avaaz, em parceria com o instituto de pesquisa IDEA Big Data, a respeito da percepção do público sobre eleição e fake news apontou que 98,21% dos eleitores de Jair Bolsonaro foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição de 2018, revelando que 89,77% deles acreditaram que o teor dos conteúdos era verdadeiro⁴³⁴. Dentre as cinco histórias falsas investigadas por meio de questionários estruturados com perguntas fechadas respondidos por 1.491 pessoas espalhadas pelas cinco regiões brasileiras durante o período de 26 a 29 de outubro de 2018, 74% dos entrevistados ouviram falar que “Haddad ia implementar um kit gay nas escolas” e 44% que “Haddad teria defendido a pedofilia e o incesto em um livro” – dos quais 56% e 52%, respectivamente, acreditaram que as histórias fossem baseadas em fatos reais⁴³⁵.

De todo modo, a retórica que acusa Fernando Haddad de implantar o “kit gay” nas escolas públicas do ensino básico não emergiu durante a eleição presidencial de 2018. Conforme atesta a figura 36, por ter sido o Ministro da Educação no contexto da proposição e da suspensão do “Kit de Combate à Homofobia” pelo governo Dilma, em 2011, o político já havia sido repetidamente acusado por Jair Bolsonaro de ser o “pai do *kit gay*”. De acordo com o que o então deputado federal vociferou na Tribuna da Câmara dos Deputados no contexto da candidatura de Haddad à Prefeitura de São Paulo em 2012: “Inclusive – atenção, evangélicos e católicos – o projeto do *kit gay* foi conduzido pelo Haddad e delegado ao Sr. André Lázaro, Secretário de Alfabetização do MEC. (...) Está aqui no *Diário Oficial* da União de 12 de abril de 2010 o Sr. Haddad instituindo o *kit gay* para as crianças pobres do Brasil”. Alertando os

⁴³³ Disponível em: <https://bit.ly/3NZ3hi4>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

⁴³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3Sj3f6Y>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

⁴³⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3tUMZji>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

cidadãos paulistanos que, se votassem no PT nas eleições municipais daquele ano, “você vão votar no pai do *kit gay*, no homem que não tem compromisso com a família”, o pânico sexual bolsonarista se distancia de qualquer preocupação com o estatuto da verdade para espalhar o pavor generalizado que “[a]o assumir a Prefeitura, [Haddad] vai impor o *kit gay*, estimulando crianças de 6, 7, 8 e 9 anos de idade a serem homossexuais”⁴³⁶. Assim como a suposta imposição do “*kit gay*” e de “aulas de homoafetividade” nas escolas públicas paulistanas foi comunicada pela retórica bolsonarista como uma “promessa de candidato” nas eleições municipais de 2012, a distribuição nacional de “mamadeiras de piroca” circulou nos *feeds* de sites de redes sociais e grupos de WhatsApp como uma invenção do plano de governo petista que seria implementada como política pública no Brasil, caso Bolsonaro não fosse eleito presidente em 2018. Em outras palavras, somente a ascensão do bolsonarismo ao poder poderia devolver a tranquilidade à população brasileira de que “a inocência da criança em sala de aula est[aria] acima de tudo”⁴³⁷.



Figura 36: Haddad: o “candidato do kit gay”

Fonte: google images

Partindo da pergunta “Por que alguns eleitores de Bolsonaro acreditaram no vídeo da ‘mamadeira de piroca’?”, Santos (2020) realizou um estudo exploratório com alguns desses sujeitos, revelando que a atribuição de veracidade ao conteúdo em questão está ligada à fixação de crenças prévias, reforçada pelos ambientes de plataforma digitais, onde por vezes se amplia a falta de contato com a verdade, priorizando-se a circulação de conteúdos falsos alinhados às preferências de cada usuário. Alicerçado em um pilar epistemológico que compreende o

⁴³⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 16 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3qZV4vH>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

⁴³⁷ Disponível em: <https://bit.ly/48ST1jj>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

processo semiótico para além do que está no próprio signo, ou seja, que observa como a experiência colateral das pessoas influenciou de maneira direta nos interpretantes criados pela “mamadeira de piroca” para a atualização de significados nas mentes dos intérpretes, o pesquisador propõe que a produção de sentidos de verdade a partir da circulação de “um vídeo insólito, absolutamente *nonsense*, sobre um alucinado plano petista para distribuição em massa de mamadeiras em formato de pênis pelas creches do país” (SANTOS, 2020, p. 2) foi profundamente afetada pelo contexto sociocultural de indivíduos ou públicos.

De fato, as análises desenvolvidas por Santos (2020) são muito fecundas e instigantes intelectualmente. No entanto, compreendo que o processo de atribuição de veracidade à “mamadeira de piroca” durante as eleições de 2018 não pode ser meramente analisado como um efeito de mecanismos subjetivos de estabilização e consolidação de um sistema de proposições universais a partir do qual os sujeitos passam a aceitar apenas os fatos das experiências vividas que se conformam às conclusões previamente aceitas. Para além da fixação de crenças conservadoras construídas a priori pela legitimação de formações discursivas pecaminosas, moralizantes e patológicas sobre o sexo, proponho pensar a mamadeira perversamente “adaptada” pelo PT como uma materialidade da ambiência delirante e fantasiosa fabricada pelo pânico sexual bolsonarista na cultura brasileira contemporânea desde, pelo menos, o ano de 2010. Conforme expõem as imagens do vídeo de 54 segundos que compõem a figura 37, a “mamadeira de piroca” converge em um objeto fálico alucinante as práticas políticas retóricas disseminadas por Jair Bolsonaro em sua conta pessoal do Facebook ao longo dos anos para a estigmatização das políticas sexuais petistas por meio do significante “kit gay”. Ademais, a conjuntura política atual de desprezo ao estatuto da verdade e de constantes ataques aos pilares democráticos pelos movimentos globais de extrema direita potencializou a vivificação de *monstruosidades morais* que, com a desculpa de combaterem a homofobia, conspiram a favor de um projeto de poder no qual crianças de colo são forçadas a chuparem mamadeiras que substituem os mamilos maternos por pênis de borracha para serem amamentadas nas creches públicas brasileiras.



Figura 37: A “mamadeira de piroca”

Fonte: Imagens do vídeo postado na conta de “Jean do Amaral” no Facebook em 25.09.2018

O argumento defendido por esta tese é que, se quisermos responder de forma efetiva à questão “Por que a sociedade brasileira contemporânea acolheu e fez a ‘mamadeira de piroca’ funcionar como verdadeira?”, devemos pensar o pânico sexual bolsonarista para além de um mecanismo discursivo de fixação de crenças prévias. As práticas retóricas viralizadas por Jair Bolsonaro para escalonar os sentidos de perigo de um suposto “kit gay” são tão poderosas politicamente justamente por fabricarem novas experiências colaterais para os indivíduos e inaugurarem novos contextos socioculturais para as pessoas habitarem, construindo, então, novas crenças a partir das quais os sujeitos produzem sentidos para as suas existências – mesmo que nesse processo social de significação tenham sido articulados enunciados profundamente desvinculados dos mecanismos de verificação da verdade e das formas de conhecimento cientificamente produzidas. Por mais absurda e tosca que a “mamadeira de piroca” possa parecer para uma parte significativa da população brasileira, a atribuição de veracidade ao objeto fálico faz sentido para aqueles cidadãos que vieram a crer no *bullshit* que crianças estão sendo “doutrinadas” por educadores a serem homossexuais nas escolas públicas do ensino básico, que a esquerda petista é a encarnação contemporânea da “figura monstruosa do pedófilo criminoso”, que a “ideologia de gênero” é um projeto de poder transnacional que planeja se inscrever nos corpos infantojuvenis por meio da realização de cirurgias de mudança de sexo em nome do “interesse superior da criança” e, finalmente, que os estudos de gênero e sexualidade representam as ferramentas centrais do novo “perigo vermelho” comunista que ameaça a segurança nacional brasileira por meio do “kit gay”.

É exatamente essa falta de conexão com qualquer preocupação com a verdade; uma total indiferença de como as coisas realmente são – tornando, então, a crença na “mamadeira de

piroca” possível na nossa cultura – que o filósofo norte-americano Harry Frankfurt (2005) originalmente teorizou como a essência do *bullshit*. Sabemos que a filosofia tem historicamente percorrido diferentes caminhos para a problematização da verdade, seja metafisicamente se ocupando com a sua natureza, logicamente lidando com a questão da sua preservação ou epistemologicamente se questionando sobre o seu processo de conhecimento. Apesar da reconhecida complexidade e diversidade conceitual com as quais o tema tem sido estudado, há alguns séculos que o pensamento filosófico vem gradativamente se distanciando das noções cartesiana e kantiana da verdade como a correspondência do que está no pensamento humano com as coisas que existem no mundo real.

Ainda no século XIX, por exemplo, Nietzsche (1844-1900) já questionava a relação entre a verdade reconhecida socialmente e a mentira, alertando para um acordo social que girava em torno de uma “vontade de verdade”, ou seja, o desejo de encontrar uma verdade eterna e imutável cuja função política era a normatização da vida e a redução da potência do pensamento. Mais recentemente, Foucault (1926-1984) dedicou parte considerável de sua investigação filosófica em busca da compreensão dos processos pelos quais a relação discursos-práticas-instituições se constitui em dispositivos de poder-saber que permitem legislar sobre o verdadeiro e o falso. Nas palavras do próprio filósofo francês:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem o poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2012, p. 52).

Se na modernidade a verdade foi alçada à condição de pilar do desenvolvimento social e ético, tendo sido construído em seu entorno métodos e políticas para se alcançar e reconhecer o verdadeiro em vários campos da vida social, ao longo da história mais recente do pensamento a mitologia em torno da *véritas* – fundamentada pelos critérios da realidade, objetividade e imparcialidade – foi sucessivamente questionada e subvertida. Na atualidade, esse movimento contestatório passa a ser ainda mais exacerbado pelo distanciamento do estatuto da verdade das narrativas informacionais e das políticas do factual em direção ao emocional e ao reforço de crenças pessoais. Segundo afirma Perez Oliveira (2000), a contemporaneidade digitalmente mediada potencializa o processo de “desmoronamento dos cânones iluministas” ao promover o deslocamento epistemológico do “observador cartesiano incorpóreo” para a “corporificação do sujeito do conhecimento”. Há na contemporaneidade marcadamente digital uma

hipervalorização dos testemunhos como radicalização de um regime epistemológico que toma as experiências vividas e as crenças pessoais como vias privilegiadas para a produção do *verdadeiro conhecimento*. Nesse contexto, a testemunha que experimenta a realidade com o próprio corpo é alçada ao posto de maior autoridade para narrar os fatos: “uma autoridade que, em última instância, repousa na dupla presença do corpo: o corpo lá, na cena original dos eventos, e aqui, no momento da narrativa” (PEREZ OLIVEIRA, 2020, p. 82).

Faz sentido, portanto, que conceitos como os de “fake news” e “pós-verdade” tenham assumido centralidade em publicações acadêmicas que procuram mapear e analisar o contexto atual de “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020). Mesmo que, conforme argumentam Klem, Pereira e Araújo (2020), o que se chama hoje de *fake* seja um fato estruturante da vida contemporânea que não pode ser simplesmente eliminado com as ferramentas críticas dos espaços tradicionais de produção de saberes ou meramente compreendido como manipulação falsificadora da realidade, a noção de “fake news” possui uma bagagem pouco filosófica para dar conta do debate proposto por esta tese. De forma mais apropriada, Keyes (2018) caracteriza o “fenômeno da pós-verdade” como o processo de subjugação dos fatos objetivos passíveis de comprovações àqueles que despertam emoções alinhadas a visões de mundo pessoais, ou seja, os sujeitos da contemporaneidade confiam nos discursos que desejam ser verdadeiros a despeito da verdade factual legitimada pelas tradicionais instituições de poder do Estado moderno e dos veículos midiáticos hegemônicos. Nesse sentido, Salgado (2018) sugere que a mudança de época que vivenciamos na “era da pós-verdade” é um produto das tecnologias midiáticas digitais, do populismo político e do relativismo filosófico constitutivos de uma sociedade para a qual a verdade é sempre uma construção discursiva que depende do contexto sociocultural no qual está inserida. O fenômeno não é exatamente uma novidade epistemológica, porém a intensidade com a qual as redes sociais de internet têm influenciado a fragmentação, individualização, flexibilização e relativização dos discursos é sem precedentes.

Nas linhas do que argumenta Dieguez (2018), se o desprezo ao estatuto da verdade está em toda parte e é amplamente tolerado nas interações políticas contemporâneas, é simplesmente porque o *bullshit* acabou triunfando socialmente. Afinal, compreender a natureza da verdade como parte do passado da humanidade “é o ponto principal do que agora chamamos de pós-verdade” (DIEGUEZ, 2018, p. 300). A atualidade na qual vivemos seria, então, o estado de um mundo globalizado e hiperconectado no qual os enunciados do *bullshit* invadiram e usurparam nossos modos habituais de comunicação – até então governados, pelo menos tacitamente, por um pacto social pela verdade (mesmo que isso significasse, em muitos casos, apenas desejá-la).

Em suma, “[a] era da pós-verdade é de fato a do *bullshit* instituído em escala global” (DIEGUEZ, 2018, p. 11), tendo a verdade se tornado uma conveniência personalizável – não mais um jogo em si, mas uma ferramenta ajustável sob medida para a busca e defesa de interesses partidários. Dessa forma, o prefixo “pós” não implica necessariamente uma mudança de ordem cronológica (como o que viria depois da verdade), mas uma conotação privativa que significa a perda de influência ou relevância política do próprio estatuto da verdade para a conservação dos ideais democráticos e humanistas. É nesse contexto sociocultural de subjugação da verdade factual pela normalização política do *bullshit* que um dos debates mais populares e acalorados durante o pleito eleitoral que definiu quem seria o presidente de um país com mais de 200 milhões de habitantes girou em torno da veracidade ou não da distribuição de “mamadeiras de piroca” nas creches públicas brasileiras.

A eleição presidencial de 2018, da qual o bolsonarismo saiu vitorioso e ascendeu formalmente ao poder, não inaugura e tampouco limita o *bullshit* como um atributo exclusivo de suas dinâmicas discursivas e performáticas. Um ano antes das eleições brasileiras de 2006 João Sayad já opinava no jornal de maior circulação do país que “[v]ai ganhar o candidato que falar mais ‘bullshit’, que enrolar mais ou que falar mais abobrinha”⁴³⁸. Segundo o economista, em um país marcado pela fragmentação da opinião pública e pela dificuldade de entusiasmar a maioria em um projeto único de país, a comunicação de propostas claras poderia gerar um índice de rejeição muito alto a qualquer campanha presidencial.

A indefinição na comunicação de posições políticas transparentes também foi diagnosticada por Fassin (2007, 2022) como tendo uma relação direta com o estatuto da verdade no contexto francês atual. Dessa forma, a “confusão política” refinada por Nicolas Sarkozy como a “arte da confusão” vai encontrar resquícios no uso recorrente da expressão “ao mesmo tempo” (em francês, *en même temps*) por Emmanuel Macron, reforçando a lógica de que não há uma alternativa – a verdade é isso e aquilo “ao mesmo tempo”. Deslocando para o cenário estadunidense recente, observo que ao legitimar “falsidades” como “fatos alternativos” a administração trumpista reforça a irrelevância da verdade, se desvinculando das restrições impostas pelos seus mecanismos de representação e técnicas de verificação. A noção de “fatos alternativos”, comunicada pela então conselheira do presidente dos Estados Unidos em 2017⁴³⁹, ressoa diretamente com a essência do *bullshit* ao menosprezar a própria relevância da verdade

⁴³⁸ Disponível em: <https://bit.ly/42FX5BF>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

⁴³⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3HZhYhH>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

sem prestar atenção em nada, exceto naquilo que convém politicamente dizer para entreter uma audiência interessada em ouvir apenas os enunciados que estabilizem o seu sistema de crenças.

Partindo de problematizações e críticas a algumas das proposições filosóficas apresentadas por Max Black (1983) em *A prevalência da farsa* (“*The prevalence of humbug*”), Frankfurt (2005) postula a definição da “essência do *bullshit*” como “a falta de preocupação com a verdade”. Conforme posteriormente sintetizado por Stokke (2019), o *bullshit* frankfurtiano possui quatro características principais: 1) o sujeito que o produz (*bullshitter*) é indiferente à verdade ou à falsidade daquilo que diz; 2) o sujeito é também indiferente às crenças de quem o ouve; 3) a pessoa pretende fazer com que acreditem que o seu discurso não despreza a verdade; 4) o *bullshit* e a mentira são incompatíveis. Dessa forma, o *bullshit* representa uma falsa representação da realidade com a intenção de enganar, mas que não é simplesmente uma mentira. Se, por um lado, a mentira se contrapõe à verdade na medida em que o mentiroso reconhece que há uma verdade e se opõe deliberadamente a ela, por outro, o *bullshit* não afirma e tampouco se opõe à verdade – o *bullshitter* simplesmente despreza a sua existência. Uma vez que a mentira possui o potencial de minar os fundamentos das práticas comunicacionais humanas por meio da veiculação de falsidades, o *bullshit* é uma prática de falsificação da realidade ainda mais insidiosa por adulterar progressivamente os valores éticos a partir dos quais o conhecimento é produzido. Conforme observado ao longo das análises desenvolvidas por esta tese sobre as práticas retóricas que fabricaram o pânico sexual bolsonarista na cultura brasileira contemporânea, uma pessoa, nos moldes do então deputado federal Jair Bolsonaro, que se compromete a “atingir os seus objetivos por meio do *bullshit*”⁴⁴⁰ (FRANKFURT, 2005, n.p.) não é limitada a inserir uma falsidade em um ponto específico e pelas verdades que a cercam, tendo muito mais liberdade para forjar o contexto sociocultural tanto quanto for necessário para que os seus objetivos políticos sejam atingidos.

Apesar das teses de Frankfurt terem dado origem a uma literatura acadêmica rica que constitui o que Dieguez (2018) caracteriza de “*bullshit studies*”, o filósofo demarca, logo no primeiro parágrafo do seu ensaio publicado em 2005, a pretensão de propor apenas o início do desenvolvimento de uma compreensão teórica do *bullshit*, indicando algumas análises filosóficas exploratórias e articulando, mais ou menos superficialmente, a estrutura do conceito. Dessa forma, há um conjunto substancial de reflexões críticas que apontam dificuldades conceituais intransponíveis na proposição de Frankfurt – a maioria das quais problematizando a afirmação de que o *bullshit* difere da mentira porque os sujeitos que o produzem são

⁴⁴⁰ No original, “*bullshit his way through*”.

indiferentes à verdade daquilo que comunicam. Em *Resposta à G. A. Cohen* (2002)⁴⁴¹, até mesmo Frankfurt reconheceu que os *bullshitters* podem eventualmente se preocuparem com a verdade do que dizem ou pelo menos estarem vagamente preocupados com parte dela. Embora possua fragilidades teóricas academicamente reconhecidas, a potência ético-política da proposição do filósofo norte-americano é de nos alertar que o que está em jogo na contemporaneidade é a erosão progressiva e sub-reptícia da relação humana com o valor da verdade como um dos pilares da vida em democracia.

De fato, não há como esta tese verificar se Jair Bolsonaro possuía qualquer forma de consciência sobre os efeitos empíricos das violências combatidas pelo Programa “Escola Sem Homofobia” na restrição da cidadania plena e do acesso à educação dos sujeitos LGBTQIA+. Tampouco é possível para este trabalho aferir se o deputado federal se importava ou não que as políticas sexuais rotuladas por sua retórica como práticas de “sexualização infantil” que tornariam as crianças “presas fáceis para a pedofilia” resultaram de estudos científicos e legislações jurídicas positivando o direito dos sujeitos infantojuvenis de exercitarem livremente as suas múltiplas expressões de gênero e sexualidade. O que observo no pânico sexual bolsonarista é que não foi tão somente o desprezo pela verdade factual que impulsionou o ex-capitão do Exército a construir e circular enunciados de *bullshit* a partir da sua página oficial do Facebook, mas, sobretudo, o interesse em fabricar uma ambiência emocional na qual uma parte considerável da população brasileira – atormentada pelo pânico de que o “[s]eu filho de 5, 6 anos de idade, vai beber mamadeira na creche com isso aqui [um pênis de borracha]” – viesse a acreditar que “[t]em que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher”⁴⁴².

Em um esforço intelectual para mapear o estado das reflexões atuais sobre a teoria do *bullshit* por meio dos esclarecimentos, aprofundamentos, críticas e objeções dirigidas às teses de Frankfurt, Dieguez (2018) oferece um panorama conceitual que sugere que “[m]ais do que uma simples indiferença em relação à verdade que seria distinta da mentira, o consenso dos pesquisadores parece caminhar para uma forma sorradeira de desprezo em relação ao conhecimento e aos meios de acessá-lo” (DIEGUEZ, 2018, p. 14-15). Há, portanto, nos sujeitos produtores do *bullshit* o mesmo tipo de indiferença em relação aos saberes acadêmicos já previamente identificada por esta tese nos esforços retóricos do pânico sexual bolsonarista para

⁴⁴¹ Texto escrito em resposta e publicado juntamente à crítica de Cohen intitulada *Deeper into bullshit* (FRANKFURT, 2002).

⁴⁴² O vídeo da “mamadeira de piroca” pode ser visualizado no YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/424A7DN>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

fazer proliferar na cena pública brasileira enunciados que desqualificam, confundem e enganam os lugares tradicionais de produção do conhecimento e, conseqüentemente, refutam a cientificidade dos estudos de gênero e sexualidade.

Segundo o pensamento que serve de base intelectual para o discurso bolsonarista, se o “marxismo cultural” é uma estrutura a priori que condiciona até mesmo a produção das evidências sobre as quais a ciência contemporânea é construída, tona-se necessário o desenvolvimento de novos modos de produção de conhecimento livres da mediação ideológica comunista. Sendo assim, o “negacionismo científico olavista” (PEREZ OLIVEIRA, 2020) vai postular que o único caminho para alcançar a emancipação à “conspiração internacional marxista” – que viemos a conhecer como “ideologia de gênero” – se daria pela observação direta da realidade por sujeitos autointitulados ideologicamente livres e independentes. Conforme provocado pelo próprio Olavo de Carvalho em sua conta oficial do Twitter no dia 31 de maio de 2019: “Nossas impressões sensíveis são testemunhas fidedignas do mundo físico ou só devemos acreditar em cálculos e equações? Só uns poucos dentre os adeptos da segunda hipótese entendem que ela conduz necessariamente ao império da ideologia de gênero”⁴⁴³.

Pensando a partir da problematização desenvolvida por Sacramento (2018), a reconfiguração olavista da verdade a partir de fatos verificáveis à certeza sensível da experiência individualmente vivenciada propõe afirmar o corpo da testemunha que experimenta as coisas do mundo como a única instância epistemológica confiável para a produção de saberes sobre uma realidade corrompida a priori pelas perversidades do “gênero”. Nesse sentido, para além de simplesmente negar a ciência ocidental contemporânea em sua totalidade, observo que o olavismo apresenta uma agenda de poder-saber que investe sujeitos cognoscentes supostamente autônomos de uma certa “autoridade experiencial”, produzindo, assim, evidências testemunhais sobre visões de mundo conservadoras que o método científico tradicional não é capaz de lhes fornecer. Em outras palavras, o olavismo propõe um projeto de poder político que defende um modelo epistemológico a partir do qual a *verdadeira ciência* emerge das crenças morais e necessidades partidárias das lideranças da extrema-direita.

Seguindo o diagnóstico proferido por Fassin em uma conferência sobre o neofascismo na Universidade de Princeton em 2022 (FASSIN, 2024), precisamos avançar do debate filosoficamente conceitual em direção à problematização das implicações políticas do *bullshit* para o fortalecimento discursivo das campanhas globais antigênero que são “inseparavelmente anti-intelectuais e antidemocráticas”. Considerando que tanto nos Estados Unidos liderado por

⁴⁴³ Disponível em: <https://bit.ly/49yfGSV>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Trump, na França governada por Macron, na Hungria comandada por Orbán ou no Brasil chefiado por Bolsonaro “o sexo se torna a questão democrática por excelência” (FASSIN, 2019a, p. 422), faz sentido pensarmos que as regras históricas do jogo político têm sido ameaçadas pelas lutas progressistas por direitos sexuais em favor da conscientização sobre as diversidades de gênero e sexualidade. Em outras palavras, as batalhas contemporâneas por direitos sexuais como direitos humanos devem ser lidas dentro de um contexto histórico de disputas pelo alargamento das fronteiras do democraticamente aceito e protegido a partir do reconhecimento dos corpos e subjetividades não-normativos como sujeitos de direito. Em uma conjuntura de disputas pela expansão da “democracia sexual” (FASSIN, 2005), as políticas antigênero emergem como respostas conservadoras às tentativas de desnaturalização do sexo e da ordem social por uma suposta elite acadêmica e cultural, possibilitando aos movimentos reacionários empenharem-se na conservação da heteronormatividade como uma dimensão da existência humana supostamente transcendental e desistoricizada. Dessa forma, a preservação do regime político conservador articulado pela heterossexualidade compulsória por meio de ofensas reacionárias não é exatamente uma novidade histórica. A singularidade contemporânea é o foco político de “empreendedores morais” na produção acadêmica sobre gênero e sexualidade construída a partir de uma perspectiva crítica à biologização do sexo (FASSIN e IBOS, 2024).

Nesse contexto, os violentos ataques sofridos pela filósofa Judith Butler durante a sua visita a São Paulo, em novembro de 2017, devem ser lidos como ofensivas direcionadas ao locus de produção do conhecimento sobre o “gênero” que, embora tenha emergido nos círculos acadêmicos, expandiu-se gradativamente para as conferências internacionais da ONU e os ativismos feministas e LGBTQIA+, sendo, finalmente, absorvido por políticas públicas progressistas – a exemplo dos Programas “Brasil Sem Homofobia” (2004) e “Escola Sem Homofobia” (2011). Conforme expõem as imagens que compõem a figura 38, manifestantes empunhando crucifixos em frente ao SESC Pompeia atearam fogo a uma efígie de bruxa com as feições da intelectual norte-americana rotulada como a “mãe da ideologia de gênero”⁴⁴⁴. Reproduzindo a estratégia de boicote institucional e assinatura em massa de petição eletrônica que fora utilizada contra a página do MAM-SP logo após a polêmica envolvendo a performance *La Bête* e em oposição ao Santander de Porto Alegre no contexto do fechamento antecipado da exposição *Queermuseu*, os manifestantes demandavam que um dos principais centros culturais

⁴⁴⁴ Disponível em: <https://bit.ly/496onD7>. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

da capital paulista cancelasse a participação de Butler no seminário “Os fins da democracia” que aconteceu entre os dias 7 e 9 de novembro de 2017.



Figura 38: “Xô Judith”

Fonte: Colagem feita pelo autor a partir de imagens coletadas no google imagens

Sabendo que essa espécie de atualização brasileira da Santa Inquisição e dos Tribunais do Santo Ofício com ampla repercussão nos principais veículos midiáticos ao redor do mundo definiu “um ponto de virada para a batalha eleitoral de 2018” (CORRÊA e KALIL, 2020, p. 77), identifiquei que a potência política do acontecimento emerge justamente do *bullshit* de que, ao “queimarem a bruxa” em praça pública, os manifestantes conservadores estariam impedindo “a promotora dessa ideologia nefasta” de disseminar as “ideias absurdas” propagadas pelos estudos de gênero e sexualidade no Brasil e, assim, acelerar “o processo de corrupção e fragmentação da sociedade”⁴⁴⁵. De fato, conforme nos informam Corrêa e Kalil (2020), o evento é um marco importante por ter iniciado uma nova forma de articulação política nas ruas e nas redes sociais digitais, demarcando uma aliança ecumênica entre “católicos e evangélicos” contra uma suposta “ideologia de gênero”. Entretanto, essa coalização antigênero pode e deve ser problematizada a partir de um contexto sociocultural ainda mais amplo de proliferação de ataques antidemocráticos à produção acadêmica ou, mais especificamente, da normalização do anti-intelectualismo político a partir do qual os movimentos de extrema-direita têm fundamentado as suas verdades a respeito de uma delirante “ideologia de gênero”.

⁴⁴⁵ Disponível em: <https://bit.ly/47RLMHk>. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

Articulados pelos dois conceitos centrais que nomeiam todo um campo de investigação científica, os estudos de “gênero” e “sexualidade” são definidos, sobretudo, a partir de questões políticas e teóricas que emergem das lutas feministas e LGBTQIA+ pela conquista de direitos sexuais. Por meio de avanços e retrocessos ao longo dos anos, segundo a caracterização esquematizada por Fassin (2019a), o campo é definido na contemporaneidade pela “internacionalização” que permite haver uma pluralidade de centros de estudos ao redor do mundo – e não apenas os estadunidenses, como em outrora; pela “institucionalização” das suas práticas por meio de congressos, revistas acadêmicas, laboratórios de pesquisa, financiamento público, assim como cursos de mestrado e doutorado em renomadas universidades; pela “pluridisciplinaridade” ou “interdisciplinaridade” que converge questões provenientes da sociologia, filosofia, antropologia, ciências políticas, comunicação social, ciências da saúde, dentre outras disciplinas; pela recusa de “se opor o científico ao político” por não acreditarmos que a ciência possa existir de forma apolítica: “a ciência não exige neutralidade, mas objetificação” (FASSIN, 2019, p. 417).

Em sentido oposto às práticas retóricas do *bullshit* que defendem a preservação da heterossexualidade compulsória como um regime político opressor por meio da indiferença em relação à verdade e o desprezo ao conhecimento em si, os estudos de gênero e sexualidade propõem conceitos teóricos – em atendimento aos requisitos científicos e às responsabilidades sociais exigidos pela produção acadêmica – que são tomados como ferramentas políticas pelas minorias sociais em suas lutas pelo direito de existirem em suas diversidades. Quando os movimentos da extrema direita focam as suas estratégias discursivas no fortalecimento de ofensivas globais antigênero estão, na verdade, atacando a produção acadêmica compreendida aqui como um dos últimos refúgios políticos de produção de saberes que visam à conscientização social sobre os processos históricos de construção de uma certa verdade sobre o sexo. Nesse sentido, a “mamadeira de piroca” nada mais é do que a materialização desse movimento reacionário anti-intelectualista de ataque à produção acadêmica para a preservação do *bullshit* que somente os corpos heteronormativos importam politicamente. Sem qualquer conexão com a verdade factual e total desprezo ao conhecimento, o objeto erótico, que supostamente seria distribuído nas creches públicas brasileiras como partes do projeto perverso de poder petista, converge em um único signo as crenças fabricadas pelo pânico sexual bolsonarista para o deslocamento do saber científico articulado pelos estudos de gênero e sexualidade para o campo do *monstruosamente abjeto*, despolitizando, assim, as lutas

democráticas por direitos sexuais e criminalizando qualquer visão de mundo que ameace desestabilizar a ordem social historicamente estabelecida pela heteronormatividade.

A fabricação do pânico sexual bolsonarista – e do *bullshit* da “mamadeira de piroca” – em uma “cultura do pânico impulsionada pelas mídias sociais” (INGRAHAM e REEVES, 2016) é uma manifestação sintomática, e ao mesmo tempo condicionante, da “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020) na qual as instituições produtoras de conhecimento estão sendo deslegitimadas e desacreditadas por ataques anti-intelectualistas organizados por lideranças da extrema direita. São, portanto, as disputas políticas pelo lugar de autoridade epistemológica da verdade que têm fertilizado o solo moral a partir do qual “pânicos participativos e de origem coletiva” (WALSH, 2020, p. 7) têm contestado os saberes cientificamente produzidos sobre o gênero e as sexualidades para a produção – e o reforço – de subjetividades que desejam a desigualdade social como um projeto de poder conservador e autoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserido em uma contemporaneidade marcada pela mobilização reacionária em favor da manutenção das hierarquias de gênero e sexualidade articulada digitalmente por lideranças da extrema direita por meio de uma “campanha global antigênero”, este trabalho teve como objetivo central mapear, identificar e analisar alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (1991-2018) subverteu os sentidos originalmente articulados pelas políticas públicas endossadas pelos governos do PT (2003-2016) em prol da proteção das populações LGBTQIA+ contra as violências homofóbicas. Nesse contexto histórico, a hipótese que sustenta esta tese me direcionou a analisar como práticas significantes – conceituadas por Hall et al (1978) como “espirais de significação” – escalaram os sentidos de perigo articulados por um suposto “kit gay” para a consolidação do apelo político pela preservação da inocência infantil nas salas de aula em uma potente moeda eleitoral que foi estrategicamente explorada pelo parlamentar em sua trajetória midiática rumo à Presidência da República do Brasil. Conforme enfatizado pelo próprio presidenciável em uma entrevista concedida ao *Jornal Nacional* um dia após a sua vitória no primeiro turno das eleições de 2018:

Boa noite, Bonner! Boa noite, Renata! Boa noite, brasileiros! Primeiro, o meu muito obrigado aos (sic) quase 50 milhões de pessoas que acreditaram em mim no último domingo. O nosso compromisso, a nossa plataforma, a nossa bandeira baseia-se em João 8: 32 – “E conhecerão a verdade, e a verdade vos libertará”. O meu muito obrigado às lideranças evangélicas, ao homem do campo – quer seja do agronegócio, quer seja da agricultura familiar –, obrigado caminhoneiros, obrigado policiais civis e militares integrantes das forças armadas, obrigado família brasileira que tanto clama para que seus valores sejam respeitados. E mais ainda: *que a inocência da criança em sala de aula esteja acima de tudo* (BOLSONARO, 2018, grifos meu)⁴⁴⁶.

Tomando o gênero e a sexualidade como categorias de análise histórica para problematizar as “espirais de significação” articuladas midiaticamente pelo ex-capitão do Exército, esmiucei, ao longo de quatro capítulos, os processos de subjetivação que alimentaram o fenômeno aqui caracterizado como *a fabricação do pânico sexual bolsonarista*: 1) os perigos da “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico; 2) os riscos de uma “iminente ameaça pedófila” encarnada pela esquerda petista; 3) os interesses perversos articulados pela “ideologia de gênero” como um suposto plano transnacional de desconstrução

⁴⁴⁶ Entrevista ao vivo de Jair Bolsonaro para o *Jornal Nacional* em 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/48ST1jj>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024. O candidato da Coligação “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos” (PSL-PRTB) saiu em primeiro lugar com 49.276.990 votos (46,03%), disputando, assim, o segundo turno com Fernando Haddad, da Coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT/PCdoB/PROS), que obteve 31.342.005 votos (29,28%) na primeira disputa do pleito. Disponível em: <https://bit.ly/47CC6Ay>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

da heteronormatividade; 4) os temores acionados pelos estudos de gênero e sexualidade como ferramentas centrais do “marxismo cultural” e do seu “projeto comunista de dominação global”.

Desde pelo menos o ano de 2010, práticas retóricas em completo desprezo ao estatuto da verdade como um dos pilares da vida em democracia passaram a ser compartilhadas pelo parlamentar nos circuitos midiáticos amplificados para a estigmatização dos Programas “Brasil Sem Homofobia” (2004) e “Escola Sem Homofobia” (2011) como partes constitutivas de um suposto “kit gay”. Fundamentalmente, o pânico sexual bolsonarista convergiu no referido significante disputas políticas contemporâneas pela contestação das formações discursivas que têm historicamente sancionado a heteronormatividade como a “verdade do sexo” (FOUCAULT, [1976] 2015), rotulando as movimentações progressistas pela “politização do sexo” (FASSIN, 2005; 2019) como riscos à materialização do “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que o Jair Messias Bolsonaro prometeu salvaguardar para os apoiadores do seu projeto de poder autoritário.

Mesmo que a Agência Pública tenha definido a eleição presidencial de 2018 como “a eleição do ‘kit gay’”⁴⁴⁷ e que a pesquisa conduzida pela Avaaz/IDEA Big Data⁴⁴⁸ tenha tentado mensurar os efeitos empíricos da retórica moral bolsonarista na candidatura de Fernando Haddad, este trabalho não teve a ambição de afirmar que o pânico sexual fabricado por Jair Bolsonaro na cultura brasileira contemporânea foi o único elemento responsável pela sua eleição como o 38º presidente da República Federativa do Brasil. Por meio do gesto antropológico de “observação do familiar” (VELHO, 1978) que me possibilitou analisar como fontes documentais 58 pronunciamentos do então parlamentar na Tribuna da Câmara dos Deputados e 66 postagens compartilhadas pelo capitão reformado do Exército em sua página oficial do Facebook, argumentei que a estigmatização das políticas sexuais petistas se deu em um contexto de desintegração da ordem social historicamente estabelecida, sedimentando um solo moral conservador e reacionário no qual “espirais de significação” contribuíram para a vinculação das forças direitistas brasileiras em uma “onda bolsonarista na eleição de 2018” (ALVES, 2019, p. 1983). Ao se esforçarem discursivamente para a despolitização e a criminalização das lutas feministas e LGBTQIA+ por direitos sexuais como direitos humanos, as práticas retóricas bolsonaristas – problematizadas ao longo da tese como expressões contemporâneas do *bullshit* – escalaram os sentidos de perigo articulados pelo significante “kit gay” nas redes e nas ruas para que os limiares do moralmente aceitável fossem sucessivamente

⁴⁴⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3ufdss7>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

⁴⁴⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3tUMZji>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

ultrapassados: do socialmente permissível (combate à homofobia) para o intolerável (política das existências LGBTQIA+ e a valorização das sexualidades infanto-juvenis), extrapolando para a criminalidade (ameaça pedófila nas escolas públicas de ensino básico) e a violência extrema (a interferência de uma “ditadura comunista gay” nos espaços escolares, relações familiares e corpos infantojuvenis por meio de uma suposta “ideologia de gênero” e de um “plano marxista de dominação global”).

Em termos teóricos, parti da noção de pânico moral, originalmente proposta por Cohen em 1972, não para acolhê-la em sua totalidade, mas para atualizá-la para a nossa contemporaneidade digitalmente mediada a partir das principais referências e críticas que contribuíram para o amadurecimento do conceito ao longo dos seus mais de 50 anos de existência. Por um lado, contestei o enfoque à volatilidade dos episódios de pânico moral, enfatizando a historicidade dos padrões normativos de representação dos sujeitos feministas e LGBTQIA+ como “monstros morais” (FOUCAULT, [1974-1975] 2018) que a retórica bolsonarista repetidamente aciona. Por outro lado, problematizei o funcionalismo profundamente conservador (COULDRY, 2003) a partir do qual uma acentuada preocupação com o papel central da mídia na amplificação do desvio foi tomada pelos estudiosos do pânico moral como dimensão investigativa central.

Tendo em vista as fragilidades conceituais da proposição teórica originalmente formulado por Cohen ([1972] 2002), articulei o conceito de pânico moral às críticas propostas por Vance (1984), Rubin ([1984] 2017), Watney ([1987] 1996), Irvine (2006, 2009) e Herdt (2009) para pensar o pânico sexual bolsonarista não como uma erupção irracional e espontânea de aversão a grupos sociais demonizados (*folk devils*), mas como um fenômeno comunicacional estrategicamente mobilizado por roteiros discursivos altamente emocionais que são performatizados em um contexto histórico específico para resguardar projetos de poder conservadores das transformações sociopolíticas ensejadas pela contestação contemporânea da heterossexualidade compulsória – em um constante diálogo com o *modus operandi* de líderes da extrema direita, nos moldes de Trump, Salvini, Orbán e Erdoğan.

Sendo assim, a genealogia do pânico sexual bolsonarista é delineada por esta pesquisa a partir da identificação do primeiro discurso em denúncia de um suposto “kit gay” proferido por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2010 – se referindo ao “Kit de Combate à Homofobia” desenvolvido por ONGs supervisionadas pelo MEC a partir da noção de “direitos sexuais como direitos humanos” (CARRARA, 2015) originalmente estabelecida nas conferências internacionais da ONU da década de 1990, mais

precisamente a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995). Por meio de um esforço interministerial, o primeiro governo do presidente Lula da Silva (2003-2006) articulou a homofobia como categoria de construção de políticas públicas para as populações LGBTQIA+, assumindo como parte da governamentalidade petista uma “agenda anti-homofobia na educação” (FERNANDES, 2011, p. 40). Ao explicitar o entendimento de que “a escola atua como um dos principais agentes responsáveis pela produção, reprodução e naturalização da homofobia” (BRASIL, s/d, p. 8), a administração federal brasileira se esforçou politicamente para tentar ressignificar os espaços escolares, reivindicando instituições de ensino que funcionassem como as portas de entrada para a produção de novos discursos e o (re)agenciamento das representações sociais conservadoras sobre gênero, sexualidade e família.

É, portanto, a partir da construção e da circulação do *bullshit* que um suposto “kit gay” atuaria como elemento central das política sexuais petistas para a doutrinação de crianças nas escolas públicas brasileiras a “serem gays” – “estimula[ndo] o homossexualismo (sic) e escancar[ando] as portas para a pedofilia”⁴⁴⁹ – que Jair Bolsonaro alcançou visibilidade midiática para a fabricação do pânico sexual que lhe garantiu popularidade nacional e capital político-eleitoral para se lançar oficialmente como candidato à Presidência da República em 2018. Como reconhecido pelo próprio parlamentar em entrevista ao *Estadão*, publicada em 02 de abril de 2017: “O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política”⁴⁵⁰. Mesmo que esta tese de doutorado compreenda o bolsonarismo para além da figura de Jair Bolsonaro e ressalte a importância de revisarmos a história das direitas no país para que o papel do ex-capitão do Exército na consolidação de um movimento político conservador não seja superdimensionado, foi principalmente a partir da popularidade alcançada pela estigmatização do “kit gay” pelo então deputado federal que a (i)racionalidade que dá forma e conteúdo ao movimento político de extrema direita passou a circular de forma mais ampla e potente.

Mapeando os critérios de noticiabilidade que garantiram ampla cobertura às pautas políticas defendidas por Jair Bolsonaro na imprensa entre 1987 e 2017 (NASCIMENTO et al, 2018) foi possível verificar a consistência da exposição pública e do pioneirismo do ex-capitão do Exército em pautar temas anti-humanitários e moralmente conservadores que seriam centrais para a sua eleição em 2018. Além disso, seguindo uma fórmula já consagrada por Donald Trump nos EUA, o parlamentar explorou o entretenimento como uma frente de exposição

⁴⁴⁹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/37KqOeD>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

⁴⁵⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3KZ7OyF>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

mediática e um vetor fundamental para a sua projeção nacional – se tornando presença frequente em programas televisivos nos quais as suas opiniões sobre temas sociais sensíveis eram abordadas pelas chaves da polêmica e do humor. Assim sendo, ao problematizar o “valor de entretenimento dos pânicos morais” (McROBBIE e THORNTON, 1995, p. 570) para a ascensão do bolsonarismo ao poder, observei que os aspectos estéticos do entretenimento foram elementos mediadores fundamentais para que o então deputado federal capitalizasse político-eleitoralmente sobre as relações entre comunicação e entretenimento, veiculando o humor como uma prática social significativa para a normalização de discursos LGBTQIAfóbicos e racistas. A alteração da persona de Jair Messias Bolsonaro da política tradicional para a esfera da celebridade (MARSH, ‘T HART e TINDALL, 2010) e da sua projeção nacional como um “político celebridade do cotidiano” (WOOD, CORBETT e FLINDERS, 2016) contribuíram para que discursos radicais contra os direitos humanos fossem compreendidos socialmente como traços de uma “autenticidade sem freios”, ressignificando a imagem de um político com mais 31 anos de carreira na representação de um *outsider*, um antissistema, uma figura ordinária, um verdadeiro “tioção do churrasco”.

Embora o acionamento da literatura pregressa do campo da comunicação focada na imprensa tradicional e a observação da inclusão deliberada do ex-capitão do Exército em programas televisivos de entretenimento tenham ensejado análises fecundas para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho, foi principalmente a partir do lançamento da página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook, em 14 de junho de 2013, que a estigmatização das políticas promovidas pelos governos petistas em favor da respeitabilidade das existências LGBTQIA+ passou a circular de forma sem precedentes. É, portanto, no contexto das Jornadas de Junho de 2013 e do crescente descrédito com as formas tradicionais de mediação institucional que o Facebook emergiu como a plataforma digital mais importante na consolidação da imagem do parlamentar de extrema direita como uma possível alternativa de poder para os sujeitos que não se viam representados pelas elites políticas até então estabelecidas (ALMEIDA, 2019; GOLDSTEIN, 2019). Como um exemplo da importância do pânico sexual bolsonarista para a ampliação da capilaridade de Jair Bolsonaro no Facebook – cujo total de curtidas em sua página oficial aumentou 338% em apenas dois anos –, a postagem por meio da qual o então deputado federal comunicou o *bullshit* que “LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS”⁴⁵¹, em 10 de janeiro de 2016, foi compartilhada

⁴⁵¹ Disponível em: <https://bit.ly/3oQFZB1>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

mais de 283 mil vezes, visualizada em 8.292.551 ocasiões e alcançado 38.448.609 pessoas até abril de 2017, configurando, segundo o *Estadão*, “um recorde para o deputado”⁴⁵².

Apesar da reconhecida proficiência do ativismo digital bolsonarista na decodificação das lógicas de funcionalidade das plataformas digitais inscritas em “artefatos algorítmicos” (ALVES, 2019, p. 25) e da apropriação de elementos da memética contemporânea – a lacração, a *trollagem* e o antagonismo às diferenças – para o desenvolvimento de conteúdos que lhe garantiram o engajamento de milhões de usuários no Facebook, esta tese compreende que os estudos centrados no pioneirismo dos movimentos globais da extrema direita em dominar as linguagens das mídias digitais tendem a limitar as suas análises aos aspectos instrumentais das redes sociais de internet. Um olhar mais atento aos ambientes de sociabilidade digital como tecnologias de subjetivação me permitiu observar que o pânico sexual bolsonarista não se limitou à instrumentalização do Facebook para a veiculação de práticas retóricas que estigmatizaram as políticas petistas em favor da valorização das vidas LGBTQIA+ como estímulos à homossexualidade infantil e à pedofilia nas escolas públicas. É justamente no atravessamento das práticas políticas retóricas moralmente conservadoras pelos processos de subjetivação alimentados pelo ecossistema existencial digitalmente mediado – caracterizada por Sodré (2002, 2014) como um “bios virtual” – que Bolsonaro encontrou solo fértil para a fabricação do seu pânico sexual na cultura brasileira contemporânea. Sendo assim, os discursos bolsonaristas são produzidos e circulados em um contexto de “crise epistêmica” (OLIVEIRA, 2020) no qual uma “campanha global antigênero” tem subjogado saberes cientificamente produzidos sobre gênero e sexualidade à hipervalorização da autoridade experiencial de líderes reacionários e de evidências testemunhais sedimentadas nas experiências pessoais de cidadãos comuns sobre as coisas do mundo como a verdade em si mesma.

Faz sentido, portanto, que o abreviamento da distância epistemológica entre os acontecimentos sociais e suas representações nas mídias pelo compartilhamento em rede dos testemunhos das próprias pessoas que experimentam diretamente os eventos seja a chave explicativa para o que Ingraham e Reeves (2016) caracterizam como uma “cultura do pânico impulsionada pelas mídias sociais”. À medida que ampliam as possibilidades e aceleram a velocidade da construção social do pânico moral, os processos de rotulagem digitalmente mediados desencadeiam “pânicos participativos e de origem coletiva” (WALSH, 2020, p. 7) que tornam indistintas as fronteiras entre as mídias, os “empreendedores morais” e os públicos. Sendo assim, a fabricação do pânico sexual bolsonarista recebeu novas camadas de experiências

⁴⁵² Disponível em: <https://bit.ly/3ALVE7v>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

e evidências testemunhais por meio dos comentários postados por cidadãos comuns nas publicações de Jair Bolsonaro em sua página oficial no Facebook, assim como as retóricas que sustentam a “campanha global antigênero” foram amplificadas espaço-temporalmente pelo compartilhamento das postagens e comentários nas redes pessoais dos próprios indivíduos (com destaque para os grupos de família e amigos organizados no WhatsApp).

Tendo em vista que o conteúdo dos cinco vídeos⁴⁵³ do “Kit de Combate à Homofobia” que vazaram na internet ultrapassou a lógica do combate à violência homofóbica em favor da afirmação das identidades de gênero e sexualidade infantojuvenis para a promoção da respeitabilidade nos ambientes escolares, a valorização política das “expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis” (LEITE, 2019a, p. 11) e a positivação dos “adolescentes LGBT” (LEITE, 2014) como categoria social para a construção de políticas públicas foram articuladas discursivamente pelas “espirais de significação” por meio das quais os sentidos de perigo das políticas sexuais petistas foram escalados do socialmente permissível para o moralmente intolerável. Como um fenômeno comunicacional que revela os limites para quanta diversidade pôde ser tolerada pela sociedade brasileira em um dado momento histórico, o pânico sexual bolsonarista se esforçou para delimitar os contornos normativos que circunscrevem até aonde nós, sujeitos LGBTQIA+, poderíamos ousar chegar com os nossos anseios políticos por direitos sexuais e o pleno exercício da cidadania.

É nesse contexto de delimitação de fronteiras morais que a insistente reiteração do então deputado federal Jair Bolsonaro de que “não tenho nada a favor nem contra *gay*. A minha briga é contra o material homoafetivo que está chegando às escolas do ensino fundamental”⁴⁵⁴ fez transparecer a retórica bolsonarista da tolerância às populações LGBTQIA+ como um “discurso de poder e uma prática de governamentalidade” (BROWN, 2006a, p. 8) que, ao incorporar a presença do Outro ameaçador em seu convívio, estabelece os limiares até os quais as *monstruosidades morais* podem coexistir em um mundo que não é seu de direito. Como um discurso de poder, segundo problematiza Brown (2006a), a tolerância exige que os tolerados se abstenham de exigências e incursões na vida política em nome das suas diferenças. Como prática de governamentalidade, a tolerância legitima os discursos opressivos e ações violentas do Estado em um contexto de crise institucional no qual a reprodução das representações de verdades supostamente universais é limitada pelas demandas políticas dos próprios sujeitos que têm sido historicamente excluídos pelas operações normativas do Estado.

⁴⁵³ *Boneca na Mochila, Medo de quê?, Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade.*

⁴⁵⁴ Discurso na Câmara dos Deputados, em 26 de março de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/42zUGGY>. Acesso em: 14 de junho de 2023.

A retórica da tolerância bolsonarista pode até admitir práticas sociais que prometem proteger os corpos das pessoas que sofrem cotidianamente com as violências LGBTQIAfóbicas, mas jamais aceitar ações políticas pela valorização das suas diversidades subjetivas e existenciais. Apesar dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia” adotarem um “não à violência” como bandeira de luta política, a supressão da homofobia não foi a finalidade em si da governamentalidade petista nas disputas pelas diversidades de gênero e sexualidade, mas “uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil” (BRASIL, 2004). Sendo assim, não foi necessariamente a movimentação política pela proteção das vítimas da homofobia, mas as lutas pela “consolidação dos direitos humanos como direito de todos” e o empenho coletivo pela difusão de conhecimentos científicos daninhos à conservação dos “monstros morais” como princípio histórico de classificação das populações LGBTQIA+ que chacoalharam as fronteiras simbólicas da tolerância bolsonarista e instigaram a propagação de discursos de pânico a um suposto “kit gay” de “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico.

Em um esforço estratégico para a despolitização do orgulho LGBTQIA+ – evitando, assim, o deslocamento do lugar de vítima das violências homofóbicas para aquele de reivindicação por direitos sexuais –, Bolsonaro organizou as suas práticas retóricas em torno dos riscos à sociedade oferecidos pela normalização do desejo sexual e da inconformidade com as normas binárias de gênero dos sujeitos infantojuvenis. Nesse sentido, o parlamentar fabrica o *bullshit* que a governamentalidade petista estaria “estimulando a ser gay, via Secretaria de Direitos Humanos” por meio da “criação de bolsa de estudo para jovem LGBT, está criando estágio remunerado para jovem LGBT, está criando primeiro emprego para jovem LGBT. Primeiro emprego gay, que maravilha! Está criando também, entre tantos outros itens, a casa de estudantes gay, está criando a república gay”⁴⁵⁵. De forma ainda mais delirante, o pânico sexual bolsonarista expande os sentidos de perigo do “kit gay” dos “adolescentes LGBT” (LEITE, 2014) para “representações idealizadas de *infância*” (LOWENKRON, 2013, p. 59, grifo da autora), afirmando que, com o acesso ao “Kit de Combate à Homofobia” endossado pelo governo petista, “[a] garotada de sete anos de idade tem que assumir sua homossexualidade” já que “nesse kit há um filmete que mostra dois garotos começando a namorar no banheiro ou duas meninas começando a ter relacionamento homossexual”⁴⁵⁶.

⁴⁵⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3KfISTQ>. Acesso 27 de julho de 2023.

⁴⁵⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 01 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3NkYiZ4>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

Dessa forma, as “espirais de significação” articuladas discursivamente por Jair Bolsonaro apontam “para a idade como elemento primordial no ataque aos materiais [audiovisuais e educativos]” (TROTTI, 2020, p. 128), rotulando “como sem censura o *kit gay*”⁴⁵⁷ de modo a escalar os sentidos de perigo das políticas sexuais petistas para o socialmente intolerável e demarcar politicamente os limites da nossa jovem “democracia sexual” (FASSIN, 2005, 2019a). Tendo em vista que os limites do que compreendemos por democracia têm sido atualmente contestados e ampliados por meio das tentativas de extensão da racionalidade não-transcendental às questões sexuais, os estudos de gênero e sexualidade desempenham um papel fundamental na conversão do sexo em uma questão democrática por excelência. Nesse contexto, qualquer tentativa de transmissão de saberes nas escolas públicas brasileiras que contribuíssem para a desconstrução de imagens estereotipadas de uma diversidade de formas de existir no mundo, ressignificando quem são os sujeitos de direito como cidadãos que devem ser acolhidos e protegidos pelo Estado, foram estereotipadas pelo discurso bolsonarista como “doutrinação homossexual”. Assim sendo, o pânico sexual bolsonarista é aqui compreendido como um movimento de resistência à expansão social do “perímetro democrático” (FASSIN, 2005, p. 263) empenhado na conservação das populações LGBTQIA+ como *monstruosidades anormais e patológicas*, saqueando, assim, o direito ao exercício pleno da cidadania dos corpos e subjetividades que não correspondem às normas heteronormativas.

Seguindo esse percurso analítico, identifiquei que as expressões de gênero e sexualidade na infância e na adolescência funcionaram como elos discursivos a partir dos quais a retórica bolsonarista passou a vincular os sentidos de perigo socialmente intoleráveis a outras pautas políticas dos movimentos LGBTQIA+. Nesse sentido, de forma a atemorizar a população brasileira sobre os efeitos nocivos à segurança infantil da união estável homoafetiva e da concessão da guarda de menores para famílias não-heteronormativas, Jair Bolsonaro fabricou o *bullshit* que a suposta presença de um menor de idade na 19ª Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo (2015) somente poderia ser justificada pela perversidade de pais adotivos homossexuais, respaldados juridicamente pela governamentalidade petista. Em outras palavras, o estímulo a “ser gay” por pais homoafetivos faria parte do programa de governo petista que, ao autorizar a adoção de crianças por “monstros morais”, estaria assegurando a continuidade da “doutrinação homossexual” inicialmente posta em curso pela distribuição do “kit gay” nas escolas públicas do ensino básico.

⁴⁵⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/43dQT2c>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

Tendo em vista que aparatos legais e controles sociais extralegais foram implementados ao longo dos séculos em sustentação a uma cultura que nega o interesse e a atividade erótica de qualquer pessoa com idade de consentimento menor que a permitida, a observação dos movimentos políticos pela demarcação e o resguardo das fronteiras entre a “inocência” infantil e a sexualidade “adulta” foi um elemento analítico fecundo para este trabalho “localizar variedades particulares de perseguição sexual em um sistema mais geral de estratificação sexual” (RUBIN, [1984] 2017, p. 95). Ao passo que casais homoafetivos ascendem os limiares da respeitabilidade, o pedófilo permanece como a classe sexual “mais baixa de todas, aquela cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais”, tornando, assim, o fantasma de “homens que gostam de meninos” uma potente assombração retórica na cruzada conservadora pela despolíticação das pautas LGBTQIA+. Em outras palavras, mesmo que mais recentemente as relações de sexualidade tenham sido recodificadas pela conquista de direitos sexuais como direitos humanos, a liberdade do sexo no nosso “novo regime da sexualidade” (CARRARA, 2015) passou a ser condicionada às noções de “responsabilidade” e “consentimento”.

No Brasil, por exemplo, a “cruzada antipedofilia” (LOWENKRON, 2013) como uma das formas mais eficazes de se fazer política na contemporaneidade foi potencializada com as discussões legislativas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia (CPI da Pedofilia), presidida pelo então senador Magno Malta no Senado entre 2008-2010. Faz sentido, portanto, que o pânico sexual bolsonarista tenha se empenhado na estigmatização das políticas sexuais petistas como irresponsabilidades perversamente orquestradas por “monstros contemporâneos” (LOWENKRON, 2012), ou seja, criminosos pedófilos que não têm autocontrole em face de seus desejos por aqueles e aquelas cujo pleno consentimento sexual jamais poderá ser assegurado: as crianças. Dessa forma, os sentidos de perigo articulados pelo “kit gay” foram escalados do campo da “doutrinação homossexual nas escolas” para o de “crimes sexuais contra vulneráveis” e, mais gravemente, o de “crimes hediondos”.

Como expressões contemporâneas do *bullshit*, as práticas retóricas compartilhadas por Jair Bolsonaro em sua página oficial do Facebook estigmatizaram como “explicitação (legalização) da pedofilia”⁴⁵⁸ a movimentação política iniciada no âmbito da ONU, e acolhida pela governamentalidade petista, pelo reconhecimento do “princípio do interesse superior da criança” na “aplicação de recursos para reparar a violação de seus direitos” (BRASIL, 2017). Por meio de um malabarismo discursivo, Bolsonaro oportunamente redefiniu quais interesses

⁴⁵⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

são superiores, acusando um alucinante “lobby da pedofilia”⁴⁵⁹ orquestrado pelo PT de orquestrar um plano perverso de promoção do direito da criança de consentir ao ato sexual em detrimento do consentimento dos pais e responsáveis: “O que é o direito superior das crianças? Nós sabemos que a pedofilia cada vez mais se aproxima da relativização em nosso país”⁴⁶⁰.

A construção do “pânico participativo e de origem coletiva” na página de Jair Bolsonaro no Facebook apontou para um duplo movimento de relativização da pedofilia. Por um lado, comentários postados no perfil do parlamentar acusaram as políticas sexuais petistas de estimularem a flexibilização da incapacidade da criança de consentir e se auto responsabilizar pelo sexo. Por outro, cidadãos comuns denunciaram que performances artísticas estariam camuflando atos de pedofilia patrocinados por instituições culturais públicas e privadas. Além disso, Jair Bolsonaro sobrepôs retoricamente uma suposta natureza monstruosamente criminosa aos aspectos patológicos dos pedófilos, delatando que o governo petista estaria tentando redefinir os crimes de pedofilia ao incluir condutas, como o estupro de vulnerável e a corrupção de menores, no rol dos transtornos psicológicos: “Está lá no site Humaniza Redes (...) Se qualquer um daqui fizer a curva e encontrar um homem introduzindo o pênis no ânus de um menino de três anos de idade, tu chama a polícia. Mas ele deve ir para o hospital, não a criança. O canalha, caso esteja sofrendo transtorno, tem que ir para o hospital”⁴⁶¹.

Ao mesmo tempo que “uma das características distintivas da análise de Cohen sobre o pânico moral é a sua ênfase nos grupos sociais demonizados (*folk devils*)” (GOODE e BEN-YEHUDA, [1994b] 2009, p. 33), um dos aspectos fundamentais na atualização do conceito de pânico moral é a capacidade dos grupos sociais demonizados de contra-atacar o estigma e subverter a estrutura do “empreendedorismo moral” em um mundo social multi-mediado (McROBBIE & THORNTON, 1995) e, mais contemporaneamente, digitalmente mediado (HIER, 2018). Nesse sentido, deYoung (1998) conceitua os padrões representacionais característicos dos pânicos morais contemporâneos como contingentes de processos comunicacionais que mais se aproximam da patologização versada na abjeção médica e psiquiátrica do que da demonização simbólica do outro.

Embora o deslocamento teórico da demonização para a patologização proposto por deYoung (1998) seja um ponto de partida fecundo para analisar as particularidades do processo de estigmatização da esquerda petista na cultura brasileira contemporânea, a atualização epistemológica formulada pela autora precisou ser melhor refinada por esta tese para dar conta

⁴⁵⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3Q9q4tt>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

⁴⁶⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

⁴⁶¹ Disponível em: <https://bit.ly/3NXDiXi>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

do fenômeno aqui investigado. Dessa forma, identifiquei que o pânico sexual bolsonarista não se limitou ao campo das psicopatologias para reivindicar a *monstruosidade perversa* dos proponentes e defensores das políticas públicas endossadas pelos governos do PT. Contra a fundamentação jurídica que nem todo pedófilo é criminoso – apenas aqueles que exteriorizam a sua pedofilia em crimes sexuais contra crianças e adolescentes – as “espirais de significação” edificadas pelas práticas retóricas bolsonaristas se empenharam na despatologização da pedofilia em busca da revelação de uma natureza essencialmente criminosa do *monstro pedófilo*. Em outras palavras, a condição doente do pedófilo é um fantasma que coloca em constante ameaça a implementação do projeto de poder da extrema direita pelo risco que as patologias têm de despertar compaixão, cuidado terapêutico e medicalização.

É, portanto, contra o diagnóstico apropriado e o tratamento interdisciplinar (médicos, psicólogos, assistentes sociais e familiares) dos portadores do transtorno pedofílico anteriormente à realização de qualquer crime sexual contra crianças e adolescentes que o pânico sexual bolsonarista fabricou o *bullshit* que “Dilma Rousseff quer legalizar a pedofilia no Brasil”⁴⁶². Nesse contexto, Jair Bolsonaro rotulou o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet (Humaniza Redes) como mais uma artimanha perversa do governo petista para “escancarar as portas para a pedofilia”. Com o título “ABSURDO: PT SINALIZA LEGALIZAR A PEDOFILIA”, a postagem na página oficial de Bolsonaro no Facebook⁴⁶³ dá “PARÁBENS [ao] PT”, revelando sarcasticamente que os ‘PEDÓFILOS AGRADECEM’ pelo partido de esquerda ter definido a pedofilia como um “TRANSTORNO DE PERSONALIDADE”. Desprezando qualquer relação com o factível, Bolsonaro se veste da sua “autoridade experiencial” para aterrorizar os cidadãos comuns que o movimento petista pela despatologização da pedofilia visa sancionar como normalidade que “uma criança de 2, 6 ou 10 anos de idade po[ssa] ser penetrada por um adulto sem que o mesmo seja considerado criminoso”.

Considerando que ninguém pode ser punido criminalmente por ter uma doença e também a inexistência de um dispositivo jurídico específico para a pedofilia – que fica enquadrada em outros artigos do Código Penal sobre “crimes sexuais contra vulneráveis” –, o pedófilo precisa exteriorizar a sua patologia para que as suas ações sejam enquadradas em alguma tipicidade penal caracterizada como crime pelo nosso ordenamento legal. Contra esse entendimento, o pânico sexual bolsonarista amalgamou como um fenômeno singular as

⁴⁶² Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de julho de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3KjjFb7>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

⁴⁶³ Disponível em: <https://bit.ly/453apQh>. Acesso em: de julho de 2023.

fantasias por menores vulneráveis e a exteriorização desses impulsos em violências sexuais contra os corpos infantojuvenis, rotulando o desejo adulto por crianças pré-púberes como *monstruosamente criminoso* em sua essência. No entanto, para que seu potencial político fosse plenamente explorado pelas práticas retóricas bolsonaristas, essa *iminente ameaça pedófila* não poderia permanecer existindo de forma incorpórea e desrostificada. Como ameaça intangível, a pedofilia exige o tratamento e o autocontrole de perversos anônimos em meio à multidão. Como atos criminosos encarnados em atores políticos estrategicamente mediados, os crimes sexuais contra crianças e adolescentes legitimam punições rígidas e até a extinção do convívio social daqueles que Lowenkron (2012) conceituou como os “monstros contemporâneos”.

O que o pânico sexual bolsonarista fez, então, foi esgarçar ainda mais as fronteiras já bastante borradas entre a pedofilia e as diferentes formas de violência sexual infantojuvenil, tornando o *monstro pedófilo* um perigo social endossado pela governamentalidade petista que necessita de constante vigilância já que está prestes a manifestar a sua natureza essencialmente criminosa a qualquer momento e em qualquer lugar. Sendo assim, a noção equivocada de “crimes de pedofilia” foi atrelada ao combate à homofobia nas escolas, à produção de livros didáticos a serem distribuídos pelo MEC, aos dispositivos jurídicos pela positivação da totalidade das crianças e adolescentes como sujeitos de direito, ao financiamento de produtos culturais, ao combate às violações aos direitos humanos e às reivindicações dos sujeitos LGBTQIA+ por direitos sexuais. Em síntese, o bolsonarismo amplificou o alcance semântico da “pedofilia” como “crime sexual infantojuvenil”, se distanciando da compreensão do pedófilo como um sujeito marcado patologicamente por conflitos morais internos em direção à sedimentação na imaginação popular da “figura *monstruosa* do ‘pedófilo criminoso’” (LOWENKRON, 2012, p. 151, grifos da autora). “Todos Contra a Pedofilia”⁴⁶⁴ (LOWENKRON, 2012, p. 341) foi o mantra explorado pelo pânico sexual bolsonarista para a encarnação do *monstro pedófilo* na esquerda petista.

De modo a tonificar as representações da esquerda petista como os “monstros morais contemporâneos” que ameaçam transformar crianças inocentes em “suas presas fáceis” e corromper a família como instituição basilar da matriz de heterossexualidade compulsória, nos anos que seguem a retórica bolsonarista promoveu sucessivas dilatações nos sentidos articulados pelas políticas públicas originalmente articuladas pelo significante “kit gay”,

⁴⁶⁴ Slogan da campanha nacional criada a partir da CPI da Pedofilia que, segundo o senador Magno Malta, teria se desdobrado em “Mães Contra a Pedofilia”, “Jovens Contra a Pedofilia”, “Cortadores de Cana Contra a Pedofilia”, “Perueiros Contra a Pedofilia”, “Taxistas Contra a Pedofilia” e “Jovens Músicos Contra a Pedofilia”. Disponível em: <https://bit.ly/47uS40T>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

estigmatizando a totalidade da governamentalidade petista para as populações LGBTQIA+ como “uma política de estímulo à pedofilia”⁴⁶⁵. Conforme identifica Maracci (2019), embora o “Kit de Combate a Homofobia”, cancelado pela ex-presidente Dilma em maio de 2011, seja o ponto de referência fundacional dos sentidos de perigo articulados pelo termo pejorativo, o pânico sexual bolsonarista investiu na circulação de narrativas que comunicassem os riscos do iminente retorno da “figura *monstruosa* do pedófilo criminoso” caso a esquerda petista permanecesse no poder. É nesse contexto que o campo político de atuação dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia” foi ampliado com o nascimento do “kit gay 2” que, para além das políticas educacionais contra a violência homofóbica, incorporou os programas de combate às violações dos direitos humanos ao pânico sexual bolsonarista: “O kit gay 1 foi recolhido ao armário por ordem da Presidenta da República lá no MEC. Agora, o kit gay 2 é da Secretária Maria do Rosário [Ministra da SDH/PR de 2011 a 2014]”⁴⁶⁶.

Por um lado, as práticas retóricas bolsonaristas fabricaram nos imaginários populares uma *iminente ameaça pedófila* como representação intangível e incorpórea da natureza essencialmente criminosa do novo modelo de “monstruosidade contemporânea”. Paralelamente, os esforços para a despatologização da pedofilia por Jair Bolsonaro foram deslocados para a criminalização da esquerda petista como a corporificação e a rostificação dos *monstros pedófilos* que devem ser vigiados, controlados, punidos e aniquilados. Seguindo o pensamento de Lowenkron (2012), esta tese observou que o pânico sexual bolsonarista encarnou em atores políticos centrais para a implementação da governamentalidade petista sobre os corpos e as subjetividades LGBTQIA+ a *figura monstruosa do pedófilo criminoso* em sua totalidade, ou seja, como “causa” política e como “caso” de polícia. Foi, portanto, na convergência na esquerda petista da “espetacularização do *monstro exemplar*” com a “proliferação de *monstros cotidianos*” que o ex-capitão do Exército instrumentalizou os riscos de uma *iminente ameaça pedófila* em sua trajetória política rumo ao Palácio do Planalto.

Para além dos sentidos de perigo impostos à preservação da ordem sexual heteronormativa pela “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico e pela encarnação da “figura monstruosa do pedófilo criminoso” na esquerda petista, esta tese identificou que as “espirais de significação” acionadas pelas práticas retóricas bolsonaristas inscreveram o pânico sexual no “campo discursivo de ação conservador transnacional”

⁴⁶⁵ Discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ObcliW>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

⁴⁶⁶ Discurso na Câmara dos Deputados, em 07 de julho de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Dz2FKe>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

(MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 730) sedimentado por uma suposta “ideologia de gênero”. Sendo assim, analisei as potencialidades políticas da “pauta transnacional de repúdio ao ‘gênero’” (CORRÊA, 2018, p. 3) para a união das direitas brasileiras contra as políticas sexuais desenvolvidas por um grupo social demonizado, patologizado e criminalizado: o Partido dos Trabalhadores. Nesse contexto, identifiquei que os esforços discursivos empreendidos pelo pânico sexual bolsonarista para transpor o caráter intrinsicamente religioso da cruzada moral contra a “desconstrução da heteronormatividade” contribuíram para a consolidação da retórica antigênero como uma categoria política capaz de mobilizar e vincular forças direitistas heterogêneas em apoio ao bolsonarismo nas eleições presidenciais de 2018.

É nesse contexto discursivo que os livros didáticos a serem comprados e distribuídos pelo MEC nas escolas públicas brasileiras foram rotulados como materialidades do plano perverso petista de destruição das concepções “naturais” de família, maternidade e parentesco. Assim sendo, Jair Bolsonaro fabricou e fez circular nos circuitos midiáticos amplificados o *bullshit* que, por meio da inserção da “ideologia de gênero” no material pedagógico, a governamentalidade petista estaria buscando meios de incutir na cabeça das “criancinhas” a crença “de que o menino não nasceu menino e de que a menina não nasceu menina”⁴⁶⁷. Além disso, as políticas sexuais petistas ambicionariam “[r]econhecer todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais com base” na “desconstrução da heteronormatividade”⁴⁶⁸ (grifos do original), importando para a nação brasileira uma ordem sexual globalmente dominada por “República Gay + Batalhão Gay + Professor Gay + MST Gay + Bolsas Gay + etc”⁴⁶⁹.

A genealogia do sintagma neológico foi academicamente traçada aos ataques antigênero articulados pelo Vaticano no contexto das conferências das Nações Unidas, nos anos 1990, e ao investimento teológico que tomou forma, no período subsequente, em publicações da Santa Sé. No entanto, no contexto brasileiro, o termo veio a ser mais evidenciado a partir dos embates quase corporais nas casas legislativas sobre os perigos da imposição totalitária do “gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e nos subsequentes planos estaduais e municipais. Nesse contexto beligerante, o então deputado federal Jair Bolsonaro ampliou ainda mais o escopo de atuação dos programas “Brasil Sem Homofobia” e “Escola Sem Homofobia” para incluir “o que o grupo LGBT/PT-PSOL pretendem fazer via Plano Nacional de

⁴⁶⁷ Discurso na Câmara dos Deputados, em 14 de setembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/47RKuxc>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

⁴⁶⁸ Discurso na Câmara dos Deputados, em 27 de março de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3QibWxP>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

⁴⁶⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3Pr66JQ>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

Educação”⁴⁷⁰. Reinscrevendo o pânico sexual na linguagem transnacionalmente articulada pela “invenção católica” (PATERNOTTE e KUHAR, 2018, p. 511), o parlamentar alarmou a população que o propósito da inserção da “ideologia de gênero” nos currículos escolares nada mais seria do que “[d]esgraçar o tecido social, esculhambar com os valores familiares, porque uma família destruída é mais fácil de ser cooptada para o PT. Só posso crer que seja isso!”⁴⁷¹.

Mesmo que as dinâmicas nacionais tenham sido cuidadosamente situadas em relação à paisagem mais ampla da “geopolítica antigênero” (ABGLT et al., 2021, p. 15), foi fundamental para este trabalho observar as interseções entre as preocupações do Vaticano e os interesses das facções direitistas locais para compreender a constituição de alianças políticas conservadoras que viriam a apoiar o bolsonarismo nas eleições presidenciais de 2018. Ao analisar como a tradução do sintagma neológico viajou por fronteiras nacionais para constituir, no Brasil, um “projeto reacionário de poder” (JUNQUEIRA, 2022), identifiquei um processo de retroalimentação transfronteiriça por meio do qual a gramática globalmente articulada pela “ideologia de gênero” assumiu matizes singularmente nacionais, sendo comunicada pelo pânico sexual bolsonarista como um projeto de poder petista que visa à “desconstrução da heteronormatividade” por meio da violação do princípio da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” na educação nacional, nas relações familiares e nos corpos infantojuvenis.

Se, em um primeiro momento, a celebração nos ambientes escolares do “Dia de quem cuida de mim” em detrimento do tradicional “Dia das Mães” e o sancionamento da Lei das Palmadas pela ex-presidente Rousseff foram rotulados pelo parlamentar como exemplos da “clara prova de interferência desproporcional do Estado no seio familiar”, mais adiante as “espirais de significação” edificadas pela retórica bolsonarista redirecionaram os sentidos de perigo articulados pelo “kit gay” para os corpos infantojuvenis. Nesse contexto, Bolsonaro fabricou o *bullshit* que a permanência do PT no governo federal representaria a imposição de uma “nova pseudoantropologia” (SCALA, 2011, p. 47) na qual a defesa política do “princípio do interesse superior da criança” serviria de pretexto para a liberação dos sujeitos de direito infantojuvenis da sua condição humana natural e biológica por meio da realização de cirurgias de transição de gênero independentemente do consentimento dos pais e responsáveis legais.

Ao amplificar midiaticamente os riscos impostos por uma suposta epidemia de transexualização infantil à preservação da estrutura antropológica do ser humano, o ex-capitão do Exército comunicou a “ideologia de gênero” como o “novo perigo” comunista, constituindo,

⁴⁷⁰ Disponível em: <https://bit.ly/44ESLi>. Acesso em: 05 de setembro de 2023.

⁴⁷¹ Discurso na Câmara dos Deputados, em 15 de agosto de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/45wIQ2B>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

assim, o principal instrumento da “revolução cultural marxista” que emerge contemporaneamente das cinzas do comunismo para a promoção de uma mudança de consciências e da tomada do poder político global. Se apropriando dos enunciados articulados pela tradição anticomunista brasileira (MOTTA, 2002), a retórica bolsonarista promoveu o “retorno de um efeito de sentido” (MARIANI, 2019, p. 275) que, apesar de ter se concretizado pela gestão calculada da memória e do esquecimento do nosso passado recente, não teve como destino final a atualização dos riscos da redistribuição de renda e da reforma agrária à tomada do poder pelas classes populares. Na cultura brasileira contemporânea, a produção de saberes acadêmicos pelos estudos de gênero e sexualidade foi apresentada como o principal instrumento de um suposto “marxismo cultural” destinado à conquista global do poder por meio da imposição totalitária de valores desviantes da matriz heteronormativa.

Inicialmente, as minhas análises revelaram que a retórica bolsonarista comunicava “gênero” e “comunismo” como dois elementos similarmente perigosos para a ordem social e a segurança da nação, porém ainda de naturezas percebidas como distintas. No entanto, a noção de “marxismo cultural” – disseminada nas redes digitais, sobretudo, pelos livros, textos, vídeos e aulas de Olavo de Carvalho – foi de fundamental relevância para que o pânico sexual bolsonarista formulasse uma narrativa conspiratória que vinculou os sentimentos anticomunistas atualizados na nossa cultura contemporânea pelo revisionismo e o negacionismo histórico ao anti-intelectualismo transnacionalmente organizado pelas ofensivas antigênero. Nesse contexto retórico, a refutação da cientificidade dos *gender studies* produziu novos efeitos de sentido ao “perigo vermelho” iminente, identificando o conceito de “gênero” como o núcleo central de uma ideologia totalitária que, para a tomada global do poder, anseia impor uma nova antropologia humana a partir da desconstrução das instituições de poder e dos sistemas de crenças que têm historicamente constituído a heteronormatividade. Nessas linhas, a suposta inserção da “ideologia de gênero” nas escolas públicas foi estigmatizada por Jair Bolsonaro como mais uma faceta do “kit gay”, vivificando a perversidade mais aviltante que a esquerda petista foi capaz de produzir em nome do plano marxista de dominação global: a fabricação da própria infância como uma *monstruosidade moral*.

Finalmente, partindo da pergunta “Por que alguns eleitores de Bolsonaro acreditaram no vídeo da ‘mamadeira de piroca’?” (SANTOS, 2020), analisei quais os processos de subjetivação contribuíram para que uma parte considerável da população brasileira acreditasse naquele que se tornou “um símbolo das fake news da eleição de 2018”⁴⁷²: o *bullshit* que o então

⁴⁷² Disponível em: <https://bit.ly/3NZ3hi4>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

candidato do PT, Fernando Haddad, estaria distribuindo mamadeiras com bico de borracha em formato de pênis para crianças em creches públicas espalhadas pelo país – “com a desculpa de combater a homofobia, parte integrante do kit gay”⁴⁷³. Para além da fixação de crenças prévias reforçada pelos ambientes de plataforma digitais, problematizei a mamadeira perversamente “adaptada” pelo PT como uma materialidade da ambiência delirante e fantasiosa fabricada pelo pânico sexual bolsonarista na cultura brasileira contemporânea desde, pelo menos, o ano de 2010. Em outras palavras, argumentei que a “mamadeira de piroca” convergiu em um objeto fálico alucinante as práticas políticas retóricas disseminadas por Jair Bolsonaro em sua conta pessoal do Facebook ao longo dos anos para a estigmatização das políticas sexuais petistas por meio do significante “kit gay”: a “doutrinação homossexual” nas escolas públicas do ensino básico, a encarnação do “monstro pedófilo” na esquerda petista, a “ideologia de gênero” como um projeto de poder transnacional que se inscreve nos corpos infantojuvenis por meio da realização de cirurgias de mudança de sexo sem o consentimento dos pais/responsáveis e os estudos de gênero e sexualidade como os instrumentos centrais do novo “perigo vermelho” comunista que ameaça a segurança nacional.

É precisamente a falta de conexão com qualquer preocupação com a verdade que tem marcado as práticas políticas retóricas midiaticamente articuladas por lideranças da extrema direita global – teorizada pelo filósofo norte-americano Harry Frankfurt (2005) como a essência do *bullshit* – que tornou a crença na “mamadeira de piroca” possível na cultura brasileira contemporânea. Sabendo que no mundo globalizado e hiperconectado no qual vivemos atualmente há uma hipervalorização dos testemunhos como radicalização de um regime epistemológico que promove as experiências vividas e as crenças pessoais como vias privilegiadas para a produção do *verdadeiro conhecimento*, os enunciados do *bullshit* invadiram e usurparam nossos modos habituais de comunicação, tornando, assim, a verdade uma conveniência personalizável sob medida para a defesa de interesses partidários: “[a] era da pós-verdade é de fato a do *bullshit* instituído em escala global” (DIEGUEZ, 2018, p. 11).

Uma vez que o *bullshit* é uma prática de falsificação da realidade ainda mais insidiosa que a mentira por adular progressivamente os valores éticos a partir dos quais o conhecimento é produzido, parti da proposição de Fassin (2024) para avançar o debate filosoficamente conceitual em direção à problematização das implicações políticas do *bullshit* no fortalecimento discursivo das campanhas globais antigênero que são “inseparavelmente anti-intelectuais e antidemocráticas”. Sendo assim, a partir do panorama conceitual delineado por

⁴⁷³ O vídeo pode ser visto no YouTube. Disponível em: <https://bit.ly/424A7DN>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

Dieguez (2018) observei as práticas contemporâneas do *bullshit* para além da indiferença em relação à verdade que seria distinta da mentira, pensando as práticas retóricas que alimentaram a fabricação do pânico sexual bolsonarista como uma forma sorrateira de desprezo em relação ao conhecimento e aos meios de acessá-lo. Nesse sentido, argumentei que para construir uma ambiência sociocultural na qual a “mamadeira de piroca” fizesse sentido para os seus eleitores, Bolsonaro fez proliferar na cena pública enunciados que desqualificaram, confundiram e enganaram os lugares tradicionais de produção do conhecimento e, conseqüentemente, refutaram a cientificidade dos estudos de gênero e sexualidade.

Ao tomar a sexualidade e o gênero como categorias de análise histórica para investigar a estigmatização das políticas sexuais petistas pelos discursos articulados midiaticamente pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, localizei e esmiucei os processos de subjetivação por meio dos quais os saberes academicamente produzidos pelos estudos de gênero e sexualidade estão sendo atualmente deslocados para o campo do *monstruosamente moral*, promovendo a despolíticação das lutas por direitos sexuais e a criminalização das visões de mundo que ameacem desestabilizar a heteronormatividade como um regime político autoritário. Paralelamente, ao observar o pânico sexual bolsonarista – e a “campanha global antigênero” na qual o fenômeno nacional está inserido – como uma expressão contemporânea do *bullshit*, identifiquei a progressiva erosão da importância do estatuto da verdade para a preservação da vida em democracia como uma característica constitutiva das práticas políticas retóricas que são diariamente veiculadas pela extrema direita brasileira. Sendo assim, esta tese de doutorado serve de insumo para continuarmos a pensar e a resistir aos desdobramentos políticos do bolsonarismo naquele que é o objeto central dos estudos comunicacionais: o tempo passando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT; ABIA; AÇÃO EDUCATIVA; ANTRA BRASIL; CLADEM BRASIL; CONECTAS; GÊNERO E EDUCAÇÃO; NUH/UFGM; IPAS. **Ofensivas anti-gênero no Brasil: Políticas de Estado, legislação, mobilização social.** Relatório Submetido ao Mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos, 2021

ABGLT; ECOS; REPROLATINA. **Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia.** Disponível em: <https://bit.ly/3fiLPm5>. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

ALEXANDER, J. Vociferando Contra o Iluminismo: a Ideologia de Steve Bannon. **Sociologia & Antropologia**, 8 (3), 1009-1023. 2018.

ALMEIDA, Francis Moraes de. Os anormais. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 360-367, 2006

ALMEIDA, Fabio. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Anais do X Encontro Estadual de História.** Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, 26 a 30 de julho de 2010.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Revista Novos Estudos (Cebap)**. 38 (1), p. 185–213, 2019.

ALTMAN, Dennis. Political sexualities: Meanings and identities in the time of AIDS. In: PARKER, R.; GAGNON, J. **Conceiving sexuality: approaches to sex research in a postmodern world.** New York: Routledge, 1995

ALVES, Marcelo. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal fluminense, 2019

_____. Entre a militância e a fabricação: uma análise de redes fakes de apoio a Bolsonaro e Moro. **Culturas Midiáticas**, v. 18, 2023

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4), p. 1141-1149, 2009.

AVELAR, Idelber. Genealogia do discurso bolsonarista. **Aesthesis**. n. 70, p. 169-198, 2021

BARBOSA, Marialva. A Pluralidade de Modelos Interpretativos nas Ciências Humanas e o Lugar da Comunicação. In: MOURA, Cláudia; VASSALO de LOPES, Maria Immacolata (Org.). **Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BECKER, Howard. **Outsiders: studies in the sociology of deviance.** NY: Free Press, 1963.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.

BLACK, Max. the prevalence of humbug. _____. **The prevalence of humbug and other essays**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.

BORTOLINI, Alexandre. Militarização das escolas e avanço reacionário: uma perspectiva de gênero. **Revista diversidade e educação**, v. 9, 2. 2, p. 92-119, 2021.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. **Projeto Somos**: desenvolvimento organizacional, advocacy e intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH. Ministério da Saúde: Brasília, 2005

_____. **Cadernos Secad 4 – Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: Secad/MEC, 2007.

_____. **Conferência Nacional da Educação Básica**: documento final. Brasília: Ministério da Educação, 2008a.

_____. **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008b.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.

_____. **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNPCDH-LGBT**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010a.

_____. **CONAE 2010 – Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília: Ministério da Educação, 2010b.

_____. **O Plano Municipal de Educação**: caderno de orientações. Brasília: Ministério da Educação, 2014

_____. **Caderno Escola Sem homofobia**. Brasília: Ministério da Educação, s/d.

BROWN, Wendy. **Regulating aversion**: tolerance in the age of identity and empire. New Jersey: Princeton University Press, 2006a.

_____. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006b.

_____. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

BRUM, Eliane. Como Fabricar Monstros para Garantir o Poder em 2018. **El País**, 30 de outubro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/fPpUFH>. Acesso em: 14 de agosto de 2018

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.

CARLSON, Matt. Fake news as an informational moral panic: the symbolic deviancy of social media during the 2016 US presidential election. **Information, Communication & Society**, 2018.

CARPINI, M. X. The Political Effects of Entertainment Media. In: KENSKI, K.; JAMIESON, K. H. (orgs.). **The Oxford Handbook of Political Communication**. New York: Oxford University Press, p. 1-21, 2017.

CARRARA, Sérgio. Uma reflexão sobre direito sexual. In: RIOS, Luís Felipe et al. **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: Abia, 2004, p. 154-155.

_____. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 4, p. 131-149, 2010.

_____. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, vol.21, n.2, 2015.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet e o caso da “Metapédia – a enciclopédia al-ternativa”. **Faces da História**, Assis-SP, v. 3, n. 1, p. 5-23, jan.-jun. 2016.

_____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016

CARVALHO, Carlos Alberto de. Miatização: Investigações Brasileiras e Europeias e o Miatocentrismo. In: CARVALHO, Carlos Alberto de (Org.). **Miatização e Textualidades: Dimensões Teóricas e Aplicações Empíricas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci**. 4ª edição. Campinas: Vide editorial, [1994] 2014.

_____. **O jardim das aflições**. De Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil. 3ª edição. Campinas: Vide Editorial, [1995] 2015.

_____. **O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras**. 7ª edição. Faculdade da Cidade Editora, [1996] 1999

CASE, Mary Anne. **Transformations in the Vatican’s war on ‘gender ideology’**. Chicago Unbound (Faculdade de Direito da Universidade de Chicago), 2019,

CASTRO, Victor Giusti de. **O TSE e o “kit gay”**: respostas do direito à desinformação sobre questões LGBRTQIA+. São Paulo: Editora Dialética, 2022

CÉSAR, Maria Rita; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n.66, p. 141-155, 2017

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system**. Politics and power. Oxford University Press, 2013.

CHAFFEE, Steven H.; METZGER, Miriam J. The end of mass communication? **Mass communication & society**, v. 4, n. 4, p. 365-379, 2001.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019

CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)**: revisão crítica. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005

~~CLAM. **Gênero e diversidade na escola**: trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011~~

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**: the creation of mods and rockers. London: MacGibbon and Kee, [1972] 2002.

COLOMBO, Fausto. **Arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. SP, Perspectiva, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 001/99**, de 22 de março de 1999.

CONTRERAS, F. J.; POOLE, D. **Nueva izquierda y cristianismo**. Madrid: Encuentro, 2011

COOK, J.; McPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L. Birds of a Feather: Homophily in Social Networks. **Annual Review of Sociology**. vol. 27, p. 415-444, agosto de 2001.

COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017

CORNER, John. Fake news, post-truth and media-political change. **Media, Culture & Society**, vol 39(7), p. 1100-1107, 2017.

CORRÊA, Sônia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. **Revista Bagoas**, v. 03, n. 04, p. 17-42, 2009.

_____. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu** (53), 2018.

CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina**: Brasil – ¿La catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020

COULDRY, Nick. **Media rituals**: a critical approach. London: Routledge, 2003.

COUTO NETO, Geraldo. A “nova direita” no YouTube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a ditadura militar brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 29, p. 83-103, 2019.

CRITCHER, Chas. Media, government, and moral panic: the politics of paedophilia in Britain 2000-1. **Journalism Studies** 3(4): 521–35, 2002.

_____. **Moral panics and the media**. Buckingham: Open University Press, 2003.

_____. Moral panic analysis: past, present and future. **Sociology Compass**, 2/4, p. 1127-1144, 2008

CUNHA, E. L. A normalização das homossexualidades e os destinos do masculino. **Dossiê: Cartografias da masculinidade**. São Paulo, fevereiro de 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri, Brazil: Faro Editorial, 2018.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como 'ter antropologia blues'. In: **Publicações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, 1974

DE CASTRO, Ricardo Figueiredo. O negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. **Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 22, n. 28, p. 5-12, 2015.

DE YOUNG, Mary. Another look at moral panics: the case of satanic day care centers. **Deviant Behavior**, 19:3, 257-278, 1998.

_____. Folk devils reconsidered. In: HIER, Sean (ed.). **Moral panic and the politics of anxiety**. Oxford: Routledge, 2011.

DIEGUEZ, Sebastian. **Total bullshit: au coeur de la post-vérité**. Presses Universitaires de France, 2018.

DOS SANTOS, Frederico Rios. O que se entende por retórica da Guerra cultural. **Domínios de Lingu@gem**, v. 15, p. 1-48, 2020

DVIR-GVIRSMAN, Shira. Media Audience Homophily: Partisan Websites, Audience Identity and Polarization Processes. **New Media & Society**. 1-20, 2016.

EINWILLER, Sabine; VIERERBL, Benno; HIMMELRICH, Sascha. Journalists' coverage of online firestorms in German-language newspapers. **Journalism Practice** 11(9): 1178–1197, 2016.

FASSIN, Eric. Démocratie sexuelle. **Comprendre, revue de philosophie et de sciences sociales**, n.6, p.263–276, 2005.

_____. Sarkozy, ou l'art de la confusion, par Eric Fassin. **Le Monde**, 12 de abril de 2007. Disponível em : <https://bit.ly/3uBWunN>.

_____. Le moment néofasciste du néolibéralisme. **Le Monde**, 29 de junho de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3HZtJoi>.

_____. Genre menaçant, genre menacé/Threatening gender, threatened gender. **AboutGender: International Journal of Gender Studies**, vol. 8, no. 15, p. 414-434, 2019a

_____. Brasil: o laboratório interseccional do neoliberalismo. **Revista Cult**, 22 de outubro de 2019b.

_____. em entrevista à PELÚCIO, Larissa e PAZ, Diego. “A democracia sexual no coração da democracia”: a centralidade do gênero para a leitura do presente. **Interface**, v. 23, 2019c.

_____. Anti-gender Campaigns, Populism, and Neoliberalism in Europe and Latin America. **Lasa Forum** – Dossier: las ofensivas antigénero en América Latina, 51:2, 2020

_____. The French presidential election and the state of democracy in France, with Eric Fassin. Entrevista concedida ao **Podcast: Democracy in question?** with Central European University President and Rector Shalini Randeria, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3wnmeVG>.

_____. Neofascist and intellectualism vs the democratic politics of truth. Extratos reproduzidos em: _____. **State anti-intellectualism & the politics of gender and race: illiberal France and beyond**. Central European University Press: Budapeste, 2024.

FASSIN, Eric ; IBOS, Caroline. **La savante et le politique. Pour des sciences sociales critiques**. Flammarion, 2024, à paraître.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond; Camara, 2005.

FALKOF, Nicky. On moral panic: some directions for further development. **Critical Sociology**, 46(2), p. 225-239, 2018.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “Analítica” da Mídiatização. **Matrizes**, n. 2, p. 89-105, abril de 2008

FERNANDES, Felipe. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

_____. Por uma genealogia do conceito homofobia no brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. **Passages de Paris**, 7, p. 97-104, 2012

FIORINA, Morris; ABRAHAMS, Samuel; POPE, Jeremy. **Culture war?** The myth of a polarized country. Pearsom, 3a edição, 2010.

FONE, Byrne. **Homophobia: a history**. New York: Metropolitan Books, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. RJ: Forense Universitária, [1969] 2016.

_____. **Os anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1974-1975] 2018

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 3ª edição, [1976] 2015.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 25ª edição, 2012.

FRANKFURT, Harry. Reply to G. A. Cohen. In: BUSS, Sarah.; OVERTON, Lee. **The contours of agency: essays on themes from Harry Frankfurt.** Cambridge, MIT Press, 2002

_____. **On Bullshit.** Princeton: Princeton University Press, 2005

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades Especiais, socioeconômica e orientação sexual.** São Paulo, 2009.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais.** São Paulo, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

GIRARD, Françoise. United Nations. Negotiating sexual rights and sexual orientation. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert. **Sex politics: reports from the front lines.** Sexuality Policy Watch, 2007

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** LTC, 4ª edição [1963] 1981.

GOMES, Carla de Castro. **Propagação dos termos “ideologia de gênero” e “aborto” nas mídias escritas brasileiras.** Observatorio de Sexualidade e Política (SPW), 2020

GOMES, Pedro Gilberto. Mídiação: um Conceito, Múltiplas Vozes. **Revista Famecos,** Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

GOLDSTEIN, Ariel. O sucesso das “guerras culturais” na campanha de 2018: Bolsonaro no Facebook e Instagram. **Revista Inter-legere - Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN,** v. 2, n. 26, set/dez. 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. Mídiação: um Conceito, Múltiplas Vozes. **Revista Famecos,** Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. Moral panics: culture, politics and social construction'. **Annual Review of Sociology,** v. 20, p. 149-71, 1994a.

_____. **Moral panics: the social construction of deviance.** Oxford: Wiley-Blackwell, [1994b], 2009.

GONZÁLEZ, Rodrigo. A política de promoção aos Direitos Humanos no governo Lula. **Revista Debates**. Dossiê: os anos Lula. Porto Alegre, v. 4, n.2, p. 107-135, julho-dezembro de 2010.

HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John e ROBERTS, Bryan. **Policing the crisis: mugging, the State and law and order**. London: Macmillan, 1978.

HALL, Stuart. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In: THOMPSON, Kenneth (ed.). **Media and cultural regulation**. London: Sage, 1997.

HARTMAN, Andrew. **A war for the soul of America: a history of the culture wars**. Chicago: The University of Chicago Press, 2015

HERDT, Gilbert. Introduction: moral panics, sexual rights, and cultural anger. In: _____ (ed.). **Moral panic, sex panics: fear and the fight over sexual rights**. NY: New York University, 2009

HERNAIZ, Ignácio (Org.). **Educação na diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilíngue**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

HIER, Sean. Raves, risks and ecstasy panic: a case study in the subversive nature of moral regulation. **Canadian Journal of Sociology**, v. 27, n. 1, 2002

_____. Thinking beyond moral panic: risk, responsibility, and the politics of moralization. **Theoretical Criminology**, 12(2), p. 173-190, 2008.

_____. Introduction: bringing moral panic studies into focus. In: _____. **Moral panic and the politics of anxiety**. Oxford: Routledge, 2011.

_____. Moral panics and digital-media logic: notes on a changing research agenda. **Crime Media Culture**, 00(0), p. 1-10, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUNTER, James. **Culture wars: the struggle to define America**. NY: Basic Books, 1991.

INGRAHAM, Chris; REEVES, Joshua. New media, new panics. **Critical Studies in Media Communication**, 33(5), p. 455-467, 2016

IRVINE, Janice. Emotional scripts of sex panic. **Sexuality, Research & Social Policy**, vol. 3, n. 3, p. 82-94, 2006.

_____. Transient feelings: sex panic and the politics of emotions. In: HERDT, Gilbert (ed.). **Moral panic, sex panics: fear and the fight over sexual rights**. NY: New York University, 2009

JENKINS, Philip. **Moral Panics: changing concepts of the child molester in modern America**. New Haven: Yale University Press, 1998

_____. **Beyond tolerance:** child pornography on the internet. New York: New York University Press, 2001.

JOHNEN, M.; JUNGBLUT M.; ZIEGELE M. The digital outcry: what incites participation behavior in an online firestorm. **New Media and Society**, 2017

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**, Natal-RN, v.1, n.1, 2007

_____. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC; Secad; UNESCO, 2009.

_____. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas: revista de estudos**, v.3, n.4, 2009b.

_____. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009c.

_____. **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2009d

_____. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018

_____. **A invenção da “ideologia de gênero”:** um projeto reacionário de poder. Letras Livres, 2022.

KEYES, Ralph. **A Era da Pós-verdade:** Desonestidade e Enganação na Vida Contemporânea. RJ, Editora Vozes, 2018.

KLEM, Bruna Stuz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. O tempo presente e os desafios de uma historiografia (in)atual. _____ (orgs.). **Do Fake ao Fato:** (des)atualizando Bolsonaro. Vitória, ES: Mil Fontes, 2020.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

LACERDA, Paula. **O drama encenado:** assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca. Dissertação de Mestrado. Curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Instituto de Medicina Social: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

LATOUR, Bruno. Em entrevista à AMARAL, Ana Carolina. Se o Brasil achar solução para si, vai salvar o resto do mundo, diz Bruno Latour. **Folha de São Paulo**, 12 de setembro de 2020. Disponível em: <https://t.ly/HAMA2>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

LEITE, Vanessa. **“Impróprio para menores”?** Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. Tese de doutorado. Programa de Pós-

Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

_____. A captura das crianças e dos adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 24, n. 52, p. 11-30, 2019a.

_____. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidade, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**. n. 32, p. 119-142, 2019b

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. BH: Autêntica, 2004.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

_____. A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n.15, p.37-61, 2013.

_____. A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no “emaranhado” da “violência sexual” e seus atores. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 231-255, 2014

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant**, v. 11, n. 2, p. 75-111, 2014.

MACIEL, Rafaela Barbosa e TEIXEIRA, Tulio Louchard Picinini. A transexualidade infantil e seus desdobramentos no âmbito legislativo e social. **Cadernos Saberes: Trabalhos de conclusão de curso de graduação e trabalhos de mestrado**. Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM, no. 2, 2017.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Para além de um corpo transparente: investigando métodos e estratégias de esquadrihar o sujeito homossexual. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.22, n.2, p. 461-481, 2015.

MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, p. 111-134, 2018.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017

MARACCI, João Gabriel. **Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do kit gay**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

MARANHÃO, Eduardo; COELHO, Fernanda; DIAS, Tainah. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 17, n. 2, 2018

MARIANI, Bethania. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Línguas e instrumentos linguísticos**, v. 1, p. 266-294, 2019.

_____. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre o aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu** (50), 2017.

MARSH, D.; 'T HART, P.; TINDALL, K. Celebrity Politics: The Politics of the Late Modernity. **Political Studies Review**, v. 8, n. 3, p. 322-340, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Mdiatização: a Vivência do Conceito. In: CARVALHO, Carlos Alberto de (Org.). **Mdiatização e Textualidades: Dimensões Teóricas e Aplicações Empíricas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

_____. Rumo a uma teoria da mdiatização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 45, p. 16-34, 2019.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. Media manipulation and disinformation online. **New York: Data & Society Research Institute**, 2017.

McROBBIE, Angela. **Postmodernism and Popular Culture**. London: Routledge, 1994.

McROBBIE, Angela; THORNTON, Sarah. Rethinking moral panic for a multi-mediated social world. **British Journal of Sociology**, 46(4), p. 559-574, 1995.

MELO, Cristina Teixeira; VAZ, Paulo. Guerras culturais: conceito e trajetória. **Revista ECO-Pós**, v. 24, n. 2, p. 6-40, 2021.

MELLO, Luiz; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Revista Bagoas**, Natal, n. 07, p. 99-122, 2012.

MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a História. In: KLEM, Bruna Stuz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (orgs.). **Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória, ES: Mil Fontes, 2020.

MERLINI, Sara. As formações discursivas da experiência de gênero. **Cadernos Pagu** (66), 2022

MIGUEL, Luis Felipe. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 37-59, janeiro-junho de 2018

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu** (53), 2018.

_____. **Batalhas morais:** política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade & Estado**, v. 32, no. 3, 2017

MONARI, Ana Carolina; SANTOS, Allan; SACRAMENTO, Igor. COVID-19 and (hydroxy)chloroquine: a dispute over scientific truth during Bolsonaro’s weekly Facebook live streams. **Journal of Science Communication**. 19(07), 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. A História no olho do furacão. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (org.). **Do fake ao fato:** des(atualizando) Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 397-420, 2019.

NASCIMENTO, Leonardo; ALECRIM, Mylena; OLIVEIRA, Jéfte; OLIVEIRA, Mariana; COSTA, Saulo. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”. 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, 25(1), 135-171, 2018

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; KALOGEROPOULOS, Antonis; LEVY, David & NIELSEN, Rasmus K. **Reuters Institute Digital News Report 2018**. Oxford, UK: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018.

NIEBORG, David; POELL, Thomas. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. In: **New Media & Society**. 00(0), p. 1-18, 2018

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva. História e internet: conexões possíveis. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23-53, maio-agosto 2014

OLIVEIRA, Thaianne. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas e mídias sociais. **Revista Fronteiras**, 22(1), p. 21-35, 2020

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías; MAIO, Eliane. Diversidade Sexual e Homofobia: A Cultura do “Desagendamento” nas Políticas Educacionais. **Práxis**, v. 10, p. 33-52, 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**, 1995.

PATTERNOTE, David; KUCHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos da Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez., 2015.

PEREZ OLIVEIRA, Rodrigo. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. In: KLEM, Bruna Stuz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeci (orgs.). **Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro**, p. 81-100. Vitória, ES: Mil Fontes, 2020.

PETCHESKY, Rosalind. Sexual rights policies across countries and cultures: conceptual frameworks and minefields. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert. **Sex politics: reports from the front lines**. Sexuality Policy Watch, 2007

PIAIA, Victor; NUNES, Raul. Política, entretenimento e polêmica. Bolsonaro nos programas de auditório. **IESP nas eleições**, 2018.

_____. Bolsonaro, entretenimento e política: uma discussão sobre normalização e projeção em programas de TV. **Revista Compolítica**, 12(2), p. 87-112, 2022

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**. 22(1), p. 2-10, jan-abril de 2020

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, janeiro de 2002

RAMOS, Marise Nogueira *et al.* (Coord.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

RATZINGER, J. A. **La sal de la tierra**. Madrid: Libros Palabra, 1997.

REDE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA LATINO-AMERICANA – RITLA. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Miriam Abramovay (Coord.). Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, no. 138, p. 9-26, 2017

REPROLATINA. **Projeto Escola sem Homofobia**. Componente de pesquisa: “Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras” – Relatório técnico final, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, 2ª edição, 1995.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian experience. In: SNITOW, Ann; STANSEL, Christine; THOMPSON, Sharon. **Powers of desire – the politics of sexuality**. New York: Monthly Review Press, 1983.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. In: **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, p. 87-108, 2018.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão**: a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <https://t.ly/MuShq>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. In: _____. **Gayle Rubin**: políticas do sexo. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. SP: Ubu Editora, [1984] 2017.

RUSSO, Jane. A terceira onda sexológica: Medicina Social e farmacologização da sexualidade. **Sexualidade, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n.14, p. 172-194, 2013.

SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, p. 125-140, 2018.

SACRAMENTO, Igor.; BORGES, Wilson. Confiança e sinceridade numa enunciação midiaticizada: o ethos testemunhal de Fábio Assunção e o abuso de drogas. In: OLÍMPIO-FERREIRA, M.; GRÁCIO, R. A. (org.). **Retórica e comunicação multidimensional**, p. 65-88. Coimbra: Grácio Editor, 2017

SACRAMENTO, Igor; SANTOS, Allan. A revisão da noção de pânico moral nos Estudos Culturais: hegemonia, cultura midiática e representação. **Revista Parágrafo**, v. 7, n. 1, 2020a.

_____. Bolsonarismo, revisionismo e negacionismo: o golpe de 1964 como revolução democrática. In: Ana Regina Rêgo, Teresinha Queiro e Antonio Hohlfedtz (Orgs.) **Tempo & memória**: interfaces entre os campos da comunicação e da História. ediPUCRS, 2020b.

SACRAMENTO, Igor; SANTOS, Allan; ABIB, Roberto. A saúde na era da testemunha: experiência e evidência na defesa da hidroxiquina. **Revista Comunicação, Cultura & Sociedade**, 11ª edição, v. 07, 2020.

_____. A doença como política de verdade: Bolsonaro, Covid-19 e o testemunho. In: OLIVEIRA, Thaiane; GONÇALVES, Reynaldo Aragon; DE LIMA, Roberto Kant (Org.). **Ciência em conflitos**: negacionismo, desinformação e crise democrática. v. 288, p. 157-179, 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

SALGADO, Susana. Online Media Impact on Politics. Views on Post-Truth Politics and Post-postmodernism. **International Journal of Media & Cultural Politics**, v. 14, n. 3. p 317-331, 2018

SANTOS, Allan; SACRAMENTO, Igor; SANCHES, Julio César. *Boy Erased*: pânico sexual, intolerância e vigilância no Brasil contemporâneo. In: HELER, Barbara; CAL, Danila; da ROSA, Ana Paula (org.). **Midiaticização, (in)tolerância e reconhecimento**. Salvador : EDUFBA, 2020.

SANTOS, Marcelo. MAMADEIRA DE PIROCA: Por que um vídeo absurdo pareceu coerente a alguns eleitores de Bolsonaro? In: **Anais do XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

SANTOS, Allan. A construção da verdade bolsonarista. **Revista Dispositiva**, v. 10, n. 18, p. 63-88, 2021.

SANTOS, Nina; CHAGAS, Viktor; MARINHO, Juliana. De onde vem a informação que circula em grupos bolsonaristas de WhatsApp? **Intexto**, n. 53, 2022

SARTI, Cyntia. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. Nº 1, 2009.

_____. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**. v.24, nº61, Salvador, 2011.

SAUVÊTRE, Pierre; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Le néolibéralisme autoritaire au miroir du Brésil – Sommaire dossier. **Sens public**, p. 1-10, 2020.

SCALA, Jorge. Ideologia de gênero. **O neototalitarismo e a morte da família**. Editora Katechesis, 2011

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SCOTT, Joan. Le genre, une catégorie utile pour l’analyse historique. **De l’utilité du genre**, Fayard, [1986] 2012, p. 17-54.

SECCO, Lincoln. Gramscismo: una ideología de la nueva derecha brasileña. **Revista Política Latinoamericana**, n. 7, Buenos Aires, julho-dezembro de 2018.

SILVA FERNANDES, Eurico. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da “ditabranda” da Folha de S. Paulo e da “ditadura à brasileira” de Marco Antonio Villa. **Cadernos PDE: os desafios da escola pública paraense na perspectiva do professor PDE**, v. 1, 2016.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a Reforma de Previdência. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017

SOUSA FILHO, Alípio. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, n. 4, p. 59-77, 2009

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: Uma Teoria Linear e em Rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Estratégias Sensíveis: Afeto, Mídia e Política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

STANLEY, Jason. 2018. **How Fascism Works: The politics of us and them**. Random House

STOKKE, A. Bullshitting. In: MEIBAUER, J. **The Oxford Handbook of Lying**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

STREET, J. Celebrity Politicians: Popular Culture and Political Representation. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 6, n. 4, p. 435-452, 2004.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018

TELES, Jorge Luiz; FRANCO, Cláudia Tereza Signori (Org.). **Diversidade na educação: como indicar as diferenças?** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

THOMPSON, Kenneth. **Moral panics: key ideas**. London, Routledge, 1998

TROTTI, Bárbara. **Pânicos morais, sexualidade e infância: o “kit gay” no embate político contemporâneo brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

UDIS-KESSLER, Amanda. Present Tense: Biphobia as a Crisis of Meaning. In: MORTON, Donald (Org.). **The Material Queer: A LesBiGay Cultural Studies Reader**. Boulder: Westview, 1996.

UNESCO. **Juventudes e sexualidade**. Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva (Org.). Brasília: UNESCO Brasil, 2004a.

_____. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004b.

UNGAR, Sheldon. Moral panic versus the risk society: the implications of the changing sites of social anxiety. **British Journal of Sociology**, 52 (2), p. 271-91, 2001

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas. Understanding social media logic. **Media and Communication** 1(1): 2–14, 2013.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martin. **The platform Society: public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018

VANCE, Carole (ed.). **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1984

VAZ, Paulo; SANCHOTENE, Nicole; SANTOS, Amanda. Populismo conservador e a disputa pelo lugar de vítima. **Comunicação e Sociedade (online)**, v. 42, p. 327-361, 2020.

VECCHI, Roberto. As cinzas de Gramsci no deserto de Bolsonaro. In: KLEM, Bruna Stuz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (orgs.). **Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória, ES: Mil Fontes, 2020.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIANNA, Adriana; CARRARA, Sérgio. Sexual politics and sexual rights in Brazil: a case study. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert. **Sex politics**: reports from the front lines. Sexuality Policy Watch, 2007

VIANNA, Adriana; CARRARA, Sérgio; LACERDA, Paula. Sexual politics and sexual rights in Brazil: an overview. **Global Public Health** (impresso), v. 3, p. 5-21, 2008

WADE, Peter. Lies are no longer lies. They're 'alternative facts': Today's lessons in truthiness from Kellyanne Conway. **Esquire**, January 22, 2017. Disponível em: <https://t.ly/b63NH>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

WALSH, James. Social media and moral panics: assessing the effects of technological change on societal reaction. **International Journal of Cultural Studies**, 00(0), p. 1-20, 2020

WATNEY, Simon. **Policing desire**: pornography, Aids and the media. Minneapolis: University of Minnesota Press, [1987] 1996.

WEEKS, J. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800. Londres; New York: Longman, 1981.

_____. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WILLIAMS, Rhys. **Cultural wars in american politics**: critical reviews of a popular myth (social problems & social issues). Aldine de Gruyter 1997

WOLFE, Alan. **One nation, after all**: What middle-class Americans really think about God, country, family, racism, welfare immigration, homosexuality, work, the Right, the Left and each other. Viking Adult, 1998.

WOOD, M.; CORBETT, J.; FLINDERS, M. Just like us: Everyday celebrity politicians and the pursuit of popularity in an age of anti-politics. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 18, n. 3, p. 581–598, 2016.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **The Anatomy of Prejudices**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.